

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

LETÍCIA ALVES VIEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS
HUMANAS: ANÁLISE DISCURSIVA DE EDITORIAIS DA REVISTA
VARIA HISTORIA (2007 – 2016)**

BELO HORIZONTE

2017

Letícia Alves Vieira

A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS
HUMANAS: ANÁLISE DISCURSIVA DE EDITORIAIS DA REVISTA
VARIA HISTORIA (2007 – 2016)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Escola de Ciência da
Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
para obtenção do grau de Doutora em Ciência da
Informação.

Área de concentração: Produção, Organização e
Utilização da Informação.

Linha de pesquisa: Organização e Uso da Informação.

Orientadora: Maria Aparecida Moura.

Belo Horizonte

2017

V658c

Vieira, Letícia Alves.

A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista *Varia Historia* (2007 – 2016) / Letícia Alves Vieira. – 2017. 254 f., enc. : il.

Orientadora: Maria Aparecida Moura.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 156-161.

Anexos: f. 162-254.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Comunicação na ciência – Teses. 4. Periódicos – Teses. 5. Editoriais – Teses. I. Título. II. Moura, Maria Aparecida. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 801.563.1



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

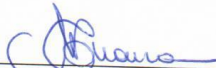
"A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS: ANÁLISE DISCURSIVA DE EDITORIAIS DA REVISTA VARIA HISTORIA (2007-2016)"

Leticia Alves Vieira

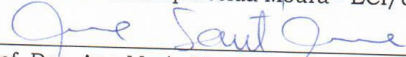
Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Doutora em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Organização e Uso da Informação**".

Tese aprovada em: 10 de julho de 2017.

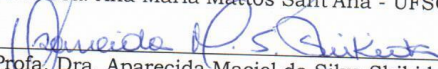
Por:



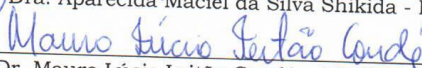
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG (Orientadora)



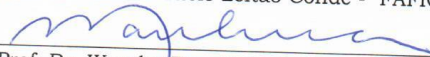
Prof. Dra. Ana Maria Mattos Sant'Ana - UFSC



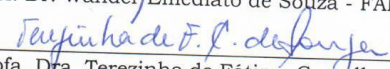
Profa. Dra. Aparecida Maciel da Silva Shikida - Fundação João Pinheiro - FJP



Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé - FAFICH/UFMG



Prof. Dr. Wander Emediato de Souza - FALE/UFMG

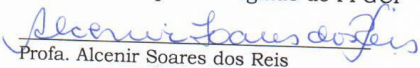


Profa. Dra. Terezinha de Fátima Carvalho de Souza - ECI/UFMG



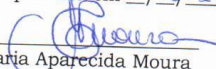
Dr. Roger Miranda Guedes - Fundação João Pinheiro - FJP

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora

Versão final aprovada em 25/09/2017



Profa. Maria Aparecida Moura
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **LETÍCIA ALVES VIEIRA**, matrícula: 2013708500


Às 14:00 horas do dia 10 de julho de 2017, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 10/07/2017, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista *Varia Historia* (2007-2016)**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTORA em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - Orientadora	APROVADA
Prof. Dra. Ana Maria Mattos Sant'Ana	APROVADA
Profa. Dra. Aparecida Maciel da Silva Shikida	APROVADA
Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé	APROVADA
Prof. Dr. Wander Emediato de Souza	APROVADA
Profa. Dra. Terezinha de Fátima Carvalho de Souza	APROVADA
Prof. Dr. Roger Miranda Guedes	APROVADA

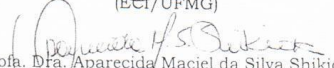
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

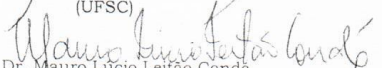
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

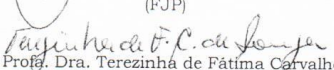
Belo Horizonte, 10 de julho de 2017.

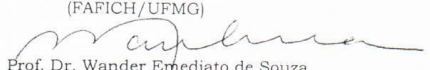

Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
(ECI/UFMG)



Prof. Dr. Ana Maria Mattos Sant'Ana
(UFSC)


Profa. Dra. Aparecida Maciel da Silva Shikida
(FJP)



Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé
(FAFICH/UFMG)


Profa. Dra. Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
ECI/UFMG


Prof. Dr. Wander Emediato de Souza
(FALE/UFMG)


Dr. Roger Miranda Guedes
(FJP)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação da UFMG

Ao meu pai, José Emiliano Vieira, *in memoriam*,
que sonhava em ser doutor,
trilhei o caminho, e consegui.

À minha mãe, Luzia Alves Vieira, *in memoriam*,
Minha primeira e eterna mestre e incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Atualmente, é muito comum que as pessoas se esqueçam do ato de agradecer. Então, esta parte na conclusão de um trabalho dessamagnitude, é tão ou mais importante que a própria tese.

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde concedida e por me manter firme em direção ao meu objetivo.

Agradeço muito ao Juvio, companheiro de todas as horas, boas e ruins, sempre perguntando se eu já tinha estudado, se estava compreendendo, ou quanto a escrita já tinha sido desenvolvida. Obrigada por suportar com paciência minha presença ausente nesse período, por sustentar-me quando queria desistir, por toda a batalha empreendida durante todos esses anos. Amo você!

Agradeço à Jurema e ao Rossellini pela acolhida em sua família!

À Professora Paula Miranda, diretora da Faculdade de Ciências Econômicas, por autorizar o afastamento das minhas atividades laborais a fim de me dedicar à pesquisa e à redação da tese. Esses momentos foram cruciais para o progresso e finalização do trabalho. Muito obrigada!

À Gisele e à Carol, secretárias do PPGCI, que sempre foram muito atenciosas e generosas em todas as vezes que precisei me deparar com a parte burocrática do curso. Obrigada!

À Amanda Paixão, secretária do PPGCI, que me auxiliou nos procedimentos finais de preparação para a defesa e entrega da tese! Obrigada!

À minha orientadora Cida Moura, que construiu junto comigo esse caminho desde a graduação, lá nos idos de 2001, concluindo assim esta formação como profissional e como pessoa. Obrigada!

Ao Professor Wander Emediato, por me apresentar um novo cenário de pesquisa, por me recomendar leituras, por me ouvir quando precisei, e por direcionar o caminho correto. Meu muito obrigada!

Ao Professor Mauro Condé, por ser uma pessoa generosa e atenciosa, ótimo docente e pesquisador, e ser humano ímpar. Muito obrigada pelos sinceros comentários, pelas aulas e pela amizade! Saudades de ouvi-lo nas suas apresentações tocando saxofone. Foram momentos prazerosos!

À Professora Terezinha Souza, por suas contribuições durante a banca de qualificação. Obrigada!

Ao Roger Guedes, companheiro do Mestrado, por suas considerações durante a banca de defesa! Obrigada!

À Ana Maria, companheira de Mestrado e da vida, por seus apontamentos precisos durante a defesa! Obrigada!

Às Professoras Maria das Graças Targino (UFPI) e Regina Horta Duarte (UFMG), pela generosidade e disponibilidade na troca de ideias sobre editoriais e o periódico científico! Muito obrigada!

Ao Professor Fernando Rodrigues (UNESP/MARILIA), pela generosidade ao me disponibilizar o programa WHITE, mesmo que eu não o tenha usado na tese. A sua atenção e cordialidade em um mundo inóspito como o acadêmico é sempre bem-vindo.

À Débora Pereira e Gilda Silva, que fizeram chegar até mim, lá do Velho Continente, um livro crucial para a pesquisa! Muito obrigada pela amizade e desprendimento!

À Cida Shikida, por sua amizade e companheirismo desde a época do Mestrado, por suas leituras atentas e por não me deixar desistir do ingresso no Doutorado. Muito obrigada por sua existência em minha vida!

Ao Ronaldo Araújo, pelas tantas conversas, desde as primeiras disciplinas, passando pelo exame de qualificação até o fim da escrita dessa tese. Obrigada pela amizade constante e o suporte sempre presente!

À Júlia Gonçalves, pelo apoio constante, e por me apresentar Rio Pomba (MG) lá em 2013, e o biscoito de polvilho da fábrica do Maurinho. Obrigada!

Ao André Rodrigues, pelo apoio em um momento delicado no ano de 2016 e que, com palavras de apoio, trouxe leveza para esta finalização da escrita. Obrigada!

À Niliane Aguiar, companheira dos idos da graduação e, recentemente, no Doutorado. Obrigada pela amizade sincera, pelo suporte diário com seu “bom dia” e suas orações, que sempre injetavam um ânimo quando mais precisei! Obrigada!

Obrigada, Cristian Brayner, por sua amizade, ponderações e trocas de ideias contínuas e por me apresentar Aquiles, exemplo de dedicação e trabalho. Agradeço a ambos pela acolhida em Brasília! A amizade de vocês é ímpar!

À Adriana Rodrigues, companhia diária no Setor de Referência, e que me ouvia falar repetidamente das disciplinas estudadas, da pesquisa, da qualificação e da tese, mas sempre tinha uma palavra de incentivo e apoio. Muito obrigada!

Agradeço ao Leonardo Renault, companheiro de trabalho desde a época do PAD – Programa de Aprimoramento Discente na Escola de Ciência da Informação, que supervisionou meu estágio obrigatório na biblioteca do Departamento de Química da UFMG, e continuamos, até os dias de hoje, trabalhando juntos na biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas! Obrigada!

Aos meus novos amigos da História, com os quais tive muitos aprendizados e fiz boas amizades: Deise Rodrigues, Fernanda Schiavo, Fernando Garcia, Polyana Valente,

Roxane Sidney, Ricardo Figueiredo, Gustavo Nápoli, Raylane Marques, Andrea Vieira, Francismary Alves e Gabriel Ávila.

Agradeço também aos amigos da parcela linguística do meu trabalho, aqui representados pela Zaira Santos, Egina Pereira, Graciele Martins, Rodrigo Seixas, Cíntia Araújo e Eduardo Franco.

Meu obrigada à Marina Oliveira, pela revisão cuidadosa desse trabalho!

Agradeço também aos meus tradutores, Gustavo Bicalho, Língua Inglesa; Leonardo Assis, Língua Francesa e Mara Baptista, Língua Espanhola!

Meus sinceros agradecimentos à Sandra Mendes, a San para os amigos. Agradeço por sua amizade duradoura, pelas conversas amenas em meio ao caos, por seu carinho! Meu muito obrigada!

À Regina, mãe da San, e que me adotou como filha. Sua presença constante e suas orações sempre me confortam e me fazem seguir em frente! Obrigada!

À Ladyce, que sempre me incentivou e também me proporcionou horas amenas na fase do doutoramento, ao me indicar leituras leves e rápidas. A sua amizade é ímpar!

“O objetivo real do método científico é certificar-se de que a natureza não nos enganou, fazendo-nos pensar que sabemos algo que realmente não sabemos. Todo mecânico, cientista ou técnico já passou tantas vezes por isso, que está sempre de sobreaviso. Essa é a razão principal pela qual tantos dados científicos e mecânicos parecem tão monótonos e cautelosos. Se a gente se descuidar, ou começar a romantizar os dados científicos, enfeitando as coisas aqui e ali, logo a natureza vai fazer a gente de bobo. É o que acontece muitas vezes, mesmo quando não se lhe dá nenhuma oportunidade. Deve-se ser extremamente cuidadoso e extremamente lógico ao lidar com a natureza: é só escorregar no raciocínio, que o edifício científico inteiro desmorona. Uma dedução equivocada sobre a máquina pode deixar-nos confusos indefinidamente”

Robert M. Pirsig - Zen e arte de manutenção das motocicletas: uma investigação sobre valores.

VIEIRA, Letícia Alves. *A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista *Varia Historia* (2007-2016)*. Belo Horizonte, 2017. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RESUMO

A presente pesquisa teve como propósito analisar as principais estratégias discursivas e argumentativas veiculadas pelos discursos contidos nos editoriais publicados em um periódico de relevância nacional e internacional para a área em questão, a *Varia Historia*. O recorte temporal, que compreende o período de 2007 a 2016, teve a finalidade de desvelar a construção da narrativa científica para a área de humanidades por meio da História. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma Análise de Conteúdo (AC) a fim de se organizar o *corpus* analisado em Análise do Discurso (AD), tendo como escopo a Teoria Semiociológica (TS) de Patrick Charaudeau. Com base em uma situação triangular, que se constituiu de um sujeito argumentante, neste caso, representada pela editora da revista *Varia Historia*, o sujeito alvo, que são os leitores da revista e a proposta sobre o mundo, o trabalho objetivou construir uma premissa para a atuação dos dois sujeitos. Foram analisados 23 editoriais, cujo *corpus* possibilitou extrair 31 trechos representativos para o estudo argumentativo, pelo qual se encontrou a resposta dos objetivos específicos do estudo que foram: a) identificar as formações discursivas presentes nos editoriais do referido periódico; b) analisar a construção da narrativa científica para a área de humanidades, por meio da História, fundamentada na teoria semiociológica de Patrick Charaudeau e, c) compreender a construção do conceito de ciência nas narrativas presentes nos editoriais publicados no referido periódico. Identificaram-se, pelo estudo, as formações discursivas em trechos extraídos dos editoriais e, baseado nessa identificação, a construção da narrativa científica nas Ciências Humanas através da análise discursiva do *corpus* foi analisada e compreendida. Em síntese, com a análise dos editoriais, foi possível compreender o potencial desse novo objeto como instância político-científica e o fazer científico de um domínio de conhecimento. O modelo de combinação teórico-metodológica, entre AC e AD, e um novo objeto - o editorial científico - mostrou-se profícuo para a compreensão dos elementos discursivos presentes nos editoriais, desvelando o conceito de ciência construído segundo as discussões acerca da neutralidade da própria ciência, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, a política como assunto histórico, e, por fim, a preocupação com a internacionalização do periódico, e a circulação do conhecimento científico em História.

Palavras-chave: Análise do discurso; Comunicação científica; Editorial; Narrativa científica; Periódico científico.

VIEIRA, Letícia Alves. *A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista Varia Historia (2007-2016)*. Belo Horizonte, 2017. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ABSTRACT

This research intends to analyze the main discursive and argumentative strategies in the editorials of *Varia Historia*, a journal of national and international relevance. The focus on the period between 2007 and 2016 aimed at disclosing the construction of scientific narrative in humanities through History. For this purpose, a Content Analysis (CA) was performed in order to organize the corpus which was studied through Discourse Analysis (DA) in the scope of Patrick Charaudeau's Semiolinguistics theory. On the basis of a triangular situation constituted by an argumentative subject (here represented by the publisher of *Varia Historia*), a target subject (the readers of the magazine), and a proposition about the world, this thesis aims at building a premise for the acting of both subjects. Twenty-three editorials were analyzed as a corpus from which thirty-one representative excerpts were extracted for argumentative analysis. Using this method, the research has found answers to the following specific objectives: a) identifying discursive formations which appear in the editorials of the journal above mentioned; b) analyzing the construction of scientific narrative in the area of humanities with basis on the semiolinguistics theory by Patrick Charaudeau; c) understanding how the concept of science is built by narratives in the journal's editorials. The identification of discursive formations in excerpts taken from editorials enabled the analysis and comprehension of the construction of the scientific narrative. In sum, by the analysis of the editorials it was possible to understand the object's potential as a political-scientific instance and a practice inside a field of knowledge. A fruitful theoretical and methodological combination between Discourse Analysis, Content Analysis and a new object—the scientific editorial—enabled the comprehension of discursive elements in the editorials. They unveil the establishment of the concept of science in accordance with discussions concerning scientific neutrality, construction of academic knowledge and its relations to lay knowledge, politics as a historical subject and, at last, the dissemination of knowledge in History.

Keywords: Discourse Analysis; Scientific communication; Editorials; Scientific narrative; Scientific journal.

VIEIRA, Letícia Alves. *A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista Varia Historia (2007-2016)*. Belo Horizonte, 2017. 253f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RESUMÉ

Cette recherche a eu le but d'analyser les principales stratégies discursives et argumentatives véhiculées par les discours contenus dans les éditoriaux publiés dans un périodique d'importance nationale et internationale pour le domaine en question, le *Varia Historia*. L'analyse temporelle qui couvre la période entre 2007 et 2016 a l'intention de dévoiler la construction narrative scientifique au domaine des humanités à travers l'Histoire. Afin d'atteindre cet objectif, on a réalisé une analyse de contenu (AC) visant la réorganisation du *corpus* analysé en Analyse du Discours (AD) tout en ayant comme terrain d'étude la théorie sémio-linguistique (TS) de Patrick Charaudeau. Basée sur une situation triangulaire, qui s'est constituée d'un sujet argumentant, dans ce cas, représenté par la maison d'édition du périodique *Varia Historia*, du sujet cible, les lecteurs de la revue et d'une proposition sur le monde, ce travail a eu l'objectif de construire une prémisse à l'action des deux sujets. On a analysé 23 éditoriaux, dont le corpus a rendu possible le dégagement de 31 extraits représentatifs à l'étude argumentative à travers laquelle on a trouvé la réponse à des objectifs spécifiques de l'étude dudit périodique qui ont été : a) identifier les formations discursives présentes dans les éditoriaux du périodique en question ; b) analyser la construction de la narrative scientifique pour les domaines des humanités à travers l'Histoire fondée sur la théorie sémio-linguistique de Patrick Charaudeau et c) comprendre la construction du concept de science dans les narratives présentes dans les éditoriaux publiés dans le périodique. On a identifié, par l'étude, les formations discursives dans des extraits des éditoriaux et ancré dans cette identification, la construction de la narrative scientifique dans les sciences humaines par l'analyse discursive du *corpus* a été analysée et comprise. En synthèse, lors de l'analyse des éditoriaux on a pu comprendre le potentiel de ce nouvel objet en tant qu'instance politico-scientifique et le faire scientifique d'un domaine de connaissance. Le modèle de combinaison théorico-méthodologique entre AC et AD et un nouvel objet – l'éditorial scientifique – se sont avérés avantageux à la compréhension des éléments discursifs présents dans les éditoriaux, se faisant ainsi dévoiler le concept de science construit selon les discussions à propos de la neutralité de la science elle-même, la construction du savoir universitaire et ses relations avec les savoirs laïcs, la politique comme thème historique et enfin le souci de l'internationalisation du périodique et de la circulation de la connaissance scientifique en Histoire.

Mots-clés : Analyse du discours; communication scientifique; éditorial ; narrative scientifique ; Périodique scientifique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Folha de rosto do primeiro fascículo do <i>Philosophical Transactions</i> em 1665	54
FIGURA 2 - Folha de rosto do primeiro fascículo do <i>Journal des Sçavans</i> em 1665	55
FIGURA 3 - Relação triangular da argumentação.....	83
FIGURA 4 - Capa do primeiro número da Revista do Departamento de História (atual <i>Varia Historia</i>).....	91
FIGURA 5 - Apresentação do primeiro fascículo da Revista do Departamento de História em 1985	92
FIGURA 6 - Desenvolvimento de uma AC	102
FIGURA 7- Ato de linguagem e situação de comunicação	112

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - Pesquisas brasileiras em CI utilizando AD Foucaultiana.....	31
QUADRO 2 - Secretários da <i>Royal Society</i> com função de editores (1665-1751)	43
QUADRO 3 - Secretários da <i>Royal Society</i> com função de editores (1827 - 1988) ..	44
QUADRO 4 - Secretários da <i>Royal Society</i> com função de editores (1827 - 1988) ..	45
QUADRO 5 - Editores do <i>Philosophical Transactions of the Royal Society A (Physical Sciences)</i>	46
QUADRO 6 - Editores do <i>Philosophical Transactions of the Royal Society B (Biological Sciences)</i>	46
QUADRO 7 - Síntese dos gêneros discursivos segundo Maingueneau (2004)	65
QUADRO 8 - Síntese dos gêneros instituídos conforme Maingueneau (2004).....	66
QUADRO 9 - Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades	68
QUADRO 10 - Resumo dos modos de raciocínio	84
QUADRO 11 - Editoriais e Editores de <i>Varia Historia</i> (2007 a 2016)	93
QUADRO 12 - Editoriais e Editores de <i>Varia Historia</i> (2007 a 2016)	94
QUADRO 13 - Editoriais e Editores de <i>Varia Historia</i> (2007 a 2016)	95
QUADRO 14 - Editoriais e Editores de <i>Varia Historia</i> (2007 a 2016)	96
QUADRO 15 - Análise Categorical Temática dos Editoriais de <i>Varia Historia</i> (2007 - 2016)	103
QUADRO 16 - Procedimentos da encenação argumentativa	109
QUADRO 17 - Procedimentos de Encenação Argumentativa presente nos editoriais – procedimentos semânticos – domínios de avaliação	116
QUADRO 18- Procedimentos Semânticos – os valores.....	118
QUADRO 19 - Procedimentos Discursivos - A definição	119
QUADRO 20 - Procedimentos Discursivos - A comparação	120
QUADRO 21 - Procedimentos Discursivos - A citação	120
QUADRO 22 - Procedimentos Discursivos - A acumulação	121
QUADRO 23 - Procedimentos Discursivos - O questionamento	121
QUADRO 24 - Procedimentos de composição - A composição linear	122
QUADRO 25 - Construção do conceito de ciência nos editoriais de <i>Varia Historia</i> - 2007 a 2016	149
TABELA 1- Corpus - Editoriais da <i>Varia Historia</i> (2007 a 2016)	99

LISTA DE SIGLAS

ABEC –	Associação Brasileira de Editores Científicos
ABNT –	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIBL –	<i>Académie des Inscriptions et Belle-Lettres</i>
CAPES –	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
DOI –	<i>Digital Object Identifier</i>
EUA –	Estados Unidos da América
FAFICH –	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
IEAT –	Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares
SciELO –	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEER –	Sistema Eletrônico de Editoração de Periódicos
UFMG –	Universidade Federal de Minas Gerais
USP –	Universidade de São Paulo

LISTA DE ABREVIATURAS

AC –	Análise de Conteúdo
AD –	Análise de Discurso
CI –	Ciência da Informação
EUc –	Sujeito comunicante
EUe –	Sujeito enunciador
JDS –	<i>Journal des Savants</i>
Phil. Trans. –	<i>Philosophical Transactions</i>
TS –	Teoria Semiológica
TUd –	Sujeito destinatário
TUi –	Sujeito interpretante

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: CONTEXTO, HIPÓTESE, PRESSUPOSTO E OBJETIVOS	22
1.1. O contexto, hipótese, pressuposto e objetivos da pesquisa	23
1.2 O editorial da revista científica como objeto	27
CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NAS CIÊNCIAS HUMANAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	37
2.1 A comunicação da ciência: um panorama histórico	37
2.2 Journal des Savants: uma história dedicada à disseminação do conhecimento científico nas Humanidades	39
2.3 Philosophical Transactions: a primeira revista científica	41
2.4 Os periódicos científicos brasileiros: um pilar na institucionalização da ciência no país	47
2.4.1 <i>Imprensa brasileira</i>	49
2.4.2. <i>Os periódicos no Brasil</i>	50
2.5 Os periódicos brasileiros de História: algumas considerações	51
2.6 Padronização de periódicos científicos: a identidade da comunicação científica periódica	53
2.7 A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas	57
CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	63
3.1 O Editorial como gênero discursivo e as condições de produção do discurso	63
3.2 O gênero discursivo	63
3.3 A esfera de produção do discurso	68
3.4 A esfera de interpretação do discurso	70
3.5 Quadro institucional: Varia Historia	70
3.6 O contrato de comunicação estabelecido nos editoriais	71

3.7 Os modos de organização do discurso: o arranjo semiolinguístico	74
3.7.1 <i>Modo de organização descritivo</i>	75
3.7.2 <i>Modo de organização narrativo</i>	76
3.7.3 <i>Modo de organização enunciativo</i>	76
3.7.4 <i>Modo de organização argumentativo</i>	78
3.8 Procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas	80
3.8.1 <i>Comportamento Alocutivo</i>	80
3.8.2 <i>Comportamento Elocutivo</i>	81
3.8.3 <i>Comportamento Delocutivo</i>	82
3.9 Modo argumentativo: a organização da lógica argumentativa e sua encenação	82

CAPÍTULO 4 – VARIA HISTORIA E SEUS EDITORIAIS: O OBJETO EM ANÁLISE
.....89

4.1 A Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	89
---	-----------

CAPÍTULO 5 - CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: DEFININDO OS PERCURSOS DA PESQUISA

.....97	97
5.1 Escolha do periódico e recorte temporal	97
5.2 Coleta de dados e organização do corpus	98
5.3 Pré-análise	100
5.4 Exploração do material	100
5.5 O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação	100

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DISCURSIVA DOS EDITORIAIS DA REVISTA VARIA HISTORIA (2007-2016): CONSTRUINDO A NARRATIVA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

.....111	111
6.1 O ato de linguagem e a situação de comunicação	111
6.2 Procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas	122
6.2.1 <i>Comportamento Alocutivo</i>	123

6.2.2 Comportamento Elocutivo.....	124
6.2.3 Comportamento Delocutivo	125
6.3 A construção enunciativa dos editoriais.....	126
6.4 Organização e análise argumentativa dos editoriais de Varia Historia	129
<i>6.4.1 Construção do conceito de ciência por meio das narrativas nos editoriais de 2007 a 2016</i>	<i>148</i>
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS	162
ANEXO A - Critérios SciELO Brasil: critérios, políticas e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil	163
ANEXO B – Código ético da revista Varia Historia.....	186
ANEXO C – Corpus analisado – Editoriais de Varia Historia (2007 – 2016)	189
Editorial 01 - Dossiê: A história dos velhos mapas	189
Editorial 02 - Dossiê: História das Américas	191
Editorial 03 - Dossiê: História Ambiental e Cultura da Natureza.....	194
Editorial 04 - Dossiê: História da Arte	196
Editorial 05 - Dossiê: Imagens: escravidão, mestiçagens	199
Editorial 06 - Dossiê: Influenza Espanhola	205
Editorial 07 - Dossiê: História Medieval: fontes e historiografia	212
Editorial 08 - Dossiê: História, ciência e saúde	214
Editorial 09 - Dossiê: Republicanismo no Brasil do século XIX.....	216
Editorial 10 - Dossiê: Elementos materiais da cultura e patrimônio.....	218
Editorial 11 - Dossiê: História e Inteligência	224
Editorial 12 - Dossiê: Relações civis militares e Segurança Nacional	226
Editorial 13 - Multitemático.....	229
Editorial 14 - Dossiê: Nações, Comércio e Trabalho na África Atlântida	231

Editorial 15 - Dossiê: As Direitas na História.....	234
Editorial 16 - Dossiê: Educação e História.....	236
Editorial 17 - Dossiê: Intelectuais e circulação de ideias na América Latina... 	238
Editorial 18 - Dossiê: Por uma nova história da Igreja Medieval.....	241
Editorial 19 - Dossiê: Historiografia e História Intelectual.....	245
Editorial 20 - Multitemático.....	247
Editorial 21 - Dossiê: Culturas alimentares, práticas e artefatos.....	249
Editorial 22- Dossiê: História e teatro no Brasil pós-64.....	251
Editorial 23 - Dossiê: Arte e ciência, um processo operativo	253

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: CONTEXTO, HIPÓTESE, PRESSUPOSTO E OBJETIVOS

A comunicação científica como centro das atividades de pesquisa no cenário acadêmico é um tema recorrente de pesquisa na Ciência da Informação (CI), conforme vários estudos presentes na literatura, desde a clássica obra de Meadows (1999), *A comunicação científica*, até outras pesquisas com diferentes enfoques, sejam bibliométricos, altimétricos, teóricos, dentre outros. E a nossa escolha se baseou na comunicação científica como uma grande área de conhecimento, porém, com delimitações bastante definidas.

Como uma ação científica, estudá-la se aplica a quaisquer campos de conhecimento. Dessa forma, estabelecemos a demarcação para nosso estudo, a História, uma disciplina do campo das Ciências Humanas. E delimitamos um objeto em específico da comunicação científica, o periódico. E no interior deste, escolhemos os editoriais como a emergência discursiva da ciência.

O estudo da comunicação científica periódica por meio da apresentação dos primeiros periódicos foi crucial para compreendermos o cenário científico e sua narrativa.

Para estudarmos os editoriais como um espaço de discurso, foi necessário nos debruçarmos sobre o campo de estudo da Análise de Discurso (AD), tendo por base teórica os estudos de Charaudeau e outros autores como Maingueneau, Bakhtin, dentre outros.

No capítulo intitulado Apresentação da pesquisa: contexto, hipótese, pressuposto e objetivos, a pesquisa é apresentada, o contexto no qual foi desenvolvida, nossa hipótese e pressuposto de trabalho e os objetivos.

Já o capítulo 2, A história da comunicação científica e a construção da narrativa nas ciências humanas: desafios e perspectivas tem o objetivo de expor, por um panorama sucinto, a história da comunicação científica, com foco nos periódicos históricos, e as

modificações ocorridas até os dias atuais, e também a construção da narrativa científica nesse espaço de tempo.

No capítulo 3, Fundamentação teórica, trazemos toda a fundamentação teórica que embasa as discussões propostas no trabalho.

O nosso objeto de estudo, o periódico *Varia Historia*, é apresentado no Capítulo 4, sua história desde a fundação até os dias atuais.

O capítulo 5, Caminhos teórico-metodológicos: definindo os percursos da pesquisa, mostra os percursos escolhidos para a realização da pesquisa, os passos realizados, organização do *corpus* e as ferramentas metodológicas utilizadas para consecução dos objetivos.

E o capítulo 6, Análise discursiva dos editoriais da Revista *Varia Historia* (2007-2016): construindo a narrativa científica nas Ciências Humanas, traz as análises realizadas nos editoriais e o resultado destas, em diálogo com as teorias apresentadas na fundamentação teórica.

E, finalmente, as considerações finais, que apresentam as conclusões das análises realizadas e possíveis estudos futuros.

1.1. O contexto, hipótese, pressuposto e objetivos da pesquisa

A comunicação científica situa-se no coração da ciência, como diz Meadows (1999), no prefácio do clássico livro *A comunicação científica*. E essa comunicação se reinventa e se atualiza com o passar dos anos, pois a própria ciência define novos contornos. Nesse contexto, o periódico científico continua sendo um canal formal para veiculação do conhecimento produzido nas diversas áreas de conhecimento. Desde as áreas artísticas, literárias, exatas, biomédicas, humanas, ciências sociais, engenharias até as áreas inter, trans e multidisciplinares.

Nessa circunstância, o periódico ou revista científica é um elemento chave na comunicação científica¹, e um objeto de estudo relevante para a Ciência da Informação, posto que o seu surgimento decorreu da necessidade da ampla divulgação dos conhecimentos produzidos para além do local em que foi realizada a pesquisa, a descoberta e/ou o experimento, e com a organização da informação.

Além dessa função primordial de comunicação formal de resultados de pesquisa original para a comunidade científica e outros interessados, a preservação do conhecimento registrado, o estabelecimento da propriedade intelectual e a manutenção do padrão de qualidade na ciência são funções destacadas para esse tipo de fonte de informação, segundo a *Royal Society*, importante sociedade científica e editora de um dos primeiros periódicos científicos, o *Philosophical Transactions*.

Os primeiros periódicos surgem no século XVII, sendo o primeiro datado de 1665, o *Journal des Savants*, definido como um periódico generalista, que cobria uma grande gama dos campos do saber, como ciência, teologia, artes, literatura, dentre outras áreas correlatas, conduzindo-se, portanto, como um periódico das Humanidades, conforme Volpe (2008©). Meses mais tarde, outro surgiu paralelamente na Inglaterra, o *Philosophical Transactions*, que se limitava a cobrir os domínios científicos².

A comunicação científica periódica como tema de pesquisa na Ciência da Informação (CI) tem em seu cerne várias possibilidades: os estudos métricos, os de políticas de indexação de periódicos, o uso de informação para determinados públicos, a temática presente em determinado período da publicação, dentre outros estudos. Porém, o estudo de editoriais não foi encontrado nesse campo de análise. As pesquisas são mais frequentes ao utilizarem os artigos que compõem os fascículos derivando, dessa tipologia, os estudos citados anteriormente. O editorial foi eleito como objeto desta

¹ A centralidade do periódico na ciência se dá a partir da produtividade científica como elemento primordial de avaliação e financiamento dos programas de pós-graduação no Brasil. Dessa forma, nota-se um crescimento de periódicos brasileiros e sua indexação em bases de dados relevantes. Questões relacionadas à produção científica e outros aspectos relacionados à mudança e estado atual da pós-graduação no Brasil estão no documento da Capes, intitulado “Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020”, de Dezembro de 2010. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf Acesso em 11 jun.2017.

² Naquele período, considerava-se domínio científico somente a filosofia da ciência, matemática, astronomia e as ciências da terra.

pesquisa, abrindo, assim, a oportunidade de análise de um material que geralmente apresenta um texto conciso, “livre” de marcas pessoais e/ou ideológicas, mas que pode trazer marcas ou inferências importantes a respeito do periódico, os temas ali representados e a comunicação da ciência produzida.

Visto que a comunicação científica apresenta-se como um tema e objeto relevante para o campo da CI, os conceitos relacionados a essa temática é diversificada, como apontado por Caribé (2015). Esses conceitos compreendem questões tanto de difusão, divulgação e popularização da ciência, como compreensão pública da ciência, alfabetização científica, dentre outros. A autora trabalha com as concepções relacionadas à comunicação científica como processo, e também com as que se relacionam aos resultados do método de comunicação científica.

O editorial, como parte integrante do periódico científico, faz parte da comunicação científica, mesmo que não tradicionalmente, e, segundo o estudo de Caribé (2015), enquadra-se no interior da comunicação da ciência como processo e, nesse contexto, o editorial se encontra no campo de difusão científica, que abarca uma diferenciação, de acordo com a linguagem utilizada e o universo receptor. A difusão científica é um termo generalista; em contrapartida, disseminação da ciência e divulgação científica são mais específicos, apresentando uma relação hierárquica do tipo gênero-espécie.

Conclui-se, dessa pesquisa, a constatação de uma disseminação da ciência intrapares, que se concretiza da circulação de informações científicas e de tecnologia entre os especialistas daquela área de conhecimento, e também de disseminação extrapares, que são direcionadas a um público especializado, mas não necessariamente de um domínio científico.

Portanto, esse foi o conceito de comunicação científica, específico que escolhemos a fim de que o editorial fosse abordado, nesta pesquisa, como um objeto diferenciado no interior da comunicação da ciência.

Estudar e percorrer os caminhos da ciência é descobrir novas possibilidades e orientar olhares para a prática científica, e, no caso da presente pesquisa, por meio dos editoriais, construir possíveis narrativas científicas.

Para tanto, é necessário definir o que é um editorial: segundo a ABNT (2015), é o “texto onde o editor ou redator apresenta o conteúdo do fascículo, alterações nos objetivos e na forma da publicação, mudanças no corpo editorial e outras que se tornarem necessárias”. Trata-se, portanto, de um elemento pré-textual que precede os elementos textuais de um fascículo do periódico: artigos, resenhas e outros documentos constantes do fascículo.

E, para Targino (1998), o editorial nas revistas científicas compreende as seções secundárias e representa o espaço para a manifestação e o posicionamento da publicação. Sua função primordial é a de representar a linha de pensamento da revista, além de apresentar o conteúdo do fascículo.

A origem do editorial remonta-se aos primórdios do nascimento dos periódicos científicos, que têm como representantes históricos, o *Journal des Savants* e o *Philosophical Transactions*. Nessas publicações o editorial ainda não existia como é conhecido hoje. No século XVIII, apareceram as “Cartas ao leitor”, que cumpriam um pouco a função do editorial, porém com uma diferença: geralmente informavam o que se encontrava no fascículo e convidava o leitor a ler o número em questão. Os editoriais atuais, além de possuírem essas informações, apresentam outros elementos como, por exemplo, reflexões a respeito do campo disciplinar, convite aos pesquisadores a repensarem as suas pesquisas e, conseqüentemente, a publicação destas, como veremos na análise dos editoriais de *Varia Historia*, objeto de nosso estudo, que será abordado no próximo capítulo. Nesses editoriais, a editoria lança uma questão acerca da área de História e faz um convite aos pesquisadores para refletirem o fazer científico, além de apresentar os trabalhos daquele fascículo.

1.2 O editorial da revista científica como objeto

É fato que existem diversas instâncias de emergências discursivas no âmbito da ciência, em específico das Ciências Humanas, e, em nosso caso, representada pela disciplina História. Existem diversas revistas científicas, eventos acadêmicos, associações científicas e outros materiais que compõem um campo científico. Contudo, o periódico, representado como um espaço de comunicação de pesquisas, é privilegiado por congregar um conjunto de reflexões compostas de argumentos e discursos de outros espaços igualmente importantes para o fazer científico. Por isso, torna-se um objeto central da ciência como meio de comunicação entre os pares.

Os editoriais de periódicos científicos podem ser considerados como um espaço que proporcionará outro olhar acerca da ciência, e também possibilitar conhecer um pouco mais as narrativas presentes no periódico. Incluindo, também, o seu papel na construção de um conceito de ciência determinado para a respectiva área de conhecimento na qual está inserido.

A concepção de periódico como espaço de veiculação da ciência já existe desde o século XVII³. Porém, não se encontravam editoriais nos primórdios dessas publicações. Por isso, é um espaço que pode deixar marcas importantes do discurso de uma área de conhecimento. Isso se deve ao fato de o editorial não se tratar apenas de um texto de abertura do periódico. Também se compõe de opiniões da editoria, bem como a justificativa para a escolha daquele conjunto de textos ali apresentados.

Assim sendo, podemos inferir que o editorial se apresenta como um novo gênero discursivo na academia, ao lado de outros textos já clássicos, especialmente para a Análise do Discurso, como cartas, textos literários, jornalísticos, dentre outros. Passemos, agora, à apresentação da revista *Varia Historia* e de seus editoriais selecionados para o *corpus* dessa pesquisa.

³ Questões relacionadas à comunicação científica e ao periódico estão amplamente descritos no Capítulo 2 desta tese.

É possível deduzir, a respeito do diferencial relevante no estudo de editoriais, é que podem nos fornecer informações muito variadas daquelas que estão contidas nos artigos. Nestes, a opinião expressa é a do autor do trabalho, e o objetivo principal é a divulgação dos resultados de uma pesquisa ou mesmo a discussão de algum ponto teórico de determinada área de conhecimento. Já o editorial se trata de um texto que comporta um tipo de narrativa mais específica, até por ter uma função diferente dentro do periódico, que possui o papel de apresentação do fascículo, mas também de reflexão, conforme verificaremos a fim de compreendê-lo melhor, e seus desdobramentos no capítulo de análise dos dados.

A ciência e seus elementos tem sido objeto de estudo para as seguintes áreas do conhecimento: a História na especificidade da História da ciência; a Sociologia, com seus estudos sociológicos da ciência; a Filosofia que, por séculos, debruça-se sobre esse tema, e a Ciência da Informação, ao implementar estudos bibliométricos de produção científica. Sendo assim, a Ciência da Informação admite, em seu campo de estudo, a nossa pesquisa, que é transversal a duas disciplinas, simultaneamente: a História, representada pelo periódico escolhido para a pesquisa e a Linguística, que, por intermédio da Análise de Discurso, colaborou com a abordagem teórico-metodológica utilizada.

Bourdieu (2003) discute a relação entre o campo científico, sua constituição, o cenário e as atividades nele realizadas, partindo do pressuposto que aquele não se constitui e se institucionaliza apenas em teoria ou em documentação, mas também passa por alterações, discussões, disputas políticas, financeiras, assim como no mercado de trabalho ou em outra instância onde estejam presentes quaisquer atividades humanas.

O autor mostra que tal campo é um local de disputa pelo poder, pelo privilégio, onde haverá sempre dominadores e dominados, ou seja, líderes e liderados, isso no que diz respeito tanto a pesquisadores como a novas disciplinas científicas. Existirá, permanentemente, uma luta pelo monopólio da competência científica, com a utilização de estratégias como em política. A ciência não apresenta um campo de

consenso quanto às suas práticas, literatura e sociedade científica, mas um território de disputas intelectuais, políticas e sociais. O autor ressalta ainda que

Não há 'escolha' científica – do campo da pesquisa, métodos empregados, lugar de publicação; ou entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro científico, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. (BOURDIEU, 2003, p.116)

A realidade que é tratada pela ciência para a compreensão de problemas é complexa e não compartimentalizada como o conhecimento se apresenta na universidade. Apenas uma ciência não dá conta de solucionar todas as questões demandadas pela sociedade. É necessária uma convergência de saberes e conhecimentos trabalhando em conjunto para a solução de questões e evolução dos próprios campos de conhecimento, tanto individual quanto o conhecimento como um todo.

Em resumo, “a ciência avança muito mais pela via dos choques, do que pelo auditório cativo, autores intocáveis, escolas definitivas” (DEMO, 1997, p.99). Desconstruir as verdades até então ditas absolutas é o cotidiano e a tarefa principal do conhecimento. Nenhuma verdade científica é perpétua. Os resultados provisórios e o questionamento perene é que são, unicamente, pode-se dizer, permanentes na ciência (DEMO, 1997).

Diante desse cenário, a nossa hipótese de trabalho foi a seguinte: as atividades que envolvem a ciência, como o estabelecimento de sociedades e comunidades científicas, necessitam da presença de um canal formal de comunicação científica. E o periódico é um desses meios, já que é um dos que contribuem para a formação de um campo de conhecimento. E a partir da análise e compreensão do periódico como objeto de constituição histórica, social e discursiva de um campo, é possível identificar posicionamentos ideológicos, bem como filiações epistemológicas, nesse caso, e uma noção e consolidação do conceito de ciência em determinada área de conhecimento.

Derivando dessa hipótese, emergiu a seguinte questão para a nossa pesquisa:

De que maneira as estratégias discursivas e argumentativas dos editoriais das revistas científicas são importantes para o estabelecimento de uma filiação

epistemológica ou ideológica e permitem compreender a construção do conceito de ciência?

Para que pudéssemos investigar essa questão, traduzimos a pergunta de pesquisa em um objetivo geral e o desdobramos em objetivos específicos.

Este estudo objetivou analisar as principais estratégias discursivas e argumentativas veiculadas pelos discursos contidos nos editoriais publicados em um periódico de relevância nacional e internacional para a área em questão, a *Varia Historia*. O recorte temporal, que compreende o período de 2007 a 2016, tem a finalidade de desvelar a construção da narrativa científica para a área de Humanidades por meio da História.

Para atingir esse propósito, houve o desdobramento em três objetivos específicos que foram: a) identificar as formações discursivas presentes nos editoriais do referido periódico; b) analisar a construção da narrativa científica para a área de Humanidades, por meio da História, fundamentada na teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau e, c) compreender a construção do conceito de ciência nas narrativas presentes nos editoriais publicados no referido periódico.

Essas questões se tornaram relevantes, visto que a Ciência da Informação já se compromete com os estudos da comunicação científica periódica, seja pela análise de medidas quantitativas, como na bibliometria, e, mais recentemente, na altimetria⁴, ou por estudos qualitativos, que analisam questões não somente acerca da estrutura ou de quantificação das publicações, mas do conteúdo, o que é exatamente o que o periódico traz para cada área de conhecimento. O uso da Análise de Discurso como abordagem teórico-metodológica já foi admitido na Ciência da Informação, com base no pensamento de Foucault, conforme o quadro abaixo, elaborado a partir de Freitas (2010).

⁴ Segundo Araújo (2015, p.25) de forma geral, “a altmetria pode ser entendida como a aplicação das métricas de mídias sociais no contexto da comunicação científica.” ARAUJO, Ronaldo Ferreira. *Estudos métricos da informação na web: atores, ações e dispositivos informacionais*. Maceió: Edufal, 2015.

QUADRO 1 - Pesquisas brasileiras em CI utilizando AD Foucaultiana

Pesquisas brasileiras que utilizaram a análise de discurso Foucaultiana					
Alvarenga (1998)	Lucas (2000)	Oliveira (2003)	Marteleteo (2003)	Freitas (2003; 2004)	Ferrarezi Romão (2007; 2008)
Ensaio sobre os desafios e contribuições da AD foucaultiana para os estudos bibliométricos.	Vários estudos e publicações sobre o caráter discursivo da leitura em análise documentária.	Pesquisa utilizando a AD na constituição de identidade (memória) institucional.	Utilizando da AD foucaultiana para análise da repartição de informações em redes sociais.	Elaborando esboço arqueológico do CI, analisando o discurso do CI sobre a informação na contemporaneidade e os trajetos temático-discursivos do campo.	Com abordagens discursivas de variadas questões culturais e teóricas do campo.

Fonte: elaborado pela autora, 2014.

Justifica-se, portanto, uma análise discursiva nos editoriais com vistas a compreender a construção da narrativa científica nas ciências humanas representada pela disciplina História, utilizando uma triangulação de olhares para esse objeto, pelas três áreas envolvidas: Ciência da Informação, História e Linguística.

A História representa a área de Humanidades, da qual surgiu um dos primeiros periódicos, o *Journal des Savants* e sua tradição literária e iluminista, com a preocupação de disseminar o conhecimento científico.

Já a Linguística, por meio da Análise de Discurso, possibilita a compreensão do que não está dito no texto, mas em toda a sua complexidade discursiva.

A Ciência da Informação atua como uma mediadora e também ordenadora dos discursos proferidos em artigos, resenhas, editoriais e outras seções que venham a compor a estrutura do periódico. E elabora esse olhar fundamentando-se em suas

ferramentas de organização e disponibilização da informação, que, nesse caso, é representada também pela normalização e editoração científica.

Em trabalho recente, Santana e Francelin (2016) identificam o papel do bibliotecário, e, por conseguinte, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação nas equipes editoriais de periódicos. A pesquisa, que foi realizada com um *corpus* composto por 37 periódicos indexados no Portal de Revistas da Universidade de São Paulo (USP), mostrou a inserção desse profissional nas equipes da editoração científica, e também as dificuldades do processo editorial das revistas no Brasil. As dificuldades estão ligadas, geralmente, a não profissionalização dessas equipes. Trata-se de um caso comum no Brasil, pois geralmente, os grupos editoriais são compostos, em sua grande maioria, pelos professores de pós-graduação das universidades, visto que a grande parte das revistas também estão ligadas a esses programas.

O estudo identificou que, normalmente, quando havia bibliotecário nessas equipes, esse profissional fazia parte da produção editorial, que é responsável pela organização e gerenciamento do fluxo de gestão dos manuscritos; pelo controle administrativo e financeiro; também pela manutenção do site/portal do periódico; pela difusão e divulgação científica e a própria preparação do periódico em suas etapas de revisão textual; padronização e normalização das citações e referências, entre outras atividades pertinentes. Dessas atividades listadas, o bibliotecário ficava responsável pela padronização e normalização dos manuscritos, e os demais profissionais envolvidos como diagramadores, jornalistas, web designer, tradutores eram responsáveis pelas demais tarefas.

Funaro, Ramos e Hespanha (2012) listaram, em seu estudo, 19 (dezenove) categorias desempenhadas por bibliotecários em equipes de produção editorial: (1) análise de provas editoriais (fluxo editorial); (2) assessoria aos autores e pareceristas; (3) avaliação técnica de revista para inclusão em bases de dados; (4) catalogação na fonte; (5) conferência da terminologia (palavras-chave); (6) controle de assinaturas, permuta e doação (distribuição); (7) diagramação; (8) divulgação; (9) elaboração de projetos; (10) elaboração de relatórios; (11) expedição; (12) formatação dos manuscritos; (13) gestão de processos (da pré-avaliação à publicação); (14) indexação; (15) manutenção do site da revista; (16) normalização; (17) prestação de

contas; (18) secretaria; e (19) supervisão de marcação em XML. Entretanto, ainda assim a realidade não é essa, e raramente encontraremos bibliotecários nessa seara.

A questão da profissionalização das equipes editoriais é um tema recorrente na discussão promovida por pesquisadores e editores científicos. E no cenário brasileiro não é diferente. As dificuldades advêm da ausência de sustentabilidade financeira e rotatividade de pessoal, como a preferência por bolsistas para comporem quadro de pessoal. As revistas continuam sendo avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e precisarem se encaixar nos critérios estabelecidos pelas bases de dados e portais, como o SciELO. Ainda assim, não possuem uma sustentação de pessoal, de equipamentos e suporte tecnológico. Esses fatos recaem sobre a exigência do aumento de periódicos, como espaços para escoamento da produção acadêmica, mas a qualidade dessas revistas pode ser prejudicada nesse movimento de ciência *fast food*.

A estrutura do periódico apresenta mudanças desde o seu surgimento até os dias atuais exemplificadas no *Journal des Savants*, a partir da pesquisa de Volpe (2008©)⁵, que teve como recorte o século XVII e início do século XVIII, mais precisamente entre os anos de 1665 e 1710, e também dos fascículos digitalizados pela Biblioteca Nacional da França, pelo Projeto Gallica. Os fascículos não apresentavam seções definidas. Agrupavam-se cartas, artigos, comunicações de reuniões e/ou visitas de notáveis e nobres, além do obituário de pessoas consideradas importantes naquele local.

No século XX, a configuração estrutural da revista muda, e há o surgimento de seções específicas nos fascículos: Notícias e cartas, Livros Novos, Comunicações, Necrologia, Variedades, além de outra seção importante, a da Carta ao Leitor.

Desde o seu primeiro fascículo, o *Philosophical Transactions* já apresenta a configuração dos nossos periódicos modernos, e abriu seu número com uma carta do

⁵VOLPE, Tony. *Science et Théologie dans les débats savants de la seconde moitié du XVII Siècle: la Genèse dans les Philosophical Transactions et le Journal des Savants (1665-1710)*. Belgium: Brepols, 2008©.

editor, como título: *Epistle Dedicatory*. E foi redigida por seu fundador, Henry Oldenburg, secretário da *Royal Society*. Após a carta, na sequência, encontravam-se a seção de artigos e erratas, quando necessárias.

Atualmente, a estrutura dos periódicos se baseia em um editorial, apresentação do fascículo, artigos, resenhas de livros, conferências da área em questão. Identifica-se, ao longo da vida da comunicação científica periódica, que sua estrutura se manteve praticamente a mesma, mesclando os elementos encontrados no *Journal des Savants* e no *Philosophical Transactions*. Dentre essas seções, uma permaneceu ao longo dos séculos: o editorial. Atentou-nos essa formação discursiva, que possui enunciados relativamente estáveis, visto que é um espaço de opinião do editor, para reflexões e apresentação do fascículo.

Os periódicos, ao longo do tempo, se modificaram e se atualizaram de acordo com as demandas da comunidade científica, e também com a mudança do modo de se fazer ciência. A conectividade foi um fator inicial, sem retorno. As plataformas de edição e divulgação dos periódicos comprovam esse fato. As internacionalizações da ciência e, por conseqüência, de seus instrumentos também auxiliaram a atualização da forma como se comunica a ciência. Bases de dados e portais de periódicos também têm seus critérios para inclusão de revistas em suas bases, assim como as agências brasileiras por meio de validação e avaliação dos periódicos.

No caso do SciELO⁶ há critérios bem definidos para inclusão e manutenção dos periódicos em sua biblioteca eletrônica – sobre os quais trataremos mais adiante - garantindo a qualidade dos periódicos ali indexados e também sua internacionalização. Já a Capes possui um sistema de avaliação dos periódicos,

⁶A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Desde 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Com o avanço das atividades do projeto, novos títulos de periódicos estão sendo incorporados à coleção da biblioteca.

classificando-os em extratos tanto para a sua área de origem quanto para áreas correlatas.

Além da pesquisa e leitura de materiais relativos aos periódicos, outras questões teórico-metodológicas se tornaram essenciais para a condução desta pesquisa. No âmbito da Análise de Discurso, os estudos de Patrick Charaudeau (2008), com sua Teoria Semiollingüística, auxiliaram-nos no desvelamento dos editoriais, bem como outros autores que complementaram nosso pensamento: Maingueneau (1997, 2004, 2008, 2015) e a Análise de Conteúdo, “um conjunto de técnicas de análise de comunicações” segundo Bardin (2016, p.37), que foi extremamente importante para retratar o conteúdo da publicação.

O *corpus* selecionado para pesquisa foi composto por 23 textos. Comumente, cada editorial contém, no mínimo, uma e, no máximo, nove páginas. A redação do texto é escrita em terceira pessoa. Desse modo, conforme ressaltou Doury (2002), a ciência é evidenciada como um “discurso sem corpo”, a cientificidade demonstrada com o uso da impessoalidade na fala. Podemos dizer que sua finalidade comunicativa está ancorada no desejo de levar ao leitor o conteúdo da revista e também humanizar o contato do auditório com o texto científico. O período da publicação dos editoriais compreendeu os anos de 2007 a 2016.

Nesse período, tanto o periódico em geral quanto a avaliação dos periódicos brasileiros conforme a Capes tiveram alterações. Neste último caso, as classificações e reclassificações dos periódicos e a revista, passaram por mudanças de suporte informacional, design, editoria, distribuição e indexação em bases de dados. Na mesma época, o próprio departamento de História e o Programa de pós-graduação da área tiveram modificações na coordenação e outras alterações que ocorrem no ambiente universitário, costumeiramente, como a chegada de novos professores, novas ideias e novos projetos de pesquisa, dentre outras questões.

Portanto, acreditamos que, com a análise e a compreensão do periódico como objeto de constituição histórica, social e discursiva de um campo do saber, é possível identificar posicionamentos ideológicos, bem como filiações epistemológicas. No caso em exame, uma noção e consolidação do conceito de ciência em determinada área

de conhecimento e a construção da narrativa científica tomando-se por base os editoriais.

CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NAS CIÊNCIAS HUMANAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar os elementos históricos da comunicação científica, trazendo o periódico como o veículo principal da comunicação da ciência, bem como assinalar de que modo a narrativa científica se organiza nessa trajetória e contexto.

2.1 A comunicação da ciência: um panorama histórico

Comunicar a ciência, ou melhor, contar as novidades no século XVII era uma tarefa árdua e sem nenhuma sistematização. O contexto histórico da época mostrava que a divulgação e circulação do conhecimento produzida *in loco* demonstrava certa dificuldade para penetrar em outros territórios. A distância geográfica dos centros produtores de conhecimento e a escrita manuscrita reduziam a capacidade da eficiente circulação das ideias. Esses dois fatores podem ser apontados como cruciais para a lentidão da comunicação da ciência.

Com isso, o início do periodismo esteve fundamentado na necessidade da agilidade da publicização dos conhecimentos gerados, bem como na amplitude dessa publicidade. A comunicação epistolar já não dava conta de levar aos interessados o que de mais importante acontecia nos centros da ciência. Além de as notícias serem manuscritas, era necessário que se viajasse de um ponto da produção do conhecimento para que este avançasse rumo a outras cidades nas quais havia o interesse por ciência.

A transmissão desse conhecimento pelo “boca a boca”, por meio de conversas pessoais e de alguns manuscritos, provavelmente provocava perda do conteúdo. O periódico científico surge, assim, nesse contexto da segunda metade do século XVII por razões que compreendem desde a expectativa de lucro por seus editores até a crença de que era necessário um debate coletivo das idéias, tendo em vista novos

descobrimientos. Mas a motivação principal recai na necessidade de comunicação ágil e mais eficiente possível para a clientela interessada em novas realizações, conforme bem observou Meadows (1999).

Para além dessas observações, de fato a introdução do periódico no ciclo de comunicação científica significou uma formalização desse processo. A comunicação informal possuía, como característica, a audiência restrita à informação em geral e não era armazenada e, portanto, irrecuperável.

Já a comunicação formal, contrapõe, em certa medida, a informal, pois possui audiência pública e recuperação dessas informações, as quais o periódico agregava e publicava. O armazenamento desses conhecimentos ficava disponível por um longo período em bibliotecas e, atualmente, em meio eletrônico, objetivando a circulação formalizada da ciência.

Nesse mesmo período, a efervescência das ideias e propostas para a institucionalização e a profissionalização da ciência espalhou-se pela Europa, trazendo os periódicos científicos.

É possível identificar, no contexto apresentado, a mudança de uma cultura epistolar para o periodismo através dos tempos e da fundação das academias de ciência, elementos imprescindíveis na circulação do conhecimento científico.

A configuração dos espaços de ciência e, conseqüentemente, da publicação das pesquisas em um novo canal de divulgação que era naquele momento inaugurado, trazia em seu bojo um conjunto de questões ideológicas e filiações epistemológicas.

Os dois principais periódicos históricos – *Journal des Savants* e *Philosophical Transactions* – são essenciais para estabelecermos uma linha temporal na configuração da ciência e da construção de narrativas científicas. No primeiro caso, para as Humanidades – objeto de interesse nessa pesquisa – e no segundo, a narrativa científica clássica das áreas exatas e biológicas, áreas de cobertura do *Philosophical*.

Ambos os periódicos nascem no século XVII, precisamente em 1665: em Janeiro daquele ano, o surgeo JDS e, meses mais tarde, o *Phil. Trans.* A trajetória dos dois é parecida, mas se diferem logo em seguida com a proposta apresentada por cada um dos seus editores, conforme veremos a seguir.

2.2 *Journal des Savants*: uma história dedicada à disseminação do conhecimento científico nas Humanidades

O *Journal des Savants* tem uma longa história, de mais de 300 anos, e seu personagem principal é Dennis de Sallo. Interessado em Letras e leituras, de Sallo possuía uma enorme biblioteca, com 3.139 volumes, a maioria composta por livros de história. A relação de Sallo com as letras, os livros e, ainda, com nomes como Colbert e Chapelain, abre caminho para a fundação do *Journal*. Ele conheceu o projeto *Journal Littéraire General*, uma transposição realizada por Mézeray, baseada na fórmula já estabelecida pela Gazzete, no que dizia respeito às letras e às ciências. Denis de Sallo obtém privilégio tanto social quanto econômico para o seu projeto de *Journal* em agosto de 1664, época em que ocorre o início da realização de seu propósito. Pede contribuição de textos para sua nova publicação, por meio de sua rede de contatos vinda da Inglaterra na pessoa de Christiaan Huygens e Oldenberg, este último, secretário da *Royal Society*, que recebe de forma favorável o seu pedido de colaboração.

Inicialmente, o *Journal des Savants* foi impresso pelo livreiro Jean Cusson, possuía 12 (doze) páginas em formato in-quarto e circulava toda segunda-feira, entre os anos de 1665 a 1682. Seu primeiro número foi publicado no dia 05 de janeiro de 1665, e já se anunciavam aos seus leitores quais eram os objetivos do periódico, conforme ressalta Volpe:

A intenção desse jornal é de informar o que acontece de novo na República das letras, ele será composto de um catálogo exato dos principais livros que serão impressos na Europa. E não nos contentaremos em dar simplesmente os títulos, como fizeram até agora maioria das Bibliografias: além disso, nós diremos de que eles tratam e em que eles podem ser úteis. Em seguida, na ocasião da morte de alguma pessoa célebre por sua doutrina ou por suas obras, nós a exaltaremos e faremos um catálogo do que ela terá criado, com as principais circunstâncias de sua vida. Em um terceiro momento, nós informaremos as experiências em Física e Química que possam servir para

explicar os efeitos da natureza: as novas descobertas que acontecem nas Artes e nas Ciências, como as máquinas e as invenções úteis ou curiosas que podem fornecer as Matemáticas: observações do céu, dos meteoros e o que a anatomia poderá encontrar de novo nos animais (VOLPE, 2008©, p.28, **tradução nossa**)⁷

Na maior parte da história do JDS, os editores responsáveis pelas publicações eram membros da Igreja, e momentos juristas. Desde modo, as publicações dos trabalhos na revista se dividiam, em sua grande maioria, entre dois assuntos: Teologia e Direito. A construção da publicação esteve sempre mais arraigada para além desses assuntos, a temas como literatura, artes e História. Entretanto, entre os anos de 1687 a 1701, o editor responsável, reduziu as áreas contempladas pelo periódico, passando para o número de quatro, sendo elas: *Belle Lettres*; Medicina, História e Religião. No século XVIII, pela primeira vez desde a sua fundação, há um equilíbrio entre os domínios da Matemática, Física e Astronomia, cerca de 1/3 para cada uma das áreas. As editoriais subsequentes mantiveram essa regularidade, e a partir do ano de 1909, o *Journal des Savants* é abrigado e editado pela *Académie des Inscriptions et Belle-Lettres* (AIBL) até os dias atuais.

A AIBL tem como missão a difusão do conhecimento nos domínios da Antiguidade Clássica, da Idade Média e também sobre as civilizações do Oriente. Seguindo essa linha, os trabalhos publicados pelo *Journal des Savants* versam sobre História, Arqueologia, História da Arte, Filologia, Linguística, Literatura, História das Ideias, bem como disciplinas conexas a esses campos. A AIBL é, simultaneamente, um conservatório, já que é uma instituição que mantém viva a memória humana, e também um laboratório por se tratar de um espaço de pesquisa que abarca conhecimentos sobre humanidade, a sociedade e suas culturas.

⁷Le dessein de ce Journal estant de faire sçavoir ce qui se passe de nouveau dans le République des lettres, il sera composé, premièrement d'un Catalogue exact des principaux livres qui s'imprimeront dans l'Europe. Et l'on ne se contentera pas de donner les simples titres, comme on fait jusques à présent la plupart des Bibliographes: mais de plus on dira de quoy ils traitent, et à quoy ils peuvent estre utiles. Secondement, quand il viendra à mourir quelque personne célèbre par sa doctrine et par ses ouvrages, on se fera l'Éloge, et on donnera un Catalogue de ce qu'il aura mis au jour, avec les principales circonstances de sa vie. En troisième lieu, on fera sçavoir les expériences de Physique et de Chymie, qui peuvent servir à expliquer les effets de la Nature: les nouvelles découvertes qui se font dans les Arts et dans les Sciences, comme les machines et les inventions utiles ou curieuses que peuvent fournir les Mathématiques: les observations du Ciel, celles des Météores, et ce que l'Anatomie pourra trouver de nouveau dans les animaux.(VOLPE, 2008©, p.28)

2.3 *Philosophical Transactions*: a primeira revista científica

O seu primeiro fascículo data de 1665, poucos meses após a publicação do primeiro número do *Journal des Savants* na França. A revista foi criada como um título particular, pelo secretário da *Royal Society*, Henry Oldenburg. O contexto de sua criação está ligado, sobretudo, a duas atividades: a primeira se refere às atividades da própria *Royal Society*, e a segunda, à intensa correspondência de Henry com a *République des Lettres*.

Concomitantemente, em Paris, surgia o *Journal des Savants*, como iniciativa bem similar. Na reunião da *Royal Society*⁸, dia 11 de janeiro de 1665, Henry Oldenburg lia parte do seu primeiro fascículo. O breve intervalo entre a publicação, 05 de Janeiro, e aquela leitura transmite a dimensão da velocidade de comunicação entre os centros científicos mais importantes da época, Paris e Londres. A partir desse fato, o conselho da *Royal Society* determinou que as *Phil. Trans.* fossem preparadas por Henry Oldenburg e impressas toda primeira segunda-feira de todo mês, e que o texto fosse aprovado pelo conselho, antes revisto por alguns de seus membros. Nessa circunstância, é possível inferir que o *peer review*⁹ é tão antigo quanto os próprios periódicos, estabelecendo, assim, um debate entre os pares e a divulgação para um maior número de pessoas interessadas, de textos já discutidos e referendados.

Apesar de as duas revistas terem surgido simultaneamente, existem diferenças entre ambas com relação ao conteúdo e à intenção da publicação. O *Journal des Savants* trazia, em seu primeiro fascículo, um leque de atividades e cobertura, como catalogar e resumir os livros mais importantes da Europa, obituários entre outros relatos já citados anteriormente. O periódico londrino sugeria também ampla cobertura já denotada pelo seu título completo *Philosophical Transactions: giving some Acomptofthe presente Undertakings, Studies and Labours of the Ingenious in many considerable parts of the World*, mas prevalecia o acordo de não incluir temas

⁸ Uma das mais antigas sociedades científicas no mundo. Suas origens remontam ao ano de 1660 congregando como um colégio invisível, filósofos e físicos. Atualmente, congrega cerca de 1600 cientistas de renome em suas respectivas áreas de pesquisa. Tem como objetivo apoiar as atividades de pesquisa e publicações da comunidade científica do Reino Unido, por meio de eventos científicos, publicações periódicas, bolsas de financiamento e prêmios.

⁹Revisão por pares.

polêmicos de natureza teológica e política, pois a sociedade científica se interessava apenas por estudos experimentais. Com isso, podemos afirmar que as *Phil. Trans* foram o precursor do periódico moderno científico, e o *Journal des Savants*, após se verificar que era impossível abarcar todas as pretensões descritas em seu primeiro fascículo, concentrou-se em temas não científicos, sendo, por isso, considerado o precursor do periódico moderno das Humanidades.

Além da influência baconiana na *Royal Society* - que, portanto migrou para o periódico recém-criado -, o papel dos seus editores também pode nos fornecer entendimento da formatação da revista, desde seu conteúdo até sua forma.

Segundo a pesquisa de Volpe (2008©), que estudou os temas da ciência e da teologia em ambos os periódicos históricos, no período de 1665 a 1710, os conteúdos publicados geralmente estavam alinhados com a formação e interesses de seus editores. Dessa forma, os trabalhos publicados no *Phil. Trans.* no período de 1665 a 1751, conforme editoria exposta no quadro abaixo esteve alinhada a assuntos astronômicos, físicos, químicos, matemáticos e também botânicos.

QUADRO 2 - Secretários da *Royal Society* com função de editores (1665-1751)

SECRETÁRIOS DA ROYAL SOCIETY ATUANDO COMO EDITORES (1665 – 1751)		
ANO	SECRETÁRIO	FORMAÇÃO
1665	Henry Oldenburg (fundador)	Diplomata, Teólogo e Filósofo Natural
1677	Nehemiah Grew	Médico e Botânico especialista em fisiologia e anatomia dos vegetais
1679*	X	X
1682	Francis Aston & Robert Plot	Francis Aston – Físico e Químico Robert Plot – Naturalista e Químico
1684	Francis Aston & William Musgrave	Francis Aston – Físico e Químico William Musgrave- Físico e Antiquário
1686	Edmond Halley	Astrônomo e Matemático
1691	Richard Waller	Naturalista, Tradutor e Ilustrador
1695	Hans Sloane	Médico, Naturalista e Colecionador
1714	Edmond Halley	Astrônomo e Matemático
1720	James Jurin	Cientista e Físico
1727	William Ruttly	Físico
1729	Cromwell Mortimer	Físico e Antiquário
1751	Comissão responsável pela seleção dos textos (1752 – 1968) Secretários assumem funções gerenciais	

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Nota: *não houve publicação do periódico, devido à falta de material, após a morte de Oldenburg.

Com a divisão do periódico londrino em duas séries, uma dedicada às Ciências Biológicas e a outra às Ciências Físicas, os assuntos ficaram bem delimitados e com espaços reservados para publicação. E, como já mencionado, os secretários responsáveis pela editoria têm sua formação e interesse nas áreas relacionadas, conforme veremos a seguir. As datas dos editoriais não são sequenciais, pois em um momento havia mais de um responsável, e em outro, um secretário ficava bastante tempo no comando da publicação da revista.

QUADRO 3 - Secretários da *Royal Society* com função de editores (1827 - 1988)

SECRETÁRIOS DA ROYAL SOCIETY ATUANDO COMO EDITORES (1827 - 1988)		
Philosophical Transactions of the Royal Society A		
Physical Sciences		
ANO	SECRETÁRIO	FORMAÇÃO
1827	Lieut.-Col. Edward Sabine	Astrônomo e Geofísico
1830	John George Children	Químico e Zoologista
1837	Samuel Hunter Christie	Matemático, Físico e Astrônomo
1854	George Gabriel Stokes	Matemático e Físico
1885	Lord Rayleigh	Matemático e Físico
1896	Arthur William Rucker	Físico
1901	Joseph Larmor	Físico e Matemático
1912	Arthur Schuster	Físico
1919	James Hopwood Jeans	Físico, Astrônomo e Matemático
1929	Frank Edward Smith	Físico
1948	Sir David Brunt	Meteorologista
1957	Sir William Hodge	Matemático
1965	Sir James Lighthill	Matemático
1969	Sir Harrie Massey	Físico e Matemático
1978	Sir Morris Sugden	Químico
1984	Sir Roger Elliot	Físico
1988	Sir Francis Graham-Smith	Astrônomo

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

QUADRO 4 - Secretários da *Royal Society* com função de editores (1827 - 1988)

SECRETÁRIOS DA ROYAL SOCIETY ATUANDO COMO EDITORES (1827 - 1988)		
Philosophical Transactions of the Royal Society B		
Biological Sciences		
ANO	SECRETÁRIO	FORMAÇÃO
1827	Peter Mark Roget	Físico, Lexicógrafo e Teólogo
1848	Thomas Bell	Zoologista
1853	William Sharpey	Anatomista e Fisiologista
1872	Thomas Henry Huxley	Biólogo
1881	Michael Foster	Fisiologista
1903	Sir Archibald Geikie	Geólogo
1908	John Rose Bradford	Físico
1915	William Bate Hardy	Biólogo
1925	Henry Hallett Dale	Farmacologista
1935	Archibald Vivian Hill	Fisiologista
1938	Alfred Charles Glynn Egerton	Químico
1945	Sir Edward Salisbury	Botânico e Ecologista
1955	Sir Lindor Brown	Fisiologista
1963	Sir Ashley Miles	Microbiologista
1968	Sir Bernard Katz	Biofísico
1976	Sir David Phillips	Biologista
1983	Sir David Smith	Botânico
1987	Brian Keith Follett	Zoologista e Químico

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A partir do ano de 1990, *Phil. Trans.* começa a contar com seu primeiro editor oficial e não mais o secretário da *Royal Society*. Os editores das duas séries estão dispostos nos quadros que se seguem.

QUADRO 5 - Editores do *Philosophical Transactions of the Royal Society A (Physical Sciences)*

EDITORES DO PHILOSOPHICAL TRANSACTIONS OF THE ROYAL SOCIETY A (PHYSICAL SCIENCES)		
ANO	EDITOR	FORMAÇÃO
1990 – 1996	Professor F. T. Smith	Matemático
1997 - 2007	J. M. T. Thompson	Matemático e Físico
2008 – 2010	Michael Pepper	Físico
2011 -	C. David Garner	Químico

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

QUADRO 6 - Editores do *Philosophical Transactions of the Royal Society B (Biological Sciences)*

EDITORES DO PHILOSOPHICAL TRANSACTIONS OF THE ROYAL SOCIETY B (BIOLOGICAL SCIENCES)		
ANO	EDITOR	FORMAÇÃO
1990 - 1994	Dr Q. Bone	Não encontrado
1995 - 1996	Professor P. D. Wall	Neurocientista
1997 - 2005	Professor S. Zeki	Neurobiólogo
2006 - 2007	Sir Brian Heap	Biologista
2008 - 2010	Professor Georgina Mace	Bióloga
2011 -	Professor Dame Linda Partridge	Bióloga

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A área de formação dos editores é importante para a concepção dos editoriais, pois são especialistas no tema da série, e também podem coordenar de modo mais incisivo a avaliação e publicação dos materiais. No momento em que o periódico passar a ser institucionalizado e a *Royal Society* se torna responsável por sua edição e distribuição, ainda no século XVII, em 1752, aqueles profissionais serão especialistas da área. Além disso, não há uma influência direta na proporção dos conteúdos publicados, já que o periódico deixa de ser um empreendimento pessoal como o era quando nasceu, e passa a ser uma construção coletiva, valendo-se da avaliação dos pares e da editoria especializada.

As duas iniciativas se deram em âmbito privado, conseguiram patrocínio financeiro, contribuições de estudiosos das várias épocas e tentavam não incluir nos debates, fossem presenciais ou nos textos escritos, temas considerados polêmicos como religião e política. Paralelamente, as revistas foram se destacando no campo da comunicação, o que fez necessária a sua institucionalização. Por conseguinte, sociedades científicas as abrigaram e se tornaram suas representantes: na França, a *Académie des Sciences* se tornou responsável pela edição do *Journal des Savants*, e na Inglaterra, a *Royal Society* se encarregou da publicação dos *Phil. Trans.* Desse modo, cada revista, em sua área de conhecimento, construiu as narrativas científicas para a sua comunidade, um marco importante na institucionalização da ciência nesses países.

2.4 Os periódicos científicos brasileiros: um pilar na institucionalização da ciência no país

Se na Europa o periodismo se inicia em 1665 com a publicação do primeiro fascículo do *Journal des Savants*, e, na Inglaterra, com a publicação do *Phil. Trans.* no mesmo ano, no Brasil, esse movimento iniciou-se no século XIX, mais precisamente após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil.

Nesse período, começa a surgir uma manifestação mais significativa de atividades de difusão dos conhecimentos científicos. Tem-se a abertura dos portos, a suspensão da proibição da imprensa e, posteriormente, o surgimento das primeiras instituições de ensino superior ou ligadas à ciência e às técnicas como a Academia Real Militar (1810) e o Museu Nacional (1818).

A partir de 1808, com a criação da Imprensa Régia, surgiram diversos materiais de circulação impressa do conhecimento em ciência, como manuais e textos voltados para a educação científica. Esses materiais tinham como ideal principal a circulação dos conhecimentos científicos e a crença de que, por meio da ciência, a evolução do ser humano e do bem estar da sociedade ocorreria. Aparecem os primeiros jornais como *A Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* e o *Correio Braziliense*, que publicavam artigos relacionados à ciência.

Ainda incipiente no Brasil, a comunicação da ciência ocorria de maneira individual e mais restrita, pois a maioria da população ainda era analfabeta. As áreas divulgadas eram Astronomia, Ciências Naturais e doenças tropicais.

Já em relação aos periódicos, estima-se, segundo o que se verifica no catálogo da Biblioteca Nacional, que ao longo do século XIX foram criados cerca de 7 mil periódicos no Brasil, sendo 300 relacionados à ciência. Depreende-se que todos os periódicos que possuíam a palavra ciência ou científico tinham relação com o mundo científico nos moldes da época. Parte dos registros que se têm dos periódicos concentra-se entre os anos de 1850 e 1880, com o ápice em 1875, e a maioria é oriunda do Rio de Janeiro, tendo em vista a centralização política e educacional do Império, segundo pesquisa de Freitas (2006) e Martins (2003).

A Revista Brasileira – Jornal de Sciencias - é criada em 1857 e tem papel relevante na divulgação científica brasileira. Seu corpo editorial era composto por intelectuais, que escreviam seu conteúdo e reproduziam textos extraídos de publicações estrangeiras, as quais datam dos séculos XVII e XVIII.

No ano de 1874, inicia-se a ligação, por meio do telégrafo, com a Europa e a atualização de notícias científicas. Com isso, as descobertas acontecem com mais frequência do que na época da tradição epistolar. Também nesse período é publicado o livro *Doutor Benigus*, que descreve, ao estilo de Julio Verne, uma expedição científica hipotética ao interior do Brasil.

A Revista do Rio de Janeiro é criada em 1876, como forma eficaz de favorecimento da instrução e do progresso, conforme constou em seu editorial, e visava à vulgarização científica e ampla divulgação de temas de relevância científica, como: história da Terra, sonambulismo, cérebro, classificação zoológica, hidrografia, respiração, pneumonia e febre amarela.

A Ciência para o Povo, criada em 1881, era publicada semanalmente e trazia assuntos relativos à saúde e comportamento (divórcio, frigidez feminina, impotência masculina e esterilidade).

Nos anos de 1886-1891, houve a circulação da *Revista do Observatório*, que era publicada mensalmente pelo Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Nela publicavam-se, além dos trabalhos realizados por aquela instituição, alguns trabalhos importantes em Astronomia, Meteorologia e Física do globo. Ao contrário das outras revistas, os temas publicados eram somente científicos e não eram muito acessíveis ao público leigo. Outra inovação foi a disposição gráfica, agora em formato de colunas e com ilustrações, diferentemente da *Revista Brasileira* e da *Revista do Rio de Janeiro*, que se assemelhavam a livros.

Podemos inferir que há duas características nesse período do início da circulação do conhecimento científico impresso. Em primeiro lugar, os primeiros divulgadores da ciência eram homens ligados à ciência pela sua prática: professores, médicos ou engenheiros. É importante salientar que não foi relevante, para esse período, a atuação de jornalistas ou escritores interessados em ciência. Em segundo lugar, verifica-se a grande preocupação em aplicações práticas da ciência. E todo esse cenário só é possível com o estabelecimento da Imprensa Brasileira, a qual será responsável pela publicação dos primeiros materiais científicos, e tinha um viés discursivo calcado na autoridade de quem produzia os conteúdos, bem como dos seus patrocinadores.

2.4.1 Imprensa brasileira

Por meio do decreto de 13 de maio de 1808, foi criada a Imprensa Régia, cabendo-lhe a edição dos primeiros livros (denominados compêndios) nas áreas de Matemática, Física e Química, entre outros.

A ausência da imprensa restringia os diálogos entre os cientistas brasileiros e destes com os europeus. Diante disso, a liberdade de imprensa fez a grande diferença entre o período anterior à vinda da Família Real e o posterior, após o decreto.

Um marco da imprensa Régia foi a impressão, pela primeira vez, de um número da *Gazeta*. Já na década de 1820 existiam 13 periódicos circulando na cidade do Rio de Janeiro, os quais eram lidos por toda a população fluminense.

Mesmo com essa impressão e início da circulação de periódicos, ainda existia censura às ideias que não agradavam à Coroa. Portanto, o número de livrarias crescia em ritmo lento. Exemplos disso podem ser citados em números: em 1808 existiam duas livrarias; passando para cinco em 1809. Em 1812, havia apenas sete livrarias e, em 1816, somavam-se doze livrarias. Tratando-se de títulos, no final dessa época foram produzidos cerca de 1.170 (OLIVEIRA, 2005, p.116).

2.4.2. Os periódicos no Brasil

Uma repercussão da imprensa no Brasil pode ser mais bem analisada se pensarmos em termos de periódicos. Havia a circulação de diversos jornais, que se tornaram fundamentais para o entendimento do que era o Brasil naquela época, com destaque para aqueles que se referiam a assuntos científicos: *O Patriota* e o *Idade d'Ouro do Brasi*.

A diretriz desses periódicos era a difusão da cultura a bem do progresso Nacional, de cunho mensal no ano de 1813 e bimensal no ano de 1814. Frei José Mariano da Conceição Veloso publicou uma série de memórias a respeito da cultura de plantas e produtos químicos, denominada *O fazendeiro do Brasil*.

Já o periódico *A Idade d'Ouro* foi a primeira gazeta da Bahia: publicando 127 números entre os anos de 1811 e 1819, dava importância aos assuntos locais com foco nos assuntos econômicos.

Pesquisadores que se detiveram ao estudo desse periódico concluíram que ele forneceu informações importantes acerca do panorama científico da Bahia naquele momento. Em virtude de as publicações serem relacionadas à agricultura, havia mais notícias relacionadas a esse assunto, bem como às invenções que surgiam. Nesse caso, a atenção científica era voltada, possivelmente, à resolução de problemas relativos à agricultura e assuntos correlatos.

Nesse breve relato acerca de alguns dos periódicos significativos dentre outros da mesma época, pode-se depreender e analisar que as atividades divulgativas de

ciência em solo brasileiro ocorriam antes da imprensa de forma oral e restrita. E, após a criação da Imprensa Régia, inicia-se a circulação e experimentos científicos para um número maior de pessoas.

Outras instituições serão responsáveis no auxílio da divulgação científica, e no aprimoramento da própria ciência, por ocasião da vinda de Dom João VI: *Academia Real Militar* (1810), *Jardim Botânico do Rio de Janeiro* (1808), *Biblioteca Nacional* (1810) e *Museu Nacional* (1818).

Verifica-se, assim, o desenvolvimento das atividades científicas no país, que posteriormente culminaria nas origens das universidades brasileiras. Antes destas, a pesquisa e a divulgação científica já existiam, por exemplo, em Portugal, sendo que no país lusitano as pesquisas ocorriam à margem dessas instituições.

Nesse tópico, não houve a pretensão de esgotar o assunto, apenas mostrar a trajetória de alguns periódicos e sua existência, a fim de compreendermos o cenário que se desenhava para a ciência no Brasil naquele momento do século XIX. Há vários estudos sobre os periódicos históricos e suas contribuições para a consolidação do modo de fazer ciência no Brasil. Portanto, no próximo tópico, daremos um salto na linha do tempo para retratar uma fotografia dos periódicos de História no país, provenientes do século XX e XXI, para então, dentre eles, apresentarmos com maior profundidade a nossa fonte e objeto de pesquisa, a revista *Varia História*.

2.5 Os periódicos brasileiros de História: algumas considerações

Como parte da institucionalização de uma disciplina, os periódicos geralmente surgem atrelados a uma universidade, e a um curso de pós-graduação¹⁰. Dessa maneira, os periódicos brasileiros de História seguirão a mesma lógica.

¹⁰ Excetuamos aqui os periódicos discentes, que são oriundos dos esforços de graduandos em se inserirem na pesquisa acadêmica e também na editoria de periódicos, como primeiro contato com um espaço de publicação científica.

Em pesquisando banco de dados da Capes, encontramos 80 periódicos brasileiros nos estratos A1 e A2¹¹ da classificação Qualis Periódicos¹². E é no estrato A1 que figura uma das revistas mais antigas da História, datada de 1950, a *Revista de História da USP*, oriunda da mesma instituição que abriga um dos primeiros cursos de História do país, desde 1934, e também o periódico que é nosso objeto de estudo.

Pode-se inferir que todas essas revistas que receberam esse estrato de classificação cumprem os requisitos de uma publicação científica e contribuem com as discussões para a área de pesquisa na qual está situada.¹³

Diante de um número considerável de revistas, não somente nesses estratos referidos, mas nos demais, tínhamos variadas opções para analisar. Todavia, decidimo-nos pela revista *Varia História*, por ser um periódico relevante nacionalmente e, recentemente, internacionalmente, por possuir um conselho editorial diversificado. A revista está disponível integralmente de forma digital desde o seu primeiro fascículo, e também está abrigada em um dos quatro programas de pós-graduação com nível de excelência internacional, que recebeu a nota 6 na última avaliação da Capes. Outra característica relevante, é que nos editoriais das outras revistas¹⁴ o discurso apresentado geralmente era apenas de apresentação do conteúdo do fascículo e recomendação de leitura, diferentemente da condução dos editoriais da *Varia Historia*. Não se tratava apenas de apresentação, mas trazia reflexões acerca do fazer científico no campo da História e também problematizava questões, tendo por base os textos veiculados naquele fascículo.

¹¹ Decidimos trabalhar apenas com os dois estratos mais altos, onde se encontram os periódicos de excelência.

¹² O Qualis - Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. Fonte: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual> Acesso em 16 jan. 2017

¹³ Vale lembrar que as revistas brasileiras de qualquer domínio de conhecimento, podem ser classificadas em mais de uma área de conhecimento e seu estrato pode variar de acordo com a área que representa.

¹⁴ Não fizemos uma análise dos editoriais das outras revistas, mas durante a pesquisa tivemos oportunidade de realizar uma leitura de vários editoriais.

A partir do ano de 2007, o texto intitulado Editorial começa a aparecer sistematicamente, e no ano de 2015, precisamente no volume 31, número 55, há, de fato, de dois textos distintos: um de apresentação do fascículo e do Editorial.

Percorrendo a trajetória da revista, constatamos suas mudanças, desde a configuração gráfica, como de conteúdo, e principalmente, a presença da editoria, que é muito importante para a consolidação e avanço de um periódico. Em seu primeiro número, ainda com o nome de Revista do Departamento de História, era uma revista feita de forma doméstica e quase artesanal e sem os parâmetros acadêmicos. A fim de compreendermos melhor o processo de padronização de revistas e sua evolução editorial, o próximo tópico é dedicado à padronização dos periódicos no Brasil e como essas recomendações são importantes e geram impactos para a publicação científica periódica.

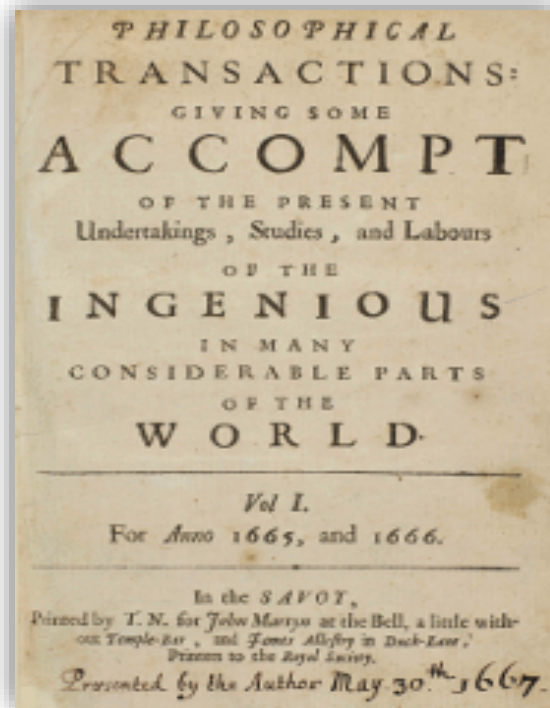
2.6 Padronização de periódicos científicos: a identidade da comunicação científica periódica

As primeiras revistas científicas não tinham um padrão de apresentação, com relação a números de páginas, tamanho e letras. Cada uma trazia peculiaridades no seu feitio, ligadas à cultura local, e também ainda muito próximas dos livros e manuais da época. O *Journal des Savants*, por exemplo, em seu início, era composto por 12 páginas e no formato *in quarto*¹⁵, que, pela descrição física, tinha o tamanho de 24 cm. Quanto ao *Phil. Trans.*, o tamanho em centímetros era o mesmo, e, de acordo com informações da própria *Royal Society*, o formato era *in folio*¹⁶ e seu primeiro número tinha 16 páginas. Os dois periódicos se assemelhavam em características físicas, mas o conteúdo, ou a disposição era um pouco diferente. Isso porque, como vimos anteriormente, o *Journal des Savants* cobria os assuntos das Humanidades e literários, e o *Phil. Trans.* publicava artigos resultantes de experiências práticas e discussões, este não incluía na sua publicação nem livros e nem cartas como a publicação francesa.

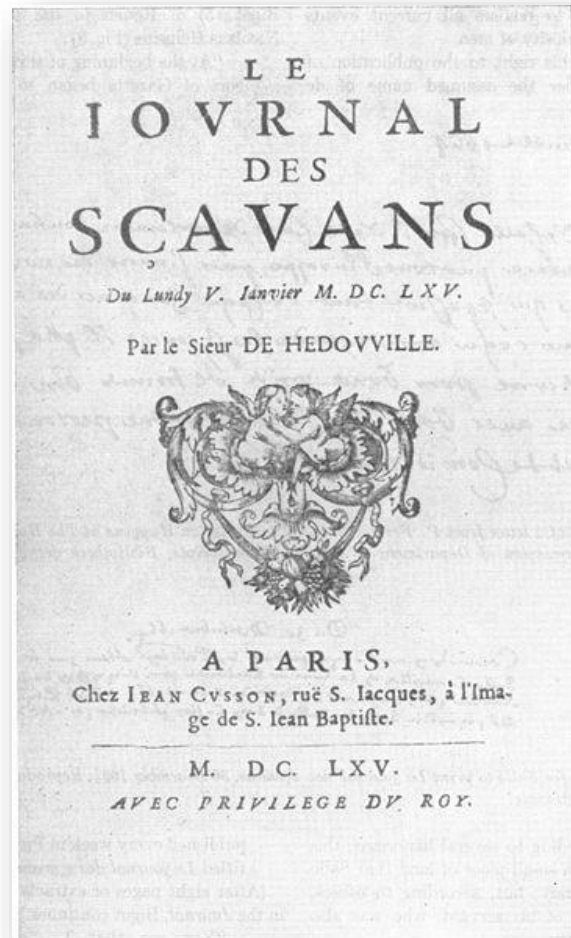
¹⁵ Em tipografia, o formato *in folio* é feito a partir de folhas dobradas uma vez ao meio, e cada folha dá origem a quatro páginas. A mesma folha, quando dobrada duas vezes, produz o formato *in quarto*.

¹⁶ Ver nota de rodapé anterior sobre tipografia.

FIGURA 1- Folha de rosto do primeiro fascículo do *Philosophical Transactions* em 1665



Fonte: Royal Society, 2017

FIGURA 2 - Folha de rosto do primeiro fascículo do *Journal des Sçavans* em 1665

Fonte: Projeto Gallica da Biblioteca Nacional da França, 2017

A partir de mudanças no modo de comunicar a ciência, os periódicos foram modificando sua disposição gráfica com a finalidade de acompanharem a demanda da comunidade científica, e facilitar a divulgação de seu conteúdo para além das fronteiras do seu local de publicação. Meadows (1999) aponta diversas mudanças, desde a escolha do título como meio representativo do assunto do artigo; o resumo, que, nos primórdios, não era parte integrante dos textos; as referências bibliográficas e também as notas de rodapé; a questão da autoria, que surgiu unitária e, atualmente, colaborativa, com a participação de mais de um autor, levando-se sempre em consideração a diferença entre as disciplinas, e culmina citando a questão da padronização dos periódicos e seus artigos.

Existem vários tipos de normas para trabalhos científicos, entre elas a APA - *American Psychological Association*, utilizada, por exemplo, em trabalhos da área de Administração; há também a norma VANCOUVER, bastante empregada na área das ciências da saúde, e por fim, as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, que é amplamente aplicada por várias áreas de conhecimento.

A padronização das seções do periódico está ligada aos seus próprios critérios de formalização. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a responsável pela padronização de trabalhos de variadas esferas de conhecimento, incluindo a área de Informação e Documentação. Nesta, encontra-se a padronização e a formalização da publicação periódica.

A norma NBR 6021:2015 – Informação e documentação – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação “estabelece os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem a publicação periódica técnica e/ou científica, impressa e/ou eletrônica, no que couber” (ABNT, 2015). Nela há também a definição do que seja a publicação periódica: “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas, e destinada a ser continuada indefinidamente” (ABNT, 2015). Além de definir e estabelecer os princípios gerais que regem a apresentação do periódico científico, a norma traz também, detalhadamente, o conteúdo da publicação, definindo as partes e as funções das mesmas.

Outra questão bastante relevante são os critérios de inclusão e permanência dos periódicos em bases de dados e/ou catálogos coletivos. No caso em estudo, a *Varia Historia* foi admitida no Portal SciELO, no ano de 2007, obedecendo tanto aos critérios de formalização da ABNT, bem como aos princípios de admissão e permanência da coleção no Portal¹⁷, os quais são: caráter científico, tipo de documentos, gestão editorial, avaliação dos manuscritos, fluxo de produção editorial, tempo de existência para admissão, pontualidade para admissão, idioma dos títulos, resumos, palavras-

¹⁷Para maior detalhamento dos critérios estabelecidos pelo SciELO ver no Anexo A o documento Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil, que encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCritérios_SciELO_Brasil.pdf Acesso em 11 jun. 2017.

chave e texto, afiliação de autores, citações recebidas, normalização das citações e referências bibliográficas, política de acesso aberto, registro de ensaios clínicos, registro de material biológico de referência e de sequências de DNA, disponibilização dos dados da pesquisa, *Digital Object Identifier* (DOI) e link para os textos completos, textos completos em XML, marketing e divulgação, erratas e retratações, responsabilidades dos conteúdos publicados e declaração da contribuição de autores e colaboradores. Todas essas políticas contribuem para a melhor circulação do conhecimento científico e da disseminação das pesquisas publicadas.

Além dos critérios de padronização dos periódicos e os específicos para inclusão no SciELO Brasil, o código ético da *Varia História*¹⁸ é um elemento que chamou a atenção, e é considerado tanto para o editor da revista quanto para os autores dos textos.

Podemos inferir que, além de prezar pela transparência em todo o processo editorial, desde a submissão até a publicação final dos trabalhos, estabelecer a relação de confiança, demonstrada com essa ação, a padronização favorece a busca de autores para a publicação no periódico.

2.7 A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas

Percorrendo a história da comunicação científica, mesmo que de forma sintética, desde os primeiros periódicos científicos e também o periodismo científico brasileiro, pudemos identificar que, segundo determinado editor ou equipe de pessoas responsáveis pelo periódico, a área científica coberta pela publicação de trabalhos estava geralmente relacionada às suas respectivas formações. Denotando, assim, a influência tanto da formação do responsável pela escolha dos textos como da sua filiação epistemológica e ideológica, sem esquecermos que também se encontrava em consonância com a ordem vigente naquele contexto, representando um ideal científico postulado.

¹⁸ O código de ética encontra-se no Anexo B desse trabalho e está disponível no endereço eletrônico: <http://www.variahistoria.org/codigo-tico/> Acesso em 11 jun. 2017

Tal fato é nítido no período de início dos periódicos, quando o *Journal des Savants* abarca trabalhos apenas de Religião ou Direito. Para o ideal da época, era uma revista literária e não científica, pois não trazia temas ditos científicos para aquele momento, que identificava somente Matemática, Física, Astronomia e correlatas como ciência.

Para compreendermos a mudança e a construção do conceito de ciência e da narrativa científica nas Ciências Humanas, recorreremos a Santos (2006), que aponta em seus estudos, das Ciências Sociais, que sempre haverá uma crise na ciência, e que essa crise é tratada por meio da quebra dos paradigmas, passando pelo paradigma dominante e seus conflitos e o surgimento do paradigma emergente. Por essa reflexão, podem-se deduzir as questões que se colocaram a respeito do ideal científico postulado desde o momento do início do periodismo e, atualmente, pela escrita dos editoriais.

O autor define dois paradigmas, o dominante e o emergente, como maneira de compreensão das Ciências Sociais no cenário científico, que nos auxiliará também na discussão das Ciências Humanas, tendo a História como representante dessa área de conhecimento.

O paradigma dominante, calcado na racionalidade científica, é aquele que se estenderá às Ciências Sociais emergentes a partir do século XIX, e instaurado no século XVI, basicamente no âmbito das Ciências Naturais. Mostrou-se como modelo totalitário, pois negava todo o conhecimento que não podia ser quantificado ou mensurado por números e fórmulas matemáticas. Havia, no seu interior, duas distinções fundamentais acerca dos saberes aristotélicos e medievais. A primeira distinção é a oposição entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, e, a segunda, a oposição entre natureza e pessoa humana. Por ser um modelo dominante no período, acabou por influenciar o campo social, e, conforme o autor, nesse período foi possível descobrir as leis da natureza e também as leis da sociedade.

Em duas vertentes, Santos (2006) assinala a proximidade e também o próprio distanciamento entre ciências naturais e sociais. A primeira, afirmava que as estas

poderiam ser construídas pelos pressupostos daquelas, culminando em um conhecimento universalmente aceito. Nesse ponto verificamos a possibilidade da compatibilização dos critérios rigorosos das ciências naturais nas Ciências Sociais. Se pensarmos que, mesmo que haja diferenças entre os fenômenos naturais e sociais, seria possível estudar os últimos como se fossem os primeiros. A segunda vertente traz para as Ciências Sociais um estatuto metodológico próprio. Nesse caso, não haveria compatibilização entre os dois campos.

O ponto crucial diz respeito ao comportamento humano, algo que não pode ser mensurado e analisado como a natureza. Concluímos, assim, que mesmo que essas vertentes, inicialmente, pareçam-nos diversas, na realidade, acabam por proporcionar às Ciências Naturais um maior destaque e relevância do que às Ciências Sociais. E a segunda vertente já nos aponta para a crise do modelo dominante.

A crise desse paradigma se instala em função das condições de ordem teórica e de ordem social. Em relação às primeiras, são quatro ocorridas no século XX e que sinalizaram a crise do paradigma dominante: a teoria da relatividade de Einstein; a mecânica quântica; o questionamento do rigor matemático; o avanço do conhecimento nas áreas da microfísica, química e biologia na segunda metade do século XX. Por meio desse conjunto de condições, Santos (2006) propõe duas reflexões: questione-se o conceito de lei e de causalidade, e releve-se antes o conteúdo do conhecimento do que a sua forma. As condições de ordem social são mais complexas e, portanto, não aprofundadas ao lado das condições teóricas, segundo o autor, referindo-se, portanto aos limites estruturais do rigor científico.

Nesse período relativo aos últimos 40 anos, a ciência ganhou em rigor científico e perdeu em autorregulação, o que se deu na industrialização da ciência e organização do trabalho científico. Essa industrialização é vista com base na avaliação dos pesquisadores pelas agências de financiamento por números de artigos publicados, participação em congressos e outras atividades correlatas.

Essa industrialização afeta diretamente o avanço científico e os aprofundamentos nos temas epistemológicos e práticos. No que diz respeito à organização do trabalho

científico, a industrialização científica produziu dois efeitos principais: as relações de poder entre os cientistas foram mais estratificadas, tornando-se mais autoritárias e, portanto, desiguais, culminando na proletarização dos cientistas; e a investigação capital-intensiva não permitiu o livre acesso aos equipamentos, o que proporcionou o distanciamento e alargamento da distância científica e tecnológica entre os países centrais e periféricos.

Na proposição de Santos (2006), o paradigma emergente é denominado de “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente”. Ele tem essa conotação por se tratar de dois modelos: o científico – para um conhecimento prudente, e o social – para uma vida decente. Esse novo paradigma é diferente por se tratar de um padrão que surge no interior de uma sociedade transformada pela própria ciência, diferentemente do paradigma dominante, o qual atravessou a sociedade no século XVI. A justificativa para esse paradigma é realizada em **quatro teses**: todo conhecimento científico-natural é científico-social; todo conhecimento é local e total; todo conhecimento é autoconhecimento; todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

Em síntese, **todo conhecimento científico-natural é científico-social**, ou seja, a partir do momento que as Ciências Naturais se aproximam das Ciências Sociais, esta e aquela estão alcançando as Humanidades. Superar a dicotomia ciências naturais/sociais é um importante passo para a revalorização dos estudos humanísticos. Nesse sentido, a resistência das Ciências Sociais à dicotomia objeto/sujeito e a preferência por esse aspecto na compreensão e manipulação do mundo foi o ponto importante para o futuro de ambas. E por fim, as Ciências Sociais, ao colocarem a pessoa como autor e sujeito do mundo, e, portanto, no centro do conhecimento, diferem-se das Humanidades tradicionais, as quais colocavam o que hoje entendemos por natureza no centro da pessoa.

A segunda justificativa é que **todo conhecimento é local e total**, pois tem como horizonte a totalidade, e ao mesmo tempo é local por reconstituir os projetos cognitivos locais. Nesse conhecimento, o saber avança à medida que o seu objeto amplia, enfim,

é um conhecimento pós-moderno e que trata das condições de possibilidade, se constituindo de uma pluralidade metodológica.

Se **todo conhecimento é autoconhecimento**, a ciência do paradigma emergente é mais contemplativa do que ativa. O discurso científico assemelha-se ao discurso literário, mostrando uma nova forma de conhecimento que seja compreensivo e íntimo, não nos separando, mas, sim, nos unindo pessoalmente ao que estamos estudando. Enfim, o conhecimento científico nos ensina a viver e se traduz em um saber prático. E, com base nele, temos que todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

Nesse caso, a ciência pós-moderna compreende que nenhuma forma de conhecimento se tornará racional, mas somente configuração das ciências. O mais importante dessa tese reside no diálogo com as outras possibilidades de conhecimento. Desse modo, há uma conjunção de saberes, o científico e o senso comum, pois esse último assinala as diversas maneiras de conhecimento interagindo entre si e orientando as ações do ser humano, trazendo um sentido à vida. Nesse ponto coincidirão causa e intenção (ciência e senso comum).

Enfim:

a ciência pós-moderna ao sensocomunizar-se não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida (SANTOS, 2006).

As Ciências Sociais e Humanas se diferem das Ciências Naturais pelo menos em dois pontos: em relação ao seu objeto e à metodologia. O objeto das Ciências Sociais e das Ciências Humanas não é estático e não tem comportamentos que possam ser elencados de forma previsível, pois os comportamentos sociais se modificam com a mudança do homem. Quanto à metodologia, há predominância dos métodos qualitativos, os quais tentam apreender uma dada realidade que não pode ser quantificada.

Todo esse contexto nos mostra que há uma construção de uma narrativa científica para as Humanidades diferentemente das Ciências Naturais e Exatas, tomando-se por base seus gráficos, as fórmulas já apresentam um discurso científico “conhecido”; as Humanidades, por se diferenciarem tanto em métodos quanto ao seu objeto, necessitam de outra forma para estabelecer o discurso de sua área, que é carregado de ideologia e foge do ideal científico postulado desde os primórdios do século XVII, quando a Matemática e as Ciências Naturais dominavam o imaginário científico por meio da figura do laboratório e do cientista.

A organização da narrativa científica nas Ciências Humanas se faz pela veiculação do discurso científico proporcionado pelo sujeito destinatário, e na condução do contrato de comunicação estabelecido entre o sujeito destinatário e o sujeito comunicante. As características dessa narrativa estão presentes no posicionamento ideológico, epistemológico e científico dos responsáveis por esse discurso. No caso dos editoriais, a construção da narrativa está relacionada ao editor do periódico, que tem a possibilidade da escolha dos materiais que serão publicados, e também dos pareceristas para cada fascículo. Essas escolhas apontam o caminho para o campo de conhecimento e todos os seus elementos, não é neutra e está direcionada pelo olhar do editor, pela área de conhecimento e pela instituição que abriga o periódico, como já dito por Bourdieu (2003) ao relacionar o campo científico a um terreno de disputas das mais diversas, sejam elas, políticas, ideológicas e epistemológicas.

Desse modo, existem elementos que podem auxiliar na compreensão da construção da narrativa científica e que são relacionados à questão do sujeito destinatário, o alvo desse discurso, o contrato de comunicação estabelecido nos editoriais da revista objeto de nossa pesquisa, as condições de produção desse discurso e também do posicionamento do editor da revista. Veremos todos esses elementos no próximo capítulo, que trata da fundamentação teórica que sustenta nossa pesquisa.

CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como se trata de um tópico extenso, primeiramente, trataremos da conceituação e considerações acerca do editorial como gênero discursivo e as condições de produção do discurso, que englobam as esferas de produção e interpretação e o quadro institucional, que é o próprio editorial. Na sequência, apresentamos o contrato de comunicação estabelecido pelos editoriais, um percurso sintético da Teoria Semiolinguística (TS) de Patrick Charaudeau, com destaque para os Modos de Organização do Discurso, e também os procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas do discurso.

3.1 O Editorial como gênero discursivo e as condições de produção do discurso

Primeiramente, é preciso localizar o editorial como um gênero discursivo e as condições de produção do discurso nesse espaço. Isso inclui as esferas de produção e interpretação, o quadro institucional dentro do domínio de discurso científico.

3.2 O gênero discursivo

O estudo de gêneros não é novo para a Análise do Discurso. Há diversas pesquisas referentes a essa temática, mas se faz necessário deixar claro o que consideramos como gênero discursivo e sua tipologia.

Segundo Marscuschi (2009), os estudos sobre gêneros textuais não são novos, e datam de mais de 25 anos. Em Aristóteles (2015), gênero se define mediante sua finalidade e compreende três elementos importantes: o orador, o assunto de que se fala e o ouvinte. Tomando-se por base esses elementos, na perspectiva do filósofo, há três gêneros discursivos, voltados para cada tipo de ouvinte: (a) para o espectador que olha o presente; (b) para a assembleia que olha o futuro e (c) para o juiz que julga o passado. Em consequência disso, em Aristóteles, teremos três tipos de discurso relacionados aos respectivos anteriormente descritos: (a) discurso epidítico; para o (b) o discurso deliberativo e para (c) o discurso judiciário ou jurídico.

Porém, a noção de gênero aristotélica não apresenta aplicabilidade metodológica atualmente. Na época em que foram descritos, a demanda era outra, originária dos discursos orais e das discussões na *Ágora*. Nos dias atuais, a sociedade na qual estamos inseridos apresenta outras demandas e comporta outros gêneros mais amplos que os supracitados.

Podemos verificar essa mudança por intermédio de outros autores, como Bakhtin, por exemplo. Segundo Bakhtin (1997), os gêneros do discurso devem ser vistos de forma composicional, conforme constata-se a seguir:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e a finalidade de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 279).

De acordo com Bakhtin (1997), que fala a respeito da estabilidade dos enunciados, temos no texto escrito, e, no caso dessa tese, os editoriais, uma forma estável destes e, por conseguinte, não estão sujeitos a intervenções externas de caráter interacional como no caso dos textos orais.

Por outro lado, Maingueneau (2004) situa a sua definição de gênero discursivo secundários de seus estudos. O autor traz para a discussão a classificação dos gêneros discursivos em três grandes categorias: i) os gêneros autorais, ii) os rotineiros, iii) os conversacionais.

Os *gêneros autorais* seriam aqueles determinados pelo próprio autor ou editor. Sua indicação autoral repousa, geralmente, sobre a paratextualidade. Nesse caso, encontramos discursos de ordem publicitária, jornalística e também o próprio editorial.

Já os *gêneros rotineiros* são os mais estudados pelos analistas do discurso. Tratam-se de revistas, da literatura, dos jornais entre outros, em que os papéis dos parceiros da ação comunicativa são geralmente imutáveis no processo.

Por fim, os *gêneros conversacionais* não estão ligados a lugares institucionais, nem a papéis e a *scripts* estáveis. Nessa categoria encontram-se conversas entre pessoas, diálogos que não são previamente acordados.

QUADRO 7 - Síntese dos gêneros discursivos segundo Maingueneau (2004)

	Gêneros Autorais	Gêneros Rotineiros	Gêneros Conversacionais
Conceituação	Determinados pelo próprio autor ou editor.	Os papéis dos parceiros da ação comunicativa são geralmente imutáveis.	Como o próprio nome diz, é conversacional. Não tem um discurso pré-estabelecido.
Exemplos	Peças publicitárias Jornalismo Editoriais	Revistas Literatura Jornais	Conversas Informais

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Com isso, identifica-se um problema entre a tripartição dos gêneros. Além disso, a diferença entre o regime conversacional e os outros dois é muito maior do que as que existem entre o autoral e o rotineiro. Com base nessa reflexão, Maingueneau (2004) decide distinguir não três, mas dois regimes de genericidade: a) o regime dos *gêneros conversacionais*; b) o regime de *gêneros instituídos*.

O que nos interessa, neste trabalho, está situado no regime de *gêneros instituídos*, o qual Maingueneau (2004) subdivide em quatro modos.

É possível, inclusive, fazer a analogia desse autor individualizado com o editor do periódico - o que escreve o editorial -, que é o nosso gênero discursivo, somando-se, assim, a uma categoria discursiva, a de discurso constituinte, que, em no nosso caso, é o discurso científico presente no gênero discursivo editorial.

O regime de gêneros instituídos de **modo I** são os gêneros instituídos que não estão sujeitos à variação como, por exemplo, correspondências comerciais e registros de cartório (aqui, nessas práticas verbais, não se fala em autor).

Os gêneros instituídos de **modo II** são aqueles pelos quais os locutores produzem textos individualizados e que seguem normas para o ato da comunicação, como, por exemplo, jornais televisivos e guias de viagem. Nos gêneros instituídos de **modo III** não existe uma cenografia preferencial. Aqui, se enquadram as publicidades, os programas de televisão, por exemplo. Por fim, os gêneros instituídos de **modo IV** são os propriamente autorais, gêneros nos quais há uma incompletude constitutiva. Há, dentro desse gênero, o autor individualizado, em que, por exemplo, alguém que conta a sua biografia é enunciado por Maingueneau.

QUADRO 8 - Síntese dos gêneros instituídos conforme Maingueneau (2004)

		GÊNEROS INSTITUÍDOS			
		Modo I	Modo II	Modo III	Modo IV
Conceituação	Não estão sujeitos a variações.	Produto de textos individualizados. Seguem normas de comunicação.	Não existe uma cenografia preferencial.	Os propriamente autorais. Autor individualizado construído através de uma enunciação.	
Exemplos	Correspondências comerciais Registros de cartórios	Jornais televisivos Guias de viagem	Publicidade Programas de televisão	Biografias Editoriais	

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Nota: os gêneros instituídos reagrupam os gêneros rotineiros e os conversacionais.

Charaudeau (2001) vê, no conceito de ancoragem social, a questão fundante dos gêneros discursivos. Esses gêneros estão vinculados a diferentes práticas sociais instauradas na sociedade. Por meio desse ponto de apoio, verificam-se as ligações entre os atores languageiros, que promovem a troca verbal. Sem essa ancoragem seria impossível. E é baseando-se nesse contexto que temos uma problemática instaurada, a dos campos de sentido de Bourdieu, mas que Charaudeau (2001) prefere denominar de “domínios de práticas languageiras”. No interior dessas práticas inserem-se as relações simbólicas entre os atores envolvidos na situação de comunicação. Aqui, constata-se a importância do contexto social e da carga socioideológica como importante elemento na instauração de um processo discursivo, segundo a ideia de gênero discursivo para o autor.

Maingueneau (2008), por sua vez, reapropria-se da noção de campo de Bourdieu e a redefine como sendo:

um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. Concorrência deve ser entendida de maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc., entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

Essas conceituações são importantes, pois trazem a distinção e modificação do termo gênero discursivo. Diante dessas conceituações, Charaudeau (2001) afirma que o campo é que determina a identidade dos atores, os papéis assumidos por eles, ou ainda os que devem ser assumidos pela sociedade, além daqueles que devem ser reconhecidos em um determinado evento comunicativo. Esses papéis, incorporados pelos atores linguageiros, conferem um *status* de performatividade ao ato comunicativo. O que conta não é o que é dito, mas a origem enunciativa externa do que será dito. Dessa forma, a noção de gênero discursivo se torna mais ampla que a noção de gênero textual.

Dialogaremos com as noções de gênero discursivo presentes em Maingueneau (1997, 2004, 2008, 2014,2015) e Charaudeau (2009), já expostas acima, visto que essas duas correntes se complementam. E, para acrescentar, trazemos Marcuschi (2008), que alarga as dimensões sobre gêneros ao ampliar a noção discursiva da noção textual. O autor sintetiza sua ideia em um quadro denominado “Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades”. Para efeito dessa pesquisa, encurtaremos esse quadro e traremos a conceituação e qualificação dos domínios discursivos gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades que nos interessa para a análise. É importante enfatizar que, nesta tese, interessa-nos o domínio discursivo instrucional, que abarca o científico, o acadêmico e o educacional, e a modalidade de uso da língua escrita, por trabalharmos com o gênero editorial.

A modalidade oralidade ilustra como um domínio discursivo pode ser utilizado. O editorial, nosso objeto, transita no domínio instrucional e jornalístico, pois é um elemento presente nas duas esferas, conforme ilustrado no quadro abaixo.

QUADRO 9 - Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades

Domínios Discursivos	Modalidades de uso da língua	
	Escrita	Oralidade
Instrucional (científico, acadêmico e educacional)	Artigos científicos; verbetes de enciclopédias; relatórios científicos; notas de aula; nota de rodapé; diários de campo; teses; dissertações; monografias; glossário; artigos de divulgação científica; tabelas; mapas; gráficos; resumos de conferência; resenhas; epígrafe.	Conferências; debates; discussões; exposições; comunicações; aulas participativas; aulas expositivas.
Jornalístico	Editoriais; artigos de opinião; carta ao leitor; notícias.	Entrevistas; discussões; debates; notícias.

Fonte: adaptado de Marcuschi, 2008, p.195-196.

Após situarmos e localizarmos o editorial como um gênero discursivo e suas características, as condições de produção desse discurso são apresentadas, incluindo também as esferas de produção e interpretação, e por fim, o quadro institucional no interior desse domínio discursivo. Objetiva-se, desse modo, estabelecer qual o espaço e de que forma esse discurso é constituído e, posteriormente, o surgimento da construção de uma narrativa científica para a área de Humanidades.

3.3 A esfera de produção do discurso

Corroboramos Charaudeau (2010), ao afirmar que o espaço de produção do discurso é o local onde se origina o que se vai dizer para a execução do ato de linguagem e produção comunicativa. Nesse sentido, temos um ator produtor do discurso, que é o editor do periódico, e o outro ator seriam os seus leitores (auditório). O que nos interessa, nesta pesquisa, é o editorial, ou seja, o espaço discursivo utilizado pelos editores científicos da publicação.

Diante disso, faz-se necessário entender as características enquanto sujeitos produtores do discurso, seu papel, quais fatores o autorizam a proferir seus textos,

um discurso que se diferencia dos demais artigos que compõem determinado fascículo de um número do periódico científico.

Na concepção de Gomes (2010), o editor de periódico científico passa por questões complexas no quesito formação e atualização. O autor relata todo o caminho da editoria valendo-se da sua experiência tanto como editor de periódico científico quanto de jornalista científico. Além disso, Gomes (2010) apresenta contribuições na reflexão da formação do editor e de suas responsabilidades, corroborando assim o trabalho de Targino (1998), que estudou a editoração científica e os periódicos, nos aspectos relativos à autoria e coautoria, editoria comercial e acadêmica e também às características necessárias a um editor.

Os editores dos periódicos no Brasil, geralmente, são os docentes que se dividem entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. No trabalho de 1998, Targino já apontava essa questão. Em 2010, Gomes confirma esses apontamentos acerca da não profissionalização do editor científico. Mas deve-se lembrar que, mesmo que não haja um curso formal nos moldes de um curso de graduação ou de pós-graduação para editoração científica, a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) tem contribuído com a ampla discussão e formação dos editores de periódicos científicos no Brasil. E no âmbito da UFMG houve uma iniciativa recente, quando o Portal de Periódicos da universidade promoveu, em 2016, seu primeiro ano de atividades, seu 1º Ciclo de Formação de Editores, que trazia como objetivo principal:

[...] capacitar os (as) editores (as) e demais envolvidos em editoração de periódicos científicos, o 1º Ciclo de Formação de Editores promoveu palestras e oficinas que apresentaram temas e processos referentes aos critérios de entrada e permanência no SciELO, indexação em bases de dados, revisão e normalização, Sistema Eletrônico de Editoração de Periódicos (SEER), bases de citação e bibliometria e Fator de Impacto (PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFMG, 2016).

Assim, percebemos que há uma busca por profissionalização e capacitação desses atores importantes no processo de comunicação científica, almejando maior qualidade e visibilidade dessa produção científica, principalmente com a crescente demanda por internacionalização das revistas científicas.

Targino (1998) aponta que entre algumas características do editor estão a de representar a linha de pensamento do periódico. Nesse contexto de atuação e de formação, o editor constrói sua narrativa e, assim, constitui seu discurso. É a sua esfera de produção do discurso, que para nosso interesse, é o discurso científico.

3.4 A esfera de interpretação do discurso

A esfera de interpretação do discurso está relacionada “ao espaço em que se constituem os dados específicos do sujeito interpretante, revelados por efeitos produzidos, e que se integram às condições da situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2010, p.1). Em outras palavras, trata-se de um espaço de prática social na qual se encontra o sujeito que recebe o ato de comunicação e que deve interpretá-lo.

Conforme Charaudeau (2010), quanto maior for o auditório menor será a chance de haver coincidências entre os efeitos visados e os efeitos produzidos. No caso em questão, infere-se claramente essa relação, pois quando o editor escreve o editorial, ele tem diversas intenções ao estabelecer aquela comunicação com os seus leitores. Porém, o auditório que o receberá é bem heterogêneo, por mais que saibamos que quem o lerá são os leitores do periódico *Varia Historia*. Entretanto, não temos como precisar quem são esses leitores, visto que o alcance do periódico se alarga para além das fronteiras da História, podendo ser lida e discutida em outras áreas de conhecimento correlatas.

3.5 Quadro institucional: *Varia Historia*

A revista *Varia Historia* teve o início de suas atividades no ano de 1985, como Revista do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG). O primeiro número foi publicado em novembro de 1985. Ainda um pouco amadora, a revista, naquele momento, refletia a ansiedade dos alunos de graduação e pós-graduação e do Departamento de História em construir um espaço de publicidade da pesquisa empreendida na área, bem como promover o debate.

A revista se apresenta como uma publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui um Corpo Editorial composto por sua editora-chefe, um conselho consultivo e um conselho editorial. A missão da revista era “Publicar artigos originais e inovadores de história, promovendo o diálogo entre os membros da comunidade acadêmica internacional e contribuindo para a renovação historiográfica” (VARIA HISTORIA, 2016).

Nesse sentido, vale recapitular algumas informações que nos auxiliarão na análise proposta.

Os sujeitos destinatários do periódico são os leitores em geral. De forma ampla, teremos, como leitores, os alunos tanto de graduação quanto de pós-graduação da área de História, professores pesquisadores e outros leitores de áreas de pesquisa conexas ou interessadas no escopo da referida publicação. A construção desse discurso é realizada em um espaço institucional da Universidade que abriga o curso de Pós-graduação responsável pela publicação do periódico.

Sua editora-chefe é docente pesquisadora da própria universidade, porém sua formação acadêmica é mesclada entre a UFMG e outras instituições, o que pode acarretar outros olhares para o texto a ser produzido.

Recapitulamos esses pontos centrais, que nos ajudarão a compreender o viés dos editoriais, bem como a presença das estratégias argumentativas na produção do editorial. Esse é o quadro institucional de produção e interpretação do discurso, local da constituição do discurso científico com bases editoriais da revista.

3.6 O contrato de comunicação estabelecido nos editoriais

O termo *contrato* tem sua origem no campo jurídico e, em geral, estabelece direitos e deveres entre as partes envolvidas em determinada situação, além de impor penalidades para quem transgride alguma das cláusulas estabelecidas. Ou seja, relaciona restrições e condições que foram convencionadas anteriormente. Todas

essas relações são pautadas com base nos valores em questão, e que são determinados do ponto de vista sócio- histórico e cultural.

Nesse caso, o relacionamento dos editoriais com os seus leitores, impõe regras ao veículo - o periódico - que irá adequar suas estruturas do ponto de vista material e de conteúdo, com o objetivo de fortalecer essa relação.

Na perspectiva da Teoria Semiolinguística, o contrato estabelecido é comunicacional e se relaciona ao nível situacional do quadro enunciativo. A situação de comunicação envolve normas, convenções e acordos. Trata-se, na verdade, de um conjunto de dados que traz também um quadro de restrições discursivas e um espaço de estratégias.

Para Charaudeau (2009), contrato diz respeito à aceitação de um acordo sobre as representações languageiras entre os indivíduos que pertencem a um mesmo corpo de práticas sociais. Já a noção de estratégia, segundo o autor:

[...] repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído por EUc (p.56).

Dessa maneira, o ato de linguagem, do ponto de vista de sua produção é considerado, por Charaudeau (2009), como uma expedição e uma aventura: uma expedição porque se identifica com as noções acima descritas, mas também uma aventura, por estar inscrito no campo da imprevisibilidade. Pois não há como controlar a recepção e elaboração do discurso pelos leitores dos editoriais ou de qualquer outro texto. Então se denomina contrato de comunicação como:

[...] o ritual sociolinguageiro do qual depende o implícito codificado e o definimos dizendo que ele é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas languageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e de interpretação do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2009, p.60).

É importante ressaltar que os periódicos, como espaços formais de comunicação da ciência, possuem códigos internos próprios de produção científica, e são os

responsáveis por veicularem o conhecimento científico produzido. Essas regras de produção estão dentro de um contexto, mediante uma linguagem que marca a identidade do veículo em questão e também o modo como são apresentados os editoriais.

Nesse cenário encontramos, além dos sujeitos de linguagem, os parceiros nessa situação de comunicação. Os princípios que permitem as condições de comunicação nesse contrato são de interação, de pertinência, de influência e de regulação.

O *princípio de interação* implica um fenômeno de troca entre os dois parceiros que devem se reconhecer, seja como semelhantes ou como diferentes. Conforme esse princípio, cada um desses parceiros encontra-se engajado em um processo de reciprocidade, porém não simétrico no que diz respeito ao reconhecimento do outro, em uma interação que o legitima em um ato de linguagem considerado válido.

Já o *princípio de pertinência* coloca os parceiros do ato de linguagem em posição de reconhecimento do universo de referência que constitui o objeto da transação linguageira. Nesse caso, eles devem poder compartilhar entre si, mas não necessariamente, adotar os saberes implicados no ato de linguagem em questão, sejam eles os saberes sobre o mundo, sobre os valores de ordem psicológica e social e sobre os comportamentos.

O *princípio de influência*, como o próprio nome indica, remete-nos à influência realizada pelo sujeito que produz um ato de linguagem para atingir seu parceiro. Independentemente do objetivo (persuasão, emoção, orientação), sempre haverá um sistema de influência.

Por fim, o *princípio de regulação*, que está estreitamente ligado, consciente ou inconscientemente, àquilo que os parceiros já sabem a respeito do ato de linguagem no qual estão inseridos, estabelecendo assim as condições necessárias que garantirão o seu engajamento nos processos de reconhecimento do contrato de comunicação.

Por meio desses quatro princípios instaura-se o contrato de comunicação entre os parceiros, cujas identidades são determinadas e legitimadas na situação de troca em que se encontram. Esse contrato irá determinar as finalidades ligadas ao princípio da influência e de pertinência, além dos papéis linguageiros que lhes são atribuídos.

Para a validação da relação contratual estabelecida, Charaudeau (2009) propõe a identificação de três tipos de componentes que a regem. São eles: i) o *comunicacional*, que representa o quadro físico da situação de comunicação no qual se apresenta a reciprocidade entre os parceiros (quem fala a quem? Em que canal? Qual o suporte?); ii) o *psicossocial*, que representa o estatuto dos parceiros (profissão, sexo, idade, percepções que sentem um do outro) e também a legitimação dos saberes dos parceiros envolvidos (tenho credibilidade?); iii) o *intencional*, que representa o reconhecimento *a priori* do outro e também do mundo para se construírem imaginários (para que falar? Como? Qual a intenção?). A seguir, apresentamos os modos de organização do discurso propostos por Charaudeau (2009).

3.7 Os modos de organização do discurso: o arranjo semiolinguístico

Charaudeau (2009) apresenta em seu estudo, questões referentes à problemática semiolinguística do discurso. Para alcançar esse objetivo, o autor elenca os problemas que são ligados à abordagem na análise do discurso. Para tanto, ele deixa claro que não fará uma história das teorias linguísticas, mas tratará do discurso com base no campo da linguagem. Desse modo, refere-se à questão do ato de linguagem como encenação e, em seguida, trata dos modos de organização do discurso. O autor trabalha com quatro modos de organização, sendo eles: modo de organização enunciativo, modo de organização descritivo, modo de organização narrativo e o modo de organização argumentativo. Cada um deles possui uma função de base e um princípio de organização.

Para a função de base, a correspondência diz respeito à finalidade do projeto de fala do locutor, a saber: “O que é enunciar? O que é descrever? O que é contar? O que é argumentar?” (CHARAUDEAU, 2009, p.74).

O princípio de organização é duplo para os modos de organização descritivo, narrativo e argumentativo e, ao mesmo tempo, propõe uma disposição do mundo referencial, resultando em lógicas de construção (descritiva, narrativa, argumentativa) e uma organização da encenação (descritiva, narrativa, argumentativa). É importante ressaltar que o modo de organização enunciativo possui uma função bem particular na organização do discurso, uma vez que ele comanda os demais - a vocação dele é dar conta da posição do locutor com relação ao seu interlocutor, segundo Charaudeau (2009).

Charaudeau (2009, p.75 e 79) afirma que os modos de discurso predominantes nos editoriais são o descritivo e o argumentativo. Porém, para a nossa pesquisa elegemos os modos enunciativo e argumentativo para análise do *corpus*: o primeiro organiza o discurso e o segundo fornece subsídios para compreender as mensagens direcionadas aos sujeitos destinatários, nesse contrato de comunicação.

A seguir, apresentamos sucintas considerações acerca dos modos de organização do discurso.

3.7.1 Modo de organização descritivo

Os componentes do modo de organização descritivo são três, autônomos e indissociáveis: nomear, localizar-situar e qualificar. Quanto a elementos científicos, a organização de um discurso, com base no modo descritivo, traz-nos alguns pontos a serem pensados. O primeiro é que esse modo se mistura entre descrever e narrar. Em um texto científico, o elemento descritivo, por exemplo, é localizado no tópico de descrição da pesquisa, ao passo, que o narrativo, estaria relacionado a contar como a pesquisa foi realizada.

Mesmo com a imbricação desses dois pontos, nada impede considerarmos, no descritivo e no narrativo, suas respectivas especificidades. Nesse caso, o modo descritivo se refere a um procedimento discursivo, e a descrição como um resultado deste. O Descritivo detém, segundo Charaudeau (2009), o mesmo estatuto do

Narrativo e do Argumentativo. É importante salientar que o modo descritivo pode intervir tanto em textos literários quanto não literários.

3.7.2 Modo de organização narrativo

O modo de organização narrativo se difere do descritivo pelo fato de este ser mais dinâmico que aquele. É híbrido, porque utiliza tanto um quanto o outro para formular o discurso.

Esse modo de organização nos leva ao conhecimento de um mundo que é construído e balizado pelo desenrolar de ações que se coordenam umas às outras, formando um encadeamento progressivo, que possui dupla articulação: i) a organização da lógica; ii) a encenação narrativa. Essa articulação permite a construção da organização de um discurso do tipo narrativo. Na organização da encenação narrativa, por exemplo, o enunciador trata da forma como o narrador e o leitor serão compreendidos durante a narrativa. A organização da lógica narrativa, por meio dos seus actantes, processos e sequências é responsável pela construção da trama de uma história. Nesse caso, supõe-se que haja o despojamento das particularidades semânticas que o enredo carrega.

Por essa perspectiva, Charaudeau (2009) nos esclarece que o narrador não é uma questão interna do texto e, sim, uma parte de algo mais complexo, o processo de encenação da linguagem, que se dá por meio da troca entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante.

3.7.3 Modo de organização enunciativo

O modo de organização enunciativo está conectado e focado nos protagonistas, que são os seres de fala internos à linguagem, diferentemente da situação de comunicação, na qual há os parceiros da linguagem (seres externos à linguagem).

Charaudeau (2009) também ressalta que não podemos confundir esse modo com a modalização do discurso, que é uma categoria da língua que reúne todos os

procedimentos no sentido estrito linguístico e que irá permitir a explicitação do ponto de vista do locutor. Assim, o enunciativo é “uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (p.81). Além disso, esse modo possui como função de base a relação de influência (Eu – Tu); Ponto de vista do sujeito (Eu – Ele) e a Retomada do que já foi dito – Ele.No princípio de organização reflete a posição em relação ao interlocutor, em relação ao mundo e em relação a outros discursos.

Portanto, enunciar:

se refere ao fenômeno que consiste em organizar as *categorias da língua*, ordenando-as de forma que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor, em relação ao que ele diz e em relação ao que o outro diz (CHARAUDEAU, 2009, p.82).

Distinguimos, assim, três funções do Modo Enunciativo: (a) estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor - comportamento Alocutivo; (b) revelar o ponto de vista do locutor – comportamento Elocutivo e (c) retomar a fala de um terceiro – comportamento Delocutivo.

Passamos agora à especificação de cada ato locutivo a fim de compreendermos melhor a função desse modo de organização do discurso na cena enunciativa.

No ato alocutivo, o locutor enuncia sua posição em relação ao seu interlocutor e é marcado pela relação do locutor consigo mesmo. Nesse ato, o sujeito falante. Nesse ato, o sujeito falante atribui papéis languageiros tanto para si quanto para seu interlocutor e enuncia o seu ponto de vista com relação ao mundo, sem que necessariamente o interlocutor esteja envolvido nessa tomada de posição. Geralmente, essa enunciação do locutor o coloca em posição de superioridade em relação ao seu interlocutor. É o caso da Interrogação e da Petição, por exemplo. O ato elocutivo é marcado pela relação do locutor consigo mesmo. Nesse ato, o sujeito falante enuncia o seu ponto de vista com relação ao mundo, sem que necessariamente o interlocutor esteja envolvido nessa tomada de posição.

Finalmente, no ato delocutivo o locutor desaparece no ato de enunciação e não implica nesse momento o seu interlocutor. Assim, temos a impessoalidade: o locutor relata o que o outro diz e como o outro diz. Apresenta-se o que seria o *discurso relatado*.

Para Charaudeau (2009), no discurso relatado tudo depende da posição dos interlocutores, das maneiras de se relatar esse discurso já enunciado e também da descrição dos modos de enunciação de origem. O discurso relatado pode ser citado, integrado, narrativizado e evocado. Nos dois primeiros tipos, tem-se o que a gramática denomina como discurso direto e indireto. No narrativizado, há o desaparecimento por completo do discurso de origem ou a sua total integração ao novo discurso. Por fim, no evocado ou alusivo, há a referência ao retorno de algum dado do discurso de origem: a maneira de falar do locutor original, geralmente vem entre aspas ou travessões.

3.7.4 *Modo de organização argumentativo*

O modo de organização argumentativo é o mais complexo de ser tratado se compararmos ao modo narrativo. Em sua proposta crítica do modo argumentativo, Charaudeau (2009, p.201) afirma que “o argumentativo, ao contrário, está em contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, através de certas operações do pensamento”. O autor explica-nos que, o modo narrativo leva em conta as ações humanas e as confronta com uma forma de realidade que é visível e tangível, diferindo-se do argumentativo.

Ainda segundo o autor, a argumentação não deve ser limitada a uma sequência de frases ou, ainda, de proposições ligadas por conectores lógicos, mas deve expressar no discurso, o que esteja implícito ou explícito. Para que haja a argumentação, é preciso existir uma proposta com relação a determinado tema e também uma provocação, que gerará um questionamento, somando-se a um sujeito que se engajará em uma proposição, e também a outro sujeito que esteja relacionado com a mesma proposta inicial, mas também com o questionamento e verdade, sendo assim o alvo da argumentação.

Nesse sentido, na argumentação ocorre, se houver: (a) uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento quanto à sua legitimidade; (b) um sujeito que se engajará em nesse questionamento (daí deriva-se a convicção), e, com isso, desenvolva um raciocínio com o objetivo de estabelecer uma verdade quanto a essa proposta e (c) outro sujeito que, ao ser relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, constitui o alvo da argumentação. A argumentação se define em uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. Nesse cenário, o sujeito argumentante se dirigirá ao sujeito alvo e, em tese, o induzirá a compartilhar do mesmo pensamento (persuasão), sabendo, portanto, que esse sujeito alvo poderá ou não aceitar a argumentação que foi construída (CHARAUDEAU, 2009, p.205-206).

O modo de organização argumentativo “tem por função permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo numa dupla perspectiva de razão: i) a razão demonstrativa; ii) razão persuasiva” (p.207).

A razão demonstrativa se baseia no mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas. As relações entre essas asserções constituem a organização da lógica argumentativa. Já a razão persuasiva se baseia em um mecanismo que busca estabelecer a prova com a ajuda de argumentos que justifiquem as propostas a respeito do mundo. As relações de causalidade unirão as asserções umas às outras.

Conforme preconiza Charaudeau (2009), argumentar é uma atividade discursiva e, do ponto de vista do sujeito argumentante, há uma dupla busca: i) a busca pela racionalidade pela qual se objetiva um ideal de verdade na explicação de fenômenos do universo; ii) a busca pela influência, que se refere a um ideal de persuasão que, nesse caso, consiste em compartilhar com outrem certo universo de discurso, até que o seu interlocutor tenha as mesmas propostas (sujeito argumentante).

Essa base teórica sobre a argumentação mediante uma relação triangular, subsidiará as análises dos editoriais que estarão no capítulo 6.

Após conhecermos os modos de organização do discurso, salientamos, devido às suas configurações e características próprias, que nos interessa para esta pesquisa, os modos enunciativo e argumentativo do discurso.

Essa distinção e escolha estão pautadas na composição desses dois modos de organização. No modo enunciativo temos componentes e procedimentos da construção enunciativa e, também os procedimentos linguísticos, os quais estão presentes nessa construção, representada pelas categorias modais.

Já no modo de organização argumentativo, há uma composição da lógica argumentativa e sua encenação. Para isso, temos de considerar que o modo argumentativo se define por meio de uma relação triangular entre sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo (CHARAUDEAU, 2009, p.205).

No próximo tópico, apresentamos a conceituação e reflexão com relação aos procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas sem, por ora, trazer à tona análises que poderão ser feitas no *corpus* selecionado.

3.8 Procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas

Os procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas aqui apresentadas têm em sua composição o comportamento alocutivo, o comportamento elocutivo e o delocutivo, com suas respectivas categorias modais.

Faz-se necessário compreendermos qual a função das categorias modais no interior do discurso em relação aos procedimentos linguísticos. O objetivo é analisar como essas categorias são elementos constitutivos da argumentação no discurso.

3.8.1 Comportamento Alocutivo

As categorias modais de *interpelação*, *injunção*, *autorização*, *aviso*, *juízo*, *sugestão* e *proposta* configuram-se como vínculo de força entre o locutor e o

interlocutor, em que o primeiro é superior ao segundo. As categorias de *interrogação* e *petição* configuram-se como uma relação de pedido. Nesse caso, o locutor se coloca em uma posição de inferioridade em relação ao interlocutor. Destacaremos duas modalidades dentro do alocutivo. Vejamos a seguir:

Interpelação: é uma categoria de relação de força entre o locutor e o interlocutor, que, ao mesmo tempo, vale-se da possibilidade de aproximação entre os dois atores. Aposta no chamamento e na proximidade com o outro. O uso do verbo na primeira pessoa reforça essa aproximação e interpela o interlocutor na sua identidade para além de um leitor comum, por exemplo, um historiador ou um pesquisador que possui a curiosidade como motor de seu trabalho diário.

Proposta: nessa categoria o locutor estabelece com o seu enunciado uma ação que deve se realizar.

3.8.2 *Comportamento Elocutivo*

O comportamento elocutivo diz respeito à relação do locutor consigo mesmo e possui as seguintes categorias modais: constatação, saber/ignorância, opinião, apreciação, obrigação, possibilidade, querer, promessa, aceitação/recusa, concordância/discordância, declaração e proclamação. Destacamos, dentre elas, a opinião (ponto de vista e de avaliação), a possibilidade (ponto de vista de motivação) e a promessa (ponto de vista do engajamento).

Opinião: é uma categoria na qual o papel do locutor é avaliar a verdade de seu propósito e revelar o seu ponto de vista por meio de uma pressuposição. O interlocutor não está implicado e é testemunha da “opinião” do locutor.

Possibilidade: nessa categoria o papel do locutor se dá no estabelecimento com seu enunciado em uma ação a fazer e cuja realização vai depender apenas deste. O interlocutor não está implicado e, como no caso da opinião, é testemunha do locutor.

Promessa: o papel do locutor é executar uma determinada ação estabelecida com seu enunciado. Assim, ele compromete-se a realizar esse ato. Em contrapartida, conforme dissemos, o interlocutor é testemunha do seu locutor.

3.8.3 *Comportamento Delocutivo*

No comportamento delocutivo, temos o apagamento do ponto de vista do locutor e como categoria de língua a asserção ou o discurso relatado.

A asserção é uma afirmação, asseveração, que não depende nem do locutor, nem do interlocutor, explicando assim o apagamento de quaisquer vestígios desses dois parceiros.

Segundo Charaudeau (2009), o discurso relatado é uma modalidade complexa, pois depende da posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso que já foi enunciado.

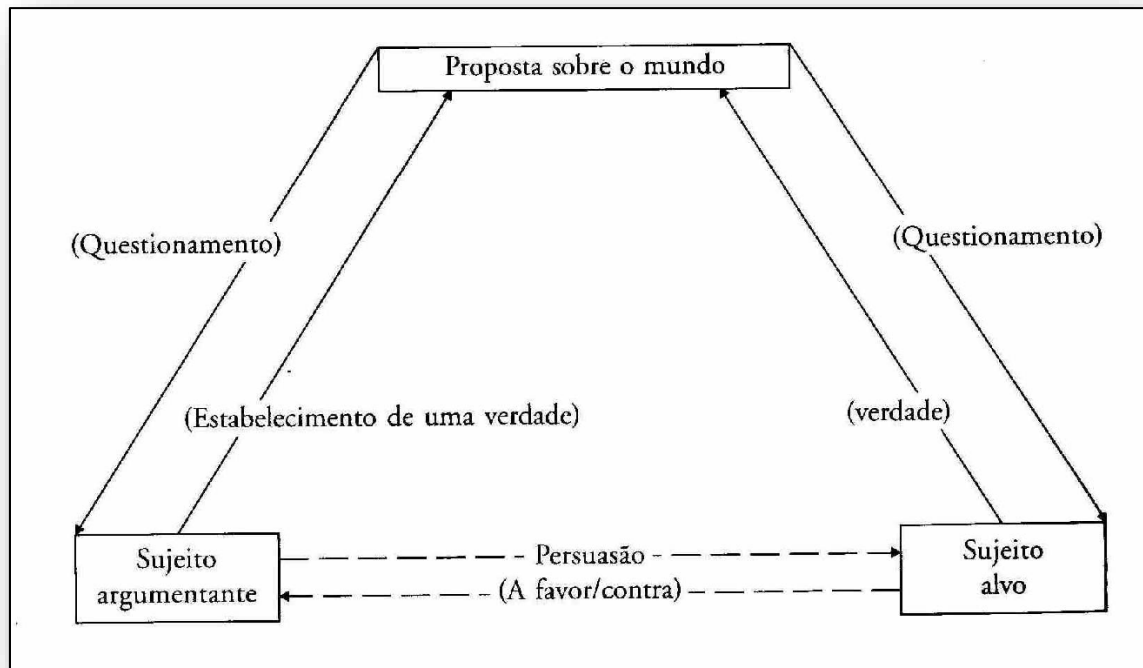
Por ser uma modalidade mais complexa, conforme bem disse Charaudeau (2009), se relaciona à posição dos interlocutores e que muitas vezes não aparecerá claramente, visto que há várias maneiras de relatar esse discurso de origem e também a descrição dos modos de enunciação.

Esses procedimentos linguísticos serão elementos importantes para a análise do *corpus* baseado na organização argumentativa do discurso e sua encenação. Para isso, trazemos a caracterização do modo argumentativo, o processamento da sua organização lógica e sua encenação para o *corpus* a ser analisado.

3.9 Modo argumentativo: a organização da lógica argumentativa e sua encenação

A organização da lógica argumentativa é composta por componentes que são os elementos de base da relação argumentativa. A construção do modo argumentativo pode ser resumida na seguinte figura:

FIGURA 3 - Relação triangular da argumentação



Fonte: Charaudeau, 2009, p.205.

Assim sendo, temos as articulações lógicas propostas por Charaudeau (2009): a conjunção; a disjunção; a restrição; a oposição; a causa; a consequência e a finalidade, como modo de encadeamento da argumentação. Essas articulações lógicas estão no plano de categorias de língua, ao lado das categorias de discurso e dos tipos de textos.

As operações lógico-linguísticas participarão, de várias maneiras, de forma direta ou indireta da organização argumentativa do discurso. Por exemplo, a disjunção estabelece a relação de discriminação contida entre duas proposições, e também pode expressar um modo de raciocínio, já que a conjunção estabelecerá uma relação de adição entre duas asserções.

Os componentes da lógica argumentativa combinam-se entre si, permitindo o aparecimento dos modos de raciocínio, que organizarão a lógica argumentativa em

relação ao que Charaudeau chama de *razão demonstrativa*¹⁹ e que se associa a uma *razão persuasiva*²⁰. Esses modos de raciocínio estão inseridos em uma encenação.

QUADRO 10 - Resumo dos modos de raciocínio

DEDUÇÃO (por silogismo, pragmática, condicional)
EXPLICAÇÃO (por silogismo, pragmática, por cálculo, hipotética)
ASSOCIAÇÃO (dos contrários, do idêntico)
ESCOLHA ALTERNATIVA (incompatibilidade, escolha entre positivo/negativo, escolha entre duas negativas, escolha entre duas positivas)
CONCESSÃO RESTRITIVA

Fonte: adaptado de Charaudeau, 2009, p.220.

Além disso, no que diz respeito à relação entre as categorias do discurso e tipos de texto, é possível constatar, segundo Charaudeau (2009, p.208), que “os textos científicos são organizados segundo um modo em que predomina o argumentativo (o explicativo)”. Os demais tipos, como os textos didáticos, são geralmente organizados de maneira descritiva e, em outros momentos, argumentativa. Já os textos de imprensa se organizam, normalmente, no modo descritivo e narrativo, utilizando o argumentativo como contraponto. Por fim, textos publicitários raramente serão

¹⁹A razão demonstrativa se baseia num mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas (causalidade: conceito tomado aqui num sentido amplo de relação entre duas ou várias asserções). Essas relações entre asserções se estabelecem através de procedimentos que constituem o que chamamos de organização da lógica argumentativa. Seus componentes estão ligados, ao mesmo tempo, ao sentido das asserções, aos tipos de relações que as unem e aos tipos de validação que as caracterizam (CHARAUDEAU, 2009, p.207).

²⁰A razão persuasiva se baseia num mecanismo que busca estabelecer a prova com a ajuda de argumentos que justifiquem as propostas a respeito do mundo, e as relações de acausalidade que unem as asserções umas às outras. Esse mecanismo depende muito particularmente de procedimentos de encenação discursiva do sujeito argumentante, razão pela qual o chamamos – paralelamente aos outros modos de organização do discurso – de encenação argumentativa (CHARAUDEAU, 2009, p.207 – 208).

argumentativos em seu âmbito mais explícito, mas, de todo modo, se analisarmos, verificaremos que a publicidade das revistas técnicas usarão muito esse modo de organização do discurso.

É necessário estabelecer a organização da lógica argumentativa, que tem o objetivo de coordenar o discurso argumentativo e, para isso, possui componentes que são essenciais para essa realização.

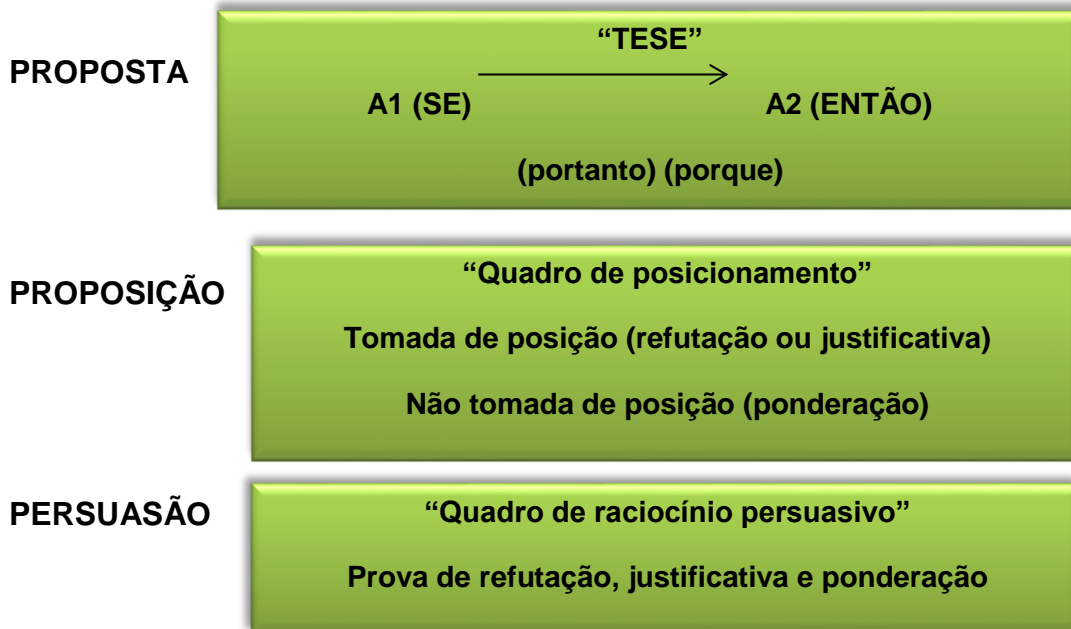
Essa organização abriga os componentes da lógica argumentativa com seus elementos de base, que são: a **asserção de partida** (dado, premissa) (A1); a **asserção de chegada** (conclusão, resultado) (A2) e **asserção de passagem** - podendo ser uma ou várias, e que vai permitir passar de uma a outra (inferência, prova, argumento). Essa relação argumentativa se define no seu fundamento como uma relação de causalidade, permitindo os modos de encadeamento desse discurso. Nesse caso, é comum que as lógicas pertencentes às categorias de implicação e explicação sejam destinadas a expressá-las.

A lógica argumentativa não é o único elemento constituinte da argumentação. A razão demonstrativa também se associa à razão persuasiva. Esta última depende do sujeito que argumenta e da situação na qual ele se encontra diante do seu interlocutor (ou destinatário), lembrando que estão ligados por um contrato de comunicação.

Dessa forma, sabemos que um processo argumentativo não deve se constituir somente por um conjunto de asserções ou encadeamentos lógicos, mas por uma asserção, cujo encadeamento se combinará para a constituição de parte do processo argumentativo, denominado de **proposta**. Além desta, há outras condições que são essenciais para que o processo se desenvolva. Na verdade, são duas. Inicialmente, é necessário que o sujeito argumentante tome uma posição em relação à veracidade da proposta existente: essa proposta deve estar relacionada ao que denominamos de **proposição**.

A segunda se refere ao fato de o sujeito dizer o motivo pelo qual está ou não de acordo, ou ainda, se o sujeito que propõe o questionamento é ele mesmo, e deve

trazer a prova de veracidade da sua proposta, desenvolvendo a **persuasão**. Em resumo, temos o seguinte esquema abaixo:



Fonte: adaptado de Charaudeau, 2009, p.225.

É pertinente frisar que a existência de um dispositivo argumentativo não antecipa o modo particular que a argumentação pode tomar forma em um texto.

A argumentação depende de dois elementos essenciais: a situação de comunicação e o projeto de fala dos sujeitos que serão utilizados nos componentes do dispositivo. Ainda há fatores situacionais que contribuem na configuração da argumentação. Devem ser considerados a situação de troca ou o contrato de fala.

A situação de troca pode ser monologal ou dialogal. Na primeira, o próprio sujeito constrói a totalidade do texto argumentativo, colocando em evidência a Proposta, a Proposição que questiona a Proposta e ainda desenvolve o ato de Persuasão.

Já na troca dialogal, a proposta, proposição e persuasão vão se desenvolver através das réplicas existentes nas trocas languageiras. Já o contrato de fala (ou comunicação) pode ser: explícito, usado frequentemente em situações de troca monologal, típica do discurso científico/acadêmico; implícito, em que não há especificidade do quadro

argumentativo e é necessário interpretar asserções que sejam participantes de uma proposta, uma proposição e de um ato de persuasão.

Ainda temos as posições do sujeito que são: relativamente à proposta, com relação ao emissor da proposta e sua própria argumentação. Essas posições são de tomada de posição, a favor ou contra, não tomada de posição, rejeição do estatuto ou ainda sua aceitação, autojustificativa, engajamento e argumentação polêmica, não engajamento e argumentação racional.

Além dos componentes acima demonstrados, existem os procedimentos da encenação argumentativa que estão divididos em 3 (três) tipos: os semânticos, os discursivos e os de composição.

Os **procedimentos semânticos**, segundo Charaudeau (2009):

consistem em utilizar um argumento que se fundamenta num consenso social pelo fato de que os membros de um grupo sociocultural compartilham determinados valores, em determinados domínios de avaliação.

Os domínios de avaliação se dividem em cinco: o domínio de verdade, o domínio do estético, o domínio do ético, o domínio do Hedônico, o domínio do pragmático.

Já os **procedimentos discursivos** estão relacionados à utilização ocasional ou sistemática de certas categorias de língua ou ainda de procedimentos que possam compor outros modos de organização do discurso, como objetivo de produzir determinados efeitos de persuasão. Estes procedimentos são representados pela definição, comparação, citação, descrição narrativa, reiteração e questionamento.

E por fim, os **procedimentos de composição**, que são usados quando o sujeito tem a possibilidade de construir sua argumentação na forma oral ou escrita. Podem ser classificatória ou linear.

Os autores aqui apresentados subsidiarão as nossas análises dentro da perspectiva da Análise do Discurso, representada pela TS de Charaudeau, que norteou nosso olhar para a consecução dos objetivos específicos apresentados nessa pesquisa.

O percurso teórico nos possibilitou compreender o gênero discursivo segundo Marscuschi (2009), Aristóteles (2015), Bakthin (1997) e Maingueneau (1999). Escolhemos fundamentar nossa pesquisa em Marscuschi e Maingueneau. As condições de produção do discurso, que compreendem as esferas de produção e interpretação do discurso, do quadro institucional e do contrato de comunicação estabelecido pelos editoriais, é o referencial mais adequado para examinarmos o propósito dessa pesquisa e, de certa maneira, os sujeitos participantes desses atos languageiros, como preconiza Charaudeau (2009). Os modos de organização do discurso trazem à tona o comportamentodesses sujeitos em suas composições Argumentativa, Descritiva, Narrativa e Enunciativa. Este último, mediante procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas nos auxiliará na construção enunciativa dos editoriais, e na sua análise argumentativa.

Após apresentar o referencial teórico que sustentará nossa pesquisa, o próximo capítulo expõe nosso objeto de estudo, a revista *Varia Historia* e seus editoriais.

CAPÍTULO 4 – VARIA HISTORIA E SEUS EDITORIAIS: O OBJETO EM ANÁLISE

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o nosso objeto de pesquisa, a revista *Varia Historia* e seus editoriais.

4.1 A Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O ano de 1985 foi marcado, no Departamento de História da UFMG, pela criação de uma revista científica advinda de uma turma de graduação em História. A publicação surge quando os alunos de graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG) receberam um desafio. Poderiam propor um título para a nova revista, e o vencedor ganharia uma coleção de livros de Eric Hobsbawm.

O responsável por esse desafio foi o professor Ciro Flávio Bandeira de Mello, do departamento de História. Nesse contexto, um aluno sugeriu o nome “Revista do Departamento de História”. Em novembro daquele ano saía o primeiro número, e o Prof. Ciro seu primeiro editor. Em seu nascedouro, era praticamente caseira, mas plena de muito trabalho, entusiasmo e expectativa tanto de professores quanto dos alunos envolvidos. Não possuía os padrões acadêmicos, mas surgia como um importante estímulo para alunos e professores do Departamento naquele momento.

A revista passou por outros momentos considerados difíceis, conforme salientou sua editora atual²¹, a professora Regina Horta, em entrevista ao Boletim da UFMG²², por ocasião do aniversário de 30 anos da Revista.

²¹ Seu período de editoria vai de 2015 ao final do ano de 2017, a partir de 2018 haverá novo (a) editor (a).

²² A entrevista está disponível no seguinte endereço: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1895/8.shtml> Acesso em 16 jan. 2017.

No ano de 1992, houve a mudança do nome para o atual, *Varia Historia*. O termo é uma expressão latina, que transmite o desejo de se afirmar como um veículo para a diversidade e variedade da historiografia contemporânea.

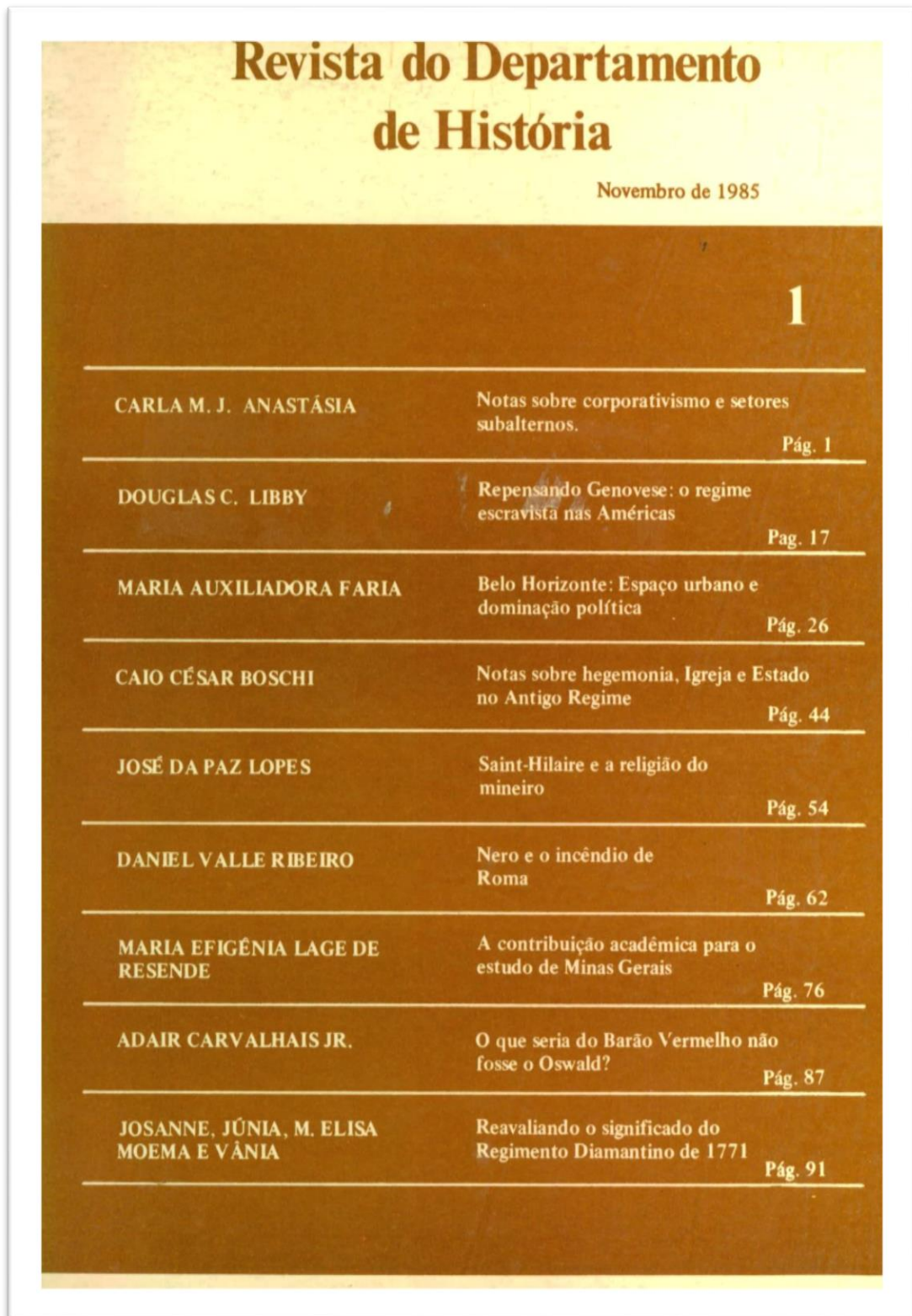
Em 1999, a nova editoria verifica que a publicação não ocorria com a regularidade própria, mesmo sem nunca ter sido interrompida. Naquele momento, por meio dos esforços de sua equipe, a revista eleva seu patamar, adequando-se às novas regras do mundo científico e inclui no seu fazer pareceristas especialistas nas temáticas publicadas.

Em 2007, a revista passa a fazer parte do Portal SciELO, ganhando assim projeção internacional, visto que a continuada avaliação pela Capes, o Qualis da revista é A1, colocando-a em um patamar de revistas de excelência na área de História no Brasil. Tal fato se deve à melhoria na indexação da revista e também do projeto de internacionalização. Inicialmente, a sua periodicidade era semestral, e, a partir de 2014, passa a ser quadrimestral. É indexada nos seguintes serviços: Latindex, DOAJ, LiVre!, Redalyc, SciELO, *Web of Science* (SciELO Citation Index), *Historical Abstracts with Full Text*, Fonte Acadêmica (EBSCOhost), Scopus. Em 2016, o projeto de digitalização dos exemplares anteriores foi concluído. Tais exemplares podem ser acessados por meio do endereço: <http://www.variahistoria.org>.

Uma descrição sucinta do conteúdo dos fascículos da revista nos permite conhecer um pouco do conjunto de informações ali veiculados, em seu conjunto de textos. Em seus números - nesse caso, consideramos os de 1985 até, pelo menos, os fascículos até 2004 -, geralmente apresentavam textos de apresentação do referido fascículo, artigos, *book reviews*, ensaios, resenhas, conferências, entrevistas, uma seção para documentos de pesquisa, dentre outros.

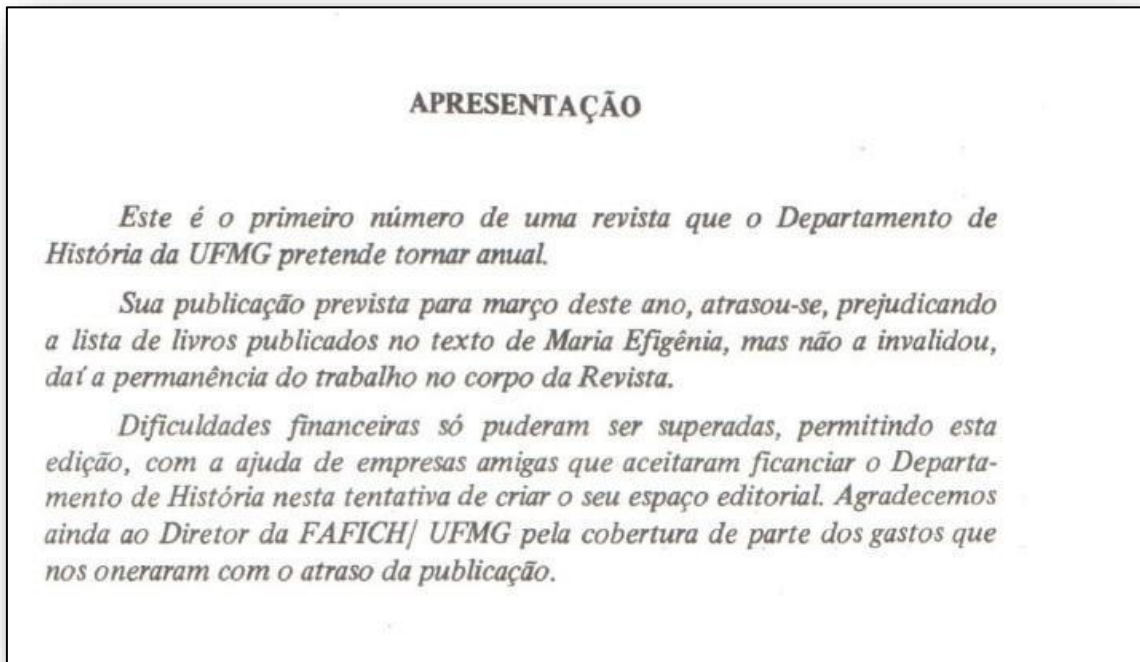
Desde a sua fundação, no ano de 1985, a revista contou com uma seção denominada “Apresentação”, que cumpria a função de editorial. Esse texto, em geral, apresentou os artigos que foram selecionados para a publicação e, por vezes, enfrentava problemas relacionados à impressão do referido número e outras questões de ordem técnica. Os textos de apresentação ora eram escritos pelo editor responsável ora por um convidado, podendo este ser também o organizador do fascículo.

FIGURA 4 - Capa do primeiro número da Revista do Departamento de História (atual *Varia Historia*)



Fonte: Revista do Departamento de História, 1985.

FIGURA 5 - Apresentação do primeiro fascículo da Revista do Departamento de História em 1985



Fonte: Revista do Departamento de História, 1985.

O termo Editorial foi encontrado pela primeira vez no volume 4, número 7 do ano de 1988. A partir do ano de 2007, o texto começa a aparecer sistematicamente, e, a partir do ano de 2015, precisamente no volume 31, número 55, há a presença, de fato, de dois textos distintos: um de apresentação do fascículo e do Editorial.

Percorrendo a trajetória da revista, depreendem-se suas mudanças, desde a configuração gráfica, como de conteúdo, e especialmente, a presença da editoria, que é muito importante para a consolidação e avanço de um periódico. Já que em seu primeiro número, ainda com o nome de Revista do Departamento de História, era uma revista feita de forma doméstica e quase artesanal, e sem os parâmetros acadêmicos.

Para a melhor visualização e compreensão do nosso *corpus*, dispusemos em um quadro os editoriais que serão analisados, organizando-os na ordem cronológica, e os qualificando por meio do título do dossiê no qual são inseridos ano, volume, número, ano, o editor-chefe responsável e suas áreas de pesquisa.

QUADRO 11 - Editoriais e Editores de *Varia Historia* (2007 a 2016)

EDITORIAIS <i>VARIA HISTORIA</i> (2007-2016)							
EDITORIAL	ANO	VOLUME	NÚMERO	DOSSIÊ	EDITOR-CHEFE	ÁREAS DE PESQUISA DO EDITOR-CHEFE	PERÍODO
01	2007	23	37	A história nos velhos mapas	Júnia Ferreira Furtado	História Moderna, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Minas Gerais, Brasil colônia, História da Cartografia, diamantes, escravidão, relações de gênero e relações de poder	2001-2009
02	2007	23	38	História das Américas: Política e Cultura			
03	2008	24	39	História Ambiental e Cultura da Natureza			
04	2008	24	40	História da Arte			
05	2009	25	41	Imagens: escravidão, mestiçagens			
06	2009	25	42	Influenza Espanhola			

QUADRO 12 - Editoriais e Editores de *Varia Historia* (2007 a 2016)

EDITORIAIS <i>VARIA HISTORIA</i> (2007-2016)							
EDITORIAL	ANO	VOLUME	NÚMERO	DOSSIÊ	EDITOR-CHEFE	ÁREAS DE PESQUISA DO EDITOR-CHEFE	PERÍODO
07	2010	26	43	História Medieval: fontes e historiografia	Tarcísio Rodrigues Botelho	História do Brasil, e de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: população, família, cidades, patrimônio histórico	2010-2014
08	2010	26	44	História, Assistência e Saúde			
09	2011	27	45	Republicanismo no Brasil do século XIX			
10	2011	27	46	Elementos materiais da cultura e patrimônio			
11	2012	28	47	História e Inteligência			
12	2012	28	48	Relações Civis Militares e Segurança Nacional			

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

QUADRO 13 - Editoriais e Editores de *Varia Historia* (2007 a 2016)

EDITORIAIS VARIA HISTORIA (2007-2016)							
EDITORIAL	ANO	VOLUME	NÚMERO	DOSSIÊ	EDITOR-CHEFE	ÁREAS DE PESQUISA DO EDITOR-CHEFE	PERÍODO
13	2013	29	49	Fascículo com artigos avulsos	Tarcísio Rodrigues Botelho	História do Brasil, e de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: população, família, cidades, patrimônio histórico	2010-2014
*	2013	29	50	Fascículo com artigos avulsos			
14	2013	29	51	Nações, Comércio e Trabalho na África			
15	2014	30	52	As Direitas na História			
16	2014	30	53	Educação e História			
17	2014	30	54	Intelectuais e circulação das ideias na América Latina			

Fonte: elaborado pela autora, 2017. Nota: *nesse fascículo não há editorial.

QUADRO 14 - Editoriais e Editores de *Varia Historia* (2007 a 2016)

EDITORIAIS <i>VARIA HISTORIA</i> (2007-2016)							
EDITORIAL	ANO	VOLUME	NÚMERO	DOSSIÊ	EDITOR-CHEFE	ÁREAS DE PESQUISA DO EDITOR-CHEFE	PERÍODO
18	2015	31	55	Por uma nova Igreja Medieval	Regina Horta Duarte	História do Brasil República, história e natureza, história da biologia na Primeira República	2015 - atualmente
19	2015	31	56	Historiografia e História Intelectual			
20	2015	31	57	Fascículo com artigos avulsos			
21	2016	32	58	Culturas alimentares, práticas e artefatos			
22	2016	32	59	História e Teatro no Brasil pós-64			
23	2016	32	60	Arte e Ciência, um processo imperativo			

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

CAPÍTULO 5 - CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: DEFININDO OS PERCURSOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os caminhos teórico-metodológicos escolhidos para operacionalização da pesquisa realizada. O *corpus* utilizado foi composto por editoriais publicados no período compreendido entre os anos de 2007 a 2016, na revista *Varia Historia*.

O nosso olhar foi pautado de forma múltipla como anunciado no primeiro capítulo dessa tese. O nosso lugar de fala é a Ciência da Informação, e nos valem do objeto da História representado pelo periódico e, mais precisamente, por seus editoriais. Utilizamos a Análise do Discurso da Linguística como abordagem teórico-metodológica tendo por base a Teoria Semiolinguística (TS) de Charaudeau e também os conceitos e teorias de Maingueneau, outro autor do campo discurso. Esses dois representados como teóricos basilares na compreensão do nosso objeto. E também a Análise de Conteúdo de Bardin, que é aplicada em várias áreas de pesquisas sociais e humanas.

5.1 Escolha do periódico e recorte temporal

Primeiramente, escolhemos a área de conhecimento: a disciplina História. A escolha se baseou em dois pilares: por ser uma disciplina do campo das Humanidades, já que o primeiro periódico surge nessa área, e por ser uma área correlata à Ciência da Informação. Quanto à escolha do periódico, após um levantamento no Qualis Capes de Periódicos, data base de avaliação 2015 e extratos A1 e A2, somente de revistas brasileiras, em um universo de aproximadamente 62 revistas, a *Varia Historia* foi selecionada por estar no extrato A1, e ser avaliada na área de História, apesar de contemplar publicações tanto da História quanto da Filosofia. Está indexada nos seguintes indexadores: Latindex, DOAJ, LiVre!, Redalyc, SciELO, *Web of Science* (SciELO *Citation Index*), *Historical Abstracts with Full Text*, Fonte Acadêmica (EBSCOhost) e Scopus.

Quanto ao recorte temporal, foi estabelecido o ano de 2007 para início, e finalizado no ano de 2017. O ano de 2007 é o marco de entrada da revista no SciELO, e também quando começa a aparecer sistematicamente o editorial, conforme descrito pela ABNT (2015).

5.2 Coleta de dados e organização do *corpus*

Os editoriais selecionados para o *corpus* foram coletados com base em cada fascículo da revista, que se encontra disponível no Scielo Brasil²³. Após o *download* de cada fascículo, extraímos apenas os editoriais de cada um. Atribuímos um número para cada editorial, sendo o de número 01 o editorial do volume 23, número 37 de 2007, e assim sucessivamente, conforme a tabela 1, abaixo:

²³ O endereço eletrônico da revista é: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8775&lng=pt&nrm=iso Acesso em 15 abr.2017.

TABELA 1- *Corpus* - Editoriais da Varia Historia (2007 a 2016)

NÚMERO DO EDITORIAL	ANO	VOLUME	NÚMERO
01	2007	23	37
02	2007	23	38
03	2008	24	39
04	2008	24	40
05	2009	25	41
06	2009	25	42
07	2010	26	43
08	2010	26	44
09	2011	27	45
10	2011	27	46
11	2012	28	47
12	2012	28	48
13	2013	29	49
14	2013	29	51
15	2014	30	52
16	2014	30	53
17	2014	30	54
18	2015	31	55
19	2015	31	56
20	2015	31	57
21	2016	32	58
22	2016	32	59
23	2016	32	60

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A primeira etapa se consistiu na leitura geral dos fascículos, com o objetivo de conhecê-los e também as marcas linguísticas do campo da História, pela construção da escrita. Após essa leitura, organizamos o *corpus* por meio da Análise de Conteúdo (AC).

A AC contribuiu para conhecermos o material do corpus, a fim de que fosse efetivamente realizada a organização e análise do material que foi coletado, seguindo 3 (três) fases: a pré-análise: a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos mesmos.

5.3 Pré-análise

É a fase propriamente dita da organização do material, em que o objetivo é a operacionalização e sistematização das ideias. Há três missões importantes: a escolha dos documentos que serão submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores sobre os quais se apoiará a interpretação final. Estas missões não são cronológicas, contudo, encontram-se ligadas uma à outra (BARDIN, 2016).

5.4 Exploração do material

A exploração do material é a fase de análise, e a administração sistemática das decisões é tomada na fase anterior. Consiste, essencialmente, nas operações de codificação, decomposição ou enumeração em função das regras estabelecidas na pré-análise (BARDIN, 2016).

O material explorado e analisado é composto de 23 editoriais, totalizando 108 páginas de textos²⁴. A extensão do número de páginas de cada editorial variou de três a nove páginas.

Esse conjunto de documentos foi estruturado, a partir da reunião de todos os editoriais que estavam avulsos, em um só documento em formato PDF.

5.5 O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação

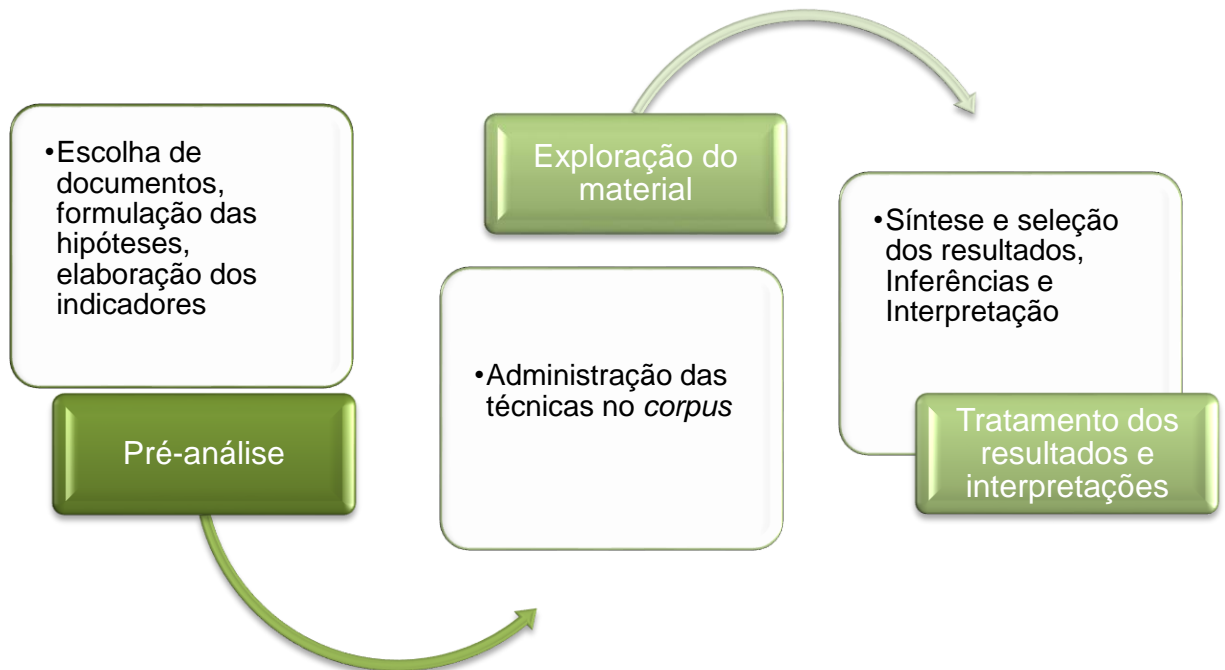
Os dados brutos são tratados de maneira que se tornem significativos e válidos. Operações estatísticas simples (porcentagens) ou mais complexas (análise fatorial) nos permitem construir tabelas de resultados, diagramas, figuras e modelos que condensam e colocam à mostra as informações mais relevantes para análise (BARDIN, 2016).

²⁴ Encontram-se na seção Anexos.

Por meio dos resultados obtidos, pode-se confrontá-los sistematicamente com o material coletado e o pesquisador pode propor inferências e assim avançar nas interpretações propostas.

Em relação ao presente estudo, os dados brutos foram organizados em um documento único conforme dito anteriormente, após leitura exploratória. Em seguida foi atribuída uma palavra-chave, com o objetivo de representar aquele editorial; depois, cada texto foi indexado, ganhando um tema e, por último, trechos dos respectivos editoriais foram extraídos como representativos para cada um deles. Tomando-se por base o tratamento dos textos e uma primeira etapa interpretativa foi possível a construção de um quadro de Análise Categorial Temática, que veremos mais adiante. Mas, por ora, na figura a seguir, está descrito de forma sucinta o desenvolvimento de uma análise.

FIGURA 6 - Desenvolvimento de uma AC



Fonte: adaptado de Bardin, 2016, p.132.

No quadro abaixo, encontram-se os editoriais, por meio de uma análise categorial, onde há uma palavra-chave representativa daquele conteúdo, o tema, o número fornecido ao editorial e a última coluna traz trechos que comprovam a categoria representada por aquela palavra-chave. Nos editoriais de números 20 a 23, não foi possível estabelecer essas relações, pois os documentos não ofereciam possibilidade de categorização. O motivo da não categorização desses últimos editoriais se deve ao fato de que neles não há referência aos artigos publicados no fascículo. O editorial tratava de outros assuntos não relacionados àquele número, ora com relação à área de História, ora ao periódico como fonte de disseminação de informação do campo, ou eram multitemáticos.

Diante disso, não houve elementos que pudessem contribuir para a verificação da temática proposta pelo fascículo em questão. Vejamos, agora, o quadro com a análise categorial temática dos editoriais.

QUADRO 15 - Análise Categral Temática dos Editoriais de *Varia Historia* (2007 - 2016)

ANÁLISE CATEGORIAL TEMÁTICA DOS EDITORIAIS DE VARIA HISTÓRIA (2007 – 2016)				
PALAVRA-CHAVE	TEMA	EDITORIAL	ANO	VERIFICAÇÃO
Mapas	Cartografia	1	2007	“Os mapas são, pois, como um texto e têm cada um e em seu tempo uma linguagem própria”.
Américas	História das Américas	2	2007	“Os artigos, em seu conjunto, têm grande amplitude espacial e temporal: do sul da América do Sul aos Estados Unidos, dos séculos XVI ao XXI”
Natureza e História	História Ambiental e Cultura da Natureza	3	2008	“História ambiental e cultura da natureza. Quais relações se constituem entre tais termos? Entre história e natureza, ambiente e cultura, é possível delinear inúmeras tramas urdidas entre as sociedades humanas, o tempo histórico, a produção cultural da natureza e de suas representações, mas também as condições naturais nas quais o homem continuamente reinventa sua trajetória sobre o planeta”

ANÁLISE CATEGORIAL TEMÁTICA DOS EDITORIAIS DE VARIA HISTÓRIA (2007 – 2016)				
PALAVRA-CHAVE	TEMA	EDITORIAL	ANO	VERIFICAÇÃO
História da Arte	História da Arte	4	2008	“Como Panofsky afirmava é fulcral atravessar o quadro; é necessário passar da iconografia à iconologia, pois para este teórico a primeira não era apenas um meio, mas a compreensão global da obra de arte”.
Iconografia	Escravidão e imagens	5	2009	“Não obstante o trato despendido, fica claro nos textos o quanto a iconografia é importante para a renovação dos estudos históricos atuais, explicitando-se sua especial potencialidade para que a renovação da historiografia sobre escravidão e sobre as mestiçagens”.
Gripe	Influenza espanhola	6	2009	“Quanto tratamos de temas da história das ciências, com uma abordagem que privilegia as interações culturais, não se pode menosprezar a importância da circulação do conhecimento e, no caso específico da denominada gripe espanhola, da circulação do vírus”.
Historiografia medieval	História Medieval	7	2010	“O prestígio que a historiografia medieval adquiriu, principalmente com as contribuições vinculadas à escola dos Annales e a chamada Nova História, proporcionou a ampliação do espaço dado à História Medieval no âmbito das nossas Universidades”.
Saúde pública	História, Ciência e Saúde	8	2010	“É frequente que os debates acerca do socorro, da assistência e da proteção à saúde estejam referidos na historiografia – particularmente naquela que trata da emergência da saúde pública – como uma dimensão do Estado de bem-estar social e sua relação com os modelos tradicionais de assistência pública e privada”.

ANÁLISE CATEGORIAL TEMÁTICA DOS EDITORIAIS DE VARIA HISTÓRIA (2007 – 2016)				
PALAVRA-CHAVE	TEMA	EDITORIAL	ANO	VERIFICAÇÃO
República	Republicanismo no Brasil do século XIX	9	2011	“É conhecida a afirmação de Frei Vicente do Salvador, feita em seu livro História do Brasil, em 1627, sobre a cena pública da América portuguesa: “Nenhum homem nessa terra é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do particular”
Patrimônio	Elementos materiais da cultura e patrimônio	10	2011	“Elementos materiais de nossa cultura e a relevância de seus significados identitários são os objetos de reflexão do presente Dossiê.”
Inteligência	História e Inteligência	11	2012	“O presente Dossiê História e Inteligência é dedicado ao estudo de temas vinculados à atividade de inteligência, a qual lentamente vem sendo reconhecida como legítima e necessária por grande parte das sociedades, inclusive daquelas que emergiram recentemente de ditaduras civis e/ou militares”.
Segurança	Relações civis, materiais e Segurança Nacional	12	2012	“De uma forma geral, trabalhar sobre o conceito de segurança nacional permite uma gama infinita de possibilidades, pois, afinal de contas, o que podemos entender como segurança?”
Multitemática	Multitemática	13	2013	

ANÁLISE CATEGORIAL TEMÁTICA DOS EDITORIAIS DE VARIA HISTÓRIA (2007 – 2016)				
PALAVRA-CHAVE	TEMA	EDITORIAL	ANO	VERIFICAÇÃO
Escravidão	Nações, comércio e trabalho na África Atlântida	14	2013	“Estudos sobre a escravidão, o tráfico atlântico de escravos e as formas de trabalho forçadas produziram verdadeiros clássicos cujas influências extrapolaram as áreas de estudo relativas apenas à história do trabalho”.
Direitas	As direitas na história	15	2014	“Ao longo do tempo as forças de direita construíram tradições que lograram arraigar-se profundamente, ao ponto de podermos identificar algumas delas como verdadeiras culturas políticas”.
Educação	Educação e História	16	2014	“A educação, sobretudo escolar, assumiu ao longo do século XIX uma posição cada vez mais importante no mundo ocidental. Como processo central na configuração do mundo contemporâneo, a formação dos Estados nacionais repousou sua soberania sobre o conjunto dos cidadãos”.
Intelectuais	Intelectuais e América Latina	17	2014	“O presente dossiê de <i>Varia Historia</i> é dedicado à História Intelectual Latino-Americana, com ênfase na história dos impressos, das ideias e de sua circulação”.
Historiografia medieval	Igreja Medieval	18	2015	“O interesse que moveu a composição deste dossiê está atrelado ao fato de que a historiografia medievalística contemporânea, ainda marcadamente europeia, apresenta-se bastante negligente em reavaliar o lugar da Igreja - e das instituições eclesiais - nas sociedades medievais latinas”.

ANÁLISE CATEGORIAL TEMÁTICA DOS EDITORIAIS DE VARIA HISTÓRIA (2007 – 2016)				
PALAVRA-CHAVE	TEMA	EDITORIAL	ANO	VERIFICAÇÃO
Escrita	Historiografia e História Intelectual	19	2015	“A escrita da história possui, inegavelmente, uma série de particularidades em relação às práticas de outros campos do saber”.
Multitemática	Multitemática	20	2015	X
X	Culturas alimentares	21	2015	X
X	História e teatro no Brasil pós 64	22	2016	X
X	Arte e Ciência	23	2016	X

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Em sua maioria, os editoriais pertenciam a fascículos que possuíam dossiês temáticos, além dos artigos livres. Dessa forma, foi essencial elencarmos as categorias temáticas, correspondentes àquele conjunto de artigos publicados.

Nessa breve exploração do material a ser analisado foi possível conhecer, por meio da técnica de AC, o conteúdo dos editoriais e o que representavam no recorte temporal analisado. Com base na exploração realizada, utilizamos a AD fundada na TS de Charaudeau, com o objetivo de analisar a construção da narrativa científica para a área de Humanidades, mediante a disciplina História, e, com isso, também compreender a construção do conceito de ciência por intermédio dessas narrativas.

Uma primeira etapa se deu pela análise argumentativa do discurso científico presente nos editoriais segundo a sua construção enunciativa, estabelecida por meio de procedimentos semânticos, discursivos e de composição, já descritos no capítulo de fundamentação teórica. Para ilustrar, apresentamos um quadro resumo desses procedimentos, e a explicação de como aplicá-los ao nosso *corpus*.

QUADRO 16 - Procedimentos da encenação argumentativa

Resumo dos procedimentos da encenação argumentativa	
1 – Os procedimentos semânticos	(a) Os domínios de avaliação: de verdade, ético, estético, hedônico, pragmático. (b) Os valores: domínios da verdade; do estético, do ético, do pragmático, do hedônico.
2 – Os procedimentos discursivos	(a) A definição: de um ser; de um comportamento. (b) A comparação: por semelhança/dessemelhança (igualdade, proporção, extensão); objetiva/subjetiva. (c) A descrição narrativa (d) A citação: de um dizer; de uma experiência; de um saber. (e) A acumulação (f) O questionamento: incitação a fazer; proposta de uma escolha; verificação de um saber; provocação e denegação.
3 – Os procedimentos de composição	(a) A composição linear: etapas; vai-e-vem; tempos fortes. (b) A composição classificatória: resumos; quadros; figuras.

Fonte: Adaptado de Charaudeau, 2009, p.247.

Os procedimentos aqui listados foram aplicados ao *corpus* com o objetivo de compreender a encenação argumentativa presente nos editoriais, e demonstrar como ocorreu a construção do argumento aplicado à construção de uma narrativa científica nas Ciências Humanas, baseando-se na análise dos editoriais do periódico da disciplina História. Esses procedimentos foram aplicados em todos os trechos que foram destacados nos editoriais.

E, por fim, foi realizada a análise discursiva dos editoriais, utilizando sua respectiva organização argumentativa, por meio da TS de Charaudeau (2009), em conformidade com uma situação triangular que se constituiu de um sujeito argumentante, nesse caso, representada pela editora da revista *Varia Historia*, o sujeito alvo, que são os leitores da revista e a proposta a respeito do mundo, como objetivo de construir uma premissa para a atuação dos dois sujeitos anteriormente citados. Tal atuação pode ser feita por uma tomada de posição, mediante uma refutação ou justificativa, ou mesmo uma não tomada de posição por meio de uma ponderação. O mapeamento dos editoriais foi organizado em um quadro que contempla informações diversas, como a codificação dos editoriais, o ano de publicação, o volume, o número do fascículo, o tema do dossiê, quando houve, o editor chefe e seu perfil institucional acadêmico, e o período em que esteve à frente da revista. Esse quadro estará no próximo capítulo, que traz a análise dos dados, pois dialoga e produz as análises pretendidas para o nosso *corpus*.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DISCURSIVA DOS EDITORIAIS DA REVISTA *VARIA HISTORIA* (2007-2016): CONSTRUINDO A NARRATIVA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

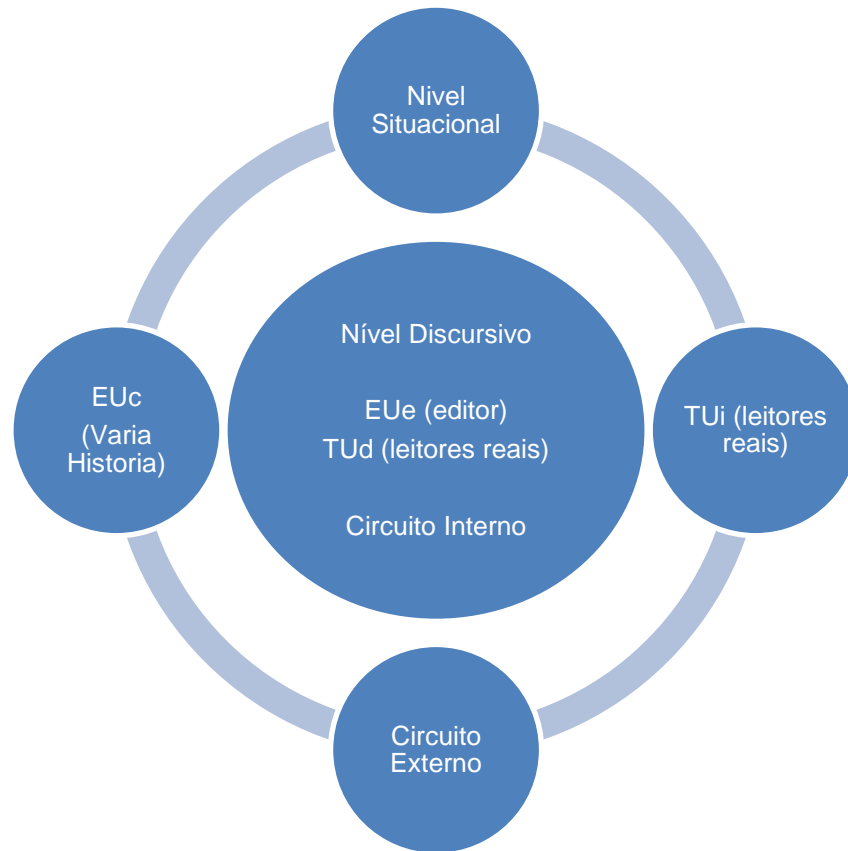
Neste capítulo, nosso foco é a análise discursiva dos editoriais da Revista *Varia Historia* no período de 2007 a 2016. Apresentaremos, primeiramente, a análise argumentativa do discurso científico que se encontra nos editoriais segundo a construção enunciativa respectiva. É estabelecida por procedimentos semânticos, discursivos e de composição, que foram descritos no capítulo de fundamentação teórica desta tese. Em seguida, a AD, por meio da TS de Charaudeau (2009), permitiu-nos realizar as análises propriamente ditas, visto que, pela perspectiva dessa abordagem da linguagem, o autor considera que o sujeito utilizará determinadas categorias de língua e as organizará em função das finalidades discursivas em um determinado ato de comunicação.

6.1 O ato de linguagem e a situação de comunicação

Em princípio, é necessário compreendermos e apresentarmos o ato de linguagem e a situação de comunicação que envolve a Revista *Varia Historia* e seus editoriais.

O ato de linguagem, segundo Charaudeau (2009), não deve ser considerado como um simples ato de comunicação, mas está inserido no jogo entre o que é implícito e o que é explícito. Por isso, ele será encenado por duas entidades que serão desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente, ou seja, EUc/EUe e TUd/TUi, de acordo com o esquema adaptado a seguir:

FIGURA 7- Ato de linguagem e situação de comunicação



Fonte: esquema adaptado de Charaudeau, 2009, p.52.

Nesse esquema, **EUC** é o sujeito comunicante, **EUE** é o sujeito enunciador, **TUd** é o sujeito destinatário e, por fim, **TUI** é o sujeito interpretante.

No nível situacional, que corresponde ao circuito externo do quadro comunicacional temos, em uma ponta, o **EUC**, representado pela revista *Varia Historia*, e na outra ponta, o **TUI**, representado pelos leitores reais (os leitores reais são os que efetivamente leem a revista e fazem parte do meio acadêmico, como foco definido na área de História e/ou correlatas). Já no nível discursivo, que corresponde ao circuito interno, temos o **EUE**, que é o Editor da revista, e o **TUd**, que é representado pelos leitores ideais (os leitores ideais é o auditório pensado pelo **EUC**).

Esse esquemapermite o acesso a duas dimensões do quadro comunicacional. A dimensão do nível externo compreende as circunstâncias socioculturais nas quais essa situação de comunicação está inserida.

Ainda com relação ao circuito externo, o TUi é representado pelos leitores reais, que são aqueles que tiveram contato com os editoriais desse período, e também pelos sujeitos visados, que, no caso, construirão a interpretação relacionada à intenção do EUc.

Na pesquisa, interessa-nos o **circuito interno**, no qual EUe e o TUd estão posicionados, pois constitui nosso objetivo de análise das principais estratégias discursivas argumentativas veiculadas por meio dos discursos contidos nos editoriais publicados em um periódico de relevância nacional e internacional para a área em questão, a *Varia Historia*. O recorte temporal, que compreende o período de 2007 a 2016, tem a finalidade de desvelar a construção da narrativa científica para a área de Humanidades por meio da História.

Em um primeiro momento pode-se afirmar que a finalidade comunicativa dos editoriais relacionados para análise é a de informar aos seus leitores o conteúdo dos fascículos, e, em segunda instância, são um modo de trazer à reflexão desses mesmos leitores a importância do campo da História como ciência e seus campos correlatos, tais como História da Ciência, dentre outros.

Em seguida, verificamos que os editoriais analisados presentes na *Varia Historia* nos mostram a preocupação em firmar o periódico tanto no cenário nacional quanto internacional, e também conclama os pesquisadores à reflexão acerca da publicação da ciência, o que pode ser evidenciado por meio de alguns excertos. Vejamos a seguir:

Os desafios são imensos para a área de História, e nossas revistas têm realmente um longo caminho a percorrer, assim como a SciELO precisa sensibilizar-se com aspectos que nos diferenciam de outros campos do conhecimento. O tempo dirá dos desafios, das perdas e dos ganhos. Cabe aos conselhos editoriais pressionarem a SciELO para que considere algumas características da História, mas também é preciso ouvir e valorizar o que esse portal está nos oferecendo e como vem nos estimulando em prol do aprimoramento das revistas. Enfim, é preciso haver disposição – entre os diferentes atores envolvidos – para ouvir, discordar, reavaliar e mudar (editorial 21, volume 32, n.58).

Por esse excerto, a editora conclama a comunidade acadêmica da área e, sobretudo, aqueles ligados diretamente à revista e aos demais editores da área para

pressionarem o SciELO na consideração da diferença da área de História para os demais campos científicos, no que concerne tanto à pesquisa como a publicação. Chama-nos a atenção a argumentação que visa a trazer os pares para a “luta”, o que é possível verificar em outro trecho do mesmo editorial, quando a editora narra a questão da publicação internacional, trazendo os desafios e dificuldades não só para a História, mas para a área de Humanidades, no caso específico, da tradução e/ou publicação de artigos em outros idiomas. Vejamos a seguir:

A exigência de artigos em língua inglesa também merece maior atenção e debate. Afinal, para a área de História, o espanhol e o francês são línguas acadêmicas de grande circulação do conhecimento produzido. Somado a isso, para cumprir a meta, as revistas traduzem, para o inglês, artigos submetidos em português. As dificuldades dessa prática são muitas. Os custos são estratosféricos, em tempo de verbas cada vez mais reduzidas. *“As traduções nem sempre podem ser feitas com a qualidade necessária: muitos textos têm estrutura narrativa literária, escapam de uma revisão meramente técnica, e o tempo é curto para cumprir a pontualidade necessária das edições quadrimestrais ou trimestrais*(editorial 21, volume 32, n.58).

Nos trechos acima, percebemos que o EUE (a instância enunciativa que escreve o editorial) dirige sua ação enunciativa para o TUD, afirmando que os desafios estão postos para o campo. E, ainda, que é necessário que todos participem e tragam sugestões, avaliem e também possam discordar, fazendo com que as reflexões da História como campo e como ciência sejam consolidadas. Infere-se, então, que nesse momento há também a tentativa de filiação à corrente epistemológica tanto da revista quanto da área.

Ainda, para corroborar esse caminho de consolidação tanto da revista nesse cenário atual da ciência bem como da História, aquela se propõe a trabalhar de acordo com as metas relacionadas tanto pelo SciELO quanto pela Capes na questão da qualidade dos artigos publicados. Vejamos um trecho:

O conselho editorial de *Varia Historia* tem trabalhado com afinco para oferecer artigos inéditos e sólidos, que possam nutrir pesquisas, inovações, pensamentos e ações. Em nossos processos editoriais, lançaremos sempre uma questão aos potenciais autores: afinal, o que vocês têm a oferecer de verdadeiramente novo e realmente instigante aos leitores de refinado paladar? (editorial 20, volume 31, n.57).

Compreendemos, portanto, como se construiu o ato de linguagem e a situação de comunicação envolvendo a Revista *Varia Historia* e os editoriais. Apresentaremos uma análise argumentativa do discurso científico presente nos editoriais. A argumentação é promovida pela construção enunciativa dos editoriais. É importante enfatizar que o modo de organização enunciativo é aquele responsável por organizar o discurso, comandando os demais modos. Sendo assim, sua vocação é dar conta da posição do locutor em relação ao seu interlocutor.

A construção enunciativa dos editoriais foi estabelecida por meio de procedimentos semânticos, discursivos e também de composição, já descritos no capítulo de fundamentação teórica do presente trabalho. Indicamos, a seguir, o resultado dessa construção, mediante os procedimentos elencados no quadro 16, e a análise dessa fase.

QUADRO 17 - Procedimentos de Encenação Argumentativa presente nos editoriais
– procedimentos semânticos – domínios de avaliação

Procedimentos Semânticos Domínios de Avaliação		
Pragmático	Trecho 01	“Em 1985, os estudantes do curso de graduação em História da UFMG receberam um desafio: todos podiam propor um título para a nova revista, e o vencedor ganharia uma coleção de livros de Eric Hobsbawm. Inventamos títulos mirabolantes, pretensiosos, com expressões de efeito” (editorial 18, volume 31, número 55, 2015).
Ético	Trecho 05	“O julgamento por pares é a prática fundadora do dia a dia das revistas. Sem aquele, estas velejariam ao sabor das ondas das idiossincrasias, das preferências e antipatias pessoais. A publicação sem revisores desfavorece o saber inovativo, aquele que desafia as certezas estabelecidas e interesses arraigados de grupos bem alojados no conforto de gabinetes, alimentados com elogios negociados, ou mesmo aquele conhecimento produzido por pessoas que iniciam sua carreira, não ocupam posição de prestígio, mas já trazem uma contribuição brilhante” (editorial 19, volume 31, número 56, 2015).
	Trecho 20	“[...] nossa perspectiva encontra-se muito distanciada do racismo científico, do eugenismo e do evolucionismo social do século XIX, freqüentemente associados, de forma indevida e até mesmo capciosa, à ideia de mestiçagem” (editorial 05, volume 24, número 41, 2009).
Verdade	Trecho 24	“É certo que, no caso brasileiro, o conceito “República” não traduziu a possibilidade histórica da sua afirmação na vida política do País após 1889. [...] Amarrar pontas não deixa de ser também parte de um trabalho de memória – cabe, bem, ao ofício do historiador” (editorial 09, volume 27, número 45, 2011).
	Trecho 27	“Mais uma vez navegando na transdisciplinaridade, o atual dossiê “Relações Civis Militares e Segurança Nacional”, a exemplo do dossiê anterior, “História e Inteligência”, trafega em temas cujo estudo vem, paulatinamente, crescendo no país e na América Latina” (editorial 12, volume 28, número 48, 2012).
	Trecho 29	“É visível o crescimento do campo dos estudos africanos no Brasil ao longo da última década. Cada vez mais eventos dedicados ao tema ocorrem em diversos espaços no país, as agências de fomento investem no desenvolvimento de projetos vinculados à área, as traduções e publicações de livros de pesquisadores brasileiros também aumentaram significativamente nos últimos anos. O diálogo internacional, já em andamento, é mais um objetivo a ser perseguido e consolidado nos próximos anos” (editorial 14, volume 29, número 51, 2013).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Como vimos anteriormente, no capítulo destinado à abordagem metodológica utilizada, os procedimentos semânticos se dividem em domínios de avaliação de verdade, ético, estético, hedônico e pragmático e de valores, sendo os domínios da verdade, do estético do ético, do pragmático e do hedônico. A construção se realiza pretendendo que os membros de um mesmo grupo compartilham de certos valores em determinados domínios de avaliação. O quadro 17 traz os domínios de avaliação: pragmático, ético, verdade, encontrados nos editoriais citados, por meio dos trechos retirados. Na análise desse quadro, podemos inferir que os editoriais retratam o seu

posicionamento no campo científico, no qual reafirma seu compromisso de comunicação da ciência, pautando a linha de publicação da revista, e a abordagem da área dentro da ética, da verdade e do pragmatismo. Podemos inferir que todas as publicações científicas, em princípio, orientam-se nesses pilares. Porém, no editorial, a revista se apresenta clara e diretamente no centro desses pilares. A partir do momento em que deixa pública sua intenção e compromisso, busca a legitimação do discurso que comporá as linhas dos seus editoriais, e também dos artigos em cada fascículo.

Ainda dentro dos procedimentos semânticos, temos os valores que norteiam a divisão dos domínios: da verdade, estético, ético, pragmático e hedônico. Apresentamos os valores encontrados nos editoriais, que foram elencados nos quadros que se seguem.

QUADRO 18- Procedimentos Semânticos – os valores

Procedimentos Semânticos Os valores		
Pragmático	Trecho 02	“Quem plantou o sonho da revista foi Ciro Flávio Bandeira de Mello, colega de erudição invejável combinada com a simplicidade de sábio professor, adorado pelos alunos e absolutamente apaixonado pela História. Foi o primeiro editor chefe, enfrentando todas as dificuldades práticas para efetivar a publicação, ao mesmo tempo em que nos encantou com a ideia de que o departamento produzia conhecimento de qualidade e demandava a criação de um veículo impresso” (editorial 18, volume 31, número 55, 2015).
	Trecho 04	“A escrita da história possui, inegavelmente, uma série de particularidades em relação às práticas de outros campos do saber. Há muito os historiadores – estudiosos das sociedades humanas no tempo – abdicaram da pretensão de lidar com verdades absolutas, atentos à complexidade presente na construção das narrativas históricas, elas próprias realizadas no devir de diálogos intensos com o passado e o futuro, mas também com desafios e inquietações do tempo presente” (editorial 19, volume 31, número 56, 2015).
	Trecho 17	“Esperamos ter colaborado, com esse dossiê de <i>Varia Historia</i> , para incrementar, ainda mais, o interesse pela História das Américas no Brasil e, também, para aprofundar o intercâmbio com pesquisadores de outros países. Agradecemos a todos os autores que nos brindaram com seus textos” (editorial 02, volume 23, número 38, 2007).
	Trecho 25	“Se campo ou abordagem, se domínio ou enfoque, se plataforma ou subdisciplina, a tradicionalmente denominada cultura material é objeto importante da história e aqui é tratada como fundamental perspectiva de análise da história social da cultura em uma dimensão pluridisciplinar que articula materialidade, imaginário, simbologia, gestualidade, identidade” (editorial 10, volume 27, número 46, 2011).
Responsabilidade	Trecho 03	“Algumas conquistas foram decisivas para a expansão da revista, como o aceite no Portal SciELO, em 2007, e a continuada avaliação pela Capes com Qualis A1, o que colocou <i>Varia Historia</i> no patamar das revistas de excelência na área de História no Brasil” (editorial 18, volume 31, número 55, 2015).
Ético	Trecho 06	“Os revisores são essenciais, portanto, para a qualidade de um periódico. Por isso, devem também ser respeitados pelo editor: as revistas recebem material em excesso para avaliação, e cabe ao editor e aos conselheiros decidirem, por uma primeira leitura e debate, o que pode ser imediatamente devolvido, levando aos pareceristas apenas o material que realmente se apresentar como especialmente promissor. Afinal, o tempo do parecerista é precioso e não pode ser desperdiçado” (editorial 19, volume 31, número 56, 2015).
	Trecho 16	“Cartografar um território não é, pois uma operação neutra, cuja objetividade estaria assegurada pelo uso das técnicas mais aperfeiçoadas. Um mapa é sempre uma expressão de um território, o que implica que vários filtros separam o real da coisa representada” (editorial 01, volume 23, número 37, 2007).
	Trecho 23	“Finalmente a história da assistência à saúde também sugere a reflexão sobre um tipo especial de cultura material traduzida em instalações e edificações (hospitais, asilos, clínicas, habitações) especialmente concebidas para tais fins, estabelecendo um vínculo entre a arquitetura e o urbanismo e valores religiosos, conhecimentos científicos ou ideologias políticas que orientam as práticas de assistência envolvidas” (editorial 08, volume 26, número 44, 2010).
Verdade	Trecho 08	“O conselho editorial de <i>Varia Historia</i> tem trabalhado com afinco para oferecer artigos inéditos e sólidos, que possam nutrir pesquisas, inovações, pensamentos e ações. Em nossos processos editoriais, lançaremos sempre uma questão aos potenciais autores: afinal, o que vocês têm a oferecer de verdadeiramente novo e realmente instigante aos leitores de refinado paladar?” (editorial 20, volume 31, número 57, 2015).
	Trecho 30	“Durante muito tempo, a pesquisa acadêmica relegou a segundo plano o estudo da direita política. Em parte, isso se explica pelo desprezo que os círculos progressistas devotavam à direita, que muitos consideravam destinada ao lixo da história graças ao esperado triunfo das forças favoráveis à mudança social”(editorial 15, volume 30, número 52, 2014).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Em se tratando dos procedimentos discursivos, que se relacionam ao uso de determinadas categorias da língua para compor outros modos de organização do discurso, seu objetivo é produzir efeitos de persuasão. São representados pela definição, comparação, citação, descrição narrativa, reiteração e questionamento. O quadro abaixo mostra os procedimentos discursivos de definição, que podem representar um ser ou um comportamento.

QUADRO 19 - Procedimentos Discursivos - A definição

Procedimentos Discursivos		
A definição		
De um comportamento	Trecho 07	“A quem serve a publicação? Ao produzir saber, um investigador precisa de meios de comunicação eficientes para sua difusão. Pouco valem análises excelentes e dados inovadores quando esquecidos no fundo das gavetas. Publicar, ser lido, estimular o pensamento, abrir-se ao diálogo com os pares, oferecer-se como pedra fundamental para outras pesquisas, mas também arriscar-se à crítica e à superação do que se fez. Direi o que é óbvio, mas tantas vezes esquecido: publicar é fazer do conhecimento produzido uma coisa pública” (editorial 20, volume 31, número 57, 2015).
	Trecho 22	“[...] a crítica das fontes muitas vezes se limitava às questões de datação, de autoridade, de revisão, de autenticidade, de transmissão e de comparação por períodos ou regiões. O medievalista continua realizando essa crítica, mas hoje o que está em foco nos estudos medievais são as novas perspectivas sobre fontes já conhecidas, sejam textos escritos ou elementos da cultura material” (editorial 07, volume 26, número 43, 2010).
De um ser	Trecho 09	“Ser internacional: as revistas acadêmicas brasileiras comungam essa ambição. Entretanto, esse desejo imediatamente impõe definições que guiam as estratégias para sua realização: afinal, o que é um periódico internacional?” (editorial 21, volume 32, número 58, 2016).
	Trecho 15	“ <i>Varia Historia</i> tem esta premissa como base de todas as suas ações editoriais: veicular conhecimento inovador, colocar na roda textos que sejam ferramentas e máquinas de guerra. Por isso, investimos a cada dia no rigor de nossos processos editoriais, nos padrões de apresentação dos artigos, na desconfiança diante das hierarquias estabelecidas” (editorial 23, volume 32, número 60, 2016).
	Trecho 28	“A Revista <i>Varia Historia</i> pretende ser um espaço amplo de discussão acadêmica de temas históricos (a História entendida como Ciência), e que dialoga com vários campos do saber que lhe são próximos, com exceção, no entanto, das contribuições no campo do ensino de História, tema que demanda uma publicação específica” (editorial 13, volume 29, número 49, 2013).
	Trecho 31	“O presente dossiê de <i>Varia Historia</i> é dedicado à História Intelectual Latino-Americana, com ênfase na história dos impressos, das ideias e de sua circulação. A História Intelectual é um campo de estudos que vem crescendo nas universidades e instituições de pesquisa latino-americanas, particularmente a partir dos anos 1980 e 1990, juntamente com os processos de redemocratização em vários países do continente e a necessidade de se repensar o papel dos intelectuais na vida política e social de cada um dos países e na América Latina como um todo” (editorial 17, volume 30, número 54, 2014).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O procedimento discursivo de comparação é representado pelo trecho de número 11 do editorial 21, no conjunto analisado:

QUADRO 20 - Procedimentos Discursivos - A comparação

Procedimentos Discursivos		
A comparação		
A comparação: por semelhança/dessemelhança (igualdade, proporção, extensão); objetiva/subjetiva. (dessemelhança)	Trecho 11	“Os desafios são imensos para a área de História, e nossas revistas têm realmente um longo caminho a percorrer, assim como a SciELO precisa sensibilizar-se com aspectos que nos diferenciam de outros campos do conhecimento. [...] Cabe aos conselhos editoriais pressionarem a SciELO para que considere algumas características da História, mas também é preciso ouvir e valorizar o que esse portal está nos oferecendo e como vem nos estimulando em prol do aprimoramento das revistas” (editorial 21, volume 32, número 58, 2016).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O procedimento discursivo da citação é descrito no trecho 12 do editorial 22:

QUADRO 21 - Procedimentos Discursivos - A citação

Procedimentos Discursivos		
A citação		
Citação de uma experiência	Trecho 12	“Ao lidar com uma revista e o meio intelectual ao qual ela se conecta, um editor depara com uma das mais básicas exigências de todos os bons indexadores científicos: a revista deve ter <i>abstracts</i> bem estruturados, claros, e que expressem o conteúdo essencial do artigo, explicitando sua real contribuição. [...] Nem sempre a área de história valorizou suficientemente a escrita dos resumos. Muitas vezes, restringem-se a duas ou três mal traçadas linhas. Outras vezes apresentam-se excessivamente longos e imprecisos, sem realmente definirem as questões indispensáveis num resumo” (editorial 22, volume 32, número 59, 2016).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os trechos 10 e 21, dos editoriais 32 e 25, respectivamente, apresentam o procedimento discursivo de acumulação:

QUADRO 22 - Procedimentos Discursivos - A acumulação

Procedimentos Discursivos A acumulação		
A acumulação	Trecho 10	“As principais exigências de internacionalização consistem em 20 a 25% de pareceristas e autores de filiação estrangeira, 15% a 25% de editores associados estrangeiros que participem ativamente da gestão dos manuscritos, 25 a 30% de artigos inéditos em inglês. Esses pontos têm aspectos positivos e negativos. A meu ver, a busca de pareceristas fora do país pode realmente catapultar o prestígio e a qualidade do periódico” (editorial 21, volume 32, número 58, 2016).
	Trecho 21	“Para além da evolução das práticas e teorias, das grandes descobertas e dos personagens notáveis, os novos estudos se voltaram para a percepção dos pacientes, as atitudes sociais diante da doença e da morte, a terapêutica, as interações entre ecologia e sociedade, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, as articulações entre medicina-estado-sociedade, a profissionalização no campo da saúde, a história institucional, a construção do saber científico em torno do corpo, do ambiente, da saúde e da doença, e, especialmente, a forma de estruturação de determinados conhecimentos e campos de saber e como estes conhecimentos circulam entre pares e a sociedade de um modo geral” (editorial 06, volume 25, número 42, 2009).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O questionamento, que é um dos procedimentos discursivos na construção enunciativa, surge nos trechos 14 e 18, dos editoriais 23 e 03, respectivamente, conforme ilustrado abaixo:

QUADRO 23 - Procedimentos Discursivos - O questionamento

Procedimentos Discursivos O questionamento		
Incitação a fazer	Trecho 14	“Um periódico da área de história precisa ser movido por essas pretensões, para que não se torne um simples “publicador” de artigos. Os melhores periódicos são como caçadores investigando rastros dos textos mais originais, das pesquisas mais inovadoras, mais bem fundamentadas, mais relevantes, aquelas que instigam o pensamento, que ousam dizer o que ainda não tinha sido dito, brindando o leitor com uma nova forma de ver e analisar um objeto de estudo” (editorial 23, volume 32, número 60, 2016).
	Trecho 18	“Enfim, <i>Varia Historia</i> apresenta, orgulhosamente, seu terceiro dossiê dedicado às relações entre a história e a natureza. Ao longo de todos os artigos, o estudo da diversidade social-histórica frente ao meio natural suscita o questionamento de vários mitos aos quais nossas sociedades têm rendido pesados tributos. Nesse sentido, nossa intenção é contribuir para despertar/alimentar uma inquietude positiva e propositiva, na qual nosso pensamento nunca se contente com respostas unívocas” (editorial 03, volume 24, número 39, 2008).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

E, por fim, os procedimentos de composição, que se dividem em composição linear e classificatória. Comumente, são usados pelo sujeito que constrói sua argumentação na forma oral ou escrita, e auxiliam na localização das diferentes articulações do

raciocínio. Vejamos o quadro abaixo, no qual os trechos 13, 19 e 26, dos editoriais 32, 24 e 28, respectivamente, conferem exemplos da articulação desse raciocínio.

QUADRO 24 - Procedimentos de composição - A composição linear

Procedimentos de composição		
A composição linear		
Composição Linear	Trecho 13	“Desde o resumo, o autor se oferece ao julgamento entre os pares, à leitura crítica de seu artigo. Ele facilita, aos pesquisadores, uma consulta rápida e eficaz nas bases de pesquisa, possibilitando a pesquisa bibliográfica ampla, em diálogo com a produção acadêmica mundial” (editorial 22, volume 32, número 59, 2016).
	Trecho 19	“O campo aqui escolhido é bastante amplo, mas não foi nosso intuito criar uma visão panorâmica da história da arte, mas apenas mostrar as possibilidades de investigação que esta disciplina nos fornece. Nossa preocupação não foi dar um sentido linear (de pura continuidade) na organização, pois os assuntos são muitos diferentes e não apresentam continuidades específicas. [...] Assim, apresentam-se ao leitor tanto as probabilidades imediatas do objeto em si, como ainda as análises das suas funções e do seu sentido retórico ou persuasivo” (editorial 04, volume 24, número 40, 2008).
	Trecho 26	“[...] o Dossiê ora apresentado é constituído de uma diversidade de temas correlatos à atividade, cujo recorte cronológico marcadamente recente expõe faces da incipiente emergência do tema enquanto esfera de pesquisa acadêmica no Brasil, ainda fortemente impactada pela produção de cientistas políticos” (editorial 11, volume 28, número 47, 2012).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Podemos concluir, em linhas gerais, que os procedimentos semânticos, discursivos e de composição, mostraram as emergências discursivas do discurso empreendido nos editoriais, revelando assim a construção da argumentação pretendida em relação às funções do periódico, o seu papel para a área de história e a importância nas discussões da área enquanto ciência. Após essa análise dos procedimentos de encenação argumentativa, demonstraremos como se compôs a construção enunciativa e a presença dos procedimentos linguísticos que também fazem parte da construção da argumentação no discurso.

6.2 Procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas

Nesta seção apresentamos os procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas, que são compostas pelo comportamento alocutivo e pelo comportamento elocutivo e delocutivo com suas respectivas categorias modais.

6.2.1 Comportamento Alocutivo

As categorias modais de *interpelação*, *injunção*, *autorização*, *aviso*, *juízo*, *sugestão* e *proposta* configuram-se como uma relação de força entre o locutor e o interlocutor, aquele superior a este. Já as categorias de *interrogação* e *petição* figuram-se como uma relação de pedido. Nesse caso, o locutor se coloca em uma posição de inferioridade em relação ao interlocutor. Destacaremos duas modalidades dentro do alocutivo. Vejamos a seguir:

- a) **Interpelação:** é uma categoria de relação de força entre o locutor e o interlocutor, mas se valem, simultaneamente, da possibilidade de aproximação entre os dois atores. Aposta no chamamento e na proximidade com o outro. O uso do verbo na primeira pessoa reforça essa aproximação e interpela o interlocutor na sua identidade para além de um leitor comum, por exemplo, um historiador ou um pesquisador, que possui a curiosidade como motor de seu trabalho diário. Podemos verificar esse fato no seguinte excerto: “Procurei saber, imediatamente, quem era o duque de Montpensier, como formou sua coleção, como ela veio pertencer ao *Arquivo de Indiase*, principalmente, como os estribos “brasileiros” foram incorporados a ela” (editorial 05, volume 25, n.41, 2009).
- b) **Proposta:** nessa categoria, o locutor estabelece com o seu enunciado uma ação que deve se realizar. Verificamos que essa categoria perpassa praticamente todos os editoriais analisados, visto que o locutor sempre propõe ao seu interlocutor a reflexão para o assunto tratado, com relação à História, à pesquisa, enfim à ciência. No editorial 22, volume 32, n.59, 2016, intitulado *Promessa é dívida: ou por que os resumos são mais que um detalhe*, o locutor traz à reflexão qual o papel dos resumos nos artigos científicos, sua importância

e como ele, locutor, espera que os resumos dos artigos submetidos à revista estejam escritos, já que a voz empregada é da editora do periódico.

6.2.2 *Comportamento Elocutivo*

O comportamento elocutivo diz respeito à relação do locutor consigo mesmo, e possui as seguintes categorias modais: constatação, saber/ignorância, opinião, apreciação, obrigação, possibilidade, querer, promessa, aceitação/recusa, concordância/discordância, declaração e proclamação.

Destacamos, dentre elas, a opinião (ponto de vista e de avaliação), a possibilidade (ponto de vista de motivação) e a promessa (ponto de vista do engajamento):

- a) **Opinião:** é uma categoria cujo papel do locutor é avaliar a verdade de seu propósito e revelar o seu ponto de vista por meio de uma pressuposição. O interlocutor não está implicado e é testemunha da “opinião” do locutor. Temos como exemplo: “É certo que, no caso brasileiro, o conceito ‘República’ não traduziu a possibilidade histórica da sua afirmação na vida política do País após 1889” (editorial 09, volume 27, n.45, 2011).
- b) **Possibilidade:** nessa categoria, o papel do locutor se efetiva no estabelecimento com seu enunciado em uma ação a fazer, cuja realização vai depender apenas deste. O interlocutor não está implicado e, como no caso da opinião, é testemunha do locutor. Vejamos: “Bom, pelo menos para as Minas Gerais Setecentistas posso dizer isso, embora, novas leituras, já com essa indagação particular, possam revelar outras realidades” (editorial 05, volume 25, n.41, 2009).
- c) **Promessa:** o papel do locutor é estabelecer, com seu enunciado, determinada ação a ser feita, e que deve ser executada por ele mesmo. Assim, compromete-se a realizar esse ato. Em contrapartida, conforme dissemos, o interlocutor é testemunha do seu locutor. Vejamos: “Há também promessas acadêmicas. Ao lidar com uma revista e o meio intelectual ao qual se conecta, um editor se

depara com uma das mais básicas exigências de todos os bons indexadores científicos: a revista deve ter *abstracts* bem estruturados, claros, e que expressem o conteúdo essencial do artigo, explicitando sua real contribuição. A pertinência dessa observação, nem sempre valorizada suficientemente, evidencia-se na medida em que constatamos que o resumo/*abstract* não é nada mais nada menos que uma promessa feita pelo autor aos seus leitores” (editorial 22, volume 32, n.59, 2016).

6.2.3 *Comportamento Delocutivo*

No comportamento delocutivo, temos o apagamento do ponto de vista do locutor e, como categoria de língua, a asserção ou o discurso relatado.

A asserção é uma afirmação, asseveração, que não depende nem do locutor, nem do interlocutor, explicando assim o apagamento de quaisquer vestígios desses dois parceiros.

Segundo Charaudeau (2009), o discurso relatado é uma modalidade complexa, porque depende da posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso que já foi enunciado.

Nos editoriais analisados, a asserção foi uma categoria presente, já que, de todo modo, independentemente do assunto tratado, havia afirmações, frequentemente positivas acerca do tema abordado no dossiê e nos artigos que os compunham. Além da consolidação da História como ciência dentro das Humanidades e seu caráter distinto dos demais campos de conhecimento. Vejamos um exemplo:

Asserção: “É visível o crescimento do campo dos estudos africanos no Brasil ao longo da última década” (editorial 14, volume 29, n.51, 2013).

Discurso relatado: “O autor afirma que a conexão de uma forma arquitetônica com o seu significado não acontece por acaso. Suas preocupações são extremamente complexas” (editorial 04, volume 24, n.40, 2008).

Observamos que o discurso relatado também está presente no *corpus* analisado. Considerando, com isso, que o editorial é uma ocorrência comentada, ou seja, os artigos ali presentes já são de conhecimento do editor, no caso em análise, do locutor-relator, que traz ao seu pretense interlocutor um material de extrema importância.

Por ser uma modalidade mais complexa, conforme bem disse Charaudeau (2009), relaciona-se à posição dos interlocutores e, geralmente, não aparecerá claramente, visto que há diversas maneiras de se relatar esse discurso de origem e também a descrição dos modos de enunciação. Essa modalidade foi construída nos editoriais valendo-se da voz da editora, que evoca a memória afetiva de ex-alunos do curso de História e também da comunidade acadêmica e de pesquisadores, envolvendo-os como participantes ativos do processo de construção daquela disciplina como uma ciência dentro do campo das Humanidades. Além de constituir uma agenda de pesquisa local e internacional, haja vista que nos últimos editoriais a questão da internacionalização do periódico foi relatada.

O discurso relatado nessas ocasiões é pertencente tanto aos pretensos interlocutores quanto à própria editora, uma vez que ao longo de todo o *corpus* analisado a tônica central, normalmente, estava em torno das experiências que a revista vinha acumulando desde o seu primeiro número, em 1985, até os dias atuais. Essa constatação é importante, porque demonstra a consolidação do periódico como um necessário componente da comunicação científica e disseminação do conhecimento produzido pela área.

6.3 A construção enunciativa dos editoriais

A construção enunciativa perpassa tanto pelos procedimentos discursivos, como já apresentados no tópico anterior, quanto pelos procedimentos linguísticos.

Inicialmente, é preciso compreender que o gênero editorial possui, como marca lingüística, singularidades de cunho impessoal, porém, nos editoriais analisados, também encontramos marcas pessoais quando o enunciador de determinado discurso pretendia mostrar intimidade e autoridade com o tema, conforme uso da interpelação

vistos no tópico anterior, por meioda marca linguística da personalidade no uso da primeira pessoa do singular: “**Procurei** saber, [...]” (editorial 05, volume 25, n.41).

No decorrer de todo esse editorial, mesclam-se a marca da impessoalidade e da personalidade, já que o enunciador se sente mais próximo do auditório, por ser organizador do dossiê em questão e pesquisador da área.

De modo geral, o editorial do periódico cumpriu seu papel de porta de entrada da revista científica e de espaço para as reflexões do fazer científico, uma das propostas da editora que se apresenta no editorial 18, volume 31, n.55. Este, além da discussão a respeito do papel dos periódicos nas Ciências Humanas, traz a história da revista e aponta todas as modificações que ocorreram com o fim de inseri-la em um novo patamar de qualidade e periodicidade, elementos essenciais na internacionalização de qualquer periódico. Apresenta, também, a questão da comunicação do avanço científico de uma área de conhecimento, nesse caso, a História como disciplina científica. A revista não publica artigos nem dossiês relacionados ao ensino da História, porque já existem publicações especializadas na temática.

Ao longo das leituras e análises do *corpus*, é possível confirmar que, a partir do ano de 2015, precisamente no volume 31, número 55, da revista aparece o termo Editorial, cujo texto possui outra configuração e outro apelo. A editoria direciona seus enunciados como maneira de reflexão da área, das pesquisas em andamento, evoca o papel do periódico nas Humanidades, especialmente na História, convidando sempre o pesquisador e o leitor a refletirem acerca das questões propostas.

Pode-se inferir que, nesse período, houve uma confusão dos papéis (revista e pesquisador que redigia as apresentações dos dossiês), porque mesmo existindo um editor, este não aparecia na publicação da revista, continuava no seu papel por detrás de todo o processo editorial. Não temos uma comprovação efetiva para o ponto em questão, mas pode-se deduzir, no conjunto em geral, e baseadoem nosso arcabouço teórico, que a não profissionalização do editor traz a falta de elementos da editoria na padronização do periódico, como por exemplo, a falta do editorial em cada fascículo.

Nesses números sua opinião ou mesmo posição institucional não apareciam, o que vai acontecer somente a partir do ano de 2015, conforme dissemos.

Essa mudança pode ter, como uma possível intenção, a neutralidade do Eu, por meio do uso da modalidade delocutiva, até porque a revista tem passado por mudanças para atender às exigências do SciELO e Capes.

Em nosso *corpus*, destacou-se a presença dos aspectos relacionados a frequentes elogios tanto à área de conhecimento em questão, a História e também ao próprio periódico. A linguagem utilizada é bem próxima do leitor, não usa termos técnicos que possam necessitar de uma tradução. Evidentemente que, ao citar correntes teóricas e elementos historiográficos, surgiu um vocabulário científico. Mesmo tendo como hipótese que o texto científico é argumentativo sobressaem-se aspectos de descrição narrativa e o próprio modo de organização descritivo. O que de forma alguma invalida a construção argumentativa dos editoriais, já que ele encadeia os demais.

No que se refere à descrição, por exemplo, verificamos o conteúdo dos números, os artigos e outros textos presentes em determinado fascículo, como neste exemplo: “O dossiê inicia-se com o artigo de Serge Gruzinski, *Estambul y México*. O autor esteve em Belo Horizonte em junho de 2007, como pesquisador convidado pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares - IEAT, da UFMG, ocasião em que proferiu várias conferências, inclusive sobre o tema do artigo publicado nesse dossiê” (editorial 02, volume 23, n.38, 2007).

Em todo o *corpus* verifica-se a descrição do conteúdo dos editoriais, utilizando para isso, um pequeno resumo de cada texto que ali se encontra.

Nessa construção enunciativa, os procedimentos são geralmente de ordem linguística, modal e também relacional, que explicitam as relações da linguagem mediante processos de modalização. E, do ponto de vista da ordem do discurso, os procedimentos contribuem para o surgimento dos outros modos de sua organização, como já falamos anteriormente.

Portanto, analisamos os procedimentos linguísticos das modalidades enunciativas por meio de suas categorias modais, que se dividem em alocutivas, elocutivas e delocutivas e, dentro dessas categorias, os desdobramentos das categorias de língua. Usamos, então, essas categorias para distribuir os elementos que encontramos no *corpus* da pesquisa.

6.4 Organização e análise argumentativa dos editoriais de *Varia Historia*

No que diz respeito à organização argumentativa dos editoriais analisados, usaremos o quadro do dispositivo argumentativo, conforme a situação triangular:

Sujeito argumentante: editora da Revista *Varia Historia*

Sujeito alvo: leitores da Revista *Varia Historia*

Proposta sobre o mundo: construção de uma narrativa científica para a área de Humanidades valendo-se da História como disciplina representante. Com base nessa premissa, a editoria elabora a escrita conclamando à regular melhoria dos artigos publicados, internacionalização da revista, bem como a centralidade da História como ciência.

O dispositivo argumentativo é um dos componentes da encenação argumentativa, que ainda comporta os tipos de configuração e as posições do sujeito. Esses componentes serão retratados para esse mesmo *corpus* logo após o dispositivo argumentativo.

Considerando essa relação triangular e com foco na proposta, apresentamos as análises, nas quais verificamos as relações descritas anteriormente.

De maneira geral, uma Proposta²⁵ compõe-se de uma Asserção de Partida (A1), uma Asserção de Chegada (A2) e uma Asserção de Passagem. Vamos aos trechos analisados no *corpus*:

²⁵ Componentes de uma proposta: a **asserção de partida** (dado, premissa) (A1); a **asserção de chegada** (conclusão, resultado) (A2) e **asserção de passagem** - podendo ser uma ou várias e que vai permitir passar de uma a outra (inferência, prova, argumento).

Trecho 01: “Em 1985, os estudantes do curso de graduação em História da UFMG receberam um desafio: todos podiam propor um título para a nova revista, e o vencedor ganharia uma coleção de livros de Eric Hobsbawm. Inventamos títulos mirabolantes, pretensiosos, com expressões de efeito” (editorial 18, volume 31, número 55, 2015).

Proposta: (A1) SE os alunos do curso de graduação em História da UFMG aceitassem o desafio (A2) ENTÃO haveria um concurso para escolha do nome da nova revista. PORTANTO, não era necessário realizar nada mirabolante, porque, mesmo assim, o vencedor ganharia a coleção de livro de Eric Hobsbawm.

Trecho 02: “Quem plantou o sonho da revista foi Ciro Flávio Bandeira de Mello, colega de erudição invejável combinada com a simplicidade de sábio professor, adorado pelos alunos e absolutamente apaixonado pela História. Foi o primeiro editor chefe, enfrentando todas as dificuldades práticas para efetivar a publicação, ao mesmo tempo em que nos encantou com a ideia de que o departamento produzia conhecimento de qualidade e demandava a criação de um veículo impresso” (editorial 18, volume 31, número 55, 2015).

Proposta: (A1) SE o sonho da revista foi plantada pelo Ciro Flávio Bandeira de Mello, (A2) ENTÃO ele foi o primeiro editor chefe. PORQUE encantou os alunos com a ideia de que o departamento produzia conhecimento de qualidade e demandava a criação de um veículo impresso.

Trecho 03: “Algumas conquistas foram decisivas para a expansão da revista, como o aceite no Portal SciELO, em 2007, e a continuada avaliação pela Capes com Qualis A1, o que colocou *Varia Historia* no patamar das revistas de excelência na área de História no Brasil” (editorial 18, volume 31, número 55, 2015).

Proposta: (A1) SE a revista foi aceita no Portal SciELO, (A2) ENTÃO é continuamente avaliada e tem o Qualis A1. PORTANTO, isso a colocou no patamar de revistas de excelência na área de História do Brasil.

Trecho 04: “A escrita da história possui, inegavelmente, uma série de particularidades em relação às práticas de outros campos do saber. Há muito os historiadores – estudiosos das sociedades humanas no tempo – abdicaram da pretensão de lidar com verdades absolutas, atentos à complexidade presente na construção das narrativas históricas, elas próprias realizadas no devir de diálogos intensos com o passado e o futuro, mas também com desafios e inquietações do tempo presente” (editorial 19, volume 31, número 56, 2015).

Proposta: (A1) SE a escrita da história possui uma série de particularidades em relação às práticas de outros campos do saber, (A2) ENTÃO é necessário que os estudiosos das sociedades humanas e historiadores abdicuem da pretensão de lidar com verdades absolutas. PORTANTO, é necessário estar atento às complexidades presentes nas narrativas históricas.

Trecho 05: “O julgamento por pares é a prática fundadora do dia a dia das revistas. Sem aquele, estas velejariam ao sabor das ondas das idiosincrasias, das preferências e antipatias pessoais. A publicação sem revisores desfavorece o saber inovativo, aquele que desafia as certezas estabelecidas e interesses arraigados de grupos bem alojados no conforto de gabinetes, alimentados com elogios negociados, ou mesmo aquele conhecimento produzido por pessoas que iniciam sua carreira, não ocupam posição de prestígio, mas já trazem uma contribuição brilhante” (editorial 19, volume 31, número 56, 2015).

Proposta: (A1) SE o julgamento dos pares é a prática fundadora do dia a dia das revistas, ENTÃO, a publicação sem revisores desfavorece o saber inovativo. PORQUE afasta o conhecimento produzido por pessoas que iniciam sua carreira e não ocupam posição de prestígio, mas que já conseguem trazer contribuições brilhantes.

Trecho 06: “Os revisores são essenciais, portanto, para a qualidade de um periódico. Por isso, devem também ser respeitados pelo editor: as revistas recebem material em excesso para avaliação, e cabe ao editor e aos conselheiros decidirem, por uma

primeira leitura e debate, o que pode ser imediatamente devolvido, levando aos pareceristas apenas o material que realmente se apresentar como especialmente promissor. Afinal, o tempo do parecerista é precioso e não pode ser desperdiçado” (editorial 19, volume 31, número 56, 2015).

Proposta: (A1) SE os revisores são essenciais, (A2) ENTÃO é necessário que ele seja respeitado também pelo editor. PORTANTO, será levado aos pareceristas apenas o material que é promissor, afinal o tempo do parecerista é precioso e não deve ser desperdiçado.

Trecho 07: “A quem serve a publicação? Ao produzir saber, um investigador precisa de meios de comunicação eficientes para sua difusão. Pouco valem análises excelentes e dados inovadores quando esquecidos no fundo das gavetas. Publicar, ser lido, estimular o pensamento, abrir-se ao diálogo com os pares, oferecer-se como pedra fundamental para outras pesquisas, mas também arriscar-se à crítica e à superação do que se fez. Direi o que é óbvio, mas tantas vezes esquecido: publicar é fazer do conhecimento produzido uma *coisa pública*” (editorial 20, volume 31, número 57, 2015).

Proposta: (A1) SE a publicação serve aos interessados na difusão do conhecimento, (A2) ENTÃO, o investigador, ao produzir, precisa saber quais são os meios de comunicação eficientes para a difusão do conhecimento produzido por ele. PORQUE essa difusão vai estimular outros pensamentos e fortalecer o diálogo entre os pares.

Trecho 08: “O conselho editorial de *Varia Historia* tem trabalhado com afinco para oferecer artigos inéditos e sólidos, que possam nutrir pesquisas, inovações, pensamentos e ações. Em nossos processos editoriais, lançaremos sempre uma questão aos potenciais autores: afinal, o que vocês têm a oferecer de verdadeiramente novo e realmente instigante aos leitores de refinado paladar?” (editorial 20, volume 31, número 57, 2015).

Proposta: (A1) SE o conselho editorial de *Varia Historia* trabalha com afinco para oferecer artigos inéditos e sólidos, (A2) ENTÃO, em seus processos editoriais haverá uma questão para os potenciais autores refletirem. PORQUE o conselho editorial gostaria de saber o que de verdadeiramente novo e instigante os autores têm a oferecer aos leitores de refinado paladar?

Trecho 09: “Ser internacional: as revistas acadêmicas brasileiras comungam essa ambição. Entretanto, esse desejo imediatamente impõe definições que guiam as estratégias para sua realização: afinal, o que é um periódico internacional?” (editorial 21, volume 32, número 58, 2016).

Proposta: (A1) SE as revistas acadêmicas brasileiras têm a ambição de serem internacionais, (A2) ENTÃO, esse desejo imediatamente impõe as definições e estratégias para essa realização. PORTANTO, o que é afinal um periódico internacional? Quais são suas peculiaridades?

Trecho 10: “As principais exigências de internacionalização consistem em 20 a 25% de pareceristas e autores de filiação estrangeira, 15% a 25% de editores associados estrangeiros que participem ativamente da gestão dos manuscritos, 25 a 30% de artigos inéditos em inglês. Esses pontos têm aspectos positivos e negativos. A meu ver, a busca de pareceristas fora do país pode realmente catapultar o prestígio e a qualidade do periódico” (editorial 21, volume 32, número 58, 2016).

Proposta: (A1) SE *Varia Historia* quer ser internacional, (A2) ENTÃO, é necessário o cumprimento das principais exigências de internacionalização, que consistem em 20 a 25% dos pareceristas e autores serem de filiação estrangeira, além de outras exigências. PORTANTO, esses pontos têm aspectos positivos e negativos na condução da linha editorial.

Trecho 11: “Os desafios são imensos para a área de História, e nossas revistas têm realmente um longo caminho a percorrer, assim como a SciELO precisa sensibilizar-

se com aspectos que nos diferenciam de outros campos do conhecimento. [...] Cabe aos conselhos editoriais pressionarem a SciELO para que considere algumas características da História, mas também é preciso ouvir e valorizar o que esse portal está nos oferecendo e como vem nos estimulando em prol do aprimoramento das revistas” (editorial 21, volume 32, número 58, 2016).

Proposta: (A1) SE os desafios para a área de História são imensos, (A2) ENTÃO, nossas revistas têm um longo caminho a percorrer. PORTANTO, cabe aos conselhos editoriais da área pressionarem o SciELO para que ele considere as características específicas da História.

Trecho 12: “Ao lidar com uma revista e o meio intelectual ao qual ela se conecta, um editor depara com uma das mais básicas exigências de todos os bons indexadores científicos: a revista deve ter *abstracts* bem estruturados, claros, e que expressem o conteúdo essencial do artigo, explicitando sua real contribuição. [...] Nem sempre a área de história valorizou suficientemente a escrita dos resumos. Muitas vezes, restringem-se a duas ou três mal traçadas linhas. Outras vezes apresentam-se excessivamente longos e imprecisos, sem realmente definirem as questões indispensáveis num resumo” (editorial 22, volume 32, número 59, 2016).

Proposta: (A1) SE a área de História nem sempre valorizou suficientemente a escrita dos resumos, (A2) ENTÃO, o editor tem que lidar com uma das básicas exigências de todos os melhores indexadores científicos, que é a revista ter *abstracts* bem estruturados e claros. PORQUE expressam o conteúdo essencial do artigo, explicitando assim a sua real contribuição.

Trecho 13: “Desde o resumo, o autor se oferece ao julgamento entre os pares, à leitura crítica de seu artigo. Ele facilita, aos pesquisadores, uma consulta rápida e eficaz nas bases de pesquisa, possibilitando a pesquisa bibliográfica ampla, em diálogo com a produção acadêmica mundial” (editorial 22, volume 32, número 59, 2016).

Proposta: (A1) SE a partir do resumo, o autor já oferece aos seus pares um julgamento, ou seja, a leitura crítica de seu artigo, (A2) ENTÃO, ele facilita aos pesquisadores a consulta rápida e eficaz. PORTANTO, o resumo possibilita uma pesquisa bibliográfica ampla e em diálogo com a produção acadêmica mundial.

Trecho 14: “Um periódico da área de História precisa ser movido por essas pretensões, para que não se torne um simples ‘publicador’ de artigos. Os melhores periódicos são como caçadores investigando rastros dos textos mais originais, das pesquisas mais inovadoras, mais bem fundamentadas, mais relevantes, aquelas que instigam o pensamento, que ousam dizer o que ainda não tinha sido dito, brindando o leitor com uma nova forma de ver e analisar um objeto de estudo” (editorial 23, volume 32, número 60, 2016).

Proposta: (A1) SE os melhores periódicos são como os caçadores investigando rastros dos textos mais originais, (A2) ENTÃO, um periódico da área de História precisa ser movido por essas pretensões, PORQUE senão ele torna apenas um simples “publicador” de artigos.

Trecho 15: “*Varia Historia* tem esta premissa como base de todas as suas ações editoriais: veicular conhecimento inovador, colocar na roda textos que sejam ferramentas e máquinas de guerra. Por isso, investimos a cada dia no rigor de nossos processos editoriais, nos padrões de apresentação dos artigos, na desconfiança diante das hierarquias estabelecidas” (editorial 23, volume 32, número 60, 2016).

Proposta: (A1) SE investimos a cada dia com mais rigor nos nossos processos editoriais, (A2) ENTÃO, *Varia Historia* tem a premissa de veicular conhecimento inovador, como uma das suas ações editoriais. PORTANTO, os padrões de apresentação dos artigos estarão mais rigorosos.

Trecho 16: “Cartografar um território não é, pois uma operação neutra, cuja objetividade estaria assegurada pelo uso das técnicas mais aperfeiçoadas. Um mapa

é sempre uma expressão de um território, o que implica que vários filtros separam o real da coisa representada” (editorial 01, volume 23, número 37, 2007).

Proposta: (A1) SE cartografar um território não é, pois uma operação neutra, (A2) ENTÃO, um mapa é sempre uma expressão do território. PORQUE implica na adoção de vários filtros que o separam da coisa representada.

Trecho 17: “Esperamos ter colaborado, com esse dossiê de *Varia Historia*, para incrementar, ainda mais, o interesse pela História das Américas no Brasil e, também, para aprofundar o intercâmbio com pesquisadores de outros países. Agradecemos a todos os autores que nos brindaram com seus textos” (editorial 02, volume 23, número 38, 2007).

Proposta: (A1) SE o interesse pela História das Américas no Brasil se aprofundar e promover intercâmbio com pesquisadores de outros países, (A2) ENTÃO, acreditamos ter colaborado com esse dossiê de *Varia Historia*. PORTANTO, agradecemos todos os autores que participaram com seus textos.

Trecho 18: “Enfim, *Varia Historia* apresenta, orgulhosamente, seu terceiro dossiê dedicado às relações entre a história e a natureza. Ao longo de todos os artigos, o estudo da diversidade social-histórica frente ao meio natural suscita o questionamento de vários mitos aos quais nossas sociedades têm rendido pesados tributos. Nesse sentido, nossa intenção é contribuir para despertar/alimentar uma inquietude positiva e propositiva, na qual nosso pensamento nunca se contente com respostas unívocas” (editorial 03, volume 24, número 39, 2008).

Proposta: (A1) SE o estudo da diversidade social-histórica do meio natural traz vários questionamentos sobre os mitos que a sociedade rende tributos, (A2) ENTÃO a intenção do dossiê é contribuir para uma mudança de pensamento. PORQUE não deve-se contentar apenas com respostas únicas acerca do tema história e natureza.

Trecho 19: “O campo aqui escolhido é bastante amplo, mas não foi nosso intuito criar uma visão panorâmica da história da arte, mas apenas mostrar as possibilidades de investigação que esta disciplina nos fornece. Nossa preocupação não foi dar um sentido linear (de pura continuidade) na organização, pois os assuntos são muitos diferentes e não apresentam continuidades específicas. [...] Assim, apresentam-se ao leitor tanto as probabilidades imediatas do objeto em si, como ainda as análises das suas funções e do seu sentido retórico ou persuasivo” (editorial 04, volume 24, número 40, 2008).

Proposta: (A1) SE não foi o intuito criar uma visão panorâmica da história da arte, (A2) ENTÃO a preocupação girou em torno da apresentação de várias probabilidades ao leitor. PORQUE o objeto da área conta com várias análises das suas funções e do seu sentido retórico ou persuasivo.

Trecho 20: “[...] nossa perspectiva encontra-se muito distanciada do racionalismo científico, do eugenismo e do evolucionismo social do século XIX, freqüentemente associados, de forma indevida e até mesmo capciosa, à ideia de mestiçagem” (editorial 05, volume 24, número 41, 2009).

Proposta: (A1) SE *Varia Historia* não concorda com o racionalismo científico acerca da mestiçagem, (A2) ENTÃO os trabalhos apresentados no dossiê vão em outra perspectiva. PORQUE essa perspectiva vai ao encontro do que é defendido por esses pesquisadores no que diz respeito à ideia de mestiçagem.

Trecho 21: “Para além da evolução das práticas e teorias, das grandes descobertas e dos personagens notáveis, os novos estudos se voltaram para a percepção dos pacientes, as atitudes sociais diante da doença e da morte, a terapêutica, as interações entre ecologia e sociedade, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, as articulações entre medicina-estado-sociedade, a profissionalização no campo da saúde, a história institucional, a construção do saber científico em torno do corpo, do ambiente, da saúde e da doença, e, especialmente, a forma de estruturação de determinados conhecimentos e campos de saber e como

estes conhecimentos circulam entre pares e a sociedade de um modo geral” (editorial 06, volume 25, número 42, 2009).

Proposta: (A1) SE houve uma evolução das práticas e teorias dos novos estudos acerca dos pacientes, das atitudes relacionadas à doença e morte, e a terapêutica, (A2) ENTÃO, ocorre a profissionalização do campo da saúde. PORQUE além da história institucional e a construção do saber científico do em torno do corpo e de tudo o que o cerca, há a estruturação de determinados campos de saber e como estes conhecimentos circular entre pares e a sociedade em geral.

Trecho 22: “[...] a crítica das fontes muitas vezes se limitava às questões de datação, de autoridade, de revisão, de autenticidade, de transmissão e de comparação por períodos ou regiões. O medievalista continua realizando essa crítica, mas hoje o que está em foco nos estudos medievais são as novas perspectivas sobre fontes já conhecidas, sejam textos escritos ou elementos da cultura material” (editorial 07, volume 26, número 43, 2010).

Proposta: (A1) SE o medievalista continua realizando a crítica das fontes se limitando às questões de datação, autoridade, revisão, (A2) ENTÃO, o foco tem que ser sobre as novas perspectivas de trabalho com essa fonte. PORQUE a crítica das fontes não podem se reduzir apenas a alguns aspectos.

Trecho 23: “Finalmente a história da assistência à saúde também sugere a reflexão sobre um tipo especial de cultura material traduzida em instalações e edificações (hospitais, asilos, clínicas, habitações) especialmente concebidas para tais fins, estabelecendo um vínculo entre a arquitetura e o urbanismo e valores religiosos, conhecimentos científicos ou ideologias políticas que orientam as práticas de assistência envolvidas” (editorial 08, volume 26, número 44, 2010).

Proposta: (A1) SE a história da assistência à saúde sugere à reflexão sobre o tipo de cultura material traduzida em instalações e edificações, (A2) ENTÃO, estabelece-se um vínculo entre a arquitetura e o urbanismo e

valores religiosos, conhecimentos científicos ou ideologias políticas que orientam essas práticas. PORTANTO, há a promoção do debate sobre as tendências da historiografia nesse campo.

Trecho 24: “É certo que, no caso brasileiro, o conceito ‘República’ não traduziu a possibilidade histórica da sua afirmação na vida política do País após 1889. [...] Amarrar pontas não deixa de ser também parte de um trabalho de memória – cabe, bem, ao ofício do historiador” (editorial 09, volume 27, número 45, 2011).

Proposta: (A1) SE o conceito “República” no caso brasileiro não traduziu a afirmação história na vida política do país após 1889, (A2) ENTÃO, amarrar pontas, não deixa de ser o trabalho de memória. PORTANTO, cabe bem ao ofício do historiador.

Trecho 25: “Se campo ou abordagem, se domínio ou enfoque, se plataforma ou subdisciplina, a tradicionalmente denominada cultura material é objeto importante da história e aqui é tratada como fundamental perspectiva de análise da história social da cultura em uma dimensão pluridisciplinar que articula materialidade, imaginário, simbologia, gestualidade, identidade” (editorial 10, volume 27, número 46, 2011).

Proposta: (A1) SE é um campo ou abordagem, domínio ou enfoque, (A2) ENTÃO, a cultura material é objeto importante da história. PORTANTO, é tratada como peça chave na análise da história social da cultura em uma dimensão pluridisciplinar.

Trecho 26: “[...] o Dossiê ora apresentado é constituído de uma diversidade de temas correlatos à atividade, cujo recorte cronológico marcadamente recente expõe faces da incipiente emergência do tema enquanto esfera de pesquisa acadêmica no Brasil, ainda fortemente impactada pela produção de cientistas políticos” (editorial 11, volume 28, número 47, 2012).

Proposta: (A1) SE o tema apresentado (História e Inteligência) nesse dossiê é constituído de uma gama de temas correlatos à atividade, (A2)

ENTÃO, infere-se que há pouca pesquisa historiográfica relacionada ao tema. PORTANTO, é de suma importância a veiculação da temática para ampliação do escopo de estudo e sua internacionalização.

Trecho 27: “Mais uma vez navegando na transdisciplinaridade, o atual dossiê ‘Relações Civis Militares e Segurança Nacional’, a exemplo do dossiê anterior, ‘História e Inteligência’, trafega em temas cujo estudo vem, paulatinamente, crescendo no país e na América Latina” (editorial 12, volume 28, número 48, 2012).

Proposta: (A1) SE o tema tratado no dossiê ainda é pouco estudado, (A2) ENTÃO, faz-se necessário trafegar nesses temas, como no dossiê anterior. PORQUE, é preciso navegar na transdisciplinaridade para melhor compreender a ciência.

Trecho 28: “A Revista *Varia Historia* pretende ser um espaço amplo de discussão acadêmica de temas históricos (a História entendida como Ciência), e que dialoga com vários campos do saber que lhe são próximos, com exceção, no entanto, das contribuições no campo do ensino de História, tema que demanda uma publicação específica” (editorial 13, volume 29, número 49, 2013).

Proposta: (A1) SE a Revista *Varia Historia* pretende ser um local de discussão acadêmica para os temas históricos (a História como Ciência), (A2) ENTÃO, publica temas que dialogam com outros campos. PORTANTO, não publica temas relacionados ao campo de ensino da História, que já possui publicação específica.

Trecho 29: “É visível o crescimento do campo dos estudos africanos no Brasil ao longo da última década. Cada vez mais eventos dedicados ao tema ocorrem em diversos espaços no país, as agências de fomento investem no desenvolvimento de projetos vinculados à área, as traduções e publicações de livros de pesquisadores brasileiros também aumentaram significativamente nos últimos anos. O diálogo internacional, já em andamento, é mais um objetivo a ser perseguido e consolidado nos próximos anos” (editorial 14, volume 29, número 51, 2013).

Proposta: (A1) SE é visível o crescimento do campo dos estudos africanos no Brasil ao longo da última década, (A2) ENTÃO, o aumento dos eventos dedicados ao tema ocorrem em diversos espaços no país. PORTANTO, o diálogo internacional é mais um objetivo a ser perseguido e consolidados nos próximos anos.

Trecho 30: “Durante muito tempo, a pesquisa acadêmica relegou a segundo plano o estudo da direita política. Em parte, isso se explica pelo desprezo que os círculos progressistas devotavam à direita, que muitos consideravam destinada ao lixo da história graças ao esperado triunfo das forças favoráveis à mudança social” (editorial 15, volume 30, número 52, 2014).

Proposta: (A1) SE a pesquisa acadêmica relegou a segundo plano o estudo da direita política, (A2) ENTÃO, isso se explica pelo desprezo que os círculos progressistas lançaram a ela. PORQUE era esperado o triunfo das forças que eram favoráveis à mudança social.

Trecho 31: “O presente dossiê de *Varia Historia* é dedicado à História Intelectual Latino-Americana, com ênfase na história dos impressos, das ideias e de sua circulação. A História Intelectual é um campo de estudos que vem crescendo nas universidades e instituições de pesquisa latino-americanas, particularmente a partir dos anos 1980 e 1990, juntamente com os processos de redemocratização em vários países do continente e a necessidade de se repensar o papel dos intelectuais na vida política e social de cada um dos países e na América Latina como um todo” (editorial 17, volume 30, número 54, 2014).

Proposta: (A1) SE a História Intelectual como campo de estudos vem crescendo nas universidades e instituições de pesquisa latino-americanas, (A2) ENTÃO, é necessário repensar o papel dos intelectuais na vida política e social desses países. PORQUE a área foi crescendo juntamente com os processos de redemocratização em vários países do continente.

Dessa forma, tomando-se por base a organização argumentativa do *corpus* em análise, os trechos de (1) a (15) nos apontam na direção de uma construção de uma narrativa científica para a área de Humanidades, com foco no periódico como elemento basilar para essa discussão. Os elementos demonstrados nesses trechos são recentes, datados dos últimos anos de 2015 e 2016. Podemos inferir que é decorrente da preocupação da editoria desse período, bem como a necessidade da internacionalização do periódico, atrelado às variáveis como avaliação do curso de pós-graduação. Derivam dessa movimentação, outras ações, como manutenção da qualidade do programa, dos projetos financiados pelas agências de pesquisa, e da produção do conhecimento histórico atual.

Já os trechos representativos dos anos de 2007, que são os de número (16) e (17), entram na seara dos dossiês temáticos. Naqueles, o dossiê versa a respeito da História dos velhos mapas e as narrativas vão firmar a importância da cartografia para a história, e as pesquisas sobre o assunto. O dossiê é organizado por uma especialista no tema, e também editora no período.

Nos trechos (18) e (19) do ano de 2008, a editoria apresenta o terceiro dossiê temático da revista, que tem como tema central, a História Ambiental e Cultura da Natureza e o fascículo seguinte sobre História da Arte. A estratégia discursiva é centrada na importância dos estudos das respectivas áreas e a nova abordagem dos textos representativos.

Já os trechos (20) e (21) do ano de 2009 versam acerca da escravidão e da gripe espanhola e colocam em evidência as pesquisas relacionadas às áreas em questão. O dossiê a respeito da escravidão se apoia na iconografia como ferramenta para desconstrução de discursos que eram centrados na mestiçagem e na própria escravidão, com polêmicas e sem profundidade de análises impactantes, mas que também trouxesse reflexão ao campo historiográfico acerca de uma temática importante na constituição de vários povos. Inaugura um novo discurso para a representação dos negros na História, utilizando as imagens como forma de discussão da temática. Com relação à gripe espanhola, o foco recai nos estudos acerca do paciente e toda a questão que o envolve, do ponto de vista humano e social, e não

mais apenas da doença e da terapêutica. E ainda coloca, em evidente importância, as interações entre ecologia e sociedade, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos. Algo que, anteriormente, não era considerado fundamental e não surgia no meio acadêmico.

O trecho (22), do ano de 2010, representa o dossiê História Medieval. Esse dossiê trata das fontes e da historiografia desse tema. Os artigos que compõem o dossiê trazem reflexões acerca de novas perspectivas para os medievalistas no que se refere às fontes para a pesquisa.

O trecho (23), no ano de 2010, representa o dossiê História, Assistência e Saúde, no qual foram publicados os trabalhos apresentados no Seminário Internacional Estado, Assistência e Filantropia no Rio de Janeiro, no ano anterior (2009). Esses trabalhos tiveram o objetivo de debater as tendências consideradas atuais na historiografia em relação à assistência, sempre contemplando a diversidade de perspectivas e abordagens relacionadas ao tema.

O trecho (24), de 2011, do dossiê Republicanismo no Brasil do século XIX, destaca o conceito de República para o Brasil e a recepção dos ideais republicanos para o país naquele período. Utilizou-se das práticas republicanas de outros países como EUA e França, cabendo ao historiador brasileiro amarrar todas as pontas nesse trabalho de memória.

Em 2012, o trecho (25) representa o editorial do dossiê “Elementos materiais da cultura e patrimônio”, o qual debateu além dos elementos materiais da cultura, a sua integração às realidades sociais. Ainda aponta e busca reflexões com relação a se constituir de um campo, domínio ou abordagem, procurando articular os elementos da materialidade cultural por meio de simbolismos, e de diversos outros elementos.

O trecho (26), ainda no ano de 2012, remonta à discussão acerca de uma área nova para a história: a História e Inteligência. O dossiê organizado em torno desse tema traz à discussão e reflexão a nova área considerada multidisciplinar para o meio

acadêmico, e de extrema importância em sociedades que saíram de regimes militares e ditaduras civis.

Ainda no caminho de pesquisa no que se refere aos temas relativos à organização da sociedade, o dossiê “Relações Civis Militares e Segurança Nacional” busca o mesmo objetivo, que é colocar em pauta, na academia, a reflexão necessária do tema, como vimos no trecho (27), de 2012.

O trecho (28), do fascículo de 2013, é parte do editorial que narra a trajetória da *Varia Historia*, sua composição e a sua proposta como veiculação de circulação do conhecimento produzido pelo campo. Revela as mudanças editoriais, sua inserção em bases de dados, sua classificação no Qualis Periódicos Capes, bem como se coloca como um espaço amplo de debate e contribuições para a área, excetuando-se o ensino de História, que tem publicação específica.

O trecho (29), do editorial publicado em 2013, que faz parte do dossiê “Nações, Comércio e Trabalho na África Atlântida” versa a respeito do crescimento desse campo de estudos e sua importância para o entendimento do presente.

Em 2014, o dossiê “As Direitas na História”, pelo trecho (30), critica a academia por esta ter relegado, a segundo plano, o estudo desse fenômeno social, político. O dossiê se propôs a trazer o que no exterior se estudava em relação ao tema, para que o grupo, que é crescente no Brasil, pudesse dialogar com os demais estudiosos do tema.

No último trecho selecionado (31), ainda no ano de 2014, o dossiê “Intelectuais e circulação de ideias na América Latina” foi organizado com o objetivo de divulgar a área de pesquisa que tem crescido desde os anos 80 e 90. E, com isso, fazer aumentar o interesse pela área com ênfase na história dos impressos, das ideias e de sua circulação. Tema bastante caro às sociedades que saíram de regimes fechados, sejam civis ou militares, e também para a história cultural.

É oportuno lembrar que a existência de um dispositivo argumentativo não antecipa o modo particular que a argumentação pode tomar forma em um texto. A seguir, temos

os componentes da encenação argumentativa, e a análise da encenação argumentativa nos editoriais.

A argumentação depende de dois elementos importantes: a situação de comunicação e o projeto de fala dos sujeitos, que serão utilizados nos componentes do dispositivo. Ainda há fatores situacionais que contribuem na configuração da argumentação. Devem ser considerados a situação de troca ou o contrato de fala.

A situação de troca pode ser monologal ou dialogal. Na primeira, o próprio sujeito constrói a totalidade do texto argumentativo, colocando em evidência a Proposta, a Proposição que questiona a Proposta e ainda desenvolva o ato de Persuasão.

Já na troca dialogal, a proposta, proposição e persuasão se desenvolverão ao longo das réplicas existentes nas trocas languageiras. Já o contrato de fala (ou comunicação) pode ser de dois tipos: no explícito, é usado de modo frequente em situações de troca monologal, típica do discurso científico/acadêmico; no implícito, não há especificidade do quadro argumentativo e é necessário interpretar asserções que sejam participantes de uma proposta, uma proposição e de um ato de persuasão.

Ainda temos as posições do sujeito que são: em relação à proposta, com relação ao emissor da proposta e com relação a sua própria argumentação. Essas posições são de tomada de posição, a favor ou contra, não tomada de posição, rejeição do estatuto ou ainda sua aceitação, autojustificativa, engajamento e argumentação polêmica, não engajamento e argumentação racional.

De posse dos dados referentes à organização da lógica argumentativa, da encenação argumentativa e dos procedimentos para a encenação argumentativa, temos o seguinte panorama que se refere ao *corpus* que analisamos.

Por toda a análise dos editoriais durante os anos de 2007 a 2016, o sujeito argumentante se vale, dentro dos procedimentos semânticos, dos valores da ordem do pragmático, da responsabilidade, da ética e da verdade, elementos que tiveram

maior destaque com **10 ocorrências**, seguido por **06 ocorrências** dos domínios de avaliação ligados também ao pragmático, ao ético e à verdade.

Podemos inferir que se trata da validação de um contrato de comunicação anteriormente estabelecido entre a editoria e os seus leitores, já que o editorial é a apresentação do fascículo, retrata opiniões que foram trazidas à reflexão. Confirmou-se a encenação argumentativa estabelecida. Além de podermos agregar o fato de que os discursos dos editoriais também se propuseram a estabelecer um conceito de História tanto dentro da área de Humanidades quanto para o ambiente científico como um todo. Isso demonstra a preocupação da editoria com o periódico desde a escolha dos artigos, a qualidade dos resumos, a importante função dos pareceristas e também conclama essa responsabilidade para os autores. Tudo isso são questões explicitadas nos editoriais e refletidas na qualidade do periódico, haja vista a sua inserção em bases de dados importantes, e a sua classificação no Qualis Periódicos.

Desse modo, o Sujeito Argumentante apelou para a sua própria experiência como pesquisador e, portanto, autor, para fundamentar suas afirmações e argumentações em torno da responsabilidade editorial científica. Utiliza argumentos que evocam desde a criação da revista no ano de 1985, relatando as dificuldades e também mostrando suas conquistas.

Sendo assim, a verdade e a ética permeiam os caminhos da editoria e da revista *Varia Historia* com base nas argumentações apresentadas nos editoriais analisados e também nos trechos destacados que estão no presente capítulo.

Ainda no âmbito da encenação argumentativa e dos procedimentos discursivos, a utilização da definição de um ser ou de um comportamento com **06 ocorrências** comprova o já exposto acima, já que a definição como qualificador pertence ao modo de organização Descritivo, ao descrever os traços semânticos que apareceram nos editoriais. Tais traços trouxeram, à superfície dos textos, tanto o ser (objeto, pessoa abstrata, palavra), nesse caso, a revista, quanto o comportamento, nesse contexto, as ações editoriais propostas para que o periódico sempre estivesse em evidência e pudesse ser referência tanto nacional quanto internacional para a área de História.

Os demais procedimentos discursivos, comparação, citação, acumulação e questionamento apareceram em menor número de ocorrências, variando entre uma ou duas. Aqui, vale destacar o procedimento de citação, que é utilizado para uma experiência de persuadir e convencer o leitor, que também poderá ser autor. Considerando que um bom *abstract* é a chave para uma melhor disseminação de um bom artigo, podemos ver essa situação no **trecho 12**, já exposto neste capítulo.

Os **trechos 14 e 18** também nos mostram outro procedimento discursivo importante, que é o do questionamento, e mais precisamente da incitação a ser feita. Nesses textos, o sujeito argumentante utiliza dessa prerrogativa para chamar a atenção da comunidade científica para que a revista não seja apenas uma publicadora de artigos, mas um espaço de reflexão e debate para a área.

Outro ponto importante que segue a linha da argumentação pretendida pelo sujeito argumentante, diz respeito ao procedimento discursivo da acumulação. Nas duas vezes em que é utilizado, traz à discussão, primeiro a exigência de um acúmulo de pareceristas e autores de filiação estrangeira para que a revista possa ser considerada internacionalizada - apenas um dos aspectos para isso -, e também o fato de que, além dessas exigências, é possível acumular conhecimentos mais diversos, vários saberes, mais apropriadamente.

De modo geral, a linha de argumentação apresentou os procedimentos discursivos do modo de organização argumentativo, linha que foi possível verificar por meio do dispositivo argumentativo que confirmou as análises da encenação argumentativa apresentadas.

A construção de uma narrativa científica para a área das Humanidades por intermédio da História como disciplina representativa foi exposta em todos os editoriais analisados, pela fala da editoria e do uso de seus argumentos, que ultrapassaram apenas o papel de um editor de apresentar o fascículo. Todavia, trazia reflexões, e estabelecia um diálogo com seus leitores, tantos os reais quanto os ideais.

E por fim, a compreensão do conceito de ciência para a História ficou esclarecida, com base nas narrativas empreendidas durante o período analisado, que sempre se pautou em mostrar a centralidade do periódico como um veículo formal na comunicação da ciência entre os pares e para o público com interesse nas temáticas apresentadas.

Com relação à construção da narrativa científica, separamos no próximo tópico a seguir.

6.4.1 Construção do conceito de ciência por meio das narrativas nos editoriais de 2007 a 2016

Existem diversos conceitos para ciência, mas nos ateremos aqui, ao extraído do Dicionário de Conceitos Históricos, que descreve, textualmente, o que os autores da área de História, consideram por verbete ciência.

Para Silva e Silva (2010, p.55), ciência:

[...] pode ser entendida tanto como processo de investigação para se chegar ao conhecimento quanto como o conjunto de conhecimentos construído com base na observação empírica do meio natural e social, que tem como finalidade fornecer fundamentos que permitam à humanidade viver mais e melhor no mundo que a cerca.

Diante dessa afirmação, sistematizamos a construção do conceito de ciência na área de História, no decorrer dos editoriais selecionados no período de 2007 a 2016. Mediante a percepção do que é ciência para o campo histórico, como surge e se consolida ao longo do tempo, nesse recorte.

QUADRO 25 - Construção do conceito de ciência nos editoriais de *Varia Historia* - 2007 a 2016

Construção do conceito de ciência nos editoriais de <i>Varia Historia</i> – 2007 a 2016			
Ano	Trechos	Editoriais	Verificação
2007	16 e 17	01 e 02	Neutralidade da ciência, uso da técnica, objetividade, fortalecimento da área de estudos da História das Américas no Brasil, colaboração dos pesquisadores para o tema em questão.
2008	18 e 19	03 e 04	Estudo da diversidade social-histórica, reflexão e construção do diálogo entre várias disciplinas, relações entre história e natureza, aspectos visíveis e invisíveis da arte e história.
2009	20 e 21	05 e 06	Construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, articulação entre medicina-Estado-sociedade, profissionalização no campo da saúde, construção do saber científico.
2010	22 e 23	07 e 08	Novas perspectivas para o estudo da história medieval (novas fontes), saúde e história, estabelecimento de um vínculo entre conhecimentos científicos e ideologias políticas.
2011	24 e 25	09 e 10	Estudos dos temas política, república, cultura e patrimônio através da história.
2012	26 e 27	11 e 12	Inteligência e história como pesquisa acadêmica
2013	28 e 29	13 e 14	O periódico como instância de produção científica e discursiva, a reestruturação do periódico <i>Varia Historia</i> , a História como ciência, colaboração internacional.
2014	30 e 31	15, 16 e 17	A política como assunto histórico (o estudo da direita), os intelectuais e a história na América Latina como campo de investigação.
2015	1 a 8	18, 19 e 20	Resgate da trajetória do periódico, o papel da escrita na história, a história como ciência, construção das narrativas históricas, o papel dos periódicos na consolidação e avanço científicos.
2016	9 a 15	21, 22 e 23	Preocupação com a internacionalização do periódico, circulação do conhecimento científico em história e melhoria na qualidade dos resumos/abstracts.

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A construção do conceito de ciência, pelas narrativas presentes nos editoriais, perpassou pela reflexão acerca da técnica, da neutralidade da própria ciência e do fortalecimento de algumas áreas de estudos que pareciam estar relegadas a segundo plano, como por exemplo, o estudo da direita política, das Américas e da América Latina, e também, da inteligência como campo de estudo.

Tem-se, também, abertura a novas técnicas e a novos olhares para objetos de pesquisa já conhecidos como a História e a escravidão. Porém, o que mais se destaca e aparece em maior número e em sua maioria nos editoriais mais recentes é a questão centrada no periódico, tanto no aspecto de formatação de uma revista científica quanto em sua função como instância de produção e circulação do conhecimento produzido em História. Temos pontos importantes de preocupação demonstrada pela editoria no que se refere à qualidade dos resumos, da escrita em História e da circulação desse conhecimento produzido, estabelecendo, assim, diretrizes importantes na aceitação dos artigos submetidos ao periódico.

Essas ações impactam diretamente na condução de pesquisas da área e em sua posterior divulgação, visto que, mediante a padronização desses elementos, um pesquisador não teria estranhamento ao ver um periódico nacional e um periódico internacional. Desse modo, o *modus operandi* científico torna-se normatizado e abrangente.

A utilização do espaço do editorial, que geralmente é um acordo tácito entre editor e leitor, foi um espaço de reflexão e discussão para além da formalidade de apresentação do fascículo publicado. Segundo os argumentos utilizados de qualidade, internacionalização, ciência, dentre outros a editoria, ao longo dos anos, conseguiu sensibilizar tanto os leitores quanto os autores e pareceristas para a importância desse veículo de comunicação científica, colocando *Varia Historia* em um importante patamar de disseminação do conhecimento histórico produzido no Brasil, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), como uma importante referência para a área.

A análise argumentativa dos editoriais realizada com base nos dados coletados e expostos nessa seção induz a uma reflexão acerca da proposta de Santos (2006), com relação à construção da narrativa científica e o conceito de ciência que trouxemos como base teórica, que sustentou nosso objeto de estudo.

A análise dos trechos dos editoriais, através dos seus trechos representativos, mostrou que a construção da narrativa em História, com base na *Varia Historia*, pautou-se na superação da dicotomia ciências naturais/sociais, em que Santos (2006) esclarece como sendo um ponto importante para a revalorização de estudos humanísticos. O que se verifica, no discurso empreendido nos editoriais ao longo dos anos pesquisados, é uma valorização de temáticas de pesquisa diversas para o campo da História, e isso é apontado no diálogo que é empreendido entre os artigos de determinado fascículo.

Dessa forma, a construção do conceito de ciência foi sendo elaborado valendo-se da demonstração e afirmação de metodologias próprias das Humanidades, levando-se em conta sua especificidade, que se difere dos cálculos e formas matemáticas, por exemplo. Foram trazidos à discussão diversos temas como os elencados no Quadro 25, diversificando, assim, o pensamento relativo à respectiva área de saber, inculcando a ideia de que todo conhecimento se consista em autoconhecimento, e de que a conjugação de saberes científicos e sociais é possível. Portanto, um paradigma emergente para uma vida decente, como preconiza Santos (2006).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O periódico científico é um elemento central na comunicação da ciência e espaço privilegiado de reflexões compostas pelos argumentos e discursos cruciais para o fazer científico, por meio de seus artigos, e outros documentos ali expressos. Ele faz parte das diversas instâncias de emergências discursivas no âmbito científico, representadas por revistas científicas, eventos acadêmicos, associações científicas, dentre outros espaços que compõem um domínio de conhecimento.

Esse preceito da centralidade do periódico na comunicação da ciência, independe se as áreas de conhecimento possuem opções por outros canais de disseminação do seu conhecimento produzido, conforme pesquisa de Mueller (2005). Essa questão foi um ponto importante na escolha do nosso objeto de pesquisa: o editorial.

O editorial, como um elemento pré-textual, e que tem como função prioritariamente apresentar o conteúdo do fascículo, destacou-se como o lugar de fala, no qual, o editor se mostraria “livre” de julgamentos e posturas partidárias. Portanto, foi o ponto de partida para a discussão decorrente tanto do ponto de vista teórico quanto do metodológico, em que medida as estratégias discursivas e argumentativas poderiam ser importantes para o estabelecimento de uma filiação epistemológica ou ideológica e também na possibilidade de compreensão da construção do conceito de ciência para a História.

Considerando, então, o editorial como um objeto de instância política, que nos permitiu compreender o fazer científico em um domínio de conhecimento. Nesse espaço, a fala do editor não se resumiu à apresentação do fascículo e de seus artigos publicados. Essa instância discursiva foi utilizada com o objetivo de legitimar o campo da História como ciência, orientar a respeito da ética em publicações e coordenar as publicações com base na área de pesquisa na qual o editor tinha experiência, desenhando, assim, uma linha editorial para aquele período.

No que se refere ao papel do editor no processo da editoria, foi possível constatar que a linha editorial do periódico se mantinha conexa às áreas de pesquisa dos editores daquele período, o que demonstra uma inclinação dos temas publicados, dossiês temáticos relacionados à área de atuação do editor. Inferem-se, dessa questão, duas razões: a primeira se deve à familiaridade com o tema e com isso a escolha de pareceristas para aquele fascículo seria mais exata; e a segunda poderia residir no fato de a demarcação de pesquisas se inserir na comunidade científica daquele campo.

Essas marcações só puderam ser vislumbradas, primeiramente, após a realização de uma Análise de Conteúdo, com a organização do *corpus* e a análise categorial temática dos editoriais. E em seguida, com a Análise de Discurso utilizando a Teoria Semiociológica de Charaudeau (2009), focando nos modos de organização argumentativo e enunciativo.

Considerando a teoria de Charaudeau (2009), os modos de discurso predominantes em editoriais são o descritivo e o argumentativo. Porém, a nossa escolha recaiu sobre os modos de organização enunciativo e argumentativo: o primeiro organiza o discurso, e o segundo elenca as possibilidades da argumentação nas mensagens que seriam direcionadas aos sujeitos destinatários. O modo de organização descritivo, como o próprio nome indica, além da própria descrição, orienta-se pelo relato, descrição e narração, o que não se aplicava em nosso objeto de estudo.

Os caminhos metodológicos escolhidos nos possibilitaram compreender a dinâmica das narrativas empreendidas nos editoriais, bem como a organização argumentativa do discurso científico.

O modelo de combinação teórico-metodológica, entre AC e AD, e um novo objeto - o editorial científico - mostrou-se profícuo para a compreensão dos elementos discursivos presentes nos editoriais. Desvelou o conceito de ciência construído com base nas discussões acerca da neutralidade da própria ciência, da construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, a política como assunto

histórico, culminando na preocupação com a internacionalização do periódico, e a circulação do conhecimento científico em História.

Dessa forma, constatou-se que o editorial não é um espaço pertencente ao editor, mas, sim, fruto de inquietações e de reflexões a respeito do fazer científico, embora seja possível encontrar diversas marcas da filiação epistemológica e ideológica do editor responsável. E configurou-se como um domínio da prática da informação em uma situação de comunicação, segundo o conceito presente na obra de Charaudeau. Entretanto, nesse caso em específico, uma situação de comunicação científica.

No campo da comunicação científica, a possibilidade de identificar formações discursivas em editoriais, ao analisara construção da narrativa científica para uma área de conhecimento, fornece subsídios para pensar o periódico como um espaço não somente da veiculação dos discursos oriundos dos resultados de pesquisa, das resenhas dos livros recém-publicados, e de outros documentos; mas também como um conjunto de narrativas delimitadoras de um domínio científico por um caráter político-científico, que auxilia na construção de um conceito de ciência para aquele campo do saber.

Diante dessas constatações, o presente estudo contribui significativamente para a compreensão do fazer científico baseando-se nas reflexões contidas em editoriais de periódicos, podendo ser replicada para quaisquer áreas de conhecimento com o objetivo de conhecer e compreender a estruturação do discurso científico da área estudada, como também da construção dessa narrativa.

Para continuidade dos estudos discursivos no âmbito da comunicação científica, sugerimos a realização de uma AD comparativa de editoriais de periódicos de uma mesma área de conhecimento, ressaltando além dos aspectos de produção e interpretação do discurso, as diferenças e/ou semelhanças entre as linhas editoriais de cada periódico e sua influência no campo do saber a qual se destina. Outra sugestão seria um estudo contrastivo entre os editoriais de áreas de conhecimento distintas, com o propósito de analisar diferenças ou semelhanças em narrativas científicas empreendidas.

Analisar o discurso científico em uma ou duas áreas diferentes nos possibilita compreender a construção do conceito de ciência para um determinado campo, e também como ele se constrói e se entrelaça entre os sujeitos daquele contrato de comunicação.

Por fim, na construção do discurso ao longo desta tese, ressalto a minha alegria ao trabalhar com temática tão instigante, como a Análise do Discurso e os periódicos, e especificamente, o editorial científico, um objeto novo para mim, mas que me proporcionou novas leituras, novos autores, novas visões e descobertas interessantes para a ciência e para vida, que são indissociáveis.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, 1998.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2.ed., 2º reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha Grandes Nomes do Pensamento, volume 1).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6021: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich Os gêneros do discurso In: _____. *Estética da criação verbal*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 278-326.

BARBOSA, Rodrigo Seixas Pereira. *Negociando distâncias: uma análise retórico-discursiva de dois pronunciamentos políticos*. 2015. 248 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

BLAY, Michel. *La naissance de la science classique au XVII^e siècle*. Paris: Nathan, 1999. (Histoire des sciences, 128).

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olhos d'Água, 2003. cap. 4, p. 112-143.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.25, n.3, p.89-104, set./dez.2015.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA, Grenissa, PAULA, Luciane de. (Orgs.) *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*. Uberlândia: Edufu, 2010. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>. Acesso em 17 jul. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle. *Analyse des discours. Types et genres*, Éd. Universitaires du Sud, Toulouse, 2001. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visees-discursives-genres,83.html>. Acesso em 17 jul. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DEMO, Pedro. *Conhecimento Moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DESCARTES, René. *Discurso do método: as paixões da alma, Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

DOURY, Marianne. A refutação por acusação de emoção: exploração argumentativa da emoção em uma discussão de caráter científico. [S.l.: s.n.], 2002. (original em francês, PLANTIN, Christian, DOURY, Marianne; TRAVERSO, Veronique. *Les émotions dans les interactions*. Lyon, PUL/ARCI, 2002, p. 265-277.)

FÁVERO, Rosaly. *Política editorial e administração de revistas científicas e culturais*. Atibaia: Associação Brasileira de Editores Científicos - ABEC, 2001.

FREITAS, Lídia Silva de. Entre o público e o privado: trajetos temático-discursivos da área de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.14, n.1, 2004.

FREITAS, Lídia Silva de. A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e alcance epistemológico: uma atualização. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, p. 32-55, 2010.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. *Morpheus: Revista de Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, n.2, 2003.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ciência da Informação*, Brasília, v.35, n.3, p.54-66, set./dez.2006.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira; RAMOS, Lúcia Maria Sebastiana Verônica Costa; HESPANHA, Andrea Pacheco Silva. O papel do bibliotecário frente a revistas científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012. *Anais...* Gramado, 2012. Disponível em: <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4Q6K.pdf>. Acesso em junho 2017.

GOMES, Valdir Pereira. O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. *Informação e Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 147- 172, jul./jun. 2010.

HUYGENS, Christiaan. Extrait d'une lettre de M.Hygens, *Journal des Sçavans*, fev.1672, p.53-60.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas: Unicamp, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. cap.2, p. 43-58.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, ([1999] 2014). p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise de Discurso*. 3.ed. Campinas: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e hipertexto: construção de um experimento de informação em redes sociais. In: ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2003.

MARTINS, Ruth Barbosa. *Do papel ao digital: a trajetória de duas revistas científicas brasileiras*. 2003. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MEADOWS, Arthur Jack. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.3, p.375 - 382 set./dez. 1996.

MOIRAND, Sophie. *Une histoire de discours... : une analyse des discours de la revue Le Français Dans Le Monde 1961-1981*. Paris: Hachette, 1988.

MOURA, João Benvindo de. *Análise discursiva de editoriais do jornal Meio Norte, do Estado do Piauí: a construção de imagens e as emoções suscetíveis através da argumentação*. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. cap. 5, p. 73-95.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais, *Data Gramazero*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, fev.2005. Disponível em : <http://repositorio.unb.br/handle/10482/980>. Acesso em 28 de ste de 2017.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. Memória e discurso institucionais: o caso de uma instituição de ensino superior. In: ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2003.

OLIVEIRA, José Carlos de. *D. João VI – Adorador do Deus das Ciências? A constituição da Cultura Científica no Brasil (1808-1821)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

PESSANHA, Charles. *Critérios editoriais de avaliação científica*. In: Associação Brasileira de Editores Científicos - ABEC (Org.). Atibaia: ABEC, 2001.

PESSANHA, Charles. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, out. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/371/1692>>. Acesso em: 13 Jan. 2016.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/periodicos/> acesso em 29 nov.2016.

QUALIS CAPES PERIÓDICOS. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis> Acesso em: 10 jul.2016.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marival de Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, jan./jun. 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Cibelle Celestino; MARTINS, Roberto de Andrade. A "Nova Teoria sobre Luz e Cores" de Isaac Newton: uma tradução comentada. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, v.18, n.4, dez.1996.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*, 3.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

TARGINO, Maria das Graças Leite. *Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação*. 1998. 378 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Brasília, 1998.

VARIA HISTORIA. *Home*. Disponível em. <http://www.variahistoria.org/>. Acesso em: 2016.

VITTU, Jean-Pierre. *Le Journal des savants et la République des lettres, 1665-1714*. Paris, 1998. (Thèse de doctorat).

VOLPE, Tony. *Science et Théologie dans les débats savants de la seconde moitié du XVII Siècle: la Genèse dans les Philosophical Transactions et le Journal des savants (1665-1710)*. Belgium: Brepols, 2008©.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. As responsabilidades do editor de um periódico científico. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 7, n. 1, p. 3-4, jan. 2002.

ANEXOS



Scientific Electronic Library Online

**ANEXO A - Critérios SciELO Brasil: critérios, políticas e procedimentos para a
admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**

**Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de
periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**

São Paulo – Setembro 2014

Sumário

1. Introdução	4
2. Objetivos dos Critérios SciELO Brasil	4
3. O Comitê Consultivo SciELO Brasil	6
4. Escopo da Coleção SciELO Brasil	7
5. Critérios SciELO Brasil para admissão e permanência de periódicos	7
5.1. Critérios para admissão automática durante 1999, 2000 e 2001	7
5.2. Critérios de avaliação de periódicos para admissão e permanência na Coleção SciELO Brasil	8
5.2.1. Caráter científico	8
5.2.2. Tipos de documentos	9
5.2.3. Gestão editorial	9
5.2.4. Avaliação de manuscritos	12
5.2.7. Pontualidade para admissão	15
5.2.8. Idioma dos títulos, resumos, palavras-chave e texto	15
5.2.11. Normalização das citações e referências bibliográficas	18
5.2.12. Política de acesso aberto	18
5.2.13. Registro de ensaios clínicos	18
5.2.14. Registro de material biológico de referência e de sequências de DNA	19
5.2.15. Disponibilização dos dados da pesquisa	19
5.2.16. Digital Object Identifier (DOI) e link para os textos completos	19
5.2.17. Textos completos em XML	19
5.2.18. Marketing e divulgação	20
5.2.19. Erratas e retratações	20
5.2.20. Responsabilidades sobre os conteúdos publicados	20
5.2.21. Declaração da contribuição de autores e colaboradores	21
5.3. Procedimentos do processo de avaliação para admissão	21

5.3.1. Pré-avaliação de escopo, arbitragem por pares, tempo de existência e pontualidade	21
5.3.2. Avaliação de formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica	22
5.3.3. Avaliação de mérito científico por pares	22
5.3.4. Avaliação da admissão de periódicos pelo Comitê Consultivo	22
5.4. Avaliação de conjuntos de periódicos por área temática	23
6. Critérios de avaliação de desempenho para permanência na Coleção SciELO	24
6.1. Pontualidade no envio dos arquivos	24
6.2. Indicador de uso do periódico por downloads	24
6.3. Indicador de impacto de citações por artigo	25
6.4. Indicador de influência e presença dos artigos na Web	25
6.5. Indicadores de internacionalização dos periódicos	25
6.6. Relatório anual de desempenho	26
7. Parecer do processo de exclusão de títulos	26
8. Recursos contra decisões do Comitê Consultivo	27
9. Readmissão	27
10. Resultados das reuniões do Comitê Consultivo SciELO Brasil	27

1. Introdução

Este documento descreve os critérios, políticas e procedimentos de avaliação de periódicos científicos, adotados pelo Programa SciELO para a admissão e permanência de títulos na Coleção SciELO Brasil, também utilizado como documento de referência para a avaliação de periódicos nas demais coleções nacionais e temáticas da Rede SciELO.

O objetivo deste documento é orientar e fortalecer o desenvolvimento da qualidade científica da Coleção SciELO Brasil e contribuir para o aumento sustentável da sua visibilidade e impacto como um todo e, individualmente, dos periódicos que indexa e publica, de acordo com os padrões internacionais de indexação, publicação, interoperabilidade e avaliação de desempenho de periódicos de qualidade.

Os critérios para avaliação, indexação e permanência de periódicos na Coleção SciELO, assim como a política e os procedimentos para a sua aplicação, foram discutidos originalmente no “Seminário sobre Critérios de Avaliação e Seleção de Periódicos Científicos”, realizado em abril de 1999 na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e aprovados para a sua adoção no Projeto SciELO. Desde então, o documento é atualizado periodicamente de modo a acompanhar a evolução e prioridades da Coleção SciELO Brasil.

O documento é referido doravante como Critérios SciELO Brasil considerando que os critérios definidos e as políticas e procedimentos para sua aplicação são contextualizados para as condições e características da pesquisa e comunicação científica brasileira e as linhas prioritárias de ação do Programa SciELO/FAPESP em prol da profissionalização, internacionalização e financiamento sustentável dos periódicos que indexa e publica.

2. Objetivos dos Critérios SciELO Brasil

Os Critérios SciELO Brasil são definidos no contexto do Programa SciELO/FAPESP, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). O objetivo do SciELO é contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica por meio do aperfeiçoamento e da ampliação dos meios, infraestruturas e capacidades de comunicação e avaliação dos seus resultados veiculados por periódicos de qualidade crescente do Brasil publicados em acesso aberto.

Para a consecução de seu objetivo, o SciELO contribui para o aumento sistemático e sustentável da visibilidade, acessibilidade, qualidade, credibilidade, uso e impacto nacional e internacional de periódicos de qualidade por meio da sua indexação, publicação e interoperabilidade na Web em coleções nacionais, regionais, globais ou temáticas. O SciELO promove o desenvolvimento e operação das coleções nacionais por meio da Rede SciELO, de modo a assegurar em todas elas a adoção e obediência aos mesmos princípios, objetivos, metodologias e tecnologias.

A consecução dos objetivos do SciELO requer o aperfeiçoamento continuado dos periódicos indexados, cada um no cumprimento da sua missão e alinhados com o estado da arte internacional em editoração, publicação, disseminação e marketing científico. Nesse sentido, a manutenção e atualização dos critérios de avaliação de periódicos, assim como das políticas e procedimentos para sua aplicação, constituem uma linha de ação fundamental do Programa SciELO. Em resumo, os Critérios SciELO Brasil têm por objetivo geral orientar o desenvolvimento da Coleção SciELO Brasil. Seus objetivos específicos são:

- a. Contribuir para o aumento da qualidade, desempenho, disponibilidade, influência e impacto dos periódicos indexados e da coleção como um todo;
- b. Contribuir para o fortalecimento da profissionalização, internacionalização, sustentabilidade financeira e inovação dos processos de indexação, editoração, publicação e interoperabilidade dos periódicos indexados e da coleção como um todo;
- c. Promover e orientar a avaliação sistemática do desempenho e impacto da coleção como um todo e especificamente dos periódicos, para contribuir em seu aperfeiçoamento e determinar a sua permanência na coleção;

- d. Manter atualizado estes critérios e os procedimentos de avaliação da qualidade e desempenho dos periódicos de acordo com as principais áreas do conhecimento científico para determinar a sua admissão e permanência na coleção, alinhados com os objetivos do Programa SciELO e o estado da arte internacional em editoração, publicação e avaliação de periódicos;
- e. Servir de referência para o desempenho das demais coleções nacionais e temáticas da Rede SciELO; e
- f. Contribuir para o desenvolvimento das capacidades e infraestruturas de comunicação do sistema de ensino e pesquisa do Brasil e sua inserção internacional.

A partir de 2015, além do desempenho individual dos periódicos, os Critérios SciELO Brasil passam a orientar também a avaliação do desempenho da coleção por áreas temáticas e para o conjunto dos periódicos. O desempenho da coleção é um determinante da evolução da sua composição geral e por áreas temáticas. Para tanto, os indicadores dos critérios são especificados em termos de valores mínimos esperados e recomendados, que são ajustados para as grandes áreas do conhecimento. Os valores mínimos esperados devem ser obedecidos pelo conjunto dos periódicos de cada área temática como condição para o ingresso de novos periódicos e a permanência dos que já estão indexados. Entretanto, a maioria dos periódicos de cada área do conhecimento deverá progressivamente obedecer aos valores recomendados.

O conteúdo e a aplicação dos Critérios SciELO Brasil deverão balizar o caráter científico do Programa SciELO e da Coleção SciELO Brasil, servindo de referência para o desenvolvimento das coleções nacionais e temáticas da Rede SciELO.

3. O Comitê Consultivo SciELO Brasil

O Comitê Consultivo tem por objetivo assistir o desenvolvimento da Coleção SciELO Brasil de acordo com os objetivos do Programa SciELO e dos Critérios SciELO Brasil. Assim, com base no estabelecido neste documento, os membros do Comitê Consultivo têm a função de analisar, discutir e propor recomendações nas seguintes áreas temáticas e linhas de ação:

- a. Aperfeiçoamento do caráter científico, do desempenho, impacto e influência da Coleção SciELO Brasil como um todo e dos periódicos individualmente;
- b. Inclusão de novos periódicos na Coleção;
- c. Exclusão de periódicos da Coleção;
- d. Avaliação periódica do desempenho da Coleção SciELO Brasil como um todo e dos periódicos individualmente, propondo recomendações para seu aperfeiçoamento;
- e. Atualização dos critérios de avaliação para admissão e permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil; e
- f. Definição e aperfeiçoamento do funcionamento do Comitê, de modo a cumprir eficientemente os objetivos anteriores.

O Comitê Consultivo opera no âmbito do Programa SciELO/FAPESP e da Coleção SciELO Brasil e é constituído por cientistas editores em representação do conjunto dos editores dos periódicos SciELO Brasil segundo as principais áreas do conhecimento e por representantes de instituições de fomento à pesquisa e comunicação científica. O Comitê possui a seguinte composição:

- a. Cinco Editores Científicos em representação dos editores das áreas de Ciências Agrárias, Biológicas (incluindo Saúde), Exatas (compreendendo Engenharias e Exatas e da Terra), Humanas (incluindo Ciências Sociais Aplicadas) e Letras, Linguística e Artes, eleitos entre os editores dos periódicos das respectivas áreas indexados na Coleção SciELO Brasil, com mandato de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução consecutiva;
- b. Representante da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC);
- c. Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP);
- d. Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- e. Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e
- f. Diretor do Programa SciELO/FAPESP ou seu representante que atua como Coordenador do Comitê Consultivo.

Cada uma das representações acima deverá contar com um titular e um suplente.

O Comitê deverá reunir-se, pelo menos, três vezes ao ano e poderá contar também, em suas reuniões e atividades, com a participação de consultores e especialistas para atender finalidades específicas, quando necessário. O comitê poderá também recomendar a formação de grupos técnicos temporários para a análise de áreas temáticas e demandas específicas. Em todo caso, a responsabilidade das decisões sobre o ingresso e exclusão de periódicos é do comitê.

Cabe ao Programa SciELO a responsabilidade de prover as funções de secretaria técnica de apoio ao funcionamento do Comitê Consultivo.

4. Escopo da Coleção SciELO Brasil

A Coleção SciELO Brasil indexa, disponibiliza e dissemina online em acesso aberto textos completos de periódicos científicos do Brasil de todas as áreas do conhecimento que publicam predominantemente artigos inéditos resultantes de pesquisa científica original, que utilizam o procedimento de avaliação por pares dos manuscritos que recebem ou encomendam e que apresentam desempenho crescente nos indicadores de cumprimento dos critérios de indexação. A coleção privilegia a admissão e permanência dos periódicos que em sua operação avançam na profissionalização, internacionalização e modelos de financiamento sustentável.

A coleção dos números e artigos de cada título individual na Coleção SciELO Brasil deve iniciar-se a partir de sua aprovação para admissão na coleção, sendo agregados paulatinamente os números retrospectivos até, pelo menos 2 anos anteriores, ou a partir do primeiro número para periódicos criados nos últimos 2 anos. Entretanto, os periódicos são livres para aportarem a publicação dos números dos anos anteriores, formatados de acordo com a metodologia SciELO.

Os textos dos periódicos podem estar escritos em qualquer idioma, de preferência nos idiomas inglês e/ou português. Entretanto, os metadados, compreendendo o título, resumo e palavras-chaves devem ter versão no idioma inglês, quando o idioma do texto é diferente do inglês.

Para a indexação e publicação na Coleção SciELO Brasil, não é necessária a publicação em papel.

O envio dos artigos dos periódicos ao SciELO deve ocorrer sem atraso, de preferência no primeiro mês do período de cobertura do novo número. Não serão incluídos ou permanecerão na coleção periódicos com números atrasados ou que pratiquem embargo, que consiste no adiamento da publicação em acesso aberto dos novos fascículos que ficam disponíveis apenas em sistemas de acesso restrito.

5. Critérios SciELO Brasil para admissão e permanência de periódicos

5.1. Critérios para admissão automática durante 1999, 2000 e 2001

Esta seção se mantém por razões de registro histórico devido ao fato de que a coleção inicial foi selecionada com base no cumprimento de condições predefinidas.

Os Critérios SciELO Brasil para admissão de novos títulos de periódicos consideraram, até o ano de 2001, as avaliações a que esses periódicos foram submetidos anteriormente, incluindo sua participação em índices internacionais selecionados, a avaliação da FAPESP, de 1997, e a avaliação do CNPq/FINEP, também de 1997.

Até o ano de 2001, um título de periódico estaria automaticamente habilitado para admissão, caso fosse indexado em um dos índices selecionados ou caso tivesse obtido alta pontuação nas avaliações da FAPESP e do CNPq/FINEP.

Os periódicos do Brasil indexados nos seguintes índices internacionais foram automaticamente habilitados para sua primeira admissão na Coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001:

- Journal Citation Reports do então Institute of Scientific Information (ISI)
- MEDLINE/Index Medicus da National Library of Medicine (NLM) dos EUA

- PsycInfo da American Psychological Association (APA)

Os periódicos do Brasil avaliados pela FAPESP, durante o ano de 1997, que obtiveram classificação de conteúdo prioritário e desempenho classificado como “muito bom” e “bom”, foram automaticamente habilitados para sua primeira admissão na Coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001.

Os periódicos do Brasil classificados como Grupo A pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq/FINEP, durante o ano de 1997, foram indexados automaticamente na Coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001. Entretanto, a permanência dos periódicos deste grupo na Coleção SciELO Brasil é determinada com base nos indicadores de desempenho definidos no item 6.

A partir de 2001, o ingresso e permanência de um periódico na Coleção SciELO Brasil é determinado exclusivamente por decisão do Comitê Consultivo com base na aplicação dos critérios, conforme se define a continuação em sua versão atualizada.

5.2. Critérios de avaliação de periódicos para admissão e permanência na Coleção SciELO Brasil

A seguir são descritos os critérios que são aplicados para a avaliação dos periódicos indexados na Coleção SciELO Brasil. A partir de 2015, os critérios passam a considerar também o desempenho da coleção como um todo, ou seja, a avaliação para inclusão e permanência de periódicos na coleção leva em conta a sua contribuição no desempenho do conjunto dos periódicos da área temática correspondente, que devem obedecer aos critérios mínimos estabelecidos.

5.2.1. Caráter científico

Os periódicos passíveis de indexação devem publicar predominantemente artigos originais e de revisão, entendidos como artigos de pesquisa científica e/ou ensaios relevantes para a área temática.

Os periódicos podem incluir outros tipos de documentos, como editorial, estudo ou relato de caso, tradução e resenha crítica que não serão contabilizados como artigos originais para os indicadores de avaliação.

5.2.2. Tipos de documentos

A partir de 2015, somente serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho dos periódicos da Coleção SciELO Brasil, documentos que apresentem conteúdo científico relevante.

Editorial ou apresentação de um número, quando utilizados pelos periódicos, devem apresentar conteúdo científico que justifiquem sua indexação, publicação e seguimento de desempenho, devendo incluir dados de autoria, afiliação institucional, referências bibliográficas e conteúdo que apresente potencial para receber citações. Da mesma forma somente serão aceitas resenhas de caráter crítico que apresentem novos conhecimentos além do simples resumo de uma obra.

Os seguintes tipos de documentos serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho pelo SciELO: adendo, artigo de pesquisa, artigo de revisão, carta, coleção, comentário de artigo, comunicação breve, comunicação rápida, discurso, discussão, editorial, errata, introdução, norma, relato de caso, resenha crítica de livro, resposta, retratação e retratação parcial e “outro” (quando o documento é indexado mas nenhum dos tipos anteriores se aplica). Os seguintes tipos de documentos não serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho do SciELO: anúncio, calendário, chamadas, livros recebidos, notícia, obituário, reimpressão, relatório de reunião, resumo, revisão de produto, tese, tradução. O Anexo 1 descreve cada um destes tipos de documento.

Todos os documentos, sem exceção, devem ter autoria com a afiliação completa para serem aceitos pelo SciELO como especificado no item 5.2.10.

O Comitê Consultivo SciELO Brasil poderá solicitar a opinião de pareceristas para verificar a predominância de contribuições originais.

5.2.3. Gestão editorial

A gestão editorial adotada pelos periódicos indexados no SciELO deve ser devidamente informada e deve compreender como mínimo a seguinte documentação atualizada periodicamente:

- **Sobre o periódico.** Os periódicos indexados no SciELO são descritos com a seguinte documentação mínima:
 - o Título, ISSN's, data de criação, títulos anteriores se for o caso;
 - o Nome da entidade ou entidades responsáveis legalmente;
 - o Estatuto e/ou outro documento sobre a institucionalidade;
 - o Modelo de financiamento;
 - o Missão;
 - o Cobertura temática codificada de acordo com a classificação do CNPq, identificando primeiro e segundo nível;
 - o Resumo histórico, compreendendo a origem e principais marcos no desenvolvimento do periódico, com destaque para as indexações alcançadas.
- **Instruções aos autores.** Todos os periódicos devem atualizar anualmente as Instruções aos Autores, incluindo como mínimo as seguintes características:
 - o Tipos de documentos e escopo das pesquisas passíveis de submissão;
 - o Descrição do procedimento de avaliação; e
 - o Estrutura dos textos e normas bibliográficas adotadas.

O editor-chefe deve enviar ao SciELO as instruções aos autores atualizadas. O Comitê Consultivo SciELO Brasil poderá solicitar ao editor-chefe esclarecimentos sobre as instruções aos autores e fazer recomendações para seu aperfeiçoamento.

- **Fluxo editorial.** O fluxo da gestão dos manuscritos adotado pelo periódico deve ser devidamente documentado, incluindo as etapas de processamento desde o recebimento até a decisão final e os atores envolvidos. As exceções ao fluxo regular devem ser também documentadas, como por exemplo avaliação acelerada quando as circunstâncias justifiquem. No caso de apresentação de dossiês e suplementos, as responsabilidades e o fluxo editorial devem ser especificados, seja no editorial, apresentação ou introdução ao dossiê.
- **Composição da equipe editorial.** Os periódicos adotam diferentes estruturas de gestão editorial. Entretanto, essas estruturas e seu funcionamento devem ser documentados formalmente.
 - o **Editores-chefes.** Todos os periódicos devem ter um ou mais editores-chefes definidos, com afiliação nacional ou estrangeira. Os editores-chefes são pesquisadores nacionais ou estrangeiros reconhecidos na área do periódico e sua afiliação institucional e seus currículos atualizados devem estar disponíveis online. São responsáveis pela gestão editorial e pelo desempenho final dos periódicos. As funções principais dos editores referem-se ao desenvolvimento da política editorial e avaliação de manuscritos. São responsáveis pelo cumprimento dos critérios de indexação do SciELO. Ainda no nível de coordenação editorial, periódicos podem ter vice-editores ou editores assistentes.
 - o **Corpo de editores associados ou de seção.** A gestão editorial deve contar com um ou mais grupos definidos de editores que colaboram ativamente e sistematicamente com o editor-chefe na gestão do fluxo de avaliação de manuscritos, com ênfase na seleção e interação com os pareceristas e autores. Em geral, estes editores são agrupados sob a denominação de editores associados ou editores de seção, são parte formal da equipe editorial e contribuem sistematicamente na avaliação de manuscritos. São considerados editores *ad hoc* quando colaboram na avaliação esporádica de manuscritos, após solicitação do editor-chefe ou mesmo de um editor associado. Uma opção para destacar o trabalho do editor associado é publicar o seu nome no início do artigo.

Os editores (associados ou de seção ou outra denominação) são pesquisadores com afiliação nacional ou estrangeira, reconhecidos na área sob sua responsabilidade e seus currículos atualizados devem estar disponíveis online.

Quando cientistas ou personalidades são referenciados por motivo honorário ou para agregar prestígio ao periódico sem entretanto participar ativamente na gestão editorial, os nomes devem ser listados separadamente sob denominação correspondente que evidencie que não atuam como editores na gestão dos manuscritos.

Os periódicos indexados pelo SciELO devem maximizar a internacionalização do corpo de editores. A partir de janeiro de 2016, os periódicos indexados no SciELO devem atender às porcentagens mínimas esperadas e recomendadas de editores associados ativos com afiliação institucional no exterior, segundo a área temática e para a coleção toda, conforme a distribuição da **Tabela 1**.

Tabela 1. Porcentagem de editores associados com afiliação estrangeira por área temática

Área temática	Porcentagem de editores associados ativos com afiliação estrangeira	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	20%	30%
Biológicas	25%	50%
Engenharias	25%	50%
Exatas e da Terra	25%	50%
Humanas	15%	25%
Linguística, Letras e Artes	15%	25%
Saúde	20%	30%
Sociais Aplicadas	15%	25%
SciELO Brasil	20%	35%

Esta tabela de controle não se aplica aos periódicos com baixo número de manuscritos e cujo editor-chefe centraliza a responsabilidade pela seleção dos pareceristas e do acompanhamento dos processos de avaliação.

- o **Conselho Editorial.** Quando existe, tem a função de assessorar a instituição responsável pelo periódico, o editor-chefe e os editores associados, avaliar o desempenho do periódico e elaborar recomendações para o seu aperfeiçoamento. Os membros do conselho editorial devem ser cientistas reconhecidos na área do periódico com afiliação institucional no Brasil ou no exterior. Os editores associados ou de seção são parte integrante do conselho editorial ou devem participar das suas reuniões. O conselho editorial deve reunir-se periodicamente, de forma presencial ou online.

A composição da equipe editorial e suas atividades no processo de arbitragem dos manuscritos deverão ser registradas no sistema de gestão de manuscritos adotado pelo periódico, como se indica na próxima seção.

5.2.4. Avaliação de manuscritos

A avaliação dos manuscritos submetidos a um periódico indexado pelo SciELO ou dos manuscritos encomendados por seus editores deve ser realizada por meio de um ou mais editores e pareceristas, cujas recomendações apoiam os editores nas decisões de aprovação ou rejeição de manuscritos. O editor-chefe ou o editor de seção correspondente é o responsável final pelas decisões, segundo o fluxo de processamento adotado pelo periódico.

Os periódicos podem adotar diferentes processos de avaliação e denominação das instâncias responsáveis que conduzem à aprovação ou rejeição de manuscritos. Entretanto, o procedimento adotado deve ser especificado formalmente nas instruções aos autores. O processo de arbitragem deve ser transparente e documentado. O autor deve ter sempre acesso ao estado de avanço da avaliação e os periódicos devem assegurar aos autores a possibilidade de recorrer das decisões editoriais.

É obrigatória a indicação nos artigos publicados das principais datas do processo de arbitragem, compreendendo pelo menos as datas de recebimento e de aprovação.

Todos os periódicos SciELO devem até o final de 2015 operar com apoio de um sistema de gestão online de manuscritos, visando maximizar a eficiência do processo de avaliação, minimizar o tempo entre a submissão e o parecer final, permitir que as partes envolvidas acompanhem o processo de avaliação e dispor de registros e estatísticas de controle do fluxo de gestão dos manuscritos, acesso a um sistema ou serviço de controle de plágio e acesso a um sistema ou serviço de cobrança de taxa de publicação por artigo aprovado (Article Processing Charge) quando utilizado pelo periódico. Assim, os sistemas devem atender as seguintes características mínimas:

- Registrar o processo de avaliação dos manuscritos com ênfase nas recomendações dos editores e dos pareceristas;
- Possibilitar que o autor acompanhe online a evolução da avaliação do manuscrito, a partir da sua submissão, com indicação das datas de início e fim de cada uma das etapas do processo de avaliação;
- Interoperar com sistemas de cobrança de taxas de publicação de artigos para os periódicos que adotam esta opção;
Fornecer estatísticas do processo de avaliação, compreendendo, entre outras, o número dos manuscritos que foram recebidos, dos rejeitados na primeira avaliação pelo editor-chefe ou associado, dos enviados para editores associados (ou de seção) quando for o caso, dos enviados para pareceristas e do resultado final de aprovados e rejeitados. As estatísticas sobre os manuscritos devem ser controladas pela origem geográfica e institucional dos autores, idioma e área ou áreas temáticas;
- Fornecer estatísticas da duração das etapas de processamento dos manuscritos entre o recebimento e a primeira avaliação, as interações entre o editor, editores associados (ou de seção) e os autores até o parecer final;
- Fornecer número de manuscritos gerenciados pelos editores e pareceristas, incluindo afiliação institucional e país de origem.

Estas estatísticas farão parte do relatório anual de desempenho dos periódicos e serão utilizadas pelo Comitê Consultivo como uma das fontes de avaliação do desempenho do periódico. O comitê poderá solicitar ao editor esclarecimento sobre o procedimento de revisão por pares adotado pelo periódico.

O tempo médio de processamento dos manuscritos deve ser de até 6 (seis) meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e de decisão final quanto à publicação, e de até 12 (doze) meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e publicação do manuscrito. Entretanto, recomenda-se um ciclo total médio de 6 (seis) meses considerando a tendência internacional.

A submissão de manuscritos deve operar de forma contínua, ou seja, os periódicos indexados no SciELO não devem suspender a recepção de manuscritos em nenhum período por nenhuma razão. O SciELO poderá assistir os periódicos ou indicar consultores para promover o aperfeiçoamento dos processos de gestão de manuscritos de modo a evitar a retirada do periódico da coleção.

Para a revisão dos manuscritos, os pareceristas são pesquisadores nacionais e estrangeiros (preferencialmente com abrangência em todos os continentes) e reconhecidos nas áreas dos periódicos que colaboram e, especialmente do assunto dos manuscritos que avaliam. Os periódicos indexados pelo SciELO devem maximizar a participação de pareceristas afiliados a instituições do exterior. A partir de 2016, a **Tabela 2** será considerada como referência para avaliar o número de pareceristas que arbitram pelo menos um manuscrito com afiliação estrangeira. A tabela estabelece as

porcentagens anuais mínimas esperadas e as recomendadas que os periódicos devem obedecer, segundo a sua área temática e para a coleção como um todo.

Tabela 2. Porcentagem mínima de pareceristas com afiliação institucional no exterior por área temática

Área temática	Porcentagem de pareceristas ativos com afiliação estrangeira	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	25%	30%
Biológicas	30%	40%
Engenharias	30%	40%
Exatas e da Terra	30%	40%
Humanas	20%	25%
Linguística, Letras e Artes	20%	25%
Saúde	25%	30%
Sociais Aplicadas	20%	25%
SciELO Brasil	25%	35%

5.2.5. Fluxo de produção editorial

A periodicidade e o número de artigos publicados por ano são indicadores do fluxo da produção editorial do periódico e da produção científica da área temática que cobre. Os valores de referência requeridos pela indexação no SciELO dependem da área temática na qual o periódico é classificado. É também um indicador relacionado com a oportunidade e velocidade da comunicação.

A **Tabela 3** indica, para cada grande área temática, os valores mínimos esperados e recomendados para a periodicidade e número de artigos publicados por ano, a partir de 2015.

Para os periódicos que publicam os números conforme uma determinada periodicidade, a publicação dos artigos em modalidade avançada ou *ahead of print*, ou seja, tão logo os manuscritos aprovados sejam editados para publicação, é considerada uma prática altamente recomendada.

Para os periódicos de publicação contínua, ou seja, que publicam os artigos à medida que a sua edição esteja finalizada, a avaliação do fluxo de produção será realizada considerando a distribuição da publicação dos artigos ao longo do ano. A soma dos artigos deverá obedecer aos valores mínimos e recomendados, correspondente à sua área temática.

Tabela 3. Fluxo de produção editorial segundo periodicidade e número de artigos mínimo recomendado por ano e área temática

Área temática	Periodicidade		Número de artigos	
	Mínima	Recomendada	Mínimo	Recomendado
Agrárias	Trimestral	Bimestral	60	75
Biológicas	Trimestral	Bimestral	65	85
Engenharias	Trimestral	Bimestral	48	60
Exatas e da Terra	Trimestral	Bimestral	45	55
Humanas	Quadrimestral	Trimestral	25	35
Linguística, Letras e Artes	Quadrimestral	Trimestral	20	25
Saúde	Trimestral	Bimestral	60	80
Sociais Aplicadas	Quadrimestral	Trimestral	25	35

5.2.6. Tempo de existência para admissão

O periódico deve ter, pelo menos, 4 (quatro) números publicados ou equivalente para ser considerado no processo de avaliação da Coleção SciELO Brasil.

5.2.7. Pontualidade para admissão

A publicação deve ser pontual, de acordo com a respectiva periodicidade. Periódicos que apresentem dois ou mais fascículos em atraso não serão considerados no processo de avaliação da Coleção SciELO Brasil.

5.2.8. Idioma dos títulos, resumos, palavras-chave e texto

Os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma original do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não for o idioma original.

Os textos dos periódicos da coleção SciELO Brasil podem ser publicados em qualquer idioma, com ênfase no português e inglês. O modelo SciELO permite a publicação simultânea em dois ou mais idiomas. Os periódicos SciELO devem maximizar o número de artigos originais e de revisão no idioma inglês de acordo com sua área temática e orientação principal.

A **Tabela 4** detalha as porcentagens anuais mínimas esperadas e recomendadas de artigos originais e de revisão no idioma inglês que os periódicos SciELO devem obedecer integralmente por área temática e para a coleção toda a partir do ano 2016.

Tabela 4. Porcentagem mínima de artigos no idioma inglês por área temática

Área temática	Porcentagem de artigos originais e de revisão em inglês	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	50%	75%
Biológicas	85%	85%
Engenharias	70%	85%
Exatas e da Terra	70%	85%
Humanas	25%	30%
Linguística, Letras e Artes	20%	30%
Saúde	80%	80%
Sociais Aplicadas	25%	30%
SciELO Brasil	60%	75%

O uso apropriado do idioma, a qualidade das traduções e o uso de lista controlada de palavras-chave são considerados na avaliação.

O uso de resumos estruturados segundo as seções dos artigos é recomendado para periódicos de determinadas áreas temáticas. O Comitê Consultivo do SciELO determinará que periódicos devem, segundo a prática internacional, utilizar preferencialmente resumos estruturados.

5.2.9. Afiliação de autores

Todos os artigos originais, de revisão e outros tipos de documentos, sem exceção, devem conter a especificação completa das instâncias a qual estão afiliados cada um dos autores. Cada instância é identificada por nomes de até três níveis hierárquicos institucionais ou programáticos e pela cidade, estado e país em que está localizada. Quando um autor é afiliado a mais de uma instância, cada afiliação deve ser identificada separadamente. Quando dois ou mais autores estão afiliados à mesma instância, a identificação da instância é feita uma única vez.

As instâncias acadêmicas são as mais comuns de afiliação dos autores-pesquisadores. Uma estrutura típica de afiliação acadêmica são as que combinam departamento-faculdade-universidade, programa de pós graduação-faculdade-universidade, instituto de pesquisa-universidade, hospital-faculdade de medicina-universidade, etc. São comuns também institutos, empresas ou fundações públicas ou privadas, relacionadas com pesquisa e desenvolvimento. Ocorrem também instâncias que desenvolvem ou participam de pesquisa que são órgãos de governo, ligados a ministérios, secretarias estaduais ou municipais. Outros autores são ainda afiliados a empresas nacionais e multinacionais. Muitos autores são afiliados a instâncias programáticas ou envolvendo comunidades de pesquisadores ou profissionais que funcionam em torno de um programa, projeto ou rede e podem ter vida limitada.

A apresentação da afiliação deve guardar uniformidade em todos os documentos e recomenda-se o seguinte formato:

- A identificação das afiliações deve vir agrupada, logo abaixo dos nomes dos autores, em linhas distintas;
- A identificação das instâncias deve, sempre que aplicável, indicar as unidades hierárquicas correspondentes. Recomenda-se que as unidades hierárquicas sejam apresentadas em ordem decrescente, por exemplo, universidade, faculdade e departamento;
- Em nenhum caso as afiliações devem vir acompanhadas das titulações ou mini currículos dos autores;

- O endereço de correspondência do autor deve ser apresentado separadamente e pode vir no final do artigo;
- Os nomes das instituições e programas deverão ser apresentados preferencialmente por extenso e na língua original da instituição ou na versão em inglês quando a escrita não é latina.
- Recomenda-se que, no processo de submissão, seja registrado o número ORCID de cada um dos autores.

Periódicos endógenos, ou seja, que publicam artigos de autores cujas afiliações, em sua maior parte, são de uma única instituição ou região geográfica não serão admitidos.

Os periódicos indexados no SciELO devem maximizar a internacionalização da afiliação dos autores com base na **Tabela 5**, que apresenta as porcentagens anuais mínimas esperadas e recomendadas de autores com afiliação institucional no Exterior por área temática, que deverão ser cumpridas por áreas temáticas e para o conjunto da coleção a partir do ano de 2016.

Tabela 5. Porcentagem mínima de autores com afiliação institucional estrangeira

Área temática	Porcentagem de autores com afiliação estrangeira	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	15%	30%
Biológicas	30%	40%
Engenharias	30%	40%
Exatas e da Terra	30%	35%
Humanas	20%	25%
Linguística, Letras e Artes	20%	25%
Saúde	25%	35%
Sociais Aplicadas	20%	25%
SciELO Brasil	20%	35%

5.2.10. Citações recebidas

O periódico deverá apresentar um índice de citações recebidas de artigos de outros periódicos e de autocitações compatível com os demais periódicos da mesma área temática. Para admissão serão consideradas as citações nos índices bibliográficos *Google Metrics* e demais índices que porventura o periódico esteja indexado.

Para os periódicos já indexados, o *SciELO Citation Index* que compreende os periódicos SciELO e WoS será utilizado como índice de referência.

5.2.11. Normalização das citações e referências bibliográficas

O periódico deve especificar a norma que segue para a estruturação e apresentação dos textos e para a apresentação das citações e das referências bibliográficas, de modo que seja possível avaliar a obediência às normas indicadas.

Para as citações e referências bibliográficas recomenda-se a adoção fiel de uma das normas estabelecidas formalmente como padrão nacional e/ou internacional e mais utilizada internacionalmente na área temática do periódico. A adoção precisa da norma bibliográfica é essencial para viabilizar o processo de marcação e geração estruturada dos textos em XML.

Somente as referências listadas no final do texto em uma seção bem definida serão marcadas de modo a possibilitar sua carga nas bases de dados para inclusão nas métricas de citações. As referências bibliográficas que aparecem em notas de rodapé e não incluídas na lista de referências ao final do artigo não serão marcadas e não participarão das métricas do SciELO.

5.2.12. Política de acesso aberto

Todos os periódicos e artigos indexados no SciELO são publicados em acesso aberto na modalidade dourada, sem embargo. O Programa SciELO formaliza o acesso aberto por meio da adoção de atribuições de acesso do tipo *Creative Commons* para todos os periódicos e artigos indexados em suas coleções, preferencialmente a atribuição CC-BY. Eventualmente os periódicos podem optar pela atribuição CC-BY-NC. Os periódicos de organismos intergovernamentais adotarão a atribuição CC-BY-IGO. O periódico pode adotar uma atribuição de acesso aberto específica que seja equivalente a uma destas três licenças.

Antecedentes e documentações referentes ao *Creative Commons* podem ser obtidas nos sites www.creativecommons.org ou www.creativecommons.org.br.

5.2.13. Registro de ensaios clínicos

Os periódicos da Coleção SciELO Brasil que publicam resultados de ensaios clínicos (clinical trials) devem incluir nas instruções aos autores a recomendação para registro prévio dos ensaios publicados. Devem exigir também o respectivo número de identificação como condição para aceitação dos manuscritos.

5.2.14. Registro de material biológico de referência e de sequências de DNA

Os periódicos da Coleção SciELO Brasil que publicam resultados sobre ensaios com organismos vivos como fungos, bactérias, plantas, etc., devem incluir nas instruções aos autores a recomendação para registro e depósito prévio de material de referência (vouchers) em coleções registradas e de acesso público e exigir o respectivo número de identificação como condição para aceitação dos manuscritos.

O mesmo procedimento aplica-se em relação ao depósito de sequências de DNA em bancos de dados habilitados.

5.2.15. Disponibilização dos dados da pesquisa

A disponibilização dos dados das pesquisas utilizados nos artigos em repositórios de acesso aberto, seguindo padrões de registro que assegurem a autoria, o uso e citação dos dados assim como do artigo correspondente, é recomendável, pois contribui para a replicabilidade das pesquisas, aumenta a visibilidade e as citações das pesquisas e dos periódicos. A disponibilização dos dados passará a ser critério de avaliação a partir de 2015.

5.2.16. Digital Object Identifier (DOI) e link para os textos completos

Todos os artigos dos periódicos SciELO devem ter o respectivo DOI registrado na base de dados da agência CrossRef. O DOI pode ser obtido pelo SciELO ou pelo periódico.

Quando o periódico obtém o DOI este deve ser especificado no texto em XML enviado ao SciELO.

O registro do DOI no CrossRef deve conter obrigatoriamente um link para o texto completo do SciELO independente de outros pontos de acesso.

Textos completos em XML

5.2.17. Textos completos em XML

Todos os periódicos SciELO deve ter os artigos dos textos completos estruturados em XML segundo o SciELO Publishing Schema que é adaptado da norma ANSI/NISO Z39.96-2012: Journal Article Tag Suite (JATS). O arquivo XML dos diferentes tipos de documentos enviado ao SciELO deve vir acompanhado das imagens em alta definição e do arquivo PDF correspondente, e, sempre que possível, do arquivo no formato ePUB. Quando o artigo é multilíngue o arquivo XML deve conter todas as versões.

Os arquivos dos artigos em XML e as respectivas imagens são considerados a fonte original dos artigos para referência e preservação.

5.2.18. Marketing e divulgação

Os periódicos indexados no SciELO devem contar, a partir de julho de 2015, com um plano operacional de marketing e divulgação, exigindo-se como mínimo, por um lado, a gestão de uma lista atualizada de pesquisadores potenciais, autores e usuários nacionais e internacionais, potenciais leitores, assim como de instituições relacionadas e, por outro lado, a produção de *press releases* de cada novo número ou de novos artigos selecionados. Os *press releases* deverão ser também compartilhados com o SciELO e publicados no seu portal.

A partir de julho de 2015 é esperado que os periódicos disseminem as novas pesquisas nas redes sociais mais pertinentes, utilizando o Twitter, o Facebook e/ou outros sistemas. Devem também desenvolver mecanismos que fomentem a presença nos sistemas orientados a gestão de informação e comunicação de pesquisadores, como são o Academia.edu, Mendeley, ResearchGate, etc. Os periódicos podem fazer uso de instâncias próprias ou coletivas, incluindo as que o SciELO opera nas redes sociais, como o Blog SciELO em Perspectiva.

5.2.19. Erratas e retratações

Os editores-chefes devem enviar ao SciELO a comunicação de erratas, tão logo elas sejam emitidas para atualização dos artigos na Coleção SciELO Brasil. Quando um artigo é retratado, o editor-chefe do periódico deve enviar carta ao SciELO, indicando os motivos da retratação e seguir os procedimentos do guia para publicação de retratação, manifestação de preocupação e errata de artigos publicados pelo SciELO (<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=53>).

5.2.20. Responsabilidades sobre os conteúdos publicados

A responsabilidade pelo conteúdo dos periódicos é dos autores e dos editores, conforme acordos estabelecidos entre as partes. O Programa SciELO não assume nenhuma responsabilidade legal relacionada com os conteúdos publicados pelos periódicos. Qualquer demanda recebida será repassada para o editor-chefe do periódico correspondente. Entretanto, o SciELO poderá assessorar o periódico sobre como proceder frente a demandas legais.

5.2.21. Declaração da contribuição de autores e colaboradores

A autoria atribui crédito e implica em responsabilidade pelo conteúdo publicado. Os periódicos SciELO devem apresentar uma política para registro de contribuição de autores e colaboradores, expressa nas instruções aos autores, com utilização de dois critérios mínimos de autoria:

- a. Participar ativamente da discussão dos resultados;
- b. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

5.3. Procedimentos do processo de avaliação para admissão

Para ser incluído e permanecer na Coleção SciELO Brasil, o periódico deve aceitar e seguir os critérios para admissão e permanência na coleção.

O processo de admissão inicia-se com a submissão voluntária de pedido de avaliação por parte do editor-chefe do periódico, por meio de uma carta dirigida ao Comitê Consultivo justificando a submissão, acompanhada de documentação especificada no site da Coleção SciELO Brasil, na seção Procedimentos para Inclusão de Periódicos na Coleção SciELO Brasil <http://www.scielo.br/avaliacao/inclusao_pt.htm>. A documentação mínima requerida é a seguinte:

- a. Exemplares dos 3 (três) últimos fascículos publicados ou, no caso de periódicos online, a URL do site dos periódicos e a URL dos 3 (três) últimos números publicados;
- b. Formulário utilizado pelo periódico no processo de análise e aprovação dos manuscritos; e
- c. Formulário de avaliação <http://www.scielo.br/avaliacao/formulario_avaliacao.xls> preenchido com os dados do periódico.

Com a documentação reunida, o processo segue as etapas de avaliação sobre o cumprimento das condições formais exigidas: a pré-avaliação de escopo e formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica (endogenia) da gestão editorial e da autoria dos artigos, avaliação de mérito científico por pares e a avaliação final do Comitê Consultivo.

Todas as decisões relativas ao ingresso e permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil são tomadas exclusivamente pelo Comitê.

5.3.1. Pré-avaliação de escopo, arbitragem por pares, tempo de existência e pontualidade

A adequação dos periódicos quanto aos quesitos Escopo (item 4), Arbitragem por pares (item 5.2.2), Tempo de existência (item 5.2.5) e Pontualidade (item 5.2.6) é necessária como condição inicial para sua inclusão no processo de avaliação para indexação na Coleção SciELO Brasil.

5.3.2. Avaliação de formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica

São analisadas as características de apresentação, estrutura e normalização do periódico, cujos textos devem ser passíveis de serem marcados de acordo com o *SciELO Publishing Schema* (item 5.2.16) assim como aspectos relacionados à representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica dos membros do corpo editorial, dos pareceristas e dos autores dos artigos dos 3 (três) últimos fascículos publicados.

A avaliação de formato compreende uma análise de um conjunto de características baseadas nas normas internacionais de edição de periódicos científicos. Compreende também a verificação inicial da quantidade mínima de artigos publicados por ano (item 5.2.4). Os periódicos que não atenderem a estes quesitos não serão encaminhados para avaliação de conteúdo por pares, exceto por decisão específica do Comitê Consultivo.

A avaliação do corpo de editores associados, editores *ad hoc*, pareceristas e autores dos últimos 3 (três) fascículos publicados leva em conta a representatividade nas respectivas comunidades assim como a distribuição institucional e geográfica das suas afiliações institucionais. A concentração institucional ou geográfica é considerada como limitante para a admissão do periódico na coleção, enquanto a internacionalização do corpo de editores, pareceristas e autores é considerada um indicador positivo.

5.3.3. Avaliação de mérito científico por pares

Os periódicos que atenderem à quantidade e predominância de artigos originais serão avaliados quanto a seu conteúdo, com base em avaliações de, pelo menos, 2 (dois) pesquisadores da área do periódico, cujos pareceres deverão abordar as seguintes características:

- Caráter científico e qualidade dos artigos do periódico;
- Importância e contribuição do periódico para o desenvolvimento da área e para o desenvolvimento da Coleção SciELO Brasil;
- Representatividade científica e abrangência institucional e geográfica do corpo de editores e pareceristas; e

- Processo de arbitragem por pares.

5.3.4. Avaliação da admissão de periódicos pelo Comitê Consultivo

São submetidos à apreciação dos membros do Comitê Consultivo:

- a. Periódicos reprovados na avaliação inicial de formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica para consideração sobre continuidade ou não do processo para a etapa seguinte de avaliação de mérito científico. As exceções são, em geral, decididas por unanimidade; e
- b. Periódicos que já passaram pela revisão dos pares e que reúnem toda a documentação necessária, para decisão final quanto à inclusão ou não na Coleção SciELO Brasil.

A análise é precedida por uma apresentação sobre o periódico pelo membro do Comitê Consultivo representante da respectiva área temática. As decisões são tomadas preferencialmente por consenso de acordo com as seguintes opções:

- a. Aprovar o ingresso imediato sem restrições;
- b. Aprovar o ingresso imediato com restrições e condicionado ao compromisso do editor-chefe de que cumprirá as recomendações do Comitê Consultivo no tempo estabelecido;
- c. Aprovar sob condição com ingresso após a implantação das recomendações do Comitê Consultivo;
- d. Denegar o ingresso; e
- e. Adiar a decisão pendente de solicitação de esclarecimentos adicionais.

Todas as decisões são fundamentadas nos relatórios internos do Comitê e comunicadas individualmente a cada um dos editores-chefes dos periódicos analisados. Os periódicos aprovados são informados publicamente nos Resultados das Reuniões do Comitê Consultivo, publicados no website da Coleção SciELO Brasil (http://www.scielo.br/avaliacao/avaliacao_pt.htm).

5.4. Avaliação de conjuntos de periódicos por área temática

O Comitê Consultivo poderá decidir pela avaliação conjunta de periódicos de uma determinada área temática com o objetivo de analisar o desempenho relativo destes como suporte para a decisão de indexação na Coleção SciELO Brasil. Esta opção se aplica quando existe alta demanda de ingresso de periódicos de uma determinada disciplina ou quando se inicia a indexação de uma disciplina sem coleção núcleo já indexada.

O processo de avaliação de periódicos por área temática implementa uma Coleção SciELO de Trabalho com pelo menos 4 (quatro) números de cada título. Com base no desempenho de indicadores bibliométricos, calculados a partir da coleção de trabalho e da Coleção SciELO, o Comitê Consultivo delibera sobre a formação da coleção núcleo da área temática.

Os periódicos que eventualmente não são aprovados para ingresso na coleção núcleo poderão submeter sem restrição ou prejuízo para avaliação de ingresso na Coleção SciELO Brasil, decorridos 1 (um) ano da realização do processo.

6. Critérios de avaliação de desempenho para permanência na Coleção SciELO

A princípio, como vimos, a maioria dos indicadores descritos na seção 5 e adotados para a avaliação de periódicos para admissão na Coleção SciELO Brasil aplicam-se também na avaliação de permanência.

O cumprimento das recomendações de melhoramentos apresentadas no parecer de admissão do periódico e aceitas pelo editor-chefe é considerado também como indicador para a sua permanência na coleção.

Os critérios seguintes (itens de 6.1 a 6.4) são indicadores específicos da avaliação de desempenho utilizados para avaliar a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil.

6.1. Pontualidade no envio dos arquivos

A pontualidade de publicação online é medida pela chegada dos arquivos do número corrente na Unidade SciELO, que deve seguir pontualmente a periodicidade adotada pelo periódico.

A Unidade SciELO informa ao Comitê Consultivo a ocorrência de atrasos no envio dos arquivos.

Os periódicos que não atenderem ao critério de pontualidade são analisados pelo Comitê Consultivo SciELO Brasil e são passíveis de receber advertência ou, em caso de mais de seis meses sem publicação, o periódico será excluído da coleção.

Independente da pontualidade, recomenda-se que os periódicos adotem a publicação antecipada dos artigos tão logo sejam aprovados e editados. A publicação contínua é uma modalidade que facilita o cumprimento da pontualidade da publicação.

6.2. Indicador de uso do periódico por downloads

O uso do periódico é medido pela evolução mensal do número de downloads de artigos considerando a origem nacional ou internacional do usuário. A contagem dos downloads válidos segue a metodologia do sistema COUNTER.

Se o uso do periódico é sistematicamente baixo e/ou decrescente quando comparado a periódicos da mesma área, tomando como base um período de 3 (três) anos, a permanência do periódico na Coleção é avaliada pelo Comitê Consultivo, o qual deverá emitir parecer para que se estudem as causas e possíveis soluções ou propor a exclusão do título da Coleção.

6.3. Indicador de impacto de citações por artigo

O indicador de desempenho de cada periódico, medido com base nas citações recebidas por artigo, é avaliado, sempre que possível, em conjunto com os periódicos da mesma área.

O aumento no número de citações por artigo ou a sua estabilização em posição elevada na distribuição relativa dos periódicos da mesma área são considerados resultados de desempenho positivo e, portanto, favorecem a permanência do título na Coleção. O número de citações é mensurado no *SciELO Citation Index* considerando as citações concedidas por todos os periódicos da plataforma *Web of Science*. São também consideradas para efeitos de comparação com outros periódicos os desempenhos no *WoS*, *Scopus* e *Google Metrics*.

Na avaliação do desempenho dos periódicos a partir do número de citações recebidas por artigo, o Comitê Consultivo analisará também a porcentagem de autocitação. Elevados índices de autocitação em relação aos demais periódicos da mesma área temática são considerados prejudiciais na avaliação do periódico, e o Comitê poderá ou solicitar esclarecimentos ao editor-chefe ou emitir advertência e decidir pela exclusão do periódico da Coleção SciELO Brasil.

6.4. Indicador de influência e presença dos artigos na Web

O indicador de desempenho de cada periódico, medido com base nas referências recebidas por artigo nas redes sociais, é avaliado, sempre que possível, em conjunto com os periódicos da mesma área.

O aumento de referências por artigo ou a sua estabilização em posição elevada na distribuição relativa dos periódicos a mesma área são considerados resultados de desempenho positivo e, portanto, favorecem a permanência do título na coleção. A presença na Web e nas redes sociais é medida pelos indicadores fornecidos pela companhia *Altmetric.com*.

6.5. Indicadores de internacionalização dos periódicos

A internacionalização dos periódicos indexados pelo SciELO, incluindo a gestão dos processos editoriais, a afiliação dos autores dos artigos e o idioma de publicação, compreende um conjunto de condições e práticas que favorecem sua inserção no fluxo internacional da comunicação científica, refletindo em sua visibilidade e impacto internacional. Os periódicos devem maximizar progressivamente a sua internacionalização.

Os principais indicadores que serão utilizados para avaliar o nível de avanço da internacionalização dos periódicos indexados pelo SciELO são os seguintes, tendo em conta o conjunto dos periódicos do SciELO:

- Evolução do número de downloads originários do Brasil e do exterior, com base na metodologia do sistema COUNTER;
- Evolução da quantidade de citações por artigos, concedidas por autores estrangeiros, tendo o *SciELO Citation Index* como fonte de referência de cálculo;
- Evolução da presença nas redes sociais, tendo o índice da Altmetric.com como referência;
- Evolução da porcentagem de artigos publicados no idioma inglês;
- Evolução da porcentagem de artigos de autores com afiliação estrangeira;
- Evolução da porcentagem de artigos elaborados em colaboração internacional;
- Evolução da proporção de pesquisadores de outros países que exerçam as funções de editores-chefes, editores associados e pareceristas.

Os valores de referência utilizados na avaliação da internacionalização dos periódicos SciELO serão definidos pelo Comitê Consultivo do SciELO de acordo com a evolução do conjunto de periódicos da área temática correspondente.

6.6. Relatório anual de desempenho

Como parte do processo de avaliação de desempenho para permanência na Coleção SciELO Brasil, além dos indicadores que o SciELO pode obter automaticamente, os editores deverão encaminhar, a pedido do SciELO, um informe anual sobre os periódicos, pontuando os avanços obtidos no ano anterior em aspectos específicos, segundo formulário padrão, que coleta também sugestões dos editores para o melhoramento das funções do SciELO.

7. Parecer do processo de exclusão de títulos

No caso de apuração de resultados desfavoráveis na avaliação de desempenho, o periódico recebe uma notificação dos aspectos a serem melhorados, que deverão ser atendidos no prazo estabelecido pelo Comitê Consultivo.

A exclusão de um periódico da Coleção SciELO Brasil é efetivada após parecer do Comitê Consultivo e será comunicada publicamente nos Resultados das Reuniões do Comitê Consultivo SciELO Brasil.

A exclusão de um periódico da Coleção não afeta a disponibilidade na coleção dos números já publicados.

8. Recursos contra decisões do Comitê Consultivo

O editor-chefe do periódico poderá apresentar, a qualquer tempo, recurso contra a decisão do Comitê Consultivo nos casos de não admissão, restrições para admissão, advertências e exclusão da Coleção SciELO Brasil.

Os recursos serão examinados pelo Comitê Consultivo, que poderá tomar as seguintes decisões:

- a. Manter a decisão que motivou o recurso;
- b. Manter parte da decisão que motivou o recurso;
- c. Solicitar informação adicional ao editor-chefe;
- d. Solicitar que o periódico seja reavaliado com o apoio de especialistas na área; e
- e. Aceitar o recurso.

O parecer do Comitê Consultivo será comunicado ao editor do periódico.

9. Readmissão

Os periódicos excluídos da Coleção SciELO Brasil poderão ser readmitidos por decisão do Comitê Consultivo sempre que voltarem a cumprir os critérios de inclusão ou permanência na coleção. A readmissão será avaliada pelo Comitê Consultivo SciELO Brasil, conforme descrito nos itens 5.2 e 5.3.

A readmissão não será efetivada imediatamente após a exclusão de um título da Coleção. Para ser reavaliado, o periódico deve demonstrar que cumpre os critérios em, pelo menos, 2 (dois) números consecutivos.

10. Resultados das reuniões do Comitê Consultivo SciELO Brasil

Todas as decisões do Comitê Consultivo que alterem a composição ou política de desenvolvimento da Coleção serão comunicadas publicamente na seção “Avaliação de Periódicos da Coleção SciELO Brasil”, no site da Coleção SciELO Brasil.

Anexo 1. Tipos de documentos

Os seguintes tipos de documentos serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho do SciELO: adendo, artigo de pesquisa, artigo de revisão, carta, coleção, comentário de artigo, comunicação breve, comunicação rápida, discurso, discussão, editorial, errata, introdução, norma, relato de caso, resenha crítica de livro, resposta, retratação e retratação parcial e “outro” (quando o documento é indexado mas nenhum dos tipos anteriores se aplica) conforme a descrição seguinte:

Tipo de documento	Descrição do tipo de documento
adendo	Um trabalho publicado que agrega informação ou esclarecimento a outro trabalho (o tipo "errata" corrige um erro em um material publicado previamente).
artigo de pesquisa	Artigo comunicando uma pesquisa original (O tipo "artigo de revisão" descreve uma revisão da literatura, sumário de pesquisa, ou artigo estado da arte).
artigo de revisão	Revisão ou artigo sumário do estado da arte (O tipo "research article" descreve pesquisa original.)
carta	Carta dirigida ao periódico, tipicamente comentando um trabalho publicado
coleção	Documento que abarca conjunto de sub-artigos ou respostas. Este tipo é restrito aos documentos cujo conteúdo intelectual corresponde a "sub-artigo" ou "resposta".
comentário de artigo	Um documento cujo objeto ou foco é outro artigo ou artigos; este artigo comenta outros artigos. Este tipo de documento pode ser usado quando o editor de uma publicação convida um autor com uma opinião oposta para comentar um artigo controverso e então publica os dois artigos juntos. O tipo "editorial" que tem similaridade é reservado para comentários escritos pelo editor ou membro da equipe editorial.
comunicação breve	Comunicação curta e/ou rápida de resultados de pesquisa.

comunicação rápida	Atualização de uma pesquisa ou outros itens noticiosos.
discurso	Documento de uma fala ou apresentação oral.

discussão	Discussão convidada relacionado com um artigo específico ou um número do periódico.
editorial	Peça de opinião, declaração política ou comentário geral escrito tipicamente por membro da equipe editorial. (O tipo "comentário de artigo" é reservado para comentário a um artigo ou artigos específicos, que é escrito por um autor com um ponto de vista contrastante, que não é o editor ou membro da equipe editorial).
errata	Modificação ou correção de material publicado previamente. Em inglês é chamado também de " <i>correction</i> ". (O tipo "adendo" aplica-se apenas para material adicionado à um material publicado previamente).
introdução	Introdução a uma publicação, ou a uma série de artigos dentro de um número de uma publicação, etc., tipicamente para uma seção ou número especial.
norma	Documento de um guia ou diretriz estabelecida por uma autoridade biomédica ou de outra área como um comitê, sociedade, ou agência do governo.
outro	Quando não se aplica nenhum dos tipos de documentos descritos.
relato de caso	Estudo de caso, relato de caso, ou outra descrição de um caso.
resenha crítica de livro	Resenha ou análise de um ou mais livros impressos ou online. (O tipo "revisão de produto" é usado para análise de produtos).
resposta	Resposta a uma carta ou comentário, tipicamente pelo autor original comentando sobre comentários.
retratação	Retratação ou negação de um de material publicado previamente.
retratação parcial	Retratação ou negação de parte ou partes de material publicado previamente.

Os seguintes tipos de documentos não serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho do SciELO: anúncio, calendário, chamadas, livros recebidos, notícia, obituário, reimpressão, relatório de reunião, resumo, revisão de produto, tese e tradução, conforma e a descrição seguinte:

Tipo de documento	Descrição do tipo de documento
anúncio	Material anunciado no periódico (pode ou não estar diretamente relacionado com o periódico).
calendário	Lista de eventos.
chamadas	Sumário ou chamada de itens do número corrente do periódico.
livros recebidos	Notificação que itens, como livros ou outros trabalhos, foram recebidos pelo periódico para análise ou consideração.
notícia	Notícia, normalmente atual mas, atipicamente, histórica.
obituário	Anúncio do falecimento ou elogio a um colega falecido recentemente.
reimpressão	Reimpressão de um documento publicado previamente.
relatório de reunião	Relatório de uma conferência, simpósio ou reunião.
resumo	O documento propriamente dito é um resumo (de um <i>paper</i> ou apresentação) que normalmente foi apresentado ou publicado separadamente
revisão de produto	Descrição, análise ou revisão de um produto ou serviço, como por exemplo, um pacote de software (O tipo "resenha de livro" é usado para a análise de livros).
tese	Tese ou dissertação escrita como parte da finalização de um curso.
tradução	Tradução de um artigo original escrito em outro idioma.

ANEXO B – Código ético da revista *Varia Historia*

Varia Historia se compromete a estabelecer e a defender parâmetros de comportamento ético em todos os estágios do processo de publicação de artigos.

O corpo editorial da revista possui, em sua estrutura, um editor chefe, um conselho editorial e um conselho consultivo. Seus membros vêm de diferentes universidades de vários países, e trabalham juntos com autores e revisores anônimos a fim de garantir a qualidade e a relevância dos conteúdos publicados, assim como para alcançar padrões éticos desde a submissão até a publicação dos artigos. Abaixo, leia nossas expectativas de comportamento ético para editores, revisores anônimos e autores:

1. EXPECTATIVAS DE COMPORTAMENTO ÉTICO

São responsabilidades do Editor de *Varia Historia*:

- Assumir completa responsabilidade e autoridade para rejeitar/aceitar artigos, baseando-se unicamente na sua importância, originalidade, clareza, relevância, e propriedade em relação à missão da revista.
- Dialogar, com os membros dos conselhos Editorial e Consultivo, a respeito das políticas editoriais, desafios e objetivos, buscando um verdadeiro esforço coletivo para incrementar a qualidade da revista.
- Esforçar-se para atender às necessidades de leitores e autores, em ações constantes para: a) melhorar a revista b) garantir a qualidade do material publicado c) manter a integridade do acervo e a memória da revista d) publicar correções, clarificações, retratações e pedidos de desculpas, se necessários.
- Agir de forma balanceada, transparente e justa ao exercer suas tarefas, sem discriminar nenhum autor por gênero, orientação sexual, religião ou crenças políticas, origem étnica ou geográfica.
- Garantir mecanismos de confidencialidade a todos os processos de submissão, enviando artigos sem qualquer identificação do autor aos revisores que, por sua vez, terão seu anonimato preservado.
- Conduzir submissões de números especiais da mesma maneira que qualquer outra submissão, sendo que os artigos serão considerados e aceitos somente por seu mérito acadêmico, a salvo de qualquer influência pessoal.
- Publicar normas para os autores, estabelecendo detalhes do que é esperado para suas submissões, na *homepage* da revista. Essas normas são regularmente atualizadas para autores, e devem informar os vários estágios dos procedimentos de avaliação.
- Agir em caso de suspeita de má conduta, seja em artigos no prelo ou já publicados, seguindo as orientações da COPE (Committee on Publication Ethics), dando aos autores ampla oportunidade de responder a denúncias. Todas as denúncias são investigadas, não importa quando o artigo tenha sido aprovado. A documentação relativa à denúncia permanece sob a guarda da revista.

São responsabilidades dos autores de *Varia Historia*:

- Assinar um termo de compromisso, afirmando que o manuscrito é de sua autoria. Direitos de propriedade intelectual de terceiros devem ser respeitados. Enviar permissões para o uso, reprodução e publicação de gráficos, mapas, diagramas, fotografias, etc. Cada autor que assina o artigo deve ter contribuído significativamente para sua realização.
- Seguir as normas da revista na apresentação de artigos, disponíveis em: <http://www.variahistoria.org/instrues>
- Providenciar uma lista de referências bibliográficas ao final do artigo, e indicar agências financiadoras.
- Indicar a localização institucional ou privada de todos os documentos históricos citados no artigo, assim como as referências arquivistas completas.
- Garantir que o artigo (ou parte significativa) não foi publicado em nenhum outro lugar, e não está submetido ou foi aceito em nenhuma outra publicação.
- Conhecer e aceitar as regras da Creative Commons License Attribute BY.
- Enviar artigos originais, sem plágios ou autoplágios, sem dados fraudulentos, e que não configurem o que se denomina “Menor Parte Publicável”.
- Notificar, imediatamente, o editor da revista, se forem identificados erros significativos em sua publicação. Cooperar com o editor na publicação de erratas, adendos, correções, ou mesmo com a retratação do artigo, quando isso for considerado necessário.

São responsabilidades dos revisores anônimos:

- Atentar para qualquer conflito de interesse no que diz respeito à pesquisa e agências financiadoras do artigo e, se necessário, renunciar à indicação de seu serviço para aquele manuscrito.
- Rever o manuscrito objetiva e construtivamente, evitando comentários hostis ou inflamados, num tempo razoável.
- Manter a confidencialidade de qualquer informação fornecida pelo editor ou pelo autor, sem manter nenhuma cópia do manuscrito.
- Não usar as informações obtidas no processo de revisão como benefício para si próprio ou para qualquer outra pessoa ou organização, tampouco para gerar desvantagem ou desacreditar outras pessoas.
- Alertar o editor para qualquer conteúdo já publicado ou submetido que seja substancialmente similar ao que está sob sua revisão.

São responsabilidades da Pós-Graduação em História da UFMG, que publica *Varia Historia*:

- Indicar o Editor Chefe.
- Monitorar a adequação das práticas editoriais da revista.
- Oferecer condições para a manutenção da integridade dos arquivos da revista.

2. PROCEDIMENTOS NOS CASOS DE COMPORTAMENTO ANTIÉTICO

Queixas recebidas pelo jornal serão avaliadas e respondidas pelo Editor Chefe e pelo Conselho Editorial. Esses membros são responsáveis pela investigação apropriada dos problemas que surgirem. Evidências de má conduta devem ser reunidas, evitando que qualquer alegação se propague para além daqueles que se precisam realmente estar cientes das investigações, enquanto elas estiverem em curso.

Problemas menores serão resolvidos sem necessidade de consultas mais amplas. Em qualquer evento, o autor ou revisor deve ter a oportunidade de responder a qualquer acusação.

O Conselho Editorial e o coordenador da Pós-Graduação em História da UFMG são responsáveis pela investigação de eventuais denúncias contra o Editor Chefe.

Resultados possíveis da investigação de denúncias (em ordem de severidade, podendo ser aplicados separada ou conjuntamente):

Informar ou educar o autor ou revisor no caso de falta de compreensão ou não aplicação de padrões de comportamento aceitáveis.

Enviar carta, alertando acerca da má conduta, como um aviso para futuros comportamentos.

Publicar uma notícia formal detalhando a má conduta.

Enviar carta formal para o diretor do departamento ou financiador do autor ou revisor.

Publicar a retratação formal do artigo já publicado.

Relatar o evento para a organização profissional da categoria ou para a mais alta autoridade, a fim de obter mais investigações e ações.

ANEXO C – *Corpus* analisado – Editoriais de *Varia Historia* (2007 – 2016)

Editorial 01 - Dossiê: A história dos velhos mapas

Apresentação

O estudo da cartografia não pode ser desvinculado de uma dimensão histórica e simbólica, pois não existe uma linguagem cartográfica única, universal e imutável. Todo mapa é um conjunto de signos, símbolos, que só podem ser compreendidos e decodificados a partir dos elementos da própria cultura na qual ele foi formulado. Por isto, Cartografia e História es-tão indissociavelmente ligadas, pois só a segunda nos permite decodificar os signos que a primeira se utilizou. Um mapa é sempre representação do real e mantém uma íntima relação com o espaço que ele que delimita, mas não é o próprio real. Se perdem esta característica de representação, os mapas deixam de ter sua função reconhecida e se tornam ininteligíveis. Um mapa é, pois, uma expressão simbólica de uma área e, ainda que nos dias atuais as imagens de satélite sejam ferramentas essenciais para a arte cartográfica, essas imagens não deixam de ser também uma forma de representação do espaço.

Cartografar um território não é pois uma operação neutra, cuja objetividade estaria assegurada pelo uso das técnicas mais aperfeiçoadas. Um mapa é sempre uma expressão de um território, o que implica que vários filtros separam o real da coisa representada. Os mapas miniaturizam o mundo, imprimindo-lhe uma dimensão gráfica que permite, pois, inúmeras leituras. Ao longo do tempo, as técnicas de desenho, impressão e gravação variaram e seu estudo fornece inúmeras informações sobre as formas de produção, reprodução e distribuição destes documentos. Outro aspecto que o estudo da cartografia permite é a análise da formação e consolidação de um território, como ele foi compreendido e ocupado ao longo do tempo, o que só pode se desvelar ao estudioso de posse de outras ferramentas de análise pertencentes a outras ciências como a História.

Todo documento humano faz parte de um sistema de comunicação e desvendar este sistema nos ajuda a compreender como estes mapas eram lidos e compreendidos na época em que foram produzidos. Os mapas contêm uma linguagem, que é necessariamente simbólica e que deve ser decodificada para que se possa melhor compreendê-la. Porém, não existe uma linguagem cartográfica única, universal e imutável. Os mapas são, pois, como um texto e têm cada um e em seu tempo uma linguagem própria. O estudo da Cartografia Histórica engendra uma série de outros elementos, tais quais o entendimento das técnicas de medição do espaço, das noções de forma e de área que expressam, dos espaços que o mapa cobre e dos que deixa em branco ou preenche com um desenho ou uma iluminura. Tudo isto compõe a forma como o homem entende e representa o mundo e exige do historiador da cartografia um esforço interdisciplinar.

Todo mapa é um conjunto de signos ou símbolos historicamente cons-truídos. Podemos compreender os mapas produzidos no passado, como fazemos da mesma forma com os documentos outrora escritos, a partir do conhecimento dos elementos que compunham a cultura na qual eles foram formulados, ainda que não tenhamos vivido na mesma época. É aí que reside o trabalho do historiador e é aí que a Cartografia e a História se tornam indissociavelmente ligadas, pois é a partir da História que podemos mergulhar na aventura de decodificar os signos que o cartógrafo utilizou no passado, alguns intencionalmente, outros nem tanto.

Da importância da História para o estudo da Cartografia nasce o título do dossiê publicado nesse volume que, parodiando o grande historiador da cartografia do Brasil Jaime Cortesão,¹ se denomina *A História nos ve-lhos mapas*. Os quatro artigos aqui reunidos se enquadram nos estudos da História da Cartografia e assim devem ser entendidos. Mary Sponberg Pedley, em *O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante oséculo XVIII*, desvela o processo de produção cartográfica na transição para o Iluminismo, distinguindo as particularidades de cada um desses dois paí-ses. Entre tantos

assuntos, analisa o ambiente intelectual no qual se inseria a produção de mapas, o papel dos cartógrafos, das casas de edição, o estímulo oficial e o gosto dos consumidores. Em *A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755*, Matthew Edney traz luz o contexto de edição e re-edição desse famoso mapa, comumente utilizado pelos historiadores do período colonial norte-americano, chamando atenção para o fato de que um mapa pode nos informar muito mais sobre o universo cultural do seu autor e de seu público consumidor do que sobre a área representada. Mário Clemente Ferreira, em *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia* discute o processo de construção do *Mapa das Cortes*, a principal base cartográfica utilizada pelos portugueses durante as negociações do Tratado de Madrid, em 1750. A partir da desconstrução de seus elementos e identificação das fontes usadas pelo cartógrafo, o autor aponta para a intencionalidade dos erros desse mapa, viciado nas longitudes de forma a não evidenciar a extensão da colonização portuguesa em território espanhol. Jordana Dyn discute particularmente a importância dos mapas nos relatos de viagens desde o século XVI até os dias de hoje. Em *Mais calculado para enganar do que para informar: os viajantes e o mapeamento da América Central (1821-1945)* aponta para os diferentes papéis que os mapas desempenharam ao longo do tempo em relação às narrativas de viagem e apela para a necessidade de autonomia a do estudo desses elementos cartográficos.

1 CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971. 2 v.

Belo Horizonte, 2007

JÚNIA FERREIRA FURTADO

(organizadora) Dep. História/UFMG juniarf@fafich.ufmg.br

Editorial 02 - Dossiê: História das Américas

Apresentação

O presente dossiê da *Varia Historia* dedica-se à História das Américas, com artigos que tratam de diferentes temáticas, particularmente relacionadas às dimensões políticas e culturais do conhecimento histórico e, em grande parte dos textos, suas inter-relações. Os artigos, em seu conjunto, têm grande amplitude espacial e temporal: do sul da América do Sul aos Estados Unidos, dos séculos XVI ao XXI. Ao lado de textos que abordam temas mais diretamente relacionados à história de determinados países, o dossiê traz artigos que analisam as circulações e conexões político-culturais entre diferentes países e espaços sociais.

O dossiê expressa o crescimento, diversificação e aprofundamento dos estudos sobre a América Hispânica e os Estados Unidos no Brasil, além de ressaltar o intercâmbio cada vez maior com a produção historiográfica sobre o continente americano produzida em outros países das Américas e da Europa.

Esclarecemos que, em razão da diversidade temática, espacial e temporal, optamos por apresentar os artigos em ordem cronológica.

O dossiê inicia-se com o artigo de Serge Gruzinski, *Estambul y México*. O autor esteve em Belo Horizonte em junho de 2007, como pesquisador convidado pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares - IEAT, da UFMG, ocasião em que proferiu várias conferências, inclusive sobre o tema do artigo publicado nesse dossiê. O autor apresenta mais um trabalho, em sua já vasta e rica produção historiográfica, em que avança nas suas reflexões em torno das “histórias conectadas” – conforme a proposição do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. No artigo aqui incluído, o autor analisa – em uma primeira aproximação ao tema – duas fontes extremamente interessantes que conectam a Cidade do México e Istambul, entre fins do século XVI e inícios do século XVII. O autor mostra que havia um interesse recíproco entre a Nova Espanha e a Turquia, em uma época em que, *a priori*, não consideraríamos a possibilidade da existência de conexões intelectuais entre o “Novo Mundo” e o Império Otomano. O autor pretende apresentar, ao abordar suas fontes, problemas teórico-metodológicos que “surgem quando se comparam duas fontes relegadas pela historiografia tradicional”.

Víctor Mínguez analisa – em seu artigo *La ceremonia de jura en la Nueva España. Proclamaciones fernandinas en 1747 y 1808* – as cerimônias públicas de juramento de lealdade aos monarcas espanhóis na Nova Espanha, atual México. Essas celebrações marcavam a demonstração coletiva de fidelidade à dinastia governante e ao rei recentemente coroado. Ausentes fisicamente, os monarcas eram materializados simbolicamente, nos vice-reinos, através da arte. O autor mostra como imagens, palavras e sons eram combinados habilmente para conformar esses eficazes espetáculos de propaganda da monarquia espanhola nas colônias. Mínguez compara, em seu artigo, as cerimônias de jura de 1747, a Fernando VI, no apogeu da colônia, e a de 1808, a Fernando VII, no ocaso do período colonial. O autor sustenta que, apesar de celebradas em dois momentos significativamente distintos da ordem monárquica espanhola, a cerimônia de juramento manteve sua eficácia, mesmo na conjuntura de 1808, de crise aguda, “quando a situação política da monarquia espanhola era insustentável”.

O artigo de Fabiana de Souza Fredrigo, *As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX: leituras da correspondência bolivariana*, revela as contribuições do próprio Símon Bolívar na construção dos mitos em torno de sua figura. A construção do mito Bolívar começou, também, a partir dos textos escritos pelo próprio líder das guerras de independência. Nesse sentido, ganha ainda mais pertinência a análise da correspondência de Bolívar, na qual essa construção da imagem de si mesmo, para a posteridade, começou a se estabelecer. A autora analisa, em seu texto, o vasto epistolário de Simón Bolívar, produzido entre os anos de 1799 e 1830 – mais de 2800 cartas –, demonstrando os vínculos entre a escrita de cartas, a memória e a historiografia.

Stella Maris Scatena Franco dedica-se a analisar – em artigo intitulado *Gertrudis Gómez de Avellaneda entre Cuba e Espanha: relatos de viagem e ambivalências em torno da questão da identidade nacional* – os relatos de viagem da escritora Gertrudis Gómez de Avellaneda

(1814-1873), que nasceu em Cuba, mas viveu muitos anos na Espanha. O artigo mostra as ambivalências presentes no discurso de Avellaneda em relação à sua identidade nacional. Escritora de dois mundos – o cubano/antilhano e o espanhol/europeu –, Avellaneda, como revela Stella Franco, situou-se em meio ao debate na ilha de Cuba em torno da luta pela independência. A autora analisa também os debates políticos e literários em torno da sua personagem, tanto no século XIX como em reflexões mais recentes. No caso das últimas, ganham relevo as análises que procuram compreender o lugar e as possíveis peculiaridades da escrita feminina.

O artigo de Mary Junqueira, *Ciência, técnica e as expedições da marinhade guerra norte-americana, U. S. Navy, em direção à América Latina (1838-1901)*, também analisa relatos de viagem do século XIX – além de relatórios –, mas de natureza distinta daqueles analisados por Stella Franco. A partir do levantamento das expedições realizadas pela *U. S. Navy* – a marinha de guerra dos Estados Unidos – em direção à América Latina, no século XIX, a autora faz uma análise dos objetivos e significados das doze viagens realizadas pela U.S. Navy para a América Latina entre 1838 e 1901. Mary Junqueira mostra que, no período anterior à Guerra Civil, o interesse da marinha recaiu principalmente sobre a América do Sul e o Pacífico, revelando claramente o empenho norte-americano em “conhecer, mapear e apreender as possíveis possibilidades comerciais” dos territórios visitados, isso desde a década de 1830. No caso das viagens à América Central, no período posterior à Guerra Civil, o objetivo fundamental foi a busca pelo lugar mais adequado à construção do canal interoceânico, empreitada ambiciosa que foi finalmente concluída em 1914, com o término da construção do Canal do Panamá, sob estrito controle dos Estados Unidos.

A história norte-americana também é alvo do interesse de Cecília Azevedo, no artigo *Amando de olhos abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos EUA*, particularmente a trajetória de Emma Goldman – militante anarquista, pacifista e feminista nos Estados Unidos, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A autora recupera Emma Goldman, inserindo-a numa tradição de dissenso nos Estados Unidos. Cecília Azevedo contextualiza a trajetória de Goldman dentro do debate político norte-americano da sua época, além de analisar como a memória e o legado de Goldman foram recuperados na década de 1960 e em anos recentes, em meio à crescente oposição às intervenções norte-americanas no Vietnã e no Iraque, respectivamente. O debate sobre o lugar de Emma Goldman – lituana de família judia que escolheu o exílio como uma forma de livrar-se das perseguições do regime czarista – na história dos Estados Unidos relaciona-se, como mostra Cecília Azevedo, às disputas político-ideológicas em torno da identidade nacional norte-americana e de seus mitos fundacionais.

Andrés Kozel, por sua vez, dedica-se, em artigo intitulado *En torno a la desilusión argentina*, a um tema muito presente no debate intelectual argentino – principalmente na primeira metade do século XX: a discussão sobre o suposto “fracasso argentino”. O autor rediscute a bibliografia que aborda o tema e analisa obras de cinco intelectuais argentinos que endossaram a idéia do “fracasso”: Lucas Ayarragaray, Leopoldo Lugones, Benjamín Villafañe, Ezequiel Martínez Estrada y Julio Irazusta. Ao contextualizar a produção dos cinco autores, Kozel mostra como a concepção de que a Argentina havia “fracassado” foi ocupando o lugar, antes hegemônico, de uma pretensa “grandeza argentina”, denominada pelo autor de “ilusão argentina”.

O artigo de Gabriela Pellegrino Soares, *Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México*, é mais um exemplo de pesquisa que procura res-saltar as circulações culturais e as histórias conectadas. A autora analisa o impacto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) sobre a produção editorial na Argentina e no México a partir dos últimos anos da década de 1930. O enfoque recai, principalmente, sobre as contribuições de exilados espanhóis para o incremento da indústria editorial argentina e mexicana.

Os três últimos artigos abordam períodos recentes da história latino-americana. Priscila Antunes e Patricia Funes analisam os sistemas de inteligência das últimas ditaduras militares no continente, abordando, respectivamente, os casos chileno e argentino. Waldo Ansaldi, por sua vez, dedica-se a analisar a situação política argentina dos últimos anos.

Priscila Antunes, em seu artigo *O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet*, faz, inicialmente, um histórico acerca dos serviços de informação e das comunidades de inteligência no mundo ocidental para, em seguida, debruçar-se sobre o caso chileno, durante a ditadura militar chefiada pelo general Augusto Pinochet. A autora analisa a estrutura interna da comunidade de

inteligência chilena e destaca seu papel, central, nos mecanismos de controle e repressão da ditadura militar chilena (1973-1989).

O artigo de Patricia Funes, *“Ingenieros del alma”. Los informes de los Servicios de Inteligencia de la dictadura militar argentina sobre América Latina: canción popular, ensayo y ciencias sociales*, analisa os informes dos serviços de inteligência argentinos – em particular, aqueles contidos no arquivo da extinta Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPBA) – sobre a produção artística e intelectual acerca da América Latina, durante a última ditadura militar argentina (1976-1983). A autora analisa os informes dirigidos, principalmente, a controlar e censurar a produção de canções populares, ensaios e obras (livros, artigos e revistas) de cientistas sociais. Patricia Funes parte da “hipótese que o conceito ‘América Latina’ é conotado *a priori* como ‘subversivo’, ‘comunista’ e ‘revolucionário’”. Sendo assim, toda a produção cultural que se propunha a discutir e a pensar a América Latina era colocada, a princípio, sob suspeição. A autora sustenta que a força desses mecanismos repressivos contribuiu para afastar as ciências sociais argentinas da América Latina, com repercussões até o presente. E acredita que, provavelmente, algo similar teria ocorrido nos demais países da região submetidos a ditaduras militares.

As reflexões de Patricia Funes sobre o último período ditatorial na Argentina nos levam a pensar sobre a trajetória da produção intelectual brasileira sobre a América Latina. Se na década de 1960, em razão de vários fatores – entre eles, sem sombra de dúvida, o impacto político-cultural da Revolução Cubana –, foi evidente o crescimento do interesse e da produção artístico-intelectual brasileira sobre a América Latina e acerca do lugar do Brasil no continente, a forte repressão desencadeada pelo regime militar a esses artistas e intelectuais, e a censura a toda essa produção, tiveram efeitos mais duradouros do que, num primeiro olhar, poderíamos reconhecer.

Waldo Ansaldi, em seu artigo *Tanto andar a los mandobles para terminara los besuqueos. Acerca de la relegitimación de los políticos argentinos*, dedica-se a analisar a história política recente da Argentina, com ênfase nos últimos anos, a partir de dezembro de 2001. Ansaldi discute a crise de legitimação dos partidos e dos políticos argentinos em 2001 e a possível relegitimação nas eleições de 2003. O artigo é um competente exemplo de história do tempo presente e de análise de conjuntura, na interface da história com a ciência política.

Complementam o dossiê as resenhas dos livros, recentemente publicados, de autoria de Gabriela Pellegrino Soares, *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954* –por Sílvia Cezar Miskulin –, e a coletânea organizada por Marcela Croce, *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)* –por Adriane A. Vidal Costa. As obras constituem relevantes contribuições para a história cultural e intelectual da América Latina.

Esperamos ter colaborado, com esse dossiê de *Varia Historia*, para incrementar, ainda mais, o interesse pela História das Américas no Brasil e, também, para aprofundar o intercâmbio com pesquisadores de outros países. Agradecemos a todos os autores que nos brindaram com seus textos.

Belo Horizonte, inverno de 2007.

KÁTIA GERAB BAGGIO
(organizadora)
Departamento de História/UFMG
kbaggio@fafich.ufmg.br

Editorial 03 - Dossiê: História Ambiental e Cultura da Natureza

Apresentação

História ambiental e cultura da natureza. Quais relações se constituem entre tais termos? Entre história e natureza, ambiente e cultura, é possível delinear inúmeras tramas urdidas entre as sociedades humanas, o tempo histórico, a produção cultural da natureza e de suas representações, mas também as condições naturais nas quais o homem continuamente reinventa sua trajetória sobre o planeta.

Privilegiando esse campo de investigação, o volume que o leitor tem em mãos investe-se de significado duplamente especial. Em primeiro lugar, constrói-se em continuidade com dois outros organizados anteriormente. Em 2002, *História e Natureza* veiculou artigos estimulantes, assim como ocorreu em *História Ambiental (feita) na América Latina*, de 2005. *História ambiental e cultura da natureza* visa uma nova incursão à temática, inegavelmente decisiva na pauta historiográfica contemporânea. Em seu conjunto, tais dossiês formam um conjunto de vinte textos assinados por vinte e um auto-res pertencentes a diferentes instituições do Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, México e Panamá. Apresentam-se como uma trilogia que merece tornar-se bibliografia obrigatória entre os pesquisadores dedicados ao tema da história ambiental na América Latina.

Em segundo lugar, esta publicação surge no interior das atividades relativas à organização do IV Simpósio da Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA), entre os dias 28 e 30 de maio de 2008, na Universidade Federal de Minas Gerais. Desde um primeiro encontro no Chile (2003), a sistematização dos esforços em Cuba (2004), a concretização da fundação da SOLCHA em Carmona (2006) e o quarto encontro desses pesquisadores a ser realizado no Brasil, a *Varia História* tem se oferecido como um rico canal de debate e divulgação de um conhecimento histórico sob a perspectiva ambiental. Atenta às possibilidades do diálogo entre várias disciplinas, assume um caráter pioneiro nos meios acadêmicos brasileiros, incentivando o contato e a troca de conhecimentos entre os pesquisadores de diversos países que têm freqüentado nossas páginas através de seus artigos. Os três dossiês apresentam-se, indiscutivelmente, ligados à trajetória primordial dessa sociedade científica internacional e ao desenvolvimento de um campo relativamente recente do saber histórico.

El papel del derecho en el cambio material y simbólico del paisaje Colombiano, 1850-1930, de Germán Palacio, é uma análise situada na interface entre a história do direito, o estudo da questão fundiária na Colômbia e a construção histórica das paisagens. Explorando o processo de regulamentação e codificação da propriedade privada da terra, o autor ressalta as dimensões simbólicas do direito na transformação ambiental.

John Soluri, em *Consumo de massas, biodiversidade e fito melhoramento da banana de exportação, 1920 a 1980*, apresenta um quadro dinâmico do mercado de bananas e da demanda global de estoques genéticos diversificados, em franca contradição com a homogeneização crescente dos cultivos. Seu artigo evidencia relações entre agricultura, ciência, economia de mercados, e as condições sócio-ambientais no Novo Mundo.

Em *A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da história ambiental*, Mathewson e Seemann analisam uma tradição de pensamento, inaugurada por Carl Sauer, especialmente afinada à história ambiental contemporânea. Tal corrente combate o pensamento determinista, focaliza o contexto histórico-cultural das paisagens, reinterpreta características das sociedades pré-colombianas e postula a mudança das atitudes e valores das sociedades ocidentais.

Stuart McCook, em *Crônica de uma praga anunciada: epidemias agrícolas e história ambiental do café nas Américas*, realiza um estudo no qual se evidenciam as possibilidades da abordagem global e transnacional de problemas ambientais. Sem desconsiderar os vários fatores envolvidos na história ambiental do café, as pragas agrícolas apresentam-se como um ponto de vista privilegiado, envolvendo análises sobre agricultura, sociedade, ciência e economia global.

Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa, de Diogo Cabral, traz estimulante reflexão de um jovem pesquisador brasileiro sobre os caminhos abertos pelos diálogos entre a história ambiental, a história econômica (sob uma perspectiva dos atores e das redes de solidariedade social) e uma história social em que a natureza não é apenas uma paisagem geo-bio-física mas também um campo de batalha.

Dora Shellard questiona a naturalização de paisagens fronteiriças, como se nelas não houvesse a marca da interferência cultural de várias populações, legitimando sua ocupação. A partir de relatos de expedições,

Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII dirige-se a um debate contemporâneo sobre a justiça social e equilíbrio ambiental em torno das unidades de conservação e terras indígenas.

Rios e governos no estado do Paraná: pontes, 'força hidráulica' e a era das barragens (1853-1940), de Gilmar Arruda, enfoca o processo de transformações presentes nas ações governamentais, assim como nas condições tecnológicas em torno do aproveitamento econômico dos rios.

Destaca-se como estudo da construção das pontes e do surgimento da 'era das barragens', mesclando abordagens sob as perspectivas da geografia histórica e da história social dos rios.

Espindola e Wendling constroem sua análise na confluência entre a história e a agronomia, discutindo o avanço do capim-colonião sobre as terras antes cobertas pela floresta da região do médio rio Doce. Entre os fatores socioeconômicos e as características biológicas dessa gramínea de origem africana, *Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce* aborda aspectos da interação entre as atividades humanas e o mundo natural.

Enfim, *Varia Historia* apresenta, orgulhosamente, seu terceiro dossiê dedicado às relações entre a história e a natureza. Ao longo de todos os artigos, o estudo da diversidade social-histórica frente ao meio natural suscita o questionamento de vários mitos aos quais nossas sociedades têm rendido pesados tributos. Nesse sentido, nossa intenção é contribuir para despertar/alimentar uma inquietude positiva e propositiva, na qual nosso pensamento nunca se contente com respostas unívocas.

Belo Horizonte, outono 2008.

REGINA HORTA DUARTE
(organizadora)
Departamento de História/UFMG
reginahd@uai.com.br

Editorial 04 - Dossiê: História da Arte

Apresentação

O presente dossiê inserido neste número da Revista Varia História do Departamento de História da UFMG apresenta uma série de textos especializados sobre o estudo e as preocupações da história da arte, para além de inéditas reflexões sobre o objeto artístico.

Os textos aqui em questão discutem e analisam a arte sob o ponto de vista teórico-formal, mas também apresentam uma dinâmica histórico-cultural: do universo imagético ao sentido intrínseco. Como Panofsky afirmava é fulcral atravessar o quadro; é necessário passar da iconografia à iconologia, pois para este teórico a primeira não era apenas um meio, mas a compreensão global da obra de arte. É neste sentido que as pesquisas aqui escolhidas viajam desde o universo da forma, até uma acurada análise especializada do universo invisível da arte, isto é, as importantes questões culturais e históricas que possivelmente explicam um conteúdo específico.

Neste momento o principal objetivo foi o de difundir e tornar visível o universo da história da arte em suas diferentes aparições. Apresentar este universo artístico em suas mais amplas facilidades de estudo: o aspecto visível e o universo invisível, que, mesmo fora das linhas da objetiva visibilidade, está ali como ponto complementar. Mostrar as inúmeras possibilidades e o quanto esta disciplina pode apresentar conjunturas infinitas tanto para o estudioso que inicia suas pesquisas, como para o grande investigador. Foi a tentativa de propor ao estudioso da história da arte uma reflexão, uma espécie de provocação e por isso apresenta-se aqui um mundo de diversificações, de análises e de futuros estudos.

O campo aqui escolhido é bastante amplo, mas não foi nosso intuito criar uma visão panorâmica da história da arte, mas apenas mostrar as possibilidades de investigação que esta disciplina nos fornece. Nossa preocupação não foi dar um sentido linear (de pura continuidade) na organização, pois os assuntos são muitos diferentes e não apresentam continuidades específicas. Discute-se o ver a arte, seja simplesmente no seu aspecto formal, ou em suas particularidades culturais como uma aliança do conhecimento, mas nunca a partir de uma simples obrigatoriedade. Assim, apresentam-se ao leitor tanto as probabilidades imediatas do objeto em si, como ainda as análises das suas funções e do seu sentido retórico ou persuasivo.

É fundamental dizer que a história da arte não deve ficar exclusivamente presa a uma preocupação voltada para grandes problemas ou grandes soluções de atribuição de autoria. O que mais importa é saber o que representa esta ou aquela pintura, quais são seus universos e quais são as mensagens ali caracterizadas.

Com o *exercício do olhar* pode-se analisar tanto uma obra de arte antiga como outra contemporânea. Penso que está é a mensagem mais importante de todos estes artigos. Neste contexto as investigações aqui apresentadas nos mostram que a história da arte procede de problemas, por tendências e por confrontos, por encontros e desencontros e nunca por cronologia, com bem salienta o historiador de arte italiano Maurizio Fagiolo.

Outro aspecto que merece referir-se diz respeito ao conjunto de artigos aqui escolhidos. Trata-se de pesquisadores oriundos do Brasil, da Colômbia, do Canadá, da Itália, da França e de Portugal. As diferentes análises permitirão ao leitor interessado no estudo da história da arte criar diferentes comodidades para se pensar as inúmeras questões pertinentes não só ao campo da arte, mas também conectadas ao universo da história.

Da importância de refletir sobre o barroco toscano nasce o texto de Fauzia Farneti, da *Università degli Studi* de Florença. Sua pesquisa abrange estudos originais sobre o quadraturismo (pintura de falsa arquitetura) e o universo da arte setecentista barroca florentina. Trata-se de investigação pautada não só em relação a novas atribuições, como também no real entendimento da pintura perspetiva em Florença. Sua análise e metodologia mostram um estudo apurado ao pesquisador interessado na cidade de Florença não apenas como marco do Renascimento, mas também como centro difusor de um universo barroco pouco conhecido. Acreditamos que a língua original permitiria visualização melhor de seus conteúdos e conceitos, para além do fato de criar, junto com os demais uma coerência internacional.

O artigo de Paula André, professora do ISCTE de Lisboa discute os processos específicos e fundamentais no modo de ver e conceber a obra de arte. Sua pesquisa mostra que os aspectos formais

estão vivos dentro dos pintores sejam eles do presente ou do passado. As formas viajam e não se pode perder de vista o sentido de apropriação num diálogo constante entre obra e artista.

O artigo de Roberto Carvalho Magalhães, professor da *Università Internazionale dell'Arte* de Florença é impecável nesta discussão da arte e do artista, pois sua formação invade dois campos muito próximos: o da arte e o da museologia. Roberto Magalhães trata destas e de outras questões de modo dinâmico e nos faz pensar muito sobre as inúmeras questões relativas ao universo da história da arte onde estamos sempre vinculados a conceitos e a especificidades.

O estudo de Alexandra Gago da Câmara, na Universidade Aberta de Lisboa, abrange um amplo conjunto de inventários fotográficos do pesquisador Santos Simões e sua repercussão no estudo do patrimônio azulejar em Portugal. Percebe-se um universo geográfico gigantesco traduzido em inventário e que permitirá constituir categorias específicas para futuras pesquisas. Salienta-se aqui a envergadura deste trabalho sempre inovando com metodologias inéditas na possibilidade de trazer à luz diferentes interpretações ao universo dos azulejos luso-brasileiros.

O artigo de Márcia Cristina Leão Bonnet, professora de história da arte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulado *A representação do Cristo Seráfico na igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro* contempla estudos importantes sobre questões iconográficas associadas ao estudo do culto franciscano. Esta abordagem apresenta pesquisa iconográfica franciscana medieval e seu contínuo desenvolvimento até o período setecentista, alvo específico das investigações desta pesquisadora.

Outro texto que aborda importante artista baiano, chamado Vitoriano dos Anjos Figueiroa, é o artigo de Luís Alberto Freire, professor na Escola de Belas Artes da UFBA. Trata-se de um estudo minucioso de um artista que operou em Salvador, mas que em meados do século XIX inicia atividade em Campinas, São Paulo. Um texto bem construído e de grande fôlego.

As preocupações com o estudo da perspectiva como disciplina específica nas Academias Militares é o ponto fulcral do artigo de Jorge Galindo, professor na *Universidad Nacional de Colombia*. Suas preocupações voltam-se para o ensino da técnica da perspectiva junto ao universo dos engenheiros militares desde os séculos XV e XVI na Academia Real de Matemática de Barcelona.

O texto intitulado *Arquitectura, Esquema, Significado - Problemas dessemântica de la arquitectura* de Dominique Raynaud na *Université Pierre-Men-dès-France* em Grenoble diz respeito a questões concernentes a aspectos semióticos e semânticos na arquitetura. O autor afirma que a conexão de uma forma arquitetônica com o seu significado não acontece por acaso. Suas preocupações são extremamente complexas. Como exemplo o autor coloca a idéia de *ascensão* vinculada a diversas arquiteturas desde as pirâmides no Egito antigo, até as construções da atualidade. Tudo como exemplo de elevação, verificado desde a subida do faraó, ou desde a conquista da luz divina na arquitetura gótica ou mesmo o alto poder econômico dos edifícios na contemporaneidade, momento máximo de uma conquista social e presa a determinações financeiras.

Outro trabalho é o de Maria Helena Flexor, professora emérita da UFBA. Seu estudo desvenda a presença do escultor Pedro Ferreira que a autora salienta como obra muito importante, pouco estudada pela historiografia na Bahia.

Luís de Moura Sobral é professor titular no Departamento de História da Arte *Université de Montréal*. Este artigo intitulado *Uma nota sobre o ilusionismo e alegorias na pintura barroca de Salvador da Bahia* contempla uma série de pinturas expostas na igreja do antigo Colégio dos Jesuítas, como ainda analisa a pintura de falsa arquitetura no teto da Antiga Biblioteca do mesmo Colégio. Sua análise é minuciosa em relação ao português Antônio Simões Ribeiro em Salvador colocando-o como o criador da chamada "Escola Baiana de pintura"

O artigo intitulado *A história da arte na encruzilhada*, de autoria de José Alberto Gomes Machado, professor catedrático da Universidade de Évora nos brinda com questões importantes para a análise crítica da história da arte nos tempos atuais. Para além do tema em pesquisa, o autor lança uma questão polêmica e que merece destaque: *pode se falar de uma história da arte global?* Assim, José Alberto instiga o leitor a ver e a rever outras questões paralelas.

Acredito que este universo de visão e de experiências artísticas apresentadas possa constituir futuros estudos e que surjam novas preocupações em relação ao objeto artístico. As formas, o desenho, as variantes cromáticas e as questões intrínsecas dos mais diferentes formatos artísticos foram tratadas e expostas como novas possibilidades, marcando um renovado percurso que culminariam num estudo sistematizado, seja a partir da simples idéia do formato e de questões técnicas, seja em questionamentos e significados histórico-culturais completando esta infinita dimensão do estudo e das investigações da história da arte.

Não poderia deixar de manifestar o meu agradecimento aos convidados que aqui participaram e deram o seu contributo histórico na confecção deste dossiê. Agradeço ainda a antiga editora da revista, Prof.^a Júnia Furtado e a atual editora, Prof.^a Adalgisa Arantes Campos; finalmente, ao bolsista da

FAPEMIG Mateus Alves Silva, que nos ajudou com toda a disposição no remate final e na organização dos textos apresentados no dossiê.

Belo Horizonte, Dezembro de 2008.

MAGNO MORAES MELLO
(organizador do dossiê) Departamento de História/UFMG
magno@fafich.ufmg.br

Editorial 05 - Dossiê: Imagens: escravidão, mestiçagens

Apresentação

Uma imagem diz mil coisas... e apaga outras mil...! É uma constatação, que deve ser estendida, também, ao observador da imagem, que seleciona e atribui significados a ela, que a (re)constrói relacionando-a a uma miríade de elementos, fatores, condicionantes e operações cognitivas nem sempre claras para ele próprio. Assim procedendo, ele recorta e remodela historicidades e temporalidades das imagens observadas e por meio delas. Ora, esse movimento sem fim (pois é passível de ser reiniciado a qualquer momento no futuro) entre criatura, criador e observador é, aqui, nosso eixo mestre, nosso norteador de *miradas* do presente sobre imagens produzidas no passado.

Se, no geral, as imagens suscitam desconfiança quando examinadas pelo historiador (como deve ocorrer com qualquer outro testemunho examinado), em particular, a iconografia sobre a escravidão e sobre as mestiçagens provocam ainda mais receio. Como se tratam de temáticas envoltas em muitas polêmicas produzidas ao longo do tempo (algumas ainda bem vivas), com condenações e com defesas de matizes os mais distintos, essas fontes são capazes não apenas de informarem sobre realidades passadas, mesmo que através de silêncios, mas, também, de explicitarem (talvez, melhor fosse dizer escancararem...) percepções típicas de certas épocas e próprias de certos grupos. Neste caso, obviamente, incluem-se historiadores *latu sensu*, cronistas, intelectuais, políticos, cientistas, religiosos e, também, escravos, libertos e mestiços.

Neste *Dossiê*, aquela desconfiança suscitada entre os *experts* tornou-se eixo de reflexão e sua motivação. A imagem foi transformada em fonte central de nosso interesse. Elas aqui são fontes, mais que belas ilustrações, ainda que os autores não tenham atribuído a elas o mesmo grau importância. Não obstante o trato despendido, fica claro nos textos o quanto a iconografia é importante para a renovação dos estudos históricos atuais, explicitando-se sua especial potencialidade para que a renovação da historiografia sobre escravidão e sobre as mestiçagens.

Já na capa desse número da *Varia Historia*, a imagem inédita impacta, instiga e, creio, provoca as primeiras reflexões. Pelo menos, foi o que senti quando ao visitar despretensiosamente a exposição *El sueño de un imperio; la colección mexicana del duque de Montpensier*, no Archivo General de Indias, em Sevilla, em 2007. Não podia me conter de curiosidade e de estupefação ao ver os objetos expostos dentro de uma redoma de vidro e, principalmente, ao ler as informações contidas no pequeno cartão de identificação colocado ao lado deles: *Pareja de estribos del tipo llamado 'de cajón' con forma de cabeza de negro. [Brasil. Siglo XVIII]. Madera. 17 X 12 cm. Archivo General de Indias. Colección duque de Montpensier*. Nunca tinha visto algo parecido no Brasil ou em qualquer outra parte. Nem poderia sonhar que no meio de uma coleção um tanto misturada de objetos relacionados à arte de adestramento e à cavalaria poderia encontrar algo tão especial para meus temas de trabalho e de predileção. Ledo engano! Tanto é possível encontramos essas surpresas em lugares insuspeitos, quanto esses ocorridos devem ser tomados como exemplos para pensarmos sobre a importância de transitarmos por e entre acervos aparentemente distanciados de nossos interesses mais imediatos. Sobre tudo com relação às imagens, é muito importante se considerar essa última advertência.

Procurei saber, imediatamente, quem era o duque de Montpensier, como formou sua coleção, como ela veio pertencer ao *Archivo de Indias* e, principalmente, como os estribos “brasileiros” foram incorporados a ela. Sobre as três primeiras indagações, pude saber mais detalhes além das informações que constavam no pequeno folheto distribuído aos visitantes. Com relação à última, infelizmente, nada consegui. Ninguém no *Archivo de Indias* conhecia algo sobre a história da circulação de objetos tão específicos, nem sabia informar sequer sobre a existência ou não de documentação relativa à formação da coleção do duque. O que se sabe é que o acervo foi reunido a partir de 1854, por Antonio de Orleães, o duque de Montpensier, em seu palácio de Castilleja de la Cuesta, Sevilla (no qual falecera Hernán Cortés, em 1547). Esse Orleães (talvez, por aí se possa explicar a presença dos objetos brasileiros, dado o parentesco com a família real brasileira, que, aliás, se estende até hoje), inclusive, aspirou ser o imperador do México, a partir da idéia de Napoleão Bonaparte de estabelecer nesse país um império francês. Assim, a coleção se formou sob a áurea imperial bonapartista, o que ajuda a explicar a paixão do duque pela equitação e pelos objetos relativos a esse universo. A coleção foi doada ao *Archivo de Indias* em 1933, mas, por falta de espaço adequado, foi transferido para o Museo de América, em Madrid, onde permaneceram até 2006, quando voltaram ao *Archivo*.

As duas cabeças de negros são, realmente, impressionantes e são, também, muito diferentes da maioria dos estribos usados naquele tempo. Vale lembrar que estribos são objetos utilizados para os cavaleiros, mon-tados em seus cavalos, enfiarem os pés, alcançando estabilidade sobre o animal, passando a controlá-lo, também, a partir daí. Estribos de prata e, até de ouro, eram comuns. Estribos abertos e fechados, como os que aqui se apresentam, eram feitos em metal, couro e madeira. Certamente, cavaleiros os utilizavam como forma de distinção, o que explica a enorme variedade de modelos e de material usados para produzi-los. Havia estribos de uso cotidiano e específicos de algumas ocupações e ofícios, como militares, tropeiros e negociantes, transportadores, arrieiros e vigias. Existiam estribos especiais para mulheres e, também, para serem ostentados em eventos festivos, comemorações, bodas e em cortejos fúnebres. Mas, definitivamente, o par deles, sob forma de cabeça de negro, é de difícil classificação. Quem os teria mandado fazer? Em quais momentos teriam sido usados? Diante de quem? Teriam sido pensados, confeccionados e usados como símbolos de poder de algum proprietário de escravos, demonstrando seu domínio absoluto sobre seus cativos? Que tipo de impacto o uso desses estribos pode ter causado entre escravos e negros libertos? Todas são perguntas a serem respondidas. E para começar a respondê-las, creio ser importante frisar que em documentos muito propícios ao registro desse tipo de objeto, tais como testamentos e inventários *post-mortem*, eles não aparecem freqüentemente. Depois de ler milhares desses documentos, durante anos de investigação nos arquivos mineiros, nunca identifiquei nada que pudesse se parecer com os aqui apresentados. Bom, pelo menos para as Minas Gerais Setecentistas posso dizer isso, embora, novas leituras, já com essa indagação particular, possam revelar outras realidades. Embora suspeite fortemente que esses estribos possam ter sido produzidos nas Minas, dadas a quantidade enorme de escravos aí existente, a grande quantidade de artesãos que podem tê-los idealizado e a existência de peças esculpidas em madeira com feições semelhantes (ver, por exemplo, o rei mago negro – Baltazar – atribuído ao Aleijadinho, que integra o acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, e porta de oratório “afro-brasileiro” com figuras antropomorfas negras, no acervo do Museu do Oratório, Ouro Preto), nenhuma evidência leva-nos a excluir a possibilidade dos mesmos objetos terem sido manufaturados na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro ou em outra parte do Brasil, isso, fiando-nos na informação (plausível, sublinhe-se) disponibilizada pelos expositores.

Na verdade, a forma de representação de negros adotada pelo(s) escultor(es) dos estribos era já muito antiga e largamente copiada na Europa e no Novo Mundo. Não era o único padrão existente, mas um sem número de imagens esculpidas, talhadas, pintadas, desenhadas e gravadas apresentavam-nos em cor preta muito forte, com olhos muito brancos, de contornos, às vezes, avermelhado, para criar contraste, e com lábios grossos, em carmim. Esse tipo de idealização tão reproduzida, ao longo de vários séculos, reforçava, especialmente, a imagem de gente estranha, bárbara e herege, aproximando-a da natureza animalesca e selvagem, associando-a, muitas vezes, a símios; e isso, desde, pelo menos, o século XV. Era imagem associada, também, aos mouros, esse personagem de multifaces, muçulmanos negros da Maurítânia, que, ao longo do tempo, se confundiu com o Islã e se tornou sinônimo dele. Os estribos antropomorfos misturam todo esse universo de signos e de símbolos, se não em sua idealização original, pelo menos nos olhares provocados por sua singularidade e por seu ineditismo. Afinal, fontes históricas são produtos do passado e do presente no qual são observadas e indagadas. Neste sentido, assim como a História, elas são filhas do tempo – do tempo de sua elaboração, assim como dos tempos de suas leituras. As duas cabeças de negros representadas sobre madeira inspiraram, talvez, respeito e temor no passado, mas, neste Dossiê, abrem um conjunto importante de reflexões sobre o uso das imagens pelos historiadores. Sob a inspiração de ambos, esperamos que os leitores se sintam provocados a pesquisarem sobre a temática abordada, lastreando-a, cada vez mais, em fontes iconográficas.

Escravidão e mestiçagens são os outros dois eixos mestres deste Dossiê. Quanto ao primeiro, largamente estudado há séculos, limito-me a dizer que há muito a ser investigado ainda e que a iconografia é, sem dúvida, aliada importantíssima nessa empreitada, que parece não ter fim, felizmente. Já com relação às mestiçagens, são necessárias várias observações e algumas advertências.

Inicialmente, devo esclarecer que, em nossa perspectiva, mestiçagens são entendidas em suas dimensões biológicas e culturais, sem tomá-las separadamente, a não ser para, metodologicamente, privilegiar algum desses aspectos em situações especiais. Portanto, nossa perspectiva encontra-se muito distanciada do racismo científico, do eugenismo e do evolucionismo social do século XIX, freqüentemente associados, de forma indevida e até mesmo capciosa, à idéia de mestiçagem. Sobre isso, resta dizer que híbrido, semífero, misto/*mixto*, misturado, mestiço são termos que constatarem cruzamentos biológicos e culturais e têm existência muito anterior ao século XIX, sendo possível voltar, pelo menos, aos primeiros anos da era cristã e encontrar registrados alguns deles. O emprego desses termos quase sempre serviu para que certa “pureza” de origem, cultural e biológica, fosse evocada e, portanto, para que os híbridos/*íbridos* fossem devidamente identificados e (des)classificados.

O termo mestiçagem, não obstante, parece ter surgido no século XIX, muito provavelmente a partir do trato cientificista dispensado à problemática da miscigenação, sobretudo nas jovens nações americanas. É essa perspectiva que provocaria no século XX, entre certos grupos de intelectuais, um grande mal-estar, sendo combatida a partir de então. É igualmente essa perspectiva evolucionista, eugênica e racista que é evocada hoje ainda, inúmeras vezes, quando se evoca a História das Mestiçagens, como é entendida nesta apresentação. Trata-se, obviamente, de mal entendido lamentável.

É no mesmo período Oitocentista que se alteram, também, os significados antigos atribuídos ao termo híbrido (hibridismo e hibridação são variantes provavelmente inventadas no mesmo século XIX). A partir daí, eivado pela genética da época, híbrido passou a significar a mistura que não frutifica, o estéril. Essa definição foi empregada a animais e a plantas e sementes, mas, não raro, explícita e implicitamente, foi associada às mestiçagens humanas e, ainda, projetada sobre o futuro daquelas jovens nações, saídas, várias delas, de longo passado escravista e marcadas forte e indelevelmente, todas elas, pela mescla biológica e cultural. Os olhares intelectual, científico e político desses tempos condenavam passado e presente desses povos e duvidavam de sua capacidade de “civilizar-se” no futuro. Híbrido e mestiço tornaram-se, assim, sinônimo de degenerescência e de barbárie, ocupando, necessariamente, um lugar desprestigiado e perigoso na cadeia evolutiva. Os novos significados atribuídos aos termos antigos e as derivações lexicais foram muito convenientes a essa conclusão equivocada.

É claro que o uso de uma infinidade de termos que evocavam as mes-tiçagens antes do século XIX lastreou-se na necessidade de distinguir e de classificar os povos, embora não das mesmas formas empregadas no Oitocentos. Não está aí o ponto que diferencia esses momentos. São outros. Entre eles, deve-se ressaltar que o amplo conjunto terminológico existente e amplamente usado por todos os grupos sociais nem sempre foi imposto de “cima pra baixo”, mas foi, também, construído e inflexivelmente usado “embaixo”, isto é, entre os grupos mais pobres. É equívoco pensar que, por exemplo, entre escravos e forros não havia inúmeras formas de distinção, que se reconheciam como iguais e que não havia ampla aceitação e uso dos termos distintivos empregados por brancos, autoridades e senhores. Junte-se a isso que, ao longo dos séculos, o processo de hibridação foi tão acentuado nessas sociedades que muitos mestiços integravam as elites, ocupavam postos importantes e formavam (junto com muitos ex-escravos africanos, inclusive) um enorme contingente de proprietários de escravos. Portanto, até o fim do século XVIII ou início do XIX, sociedades mestiças não surgiam fadadas à degenerescência, à decadência cultural e à barbá-rie, pelo menos da mesma forma que se acreditou a partir de meados do século XIX.

Outro ponto importante de comparação entre os dois momentos refere-se aos critérios e elementos de classificação. Até meados do Oitocentos a definição das “qualidades”, isto é, pretos, negros, crioulos, pardos, mulatos, cabras, caboclos, etc..., variava enormemente, de região para região, de época para época e, também, de acordo com a visão e a conveniência dos que registravam essas práticas sociais. Não havia, portanto, qualquer intenção “científica” nessas distinções e muito dificilmente poder-se-ia hierarquizar ortodoxamente, com aceite generalizado, cada um dos “tipos” “inferiores”, mestiços e “puros”, que compunham essas sociedades americanas.

Finalmente, é necessário explicitar aqui qual é a mestiçagem da qual estamos falando. Trata-se, arbitrária e privilegiadamente, das mestiçagens ocorridas a partir do Novo Mundo e, principalmente, das elaboradas nele. Esses processos de mestiçagem experimentaram dinâmicas novas e di-mensões desconhecidas até então, produzindo novas formas, de novos ritmos, de novas cores, agentes, objetos, ritos, fomentando novas formas de viver, de pensar, de empregar os conhecimentos e de representar o mundo. As mestiçagens, a partir daí, se tornaram mais completas, mais amplas, ainda mais complexas e, também, mais intensas, mais rápidas e mais impactantes. Pela primeira vez, naturais das quatro partes do mun-do passavam a conviver, a coexistir e a se mesclar. As cidades mestiças americanas, mais que as cidades antigas, contavam com o elemento na-tivo, o “índio”, fortemente influente na re-conformação do mundo (a partir da América) e de seu próprio universo, ainda que tenha sido complexo e dinâmico antes da chegada dos primeiros conquistadores. Esse intenso processo não ocorreria sem que um enorme deslocamento populacional, planetário e sem precedentes, se desenvolvesse. Cerca de 12.000.000 de negros africanos chegaram às Américas em menos de quatrocentos anos. Outros milhões de europeus imigraram para o mesmo destino. Asiáticos, embora em menor quantidade, também compuseram o novo crisol biológi-co-cultural no qual se transformou o Novo Mundo entre os séculos XV e XVIII, ampliado fortemente nos séculos XIX e XX. São as mestiçagens produzidas a partir desse quadro às quais, privilegiadamente, nos referimos aqui. São elas que geraram, nesse período, a maior população mestiça conhecida pela humanidade até então. Embora não sejam elementos dependentes entre si, nem estejam necessariamente associados, mestiçagens e escri-vidão/trabalho compulsório estiveram intimamente ligados durante todo o

processo históricos de formação das sociedades americanas até o século XIX. Neste caso, é possível afirmar que sem a escravidão e a servidão de índios, africanos e mestiços, a miscigenação biológica e de culturas jamais teria alcançado a dimensão atingida, não teria assumido o perfil que hoje conhecemos, nem teria impactado o todo o planeta como aconteceu.

Finalmente, falemos sobre a “pureza”, o contrário “natural” da mistura. Pureza biológica, pureza cultural... ora, não é essa a nossa equação. Não falamos de mestiçagens partindo de pretensas purezas originais. Entretanto, é importante dizer que essas purezas existem! Sim, existem solidamente, claramente, comprovadamente, ainda que nas dimensões dos discursos, do imaginário e das representações são dimensões da própria realidade histórica, portanto conformam e são a própria realidade histórica! Não é recomendável olvidar-se desse aspecto importante da história, sob pena de se apartar demasiadamente dos registros do passado e mesmo do presente, além de se preparar um futuro de maneira exageradamente ide-alizada e artificial.

O *Dossiê*, desde a imagem da capa até o último ponto, pretende contribuir para o melhor conhecimento dos temas e da potencialidade dos documentos iconográficos para esse fim. Foi importante, nesse sentido, in-corporar um texto sobre a escravidão antiga, (re)vista a partir de documentos arqueológicos, pedras sepulcrais e fontes literárias, cruzadas, comparadas e postas à crítica historiográfica (Andrea Binsfeld). Impressiona como há continuidades entre a escravidão antiga e a moderna, tão distanciadas pelos historiadores de outros tempos, que podem ser evidenciadas pelos novos estudos, inclusive os que elegem a iconografia como fonte. Esses traços semelhantes aparecem, várias vezes, como que exalando das descrições documentais apresentadas pela autora, ainda que não tenha sido sua intenção primeira. Iniciar o *Dossiê* com esse texto e, logo depois, desembarcar no Novo Mundo não aparece aqui como procedimento roto. Ao contrário, essa seqüência corrobora a potencialidade do uso de fontes iconográficas, inclusive no sentido de facilitar a (re)aproximação de realidades indevidamente apartadas.

Representações e auto-representações convenientes parecem ter sido práticas muito comuns tanto entre senhores, quanto entre escravos, libertos e livres pobres, assim como entre escribas e artistas. *Mestizos* que se fazem passar por índios, índios que assumem o perfil de *criollos*, mulato que se torna índio, que não podia ser escravo (Joanne Rappaport). São muito fluidas as fronteiras entre essas “qualidades” (termo usado na época), o que deve levar o historiador a desconfiar, e muito, dos registros, assim como os cruzamentos feitos para a escravidão no mundo antigo acabou explicitando.

A fluidez das designações e das categorias de mestiçagens pode ser notada em toda a extensão continental americana e isso fica evidente nos trabalhos de Joanne Rappaport e de Maria Regina Celestino de Almeida. Como concluiu essa última autora, identidades plurais foram produzidas nessas sociedades e devem balizar o olhar do historiador de hoje, que, obviamente, não deve imobilizar um processo histórico que foi marcado justamente pelo contrário, isto é, por mobilidades em sentido amplo, inclusive identitária. Novamente, surge a fragilidade de fronteiras eventuais entre índios e mestiços, mas, também, entre “selvagens” e “civilizados”, agora corroboradas pelas célebres imagens deixadas por Jean-Baptiste Debret, igualmente alardeadas por historiografia recente e cada vez mais extensa.

Mariza de Carvalho Soares recorre às imagens produzidas por Frans Post para melhor entender o universo dos engenhos de açúcar do século XVII, na época, o “mundo” de escravos africanos e índios. Formas de trabalho e dinâmicas de mestiçagens podem ser sugadas dessas imagens do Brasil holandês e cruzadas, como fez a autora e como se deve sempre proceder, com a produção historiográfica já existente e com a documentação manuscrita e impressa disponível. Esse exercício esclareceu muito sobre o ambiente e o cenário escravistas, coloniais e já fortemente mestiçados dessa região invadida no Seiscentos.

Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva nos oferece fotografias reveladoras da “desafricanização” promovida na colônia portuguesa de Moçambique, durante os séculos XIX e XX. Os álbuns de fotografia inicialmente montados para retratar a “missão civilizacional” entre os nativos “atrasados”, mestiçados e racialmente inferiores, na visão da época, atestam a tentativa de europeizar aquele universo moçambicano, o que, obviamente, malogrou. Ana Cristina aponta no texto a potencialidade comparativa entre os retratos “europeizantes” dos moçambicanos e as imagens de negros e mestiços, menos maquiadas, produzidas no Brasil setecentista e oitocentista, o que abre espaço para estudos importantes, necessários, mas ainda não realizados.

No último texto deste *Dossiê*, Ana Lúcia Araújo aborda as representações imagéticas produzidas recentemente, a partir de um conceito inexistente no passado – *Rota dos Escravos* –, e que busca, pedagogicamente, ensinar a história do tráfico atlântico de escravos aos beninenses e aos observadores que se deparam com esses grandes monumentos plantados em Ajudá. Assim, o *Dossiê* que se iniciou com um texto sobre escravidão na Antiguidade e que passou pelas mestiçagens ocorridas em áreas coloniais escravistas e pós-escravistas, termina com uma reflexão em torno da

projeção sobre o passado de expectativas, valores e conceitos do presente, viabilizadas por imagens sob forma de esculturas e monumentos arquitetônicos.

Como de praxe, desejamos ao leitor uma excelente leitura. Mas, além disso, esperamos que ele se sinta provocado, como já foi dito antes, pela proposta do Dossiê e que se deixe seduzir pela riqueza das fontes iconográficas, assim como por sua potencialidade excepcional para se proceder a uma nova revisão da história da escravidão e das mestiçagens.

Belo Horizonte, junho de 2009.

EDUARDO FRANÇA PAIVA
(organizador) Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História-UFMG edupaiva@ufmg.br



Pareja de estribos del tipo llamado 'de cajón' con forma de cabeza de negro.
[Brasil. Siglo XVIII]. Madera. 17 X 12 cm.
ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. Colección duque de Montpensier

Editorial 06 - Dossiê: Influenza Espanhola

Apresentação

O alargamento da agenda histórica operado pelas transformações vivi-das pela disciplina da História na segunda metade do século XX e o diálogo com outras áreas – como a demografia, a antropologia, a psicologia – têm contribuído de modo significativo para a incorporação de novos temas e perspectivas de abordagem, ampliando o universo de investigação dos historiadores e transformando substancialmente o modo como investigam esses objetos. Essas mudanças foram fator fundamental para que a comunidade dos historiadores voltasse seu olhar para a experiência das sociedades em torno da saúde e das doenças. Até este período, a história das doenças e a própria história da medicina permaneceram temas marginais entre os profissionais da disciplina, tornando-se domínio praticamente exclusivo dos próprios médicos. No dizer de Charles Rosenberg, a história da medicina era uma história profissional, feita por médicos para médicos.

A partir da década de 1960, observou-se no interior da História da Medicina um crescente movimento de superação das narrativas laudatórias e progressistas e a expansão não apenas do volume de pesquisas, mas também dos objetos analisados, das fontes documentais utilizadas e das opções teóricas de abordagem. Para além da evolução das práticas e teorias, das grandes descobertas e dos personagens notáveis, os novos estudos se voltaram para a percepção dos pacientes, as atitudes sociais diante da doença e da morte, a terapêutica, as interações entre ecologia e sociedade, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, as articulações entre medicina-estado-sociedade, a profissionalização no campo da saúde, a história institucional, a construção do saber científico em torno do corpo, do ambiente, da saúde e da doença, e, especialmente, a forma de estruturação de determinados conhecimentos e campos de saber e como estes conhecimentos circulam entre pares e a sociedade de um modo geral.

1 ROSENBERG, Charles E. *Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p.2.

No domínio específico da História das Doenças, a perspectiva social construtivista contribuiu para a superação de uma concepção tradicional, pautada por uma abordagem essencialmente biológica, na qual a enfermidade é tratada como fenômeno fisiopatológico – uma entidade conceitualmente específica e ontologicamente real, conformada pela sua evidência orgânica, natural e objetiva e isenta de determinações culturais ou atributos sociais. A partir de então as doenças passaram a ser vistas como objetos historicamente situados, cuja existência ultrapassa o sentido biológico, incorporando também os sentidos particulares a elas atribuídos por indivíduos e grupos, e que são elaborados no interior de um complexo conjunto de relações socioculturais. Recorrendo mais uma vez a Rosenberg, podemos dizer que a doença é uma entidade híbrida esquivada e impalpável, um “amalgama que envolve tanto a sua natureza biológica como os sentidos que lhe são atribuídos” e, ao mesmo tempo, “um problema substantivo e um instrumento analítico”.

Entre os diversos temas inscritos no campo da História das Doenças, podemos destacar os estudos voltados para as manifestações epidêmicas. Episódios de natureza efêmera, mas intensa e arrebatadora, as epidemias têm se revelado um importante ponto de inflexão na história das sociedades, através do qual é possível examinar aspectos e dimensões variadas da vida social em uma determinada época. Inscritos na intercessão entre natureza e sociedade, os eventos epidêmicos, como as demais doenças, ultrapassam o âmbito biológico, ganhando sentido a partir do contexto humano do qual emergem, das transformações que promovem no cotidiano – seus impactos econômicos, políticos, sociais – e do modo como iluminam valores culturais de uma sociedade, aos quais dão expressão. De modo semelhante a outras experiências sociais trágicas, como a guerra, a fome ou as catástrofes naturais, as epidemias impõem aos homens dilemas comuns: a angústia e o medo da morte e o desejo de salvar-se do perigo, as imposições das necessidades de sobrevivência, o manejo de ferramentas que contribuam para entender e explicar uma experiência que escapa às estruturas lógicas e emocionais da existência comum. Além disso, também possibilitam o estudo das diversas formas de compreensão e interpretação da doença em situação epidêmica, suas formas de contágio e proliferação, os impactos nas práticas e teorias da higiene pública, as escolhas de medidas preventivas e as medidas de ordem emergencial e reparadoras.

Como sugere a historiografia, um breve exame dos estudos dedicados ao tema em épocas e contextos diferentes aponta várias similaridades

2 ROY, Porter. *Das tripas coração*. São Paulo: Record, 2004; PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*, vol. 6, n.1, 1996.

3 ROSENBERG, Charles E. e GOLDEM, Janet. *Framing disease: studies in Cultural History*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997, p.XXIII.

nas respostas sociais contra os impasses impostos pela crise epidêmica. A fuga dos lugares infectados, as críticas às autoridades, a tentativa de identificação e a estigmatização daqueles considerados como “culpados”, a polarização de preconceitos, a reafirmação de crenças e práticas rituais religiosas, a mobilização social no socorro às vítimas são aspectos componentes de uma estrutura narrativa que obedece a uma determinada ordem de exposição, conformando um padrão recorrente, ao qual Richard Evans chamou “a literatura da peste”. Como um “episódio dramático”, a narrativa epidêmica assemelha-se a um enredo que se desenvolve através de uma seqüência de atos previsíveis: a negação e seu progressivo reconhecimento; a tentativa de explicação, envolvendo elementos morais, religiosos, científicos; as ações ou respostas elaboradas para fazer frente ao mal; e a reflexão que se constrói sobre a experiência, buscando extrair lições desse acontecimento.

Consideradas como construção intelectual, as representações formuladas em torno destas experiências também adquirem vitalidade, conformando novas percepções em torno de outros eventos epidêmicos. É o que se nota em relação à descrição de Tucídides sobre a peste de Atenas ou a narrativa de Daniel Defoe sobre a peste em Londres. Um interessante exercício nesse sentido pode ser feito avaliando-se a validade e a atualidade das representações observadas em Tucídides e Defoe na abordagem de experiências mais recentes, como a AIDS, a SARS, a gripe aviária ou a presente pandemia de gripe suína.

Entretanto, apesar de todas estas recorrências, o estudo das epidemias não se resume à narração de um desastre. Essa descrição compõe apenas um dos níveis através dos quais os episódios epidêmicos podem ser analisados, havendo outras dimensões a partir das quais as epidemias podem ser abordadas pelo pesquisador. Além disso, é preciso recordar que o sentido desses eventos e suas conseqüências sociais são modulados segundo contextos que são específicos, isto é, em sociedades e tempos específicos. Essas diferentes possibilidades de abordagem e o modo como as experiências epidêmicas são conformadas por características que são próprias de determinadas sociedades são percebidos através de seis artigos presentes neste número da *Revista Varia Historia*. Estes textos compõem um *Dossiê* dedicado à terrível pandemia de influenza espanhola que assolou o mundo no ano de 1918, completando assim noventa anos. Na leitura dos artigos o leitor terá a oportunidade de observar tanto os elementos comuns como as especificidades que marcam a história deste evento epidêmico

4 EVANS, Richard. *Death in Hamburg: society and politics in the cholera years, 1830-1910*. London: Penguin Books, 1987, p.XVII.

5 ROSENBERG, Charles E. *Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine*. Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília:

6 UNB, 1987.

7 DEFOE, Daniel. *Diário do ano da peste*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

em diferentes sociedades, assim como a riqueza de problemas que podem ser perscrutados a partir de uma experiência dessa natureza. Neste ponto destaca-se uma característica dos estudos que abordam a história das ciências da saúde: os recortes bem definidos em termos temporais e espaciais, essenciais em qualquer estudo histórico, nem sempre conseguem abordar de forma satisfatória as mudanças nas formas de compreensão das doenças e das epidemias. Por um lado, faz-se necessário comparar situações, em tempos e espaços diversos, afinal o vírus circula com os movimentos de deslocamentos dos homens e acompanha as formas de vidas dos homens. Por outro lado, os modos de compreensão das doenças e suas manifestações epidêmicas produzem uma interpretação acerca do fenômeno, que se altera e se adapta ao longo do tempo e do espaço. Não se trata apenas de proteger uma região, trata-se de discutir o contágio e os impactos desta possibilidade em pleno século XX. Quanto tratamos de temas da história das ciências, com uma abordagem que privilegia as interações culturais, não se pode menosprezar a importância da circulação do conhecimento e, no caso específico da denominada gripe espanhola, da circulação do vírus.

O artigo de José Manuel Sobral, Maria Luisa Lima, Paulo Silveira e Souza e Paula Castro revela os impactos da pandemia de influenza em Portugal, país ainda eminentemente rural e marcado pelos conflitos políticos e ideológicos em torno da organização da recente República (proclamada no ano de 1910), e em particular pelo governo de Sidónio Pais, responsável pelo golpe militar que instituiu um governo conservador e autoritário a partir de 1917. Os autores abordam aspectos apresentados como estruturais – as carências sanitárias, econômicas e no campo da própria medicina portuguesa – e conjunturais – a crise econômica e social aprofundada pelo tempo de guerra e pelos conflitos políticos internos – para discutir os impactos e as respostas da sociedade portuguesa aos impasses impostos pela pandemia. Traçam uma ampla perspectiva da organização dos serviços de saúde, enfatizando que, apesar de ser possível observar alguns avanços na formação profissional e na estruturação da assistência, estes serviços estiveram concentrados em grandes cidades, como Lisboa e Porto. Associando estes dados àqueles relativos à mortalidade atribuída à influenza, revelam como o flagelo da doença foi mais evidente nas regiões carentes de controle administrativo e de poder econômico. As instruções recomendadas pelas autoridades sanitárias portuguesas para administrar a situação imposta pela moléstia não diferem do que se tem observado em outros países: o mapeamento da expansão da doença através da notificação; a reafirmação dos meios de profilaxia individual e normas de higiene

8 PYENSON, Lewis. Comparative history of Science. *History of Science*, v.XL, p.1-33, 2002.

geral, na ausência de uma profilaxia específica para a moléstia; a criação de hospitais provisórios e o recrutamento de profissionais e estudantes de medicina no atendimento à população; o engajamento social e a mobilização de recursos em torno da assistência aos pobres. Corroborando a perspectiva de que a crise epidêmica ultrapassa a capacidade de atuação das autoridades governamentais, o texto descreve ainda a mobilização de diferentes setores da sociedade portuguesa para fazer frente à magnitude dos impactos sociais da moléstia. Por outro lado, apesar de praticamente não ter alterado a organização da assistência à saúde no país, as alianças políticas instituídas pelo governo conservador de Sidónio Pais – na contramão de algumas mudanças inauguradas com a República – parecem ter facilitado a organização dessa mobilização beneficente, que envolvia a igreja e setores da elite conservadora.

A análise de Christiane Maria Cruz de Souza aborda a trajetória da pan-demia de influenza na cidade de Salvador. Enfocando os dados divulgados pela imprensa relativos à expansão do contágio, a autora aponta como a pandemia foi um evento que atingiu um amplo espectro da sociedade baiana, ignorando distinções entre ricos e pobres – característica que estava relacionada à forma de transmissão aérea do vírus. Apesar de apresentar uma forma de transmissão considerada por muitos como mais “democrática”, as estatísticas relativas aos acometidos pela doença revelam que os impactos da pandemia foram maiores nas áreas que concentravam populações mais carentes, mais expostas ao contágio quer pelas condições de subsistência, quer pelas condições de trabalho – aqueles confinados em espaços reduzidos, como operários, presos; aqueles que precisavam expor-se ao espaço da rua e aos contatos não-controlados para garantir sua existência, como carteiros, portuários, mendigos, prostitutas. Tal afirmação é corroborada pela ausência de notificações da doença entre as freiras do Convento da Lapa. Segundo a autora, a geografia da mortalidade traçada pela influenza espanhola na capital baiana segue a mesma tendência verificada no contágio da moléstia, atingindo de modo mais expressivo a população mais carente da cidade. Além da maior exposição ao contágio, as precárias condições de existência, em especial de alimentação, também são apontadas como fatores predisponentes para um maior número de vítimas entre as camadas pobres. A análise propiciada pelos dados também contribui para revelar aspectos da ocupação espacial e da realidade cotidiana vivenciada pelos moradores da capital baiana. O texto ainda aborda aspectos da atuação das autoridades diante da moléstia – o atraso no reconhecimento da presença da epidemia, a mobilização voltada para o atendimento dos pobres, a agenda de ações (em alguns momentos contraditórias) colocada em prática pelo poder público. Além disso, expõe como a influenza interferiu em certas práticas e rituais, especialmente aquelas ligadas à morte, como os funerais ou as romarias do dia de finados.

Diversamente da maioria dos estudos dedicados à história das epi-demias, e à pandemia de influenza espanhola em particular, Elisabeth Engberg focaliza sua análise sobre comunidades rurais do norte da Suécia. A autora parte do pressuposto de que as áreas urbanas estariam mais aptas a organizar medidas efetivas para fazer frente às experiências desta natureza do que áreas rurais tradicionais, onde a organização da saúde pública era menos desenvolvida, funcionando em um nível mais elementar e contando com um número reduzido de profissionais e uma organização institucional distinta. Este é um dos fatores que ajudam a explicar a relativa ausência de medidas tomadas pelas autoridades para evitar e enfrentar os dilemas impostos pela pandemia e, também, o silêncio observado nos registros municipais sobre esse episódio. Ainda que a Suécia não estivesse diretamente envolvida na Primeira Guerra Mundial, sua população também esteve submetida às privações impostas pelo conflito, o que influiu significativamente nos impactos da pandemia naquela sociedade, assim como nas possibilidades de enfrentamento da doença pelas autoridades. É interessante observar os diferentes níveis de poder envolvidos nas determinações relativas à saúde e, nesse sentido, o papel atribuído às instituições comunitárias locais, o que pode ajudar a compreender a ausência de dados sobre a pandemia na documentação municipal. Como mostra Engberg, a hesitação das autoridades sanitárias e o atraso na implementação de medidas contra a pandemia podem ser explicados pela legislação pouco clara quanto às atribuições dos diferentes níveis de poder e pela divergência entre os profissionais da medicina sobre a natureza da moléstia e o modo de combatê-la. Nessa perspectiva, a autora avalia que as medidas postas em prática pelas autoridades de saúde tiveram um caráter mais reativo que preventivo. Além disso, essas medidas revelam que boa parte das recomendações e das formulações feitas pelas autoridades nacionais em torno do combate à pandemia voltavam-se mais para a realidade urbana, estando pouco adaptadas às peculiaridades presentes nas áreas rurais. Através de sua análise, Elisabeth Engberg mostra como a vivência da pan-demia em áreas rurais é diferente daquela observada no contexto urbano, conformando assim um padrão distinto de respostas sociais.

As reações populares diante da pandemia são o tema de artigo de Liane Maria Bertucci. Apresentando uma descrição sumária da expansão da influenza espanhola no Brasil e das opiniões

emanadas pelas autoridades sanitárias, a autora se detém no temor que as notícias sobre a doença despertavam na população e na preocupação com que essa atmosfera de medo era avaliada pelos responsáveis pelo combate à doença. A percepção de que um espírito temeroso e intranquilo funcionasse como um fator de desequilíbrio que predisponha o indivíduo ao contágio e ao adoecimento já era conhecida pela medicina medieval e defendida por diferentes correntes teóricas desde então. Como mostra a autora, esses preceitos de uma medicina chamada “psicossomática” foram atualizados e amplamente afirmados no decorrer da pandemia de 1918. Nesse sentido, não seria difícil entender os argumentos daqueles que aconselhavam calma à população, e mesmo a necessidade de certa dose de otimismo e de divertimento público, como observado em outros eventos epidêmicos e também apontado em outros textos apresentados nesta coletânea. Apesar da ênfase com que estes preceitos foram divulgados por todo o país, o temor gerado pela doença acabou influenciando de modo significativo nas reações sociais: o isolamento, a discriminação, a fuga, a abolição de ritos e de comportamentos julgados como inadequados em tempos de ameaça epidêmica impuseram às cidades uma existência marcada, no dizer da autora, pelo “compasso da epidemia”. Além das mudanças produzidas pela influenza no ritmo da vida cotidiana, o medo da doença também levaria a uma alteração nas percepções e na sensibilidade da população, promovendo muitas vezes o embrutecimento e a indiferença entre os indivíduos. Por outro lado, a potencialização das angústias e das incertezas promovidas pelo medo também deu lugar a comportamentos opostos, como a solidariedade e a generosidade, expressos na ampla mobilização verificada em torno dos enfermos: o socorro aos adoentados, o recolhimento de donativos, a distribuição de alimentos, a ampla divulgação dos mais diversos preventivos e fórmulas caseiras encaminhados aos jornais para o combate à influenza. Essas receitas também expunham práticas e crenças em torno da doença e do adoecimento que remetiam a uma experiência secular na qual se misturavam elementos da experiência cotidiana, das crenças religiosas e de diversas teorias médicas. A proximidade entre algumas práticas sociais verificadas durante a pandemia de 1918 e aquelas relatadas em experiências da mesma natureza é um exemplo revelador do que a historiografia tem apontado como similaridades e respostas sociais comuns verificadas durante os eventos epidêmicos.

O texto de Maria Isabel Porras Gallo discute o modo como a crise sanitária imposta pela pandemia de 1918 contribuiu para iluminar os conflitos no interior das chamadas profissões sanitárias – medicina, farmácia e veterinária – e dinamizar o processo de modernização profissional vivenciado por farmacêuticos e veterinários espanhóis, durante as duas primeiras décadas do século XX. Segundo a autora, a atenção dispensada pela historiografia aos profissionais de saúde envolvidos nesse evento epidêmico na Espanha tem se voltado majoritariamente para o papel desempenhado por médicos e enfermeiros, ignorando outros atores importantes naquele contexto. O período anterior à pandemia havia sido marcado pelo consenso por parte dos médicos e de outras elites da sociedade espanhola sobre a necessidade de reformas para superar o atraso sanitário no qual o país se encontrava. No bojo deste processo inscreve-se a mobilização entre médicos, farmacêuticos e veterinários no sentido da renovação e da reorganização profissional, garantindo desta forma prestígio econômico e social. Entre os médicos essa mobilização ocorreu através de academias e sociedades científicas, da representação no parlamento além das denúncias e das propostas de solução para os problemas sanitários então identificados – soluções que enfatizavam o preparo científico da classe, fundado num discurso triunfalista embalado pelas conquistas proporcionadas pela bacteriologia. A crise epidêmica transformou-se assim em momento privilegiado para que os doutores buscassem reafirmar a sua autoridade e seu preparo, senão para debelar a doença, ao menos para identificar e sugerir medidas que minimizassem as carências responsáveis pela ampliação dos problemas acarretados pela influenza. Como mostra a autora, farmacêuticos e veterinários teriam lançado mão dos mesmos artifícios usados pelos médicos – com destaque para o apelo às possibilidades e conquistas advindas da ciência do laboratório – para afirmar sua importância profissional, demarcando e garantindo o seu lugar na nova organização sanitária que ia se conformando no país.

O último artigo da coletânea apresenta um enfoque epidemiológico que discute a gripe no Departamento de Boyacá, na Colômbia. Nessa análise sobre a pandemia de 1918, os autores Abel Fernando Martínez Martín, Juan Manoel Ospina Díaz, Fred Gustavo Manrique-Abril e Bernardo Francisco Meléndez Álvarez se estendem para além dos dados relativos à influenza espanhola, fazendo um registro do impacto da mortalidade atribuída à doença no período abarcado entre os anos de 1912 e 1927. Foram levantados 106.408 registros de óbito em 68 municípios do Departamento de Boyacá e, nesta análise ampliada sobre os impactos da moléstia naquela região, observa-se que a pandemia apresentou um comportamento relativamente distinto daquele relatado em diversas regiões do mundo. Dividindo o período analisado em pré-pandêmico (1912-1917), pandêmico (1918) e pós-pandêmico (1919-1927), os autores apontam que não se observam as três ondas de contágio verificadas especialmente nos Estados Unidos e nos países europeus, ou ainda o significativo aumento

de vítimas entre os adultos jovens, que teria dado ao gráfico da mortalidade da gripe por faixas etárias uma forma distinta ao que normalmente era observado (o padrão em U, com a mortalidade concentrada nas duas faixas etárias extremas e o padrão em W, em que o impacto da mortalidade se tornava bastante expressivo também entre os adultos jovens, como foi verificado em estudos dedicados à pandemia de 1918 em diferentes países). Para a região em exame, os dados sinalizam que os grupos mais afetados pelo crescimento da mortalidade durante a pandemia continuaram sendo os indivíduos maiores de 60 e os menores de 7 anos de idade. Também é possível verificar que, diversamente do observado nos períodos pré e pós-pandemia, houve um significativo aumento na proporção de óbitos por gripe entre os adultos jovens, ainda que ele não tenha ultrapassado o crescimento verificado nas duas faixas etárias anteriormente destacadas. Apesar dessas diferenças, os dados também apontam a expressiva mortalidade causada pela doença no ano de 1918 (cerca de seis vezes maior que no período pré-pandêmico) e a concentração de óbitos no último semestre daquele ano (o que também é observado na maioria dos países, confirmando a drástica mutação do vírus em meados de 1918). Para o período pós-pandêmico, os dados sugerem ter a influenza se estabelecido como causa significativa da mortalidade entre a população, assumindo uma proporção elevada entre os óbitos registrados a qual não se verifica no período pré-pandêmico. Ao lado destes dados, os autores ainda revelam os impactos da moléstia na vida cotidiana de diferentes localidades do Departamento de Boyacá, onde também se pode observar as críticas e os limites da atuação das autoridades sanitárias, a mobilização social em torno das vítimas ou o apelo à religião e ao sobrenatural para afastar a ameaça da doença, como revelado em outros textos deste volume.

O presente *Dossiê* não pretende esgotar as possibilidades de abordar o tema da pandemia da gripe espanhola. Ao contrário, busca instigar, a partir da apresentação de pesquisas de diversas partes do mundo, os novos pesquisadores para o potencial de investigação da história das doenças e suas situações epidêmicas. A diversidade de perspectivas presente nos artigos ora apresentados indica, além da multiplicidade de abordagens possíveis, que há muito a ser trabalhado, pesquisado e discutido neste campo, que se constitui, por natureza, como interdisciplinar. Neste *Dossiê* apresentamos algumas das possibilidades de leitura e interpretação do episódio de 90 anos atrás e aguardaremos, com expectativa, que o campo de pesquisa nesta área no Brasil cresça e prolifere e, neste caso, com a mesma virulência da pandemia espanhola.

Belo Horizonte, outubro de 2009.

Anny Jackeline Torres Silveira

Professora do Coltec e da Pós-graduação em História – UFMG anejack@terra.com.br

Betânia Gonçalves Figueiredo

Professora do Departamento e da Pós-graduação em História – UFMG beta@ufmg.br (organizadoras)

Editorial 07 - Dossiê: História Medieval: fontes e historiografia

Apresentação

O interesse pelos estudos medievais tem crescido nas últimas décadas no Brasil. O prestígio que a historiografia medieval adquiriu, principalmente com as contribuições vinculadas à escola dos *Annales* e a chamada Nova História, proporcionou a ampliação do espaço dado à História Medieval no âmbito das nossas Universidades. A consolidação desse interesse tem permitido a tradução para a nossa língua de diversas obras importantes sobre o assunto e o aparecimento de uma crescente produção nacional no setor. A extensão deste interesse também se materializou na criação de grupos de estudos dedicados à pesquisa e à divulgação de temas medievais, como o Laboratório de Estudos Medievais – LEME – que agrupa professores e alunos de História da USP, UNICAMP, UNIFESP, UFMG e UFG. Criado em 2005, o LEME tem o objetivo principal de congregar professores, pesquisadores e estudantes para o desenvolvimento de estudos e de atividades na área de História Medieval, bem como estabelecer a interlocução com centros de estudos estrangeiros. Este dossiê é uma realização do LEME e manifesta a intenção de buscar novos espaços de discussão e estabelecer interlocução com colegas nacionais e estrangeiros. Assim, publicam no dossiê os medievalistas Néri de Barros Almeida (LEME/UNICAMP); Marcelo Cândido da Silva (LEME/USP); Dulce Amarante O. dos Santos (UFG), Sylvie Joye (Université de Reims) e Patrick Gilli (Université de Montpellier III).

O dossiê propõe uma reflexão sobre as relações dos medievalistas com suas fontes à luz da crise dos paradigmas e da interdisciplinaridade. Refletir sobre essas relações é fundamental já que o estudo do passado se realiza de forma mediada através dos vestígios da atividade humana. A crise que afetou as humanidades durante as últimas décadas, em grande parte devido ao declínio das ideologias, levou os historiadores a questionarem os vestígios do passado. Os debates historiográficos, sob a influência das tendências modernas e pósmodernas, colocaram em foco o uso das fontes históricas e o ofício do historiador. O próprio termo “fonte” foi colocado em questão, já que poderia sugerir que os vestígios eram meros reflexos do passado e que bastava sua análise para reencontrar esse passado, reconstruir a história. Enfatizou-se a necessidade de se reconhecer a dinâmica da produção, transmissão e interpretação dos documentos históricos. Destacou-se, no ofício do historiador, a crítica das fontes e isso significava, entre outras coisas, verificar se o documento realmente pertencia à determinada época e que não havia sido falsificado, se quem disponibilizava o documento era confiável e, também, a finalidade e a intenção do documento, atentando para o momento e o lugar em que foi elaborado. Assim, a crítica das fontes muitas vezes se limitava às questões de datação, de autoridade, de revisão, de autenticidade, de transmissão e de comparação por períodos ou regiões. O medievalista continua realizando essa crítica, mas hoje o que está em foco nos estudos medievais são as novas perspectivas sobre fontes já conhecidas, sejam textos escritos ou elementos da cultura material.

A releitura e reconsideração das fontes, somado ao aprofundamento de uma perspectiva interdisciplinar, tem proporcionado uma profunda renovação do conhecimento das sociedades medievais. Da observação dessa renovação operada a partir de releituras das fontes e de discussões historiográficas, surgiu o tema do dossiê: *História medieval: fontes e historiografia*, e nele se enquadram os cinco artigos aqui reunidos. Dulce Amarante dos Santos discute as *Velhas e novas relações entre os medie-valistas e suas fontes*, enfocando, entre outros assuntos, os desafios e as dificuldades enfrentadas, em particular, por aqueles interessados em temáticas interdisciplinares relacionadas à história social da medicina da Idade Média. Marcelo Cândido da Silva, em *“Público” e “privado” nos textos jurídicos francos*, discute a dicotomia “público” e “privado” e demonstra que a mesma é inviável para a compreensão do mundo franco da Alta Idade Média. Desvela as conexões estabelecidas entre a Idade Média e o mundo moderno, apresentando, em oposição às teses das origens medievais do Estado moderno e do Brasil, como uma releitura das fontes pode sustentar a ideia da originalidade da Alta Idade Média. Néri de Barros Almeida, em *Idade Média entre “poder público” e “centralização política”: itinerários de uma construção historiográfica*, coloca em questão o paradigma da violência, discutindo a validade teórica das análises da Idade Média que tomam por base a associação entre descentralização política e desgoverno, privatização, ausência de poder público. A autora recorre às fontes para apresentar o ponto de vista dos historiadores medievais a respeito da violência que registram e para afirmar a possibilidade de reconhecimento nas sociedades medievais de instâncias

públicas de poder reconhecido e atuante dentro de critérios particulares de ação. Sylvie Joye, em *Prática social e armadilhas das fontes: as fontes historiográficas e normativas sobre o casamento por rapto na Alta Idade Média*, demonstra como uma releitura das fontes normativas e narrativas pode revelar os equívocos interpretativos da historiografia sobre o casamento por rapto. Revela que a releitura e a crítica das fontes podem sustentar novas interpretações sobre as práticas nas sociedades da Alta Idade Média, cuja história é profundamente marcada por paradigmas estabelecidos no século XIX e início do XX. Patrick Gilli, em *As fontes do espaço político: técnicas eleitorais e práticas deliberativas nas cidades italianas (séculos XII-XIV)*, apresenta o mundo das comunas italianas dos séculos XII a XIV como um laboratório privilegiado de observação, nas práticas ordinárias da Idade Média, dos vestígios de um espaço de mediação política. Examina as fontes estatutárias para investigar as modalidades de representação, as técnicas eleitorais e deliberativas, e, entre outras abordagens, discutir a possível singularidade do caso italiano.

Belo Horizonte, Junho de 2010.

Adriana Vidotte

Professora da Faculdade de História – UFG Laboratório de Estudos
Medievais - LEME adrianaavidotte@uol.com.br (organizadora)

Editorial 08 - Dossiê: História, ciência e saúde

Apresentação

Os artigos reunidos no *Dossiê História, Assistência e Saúde* foram originalmente expostos no *Seminário Internacional Estado, Assistência e Filantropia*, ocorrido no Rio de Janeiro, em novembro de 2009.¹O objetivo central desse evento foi promover o debate sobre as tendências atuais da historiografia consagrada à questão da assistência, contemplando a diversidade de perspectivas e abordagens relacionadas ao tema.

É frequente que os debates acerca do socorro, da assistência e da proteção à saúde estejam referidos na historiografia – particularmente naquela que trata da emergência da saúde pública – como uma dimensão do Estado de bem-estar social e sua relação com os modelos tradicionais de assistência pública e privada. Nessa perspectiva, também se alinham os estudos relacionados à profissionalização da assistência e do cuidado, uma vez que a nova configuração da assistência à saúde foi propícia à emergência de novas profissões (médicos sanitaristas, enfermeiras de saúde pública, educadoras sanitárias, assistentes sociais) e à redefinição da atuação das tradicionais profissões de saúde. Mais recentemente o gênero, a etnia e as chamadas *idades de vida* (infância, juventude e velhice) também se tornaram variáveis fundamentais para o entendimento das formas modernas de assistência e bem-estar social.

Para os estudos acerca dos valores religiosos, científicos, profissionais ou filosóficos que orientam as ações que visam promover formas, compromissos e pactos de solidariedade e de ajuda mútua entre diferentes grupos e classes sociais, os temas da assistência e proteção dos corpos (e das almas) também são tópicos obrigatórios. Enquanto prática cultural historicamente situada, a assistência é responsável pela criação de recursos materiais e simbólicos próprios que se tornam bastante evidentes em ocasiões extraordinárias, como em tempos de epidemia, catástrofes naturais e guerras. Nesses momentos de desorganização e *anomia* social as práticas de assistências tornam-se essenciais para a preservação da vida. Finalmente a história da assistência à saúde também sugere a reflexão sobre um tipo especial de cultura material traduzida em instalações e edificações (hospitais, asilos, clínicas, habitações) especialmente concebidas para tais fins, estabelecendo um vínculo entre a arquitetura e o urbanismo e valores religiosos, conhecimentos científicos ou ideologias políticas que orientam as práticas de assistência envolvidas.

Os artigos selecionados para compor o *Dossiê História, Assistência e Saúde* são representativos das tendências aqui sintetizadas ao examinaresses temas sob abordagens inventivas e saudavelmente heterodoxas.

Laurinda Abreu propõe uma nova abordagem do processo de construção do sistema assistencial português entre os séculos XVI e XVIII, orquestrado pela Coroa portuguesa, com o apoio da elites locais, mas, ao demonstrar como a Coroa portuguesa pôs em funcionamento uma rede formal de instituições e de serviços assistenciais, a autora amplia a discussão sobre a responsabilidade do Estado moderno português na promoção e na profissionalização da assistência à saúde, extrapolando sua ação tradicionalmente considerada restrita ao controle das epidemias. Considerando-se a repercussão local do paradigma assistencial português, a discussão proposta serve de ponto de referência para a leitura dos artigos deste dossiê, que tratam basicamente da construção da rede assistencial e da profissionalização da saúde.

A questão da ausência/presença do Estado no processo de institucionalização da assistência médica no Estado do Rio Grande do Sul, abordado com originalidade no artigo de Beatriz Weber, leva a uma perspectiva diferente da organização da assistência médica no início do século XX, vista pelo prisma da competição entre diferentes tipos de “artes de curar”. Inspirada nos preceitos políticos do positivismo, a constituição republicana gaúcha de 1892 previa a liberdade de atuação no âmbito das “artes de curar”. A chave de leitura proposta pela autora permite pensar que, no contexto específico do Rio Grande do Sul, a organização da assistência médica passava pela conquista por parte dos médicos gaúchos do monopólio das “artes de curar” em oposição à liberdade de atuação de curandeiros, benzedeiros e parteiras. Nesse caso, caberia ao Estado garantir a liberdade profissional no âmbito da prestação de serviços de assistência à saúde.

Para relativizar o papel hegemônico dos médicos na prestação da assistência, Verônica Pimenta Velloso explora o associativismo profissional dos farmacêuticos do Rio de Janeiro imperial. O artigo

chama atenção para o papel desempenhado pelos farmacêuticos na prestação de assistência à saúde da população, não resumida tão somente à arte de formulação dos remédios, mas também abrangendo a prestação de outros serviços, como prescrição de medicamentos – atribuição tecnicamente restrita aos médicos – e aplicação de determinados tipos de terapêuticas. A sobreposição de práticas profissionais entre farmacêuticos, médicos e outros praticantes das “artes de curar” na prestação de serviços de assistência gerava alianças e conflitos que exigiam a intervenção do Estado no sentido do estabelecimento de legislação profissional e sanitária que garantisse aos farmacêuticos autonomia frente aos médicos e predomínio frente aos leigos.

Tomando como eixo condutor a análise das trajetórias profissional e acadêmica de Antonio Fernandes Figueira e Luiz Barbosa, Gisele Sanglard e Luiz Otávio Ferreira desvendam em seu artigo o processo de institucionalização da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. A análise explora a associação entre os médicos e a elite carioca, revelando a rede de relações pessoais, políticas e institucionais que envolvia a questão do ensino da pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a criação de uma rede de assistência à infância. Para os autores, ao mesmo tempo em que esses médicos se legitimavam como especialistas em doenças de crianças, promovia-se uma ressignificação do papel da filantropia laica na assistência, com a construção de novos espaços de atendimento à saúde. A abordagem singular de Sanglard e Ferreira permite, portanto, desvendar a associação visceral entre a institucionalização da pediatria e da assistência à infância, sem ignorar disputas e conflitos que marcaram esse processo.

O artigo de Márcia Barros da Silva retoma a discussão da repercussão local do modelo assistencial português ao tratar da assistência médica oferecida no hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, nas últimas décadas do século XIX e começo do XX. Mediante consistente análise de dados sobre origem, gênero e faixa etária dos doentes e acerca das instituições que os encaminham, bem como sobre a origem da receita do hospital, a autora identifica a inauguração do novo hospital, em 1885, como marco na condução da atenção médica à população do Estado de São Paulo. Ao longo de seu texto, pode-se perceber claramente o entrelaçamento entre o público e o privado, no que tange ao direcionamento e organização do atendimento médico clínico, relacionando-o às transformações urbanas da cidade e à reconfiguração da prática médica.

A organização deste *Dossiê*, ao abranger contextos culturais diversos e larga periodização, pretende suscitar questionamentos ao leitor acerca das formas modernas de assistência e bem-estar social, bem como divulgar os trabalhos do grupo de pesquisa História da assistência à saúde e ampliar os debates sobre o tema. É esse convite que fazemos a vocês neste momento. Boa leitura!

Belo Horizonte, Junho de 2010.

Gisele Sanglard
Luiz Otávio Ferreira
Maria Martha de Luna Freire
Maria Renilda Nery Barreto
Tânia Salgado Pimenta

(organizadores)

1 O *Seminário Internacional Estado, Assistência e Filantropia* foi realizado no Rio de Janeiro entre os dias 16 e 19 de novembro de 2009 e contou com o apoio da Capes e da Faperj.

Editorial 09 - Dossiê: Republicanismo no Brasil do século XIX

Apresentação

É conhecida a afirmação de Frei Vicente do Salvador, feita em seu livro *História do Brasil*, em 1627, sobre a cena pública da América portuguesa: “Nenhum homem nessa terra é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do particular”. A frase famosa parece apontar para um *déficit* na origem da comunidade política – entre nós existiria uma permanente inconsistência e uma insuficiência de princípios, práticas e valores próprios à tópica republicana que ainda hoje permitiriam medir a fragilidade de uma República inconclusa, sempre por fazer-se, alimentada por um desejo continuamente postergado de encenar sua fundação política.

O *mal-estar na República* que nossa imaginação histórica denuncia permite medir a fragilidade das instituições republicanas na contemporaneidade. É certo que, no caso brasileiro, o conceito “República” não traduziu a possibilidade histórica da sua afirmação na vida política do País após 1889. A ideia de um Estado que não consegue firmar-se, impor-se como instância capaz de dar expressão pública e canais de resolução próprios às manifestações e aos conflitos projetados pela vida social e política viria a marcar e a se desdobrar nos períodos subsequentes da nossa história republicana.

Contudo, o recente resgate historiográfico da recepção das ideias próprias à tradição republicana, de seus procedimentos de absorção e de seu impacto na vida pública brasileira aponta um novo terreno para o estudo do republicanismo no País. Esse resgate tem indicado que, no nosso caso, República e republicanismo trazem pelo menos dois estoques de referências: são ideias arregimentadoras, “ideias que produzem eventos”, que concedem grande valor à política e à vida ativa; ambos forjaram, entre nós, um condensado de cultura política e um vocabulário adequado à conservação de valores do mundo *público* – como cidadania ativa, soberania, federalismo, direitos, virtude cívica e representação política.

O propósito deste Dossiê, que se intitula ***Republicanismo no Brasil do século XIX***, é registrar um momento importante de consolidação dos processos de recepção das ideias do republicanismo no País. Embora a história do conceito de República no Brasil aponte para o seu registro já a partir do final do século XVII, foi principalmente durante o século XIX que a tópica republicana se afirmou entre nós como um dos lugares de modelagem de ideias em conflito pelos quais girava a agenda política do País.

Os artigos de Marcello Basile, Sílvia Fonseca, Valdeci Lopes e Weder da Silva compartilham de um mesmo esforço analítico: cada um a seu modo, os autores trataram de identificar e examinar a linguagem política republicana que circulava no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em Minas Gerais. No seu conjunto, os artigos apontam para duas questões importantes. Na primeira, indicam que o republicanismo no Brasil não atuou isoladamente no tempo, mas, ao contrário, dispôs de continuidade temática e de uma perspectiva de interpretação do País. Na segunda questão, esses artigos apontam tanto para a importância de determinados conceitos – o caso exemplar do federalismo – quanto para o esforço de certos personagens – Ezequiel Correia dos Santos, Frei Caneca e Teófilo Ottoni – no processo de acolhimento e de enraizamento do republicanismo durante a primeira metade do Oitocentos brasileiro.

O período final do Primeiro Reinado indica o aparecimento de uma nova cultura política fundamentada na emergência de uma incipiente, porém ativa, vida pública, capaz de desenvolver mecanismos ainda informais de sociabilidade e de ação política. Nesse contexto, a imprensa, os movimentos de contestação de rua e as associações de natureza política e/ou culturais assumiram uma característica peculiar, constituindo espaços informais de participação na cena pública do País – e os artigos de Marcelo Basile e de Valdeci Lopes e Weder da Silva enfatizam a importância dos jornais *Nova Luz Brasileira* e *Sentinella do Serro* como canais de intervenção política republicana próprios a esse contexto.

Já as últimas décadas do século XIX e o início do século XX assistiram ao surgimento de uma combinação muitíssimo eficiente para a formação pública de opiniões: música e política. O artigo de Martha Abreu e Carolina Dantas sustenta essa combinação na explosiva conexão entre liberdade, princípios igualitários e abolicionismo. Aplicado à pauta do debate do republicanismo, o tema da abolição é sempre decisivo, seja por sua disposição em estruturar a linguagem pública dos direitos, seja por seu propósito de expandir a cidadania para um grande contingente de excluídos da vida pública nacional.

Não por acaso, o artigo de Maria Tereza Mello põe em cena a associação entre as ideias de República e Democracia presente no imaginário político brasileiro, sobretudo a partir da década de 1880. Foi em torno da noção de Igualdade que se construiu essa associação – obra de um grupo de letrados, mas também de setores políticos radicais engajados na tarefa de difundir uma cultura pública de viés democrático em uma sociedade ansiosa por reformas. A compreensão do fracasso dessa associação permite compreender, ao menos em parte, o desencanto com uma República recém-criada, cujo tipo de governo não correspondia aos ideais republicanos.

A década de 1860 aponta para o encerramento de um ciclo. O artigo de José Murilo de Carvalho demonstra que a progressiva radicalização do debate político dos anos 1860, até a formação do Clube Radical, em 1868, carregou os radicais liberais para o centro da vida pública nacional. A presença política dos radicais significou principalmente a discussão de um amplo programa de reformas que incluía, entre outros temas, a extensão dos direitos políticos, dos direitos civis da liberdade de ensino e culto e a abolição.

Porém a transformação do radicalismo liberal em republicanismo, a partir do *Manifesto Republicano* de 1870, provocou um retrocesso conservador: o debate em torno do melhor regime não trouxe à tona a formação de instituições marcadas pelos valores do republicanismo; tampouco enfrentou a variedade e a profundidade do programa de reformas propostas durante a década de 1860. Esse é o paradoxo da nossa experiência republicana que o artigo de José Murilo de Carvalho revela: a República que emergiu da cena do debate operado após o *Manifesto* de 1870 não era apenas uma forma de governo conservadora e sem nenhuma sensibilidade para a questão social – ela não correspondia aos ideais republicanos.

Ao pretender trazer contribuições para a recepção, no Brasil, de ideias, conceitos, práticas e sensibilidades políticas que formam a tradição republicana em suas matrizes modernas – a norte-americana e a francesa –, este Dossiê pretende amarrar duas pontas: uma, a referência ao conjunto de valores que permite a cada um de nós agirmos em um mundo muitas vezes difícil de ser compreendido – o repertório das famosas virtudes e princípios republicanos que visam ao bem agir no mundo público. A outra, a ponta que nos permite reencontrar no nosso passado histórico a dinâmica das ideias: a maneira como essas ideias são recebidas em um contexto determinado e apropriadas de maneira seletiva, em um processo que inclui deslocamento e transferência; e inclui, igualmente, supressão, modificação e recriação. Amarrar pontas não deixa de ser também parte de um trabalho de memória – cabe, bem, ao ofício do historiador.

Belo Horizonte, junho de 2011.

Heloisa Maria Murgel Starling

Professora do Departamento de História Coordenadora do Projeto
República/UFMG starling@fafich.ufmg.br (organizadora)

Editorial 10 - Dossiê: Elementos materiais da cultura e patrimônio

Apresentação

Pensar sobre a materialidade e não apenas a cultura material é um bom ponto de partida.

Arjun Appadurai¹

As coisas existem e exigem gestos. O homem as inventa, as torna úteis e elas participam de sua sobrevivência e atendem às suas necessidades. Elas são por ele manipuladas como instrumentos de vivência, mas dele requerem gestos artesanais: as técnicas. As coisas conformam a materialidade da cultura, mas, também, são conformadas por significados que vão além de sua concretude. Elementos materiais de nossa cultura e a relevância de seus significados identitários são os objetos de reflexão do presente Dossiê. Se *campo* ou *abordagem*, se *domínio* ou *enfoque*, se *plataforma* ou *subdisciplina*, a tradicionalmente denominada *cultura material* é objeto importante da história e aqui é tratada como fundamental *perspectiva de análise* da história social da cultura em uma *dimensão* pluridisciplinar que articula materialidade, imaginário, simbologia, gestualidade, identidade.

O presente Dossiê, *Elementos materiais da cultura e patrimônio*, além de tudo, busca focar os elementos materiais da cultura como *documentos* de realidades sociais, não como reflexos destes, mas integrados à sua construção. Os objetos, assim, não são apenas fetiches ou simples detentores de sentidos sociais deslocados de seus usos. Como quer Vânia Carvalho,

o artefato, como qualquer documento, deve ser compreendido na sua intertextualidade, ou seja, dentro de um conjunto amplo de enunciados que dão sentido, valor, induzem e instrumentalizam as práticas.²

1 Em entrevista concedida à *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.23, n. 45, p187-198, janeiro-junho, 2010.

2 CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.8-9, p.293-324, 306, 2000-2002. Ver também REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Museu Paulista*, São Paulo, v.8-9, p.281-291, 2000-2002.

Temáticas ligadas à *cultura material* têm sido recorrentes no campo da História, a cada tempo e em cada lugar privilegiando temas vinculados à arte, às técnicas, aos significados sociais do cotidiano, à domesticidade ou à vida privada, às condutas comerciais, aos processos alimentares, aos consumos do homem etc. Embora não haja efetividade na busca de propostas definitivas de conceituação do termo, ele sempre aparece como uma nova possibilidade do fazer historiográfico. Optando pela obviedade (parâmetro que não pode ser negligenciado na temática da materialidade da cultura), resumiríamos que *cultura material* é o complexo e dinâmico repertório do que os homens são capazes de produzir, fazer circular e consumir. Tais dimensões das ações não apenas sinalizam a(s) funcionalidade(s) da criação humana, como também denotam os diferentes significados atribuídos a um dado artefato por uma comunidade e/ou sociedade ao longo do tempo.

O conjunto de textos deste dossiê busca subsidiar as reflexões sobre a temática e objetiva mostrar a amplitude de suas perspectivas nos estudos históricos. Tem como objeto os *elementos materiais da cultura* – expressão mais condizente com uma proposta de que o homem, ao construir culturas, faz coisas concretas e essas são dignas de serem historiadas, oferecendo possibilidades de construírem-se como manifestações sociais identitárias que nomeamos de *patrimônio cultural* – material e imaterial. Essa última expressão vem nomeando os valores, os símbolos, os modos de fazer e as técnicas decorrentes dessa materialidade da vida. A nosso ver, no entanto, não podem ser dissociados dela. Não há, a rigor, uma cultura que se possa cindir entre o material e o imaterial. O chamado *patrimônio imaterial* é, sendo mais rigoroso, *patrimônio vivencial* ou *experencial*.

Partimos do pressuposto de que os historiadores podem tomar os elementos concretos da cultura, em si mesmos, como expressão social, na dinâmica dos interesses econômicos, das convicções ideológicas; como representações sociais de valores e de símbolos de relevâncias humanas. Cada um deles pode ser compreendido no bojo das relações sociais que os produzem. Concebidos, pois, como *matéria* da História, os *elementos materiais da cultura* tornam-se objeto de estudo e análise histórica, ou seja, permitem ao historiador compreendê-los e explicá-los integrados e conformados nas relações sócio-culturais de uma dada realidade histórica.

A recorrência da temática no campo da história e das outras ciências sociais permite novos e enriquecedores enfoques, mas, apenas para fi-carmos no último século, nos remete aos trabalhos de Fernand Braudel, Sérgio Buarque de Holanda, Giovanni Levi, Daniel Roche e tantos outros e, mais recentemente, aos estudos acerca do crescente e dinâmico consumo de produtos pelas sociedades a partir do século XVII, sem esquecer que consumos nos indicam, também, gostos, distinções sociais, estratégias de sociabilidade e de poder, como são exemplos os textos de John Brewer, Roy Porter, Lorna Weatherill, Woodruff D. Smith, Jan de Vries, Mary Douglas, Marshall Sahlins, Colin Campbell, Deyan Sudjic, Daniel Miller, Pierre Bourdier e Arjun Appadurai, só para citar alguns.³

Como nos atenta Daniel Roche, lembrando a reflexão de Karl Gottlob Schelle ao buscar “reconciliar a filosofia com o cotidiano”, é preciso es-pecular sobre “os objetos da vida” e buscar a compreensão das nossas relações com as coisas e de nossas mediações com os objetos e com o mundo.⁴ Para o autor, a noção de *cultura material*, pouco definida, “permite aos historiadores de qualquer período e de qualquer área cultural relacio-nar um conjunto de fatos marginais em relação ao essencial, o político, o religioso, o social, o econômico”, possibilitando perceber as “adaptações” que os homens fazem ao viver, “através das quais o natural se revela fun-damentalmente cultural”.⁵

As coisas e os objetos da fatura humana não podem ser dissociados das realidades vividas.⁶ Na História, teóricos marxistas construíram as primeiras tentativas conceituais para expressar tal relação como *culturamaterial*. Tentaram delimitar seu campo para a história posicionandoseus limites nos meios de trabalho (o homem e os utensílios), no objeto do trabalho (as riquezas materiais, as matérias primas), na experiência humana nos processos de produção (as técnicas), na utilização dos produtos materiais (o consumo), como se posicionou Henri Dunajewski. Também firmaram outra percepção, simplificando esse esquema anterior e restringindo o campo da *cultura material*, às condições naturais e às modificações que o homem imprime ao meio, gerando produtos, como definiu Jerzy Kulczynski.⁷ Ao pensar elementos materiais na construção das culturas não podemos nos restringir ao campo das técnicas, mesmo entendendo a expressão braudeliana de que “tudo é técnica”.⁸ As relações humanas nos usos de seus objetos de sobrevivência e de produção, são

3 Para citar algumas obras que nos remetem à essa perspectiva de análise histórica: BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3 vols.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000; a edição organizada por BREWER, John e PORTER, Roy. (eds.) *Consumptions and the world of goods*. London-New York: Routledge, 1994, com textos de Jean-Christophe Agnew, Joyce Appleby, T.H. Breen, John Brewer, Peter Burke, Colin Campbell, Patricia Cline Cohen, David Cressy, Jan de Vries, Cissie Fairchild, C.Y. Ferdinand, Iaroslav Isaievych,

- Sidney Mintz, John Money, Chandra Mukerji, Jeremy D. Popkin, Roy Porter e Simon Schaffer; WEATHERILL, Lorna. *Consumer behaviour and material culture in Britain, 1660-1760*. New York: Routledge, 1996;
- SMITH, Woodruff D. *Consumption and the making of respectability. 1600-1800*. New York: Routledge, 2002; DE VRIES, Jan. *The industrious revolution: consumer behavior and the household economy, 1650 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; APPADURAI, Arjun. (org.) *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008.
- 4 ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Riode Janeiro: Rocco, 2000, p.11.
- 5 ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*, p.12-13.
- 6 PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.177-213, 186.
- 7 PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material, p.188.
- 8 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*, p.303.

mais que os artifícios técnicos. Como quer André Leroi-Gourhan, “Nunca se tinha pensado que quem possui o fuso conhece também o movimento circular alternado e que quem utiliza a roda de fiar utiliza também o moi-nho e o torno do oleiro”.⁹ Diríamos, parafrazeando Braudel, que tudo é ação humana e que as técnicas são indissociáveis das ações/relações. Ele próprio completa a sua conclusão anterior exprimindo que “A técnica nunca anda só”.¹⁰

Podemos distinguir a materialidade da cultura das representações men-tais e do pensamento religioso, político, filosófico, artístico, da construção linguística etc, mas não podemos separá-los, tratá-los na individualidade redutiva. Advém dessa premissa, evitarmos a expressão *cultura material* e adotarmos *elementos materiais da cultura*, do mesmo modo que estra-nhamos acima a ideia de uma *cultura material* e de uma *cultura imaterial*, separadas em didatismo simplificador. No processo de vivência, ou de outra forma, na dinâmica das experiências humanas ao viver, tudo é cultura, intrinsecamente compondo repertórios de construções de realidades.

Nesses termos, a pesquisa histórica objetiva, não apenas a descrição dos objetos e das técnicas em um processo temporal de mudanças e de permanências, mas a interpretação de realidades sociais que os usam, distintas no tempo. Como quer Daniel Roche:

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais.¹¹

A compreensão dos fatos sociais a partir de sua materialidade é, enfim, o objeto de reflexão dos textos aqui apresentados.

Os elementos materiais de qualquer cultura denotam a construção cotidiana da vida e, assim, têm sido objetos da história do cotidiano. Não apenas os hábitos de consumo e os produtos e serviços feitos e consumidos, mas os significados atribuídos a todas as ações do ser humano e aos instrumentais por ele inventados na relação com o mundo natural, na busca da sobrevivência, no atendimento das suas necessidades, na construção dos gostos, na edificação do repertório de sua cultura. Materialidade e imaterialidade são inseparáveis na análise desse repertório, mesmo que distinguíveis entre si.

9 LEROI-GOURHAN. Cf. PESEZ, Jean Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Rogere REVEL, Jacques. *A Nova História*, p.124.

10 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*, p.397.

11 ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*, p.13.

O aumento da gama de produtos a que a população tem acesso a partir do processo de contato globalizado da modernidade tem estimulado, no âmbito dos estudos históricos, as reflexões temáticas sobre os elementos materiais da cultura. No entanto, a materialidade de períodos históricos anteriores, também, motiva estudos em perspectivas e enfoques novos.¹²

Esses artefatos da vida são cada vez mais numerosos, complexos e produzidos em velocidade cada vez mais acelerada. A conservação desses objetos no tempo – através do uso e da guarda memorialística, associada aos significados e aos valores a eles atribuídos, evidenciando formas de viver, de manifestar saberes e fazeres, de memorizar sentidos e condutas que não se querem esquecidas, enfim, um acervo de coisas e de gestos, de vivências –, configura patrimônios e formas de patrimonialização, a outra vertente, neste Dossiê, de nosso olhar sobre a materialidade da cultura.

Vivemos um tempo de padronizações de processos interpretativos da cultura que culminam em pasteurizações empobrecedoras da diversidade cultural. Paradoxalmente, os registros do dito patrimônio imaterial suscitam a ampliação do conceito de patrimônio cultural, mas, por outro lado, estimulam um esquadrinhamento didático que reduz a visão sobre a complexidade dinâmica das culturas. Linguagens interpretativas e museológicas tornam-se, assim, um campo de saber exigente e requerem criatividade que ressalte tal dinamicidade e diversidade. Legislações de salvaguarda e práticas educativas exigem igual criatividade. Caso contrário, teremos um gestual interpretativo das manifestações de cultura a negar tal diversidade. No caso da preservação de patrimônios urbanos o risco de homogeneidade é claro e já mensurável e, como crítica Henri-Pierre Jeudy segue a mesma fórmula de patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização e gentrificação.¹³ No Brasil temos exemplos dessa “globalização” empobrecedora, onde as singularidades locais foram extintas, em nome de uma estética urbana uniformizada que atende a um gosto equilibrado/ massificado.

As contribuições textuais a este *Dossiê*, a cujos dedicados autores agradecemos, são exemplos claros dessa diversidade de olhares sobre a materialidade de nossas vivências na história. Em um eixo que traça um percurso de reflexões teóricas e temáticas e que objetiva pensar objetos como bens materiais e identitários e suas formas de constituir riquezas, saberes, consumos, gostos, técnicas e, também, memórias, os textos

12 Como por exemplo, estudos sobre alimentação, família e patrimônio no mundo antigo e medieval, como, dentre outros, podemos citar REDE, Marcelo. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

13 JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. Este livro traduz e conjuga dois estudos do autor: *La machinarie patrimoniale* e *Critique de l'esthetique urbaine*. Embora contextualizado em uma realidade europeia da última década do século XX e primeira do XXI, as reflexões têm validade para a problemática das políticas de patrimonialização no Brasil.

promovem um diálogo essencial, na medida em que suas leituras ajustam sintonias e promovem embates de pensamentos diversos.

Os artigos dos convidados percorrem um eixo que integra padrões metodológicos e narrativas interpretativas, com problemáticas muito presentes na atualidade: a construção de riquezas familiares, as práticas alimentares, a domesticidade, os processos interpretativos do patrimônio e de musealização, os saberes tradicionais, os usos da água, a educação patrimonial e a leitura documental do historiador. Todos eles discutem a investigação temática e os problemas frente às fontes da materialidade da cultura ou as linguagens memorialísticas do processo de patrimonialização e de musealização.

Em sequência, *Legados de um passado escravista: cultura material e riqueza em Minas Gerais*, de Cláudia Eliane Parreira Marques Martinez, associa a investigação sobre a materialidade e a riqueza, como estratégia para a compreensão da sociedade escravista diante do fim da escravidão. O problema investigado é a re-organização da riqueza e dos padrões materiais no pós-1888. Seguindo os passos de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, a autora lê os Inventários *post mortem* como possibilidades de “inflexão no circuito da vida social do artefato”.

Cultura material, espaço doméstico e musealização, de Vânia Carneiro de Carvalho, é um estudo das dimensões materiais da vida social e suas formas de expressão no processo curatorial no museu histórico. O museu é visto pela autora como um instrumento estratégico para fomentar as investigações sobre o espaço doméstico e este é tomado “como um lugar fértil para a incorporação das formas de distinção social e de gênero por meio do uso de objetos”.

Em *Cultura, história, valores patrimoniais e museus (Culture, histoire, va-leurs patrimoniales et musées)*, Dominique Poulot reflete sobre as diferentes formas de apropriação da ideia de patrimônio no mundo moderno, a partir do século XVIII. Para o autor, o termo *patrimônio* tem, na atualidade, grande poder de evocação e os museus de história são lugares onde essa evocação parece acompanhar o fluxo da produção contemporânea de artefatos. O museu, lugar exemplar de interpretação histórica e formal específica, conforma diferentes formas de problematizar o passado material, onde a materialidade e a inteligibilidade de seu contexto andam juntas.

Maria Eliza Linhares Borges nos apresenta em *Cultura dos ofícios: patrimônio, história e memória*, um *ethos* fundado em formas artesanais de produção e em suas estratégias de regulação, transmissão de saberes, expressão de valores, crenças, comportamentos e sociabilidades que, frente aos modos industriais de produção, tornam-se “pitorescos” e jogados à sombra pelos museus e pela cultura visual. Para a autora, a memória dessa cultura é idealizada “porque saudosista e nostálgica”, mas reconhece que o “tempo gramatical da Cultura dos Ofícios foi mais longo do que se imagina”.

Em *A patrimonialização dos saberes técnicos, entre história e memória: o caso dos depósitos de invenção na França e na Inglaterra (La patrimonialisation des savoirs techniques, entre Histoire et Mémoire: le cas des dépôts d'invention en France et Angleterre au XVIII^e siècle)*, Liliane Hilaire-Pérez trata da tensão entre História e Memória no processo de patrimonialização dos saberes e do papel dos “depósitos legais” que, a partir do século XVIII, inauguram nova forma de pensar o patrimônio, distinta daquela das coleções, gabinetes e museus. A autora, refletindo sobre casos concretos de uma prática nova na França e na Inglaterra, contrapõe um novo direito na economia do conhecimento e nos mercados de inovação técnica com o papel memorialístico da guarda de saberes e de sua importância como leitura das identidades de comunidades técnicas novas, mesmo com a participação das tradicionais corporações de ofícios.

Jaime Rodrigues, na linha de uma história social da alimentação que considera integrados a produção, o consumo e a construção do gosto, analisa o impacto da industrialização, da renda familiar e da propaganda na tradição alimentar paulistana no século XX. Seu texto, *Uma história das práticas alimentares de trabalhadores paulistanos em dois momentos do século XX*, tem como problema as relações entre culinária e memória, sobretudo no âmbito familiar, analisando-as pelos seus vestígios materiais – a materialidade dos próprios alimentos, de suas embalagens e de suas peças promocionais – e simbólicos.

O desenho e a história da técnica na Arquitetura do Brasil colonial é o texto de Marcos Tognon que propõe aos historiadores um conjunto de procedimentos para explorar os valores artísticos e técnicos dos desenhos como importantes registros documentais. Como fontes, essas “representações” são, para o autor, linguagens capazes de referenciar claramente as mais distintas realidades arquitetônicas. Assim, propõe quatro abordagens que contrapõem o plano artístico e a materialidade cotidiana das edificações.

O artigo de Jesús Raúl Navarro García, *Salud y Paisaje: contribución desde el Termalismo a la revitalización de zonas rurales (El caso de Pozo Amargo, cuenca del Guadaira, España)*, apresenta um processo de interpretação do patrimônio paisagístico (natural) e material (cultural) ligado ao uso da água em instalações termais, onde ação governamental e cidadã se integram em projeto econômico.

Historia essa materialidade integrada à paisagem, desde o século XVIII, numa tradição de ligar o ócio à “recuperação anímica” dos visitantes do lugar. O texto nos trás importante reflexão sobre o conceito de paisagem e as teorias acerca de seu papel como patrimônio histórico-cultural, contrapondo suas dimensões natural-hidrológica, cultural, utópica, arquitetônica, material. É, enfim, a interpretação histórica de uma ideia de bem-estar que harmonizava homem e paisagem, como propugnava o geógrafo anarquista Élisée Reclus.

A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX é o texto de Paulo Knauss que interpreta as raízes da renovação do debate sobre museus e educação a partir de experiências de 1950 e de anos anteriores, como no caso da criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, e o do Museu Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora, que se distinguem dos “museus de ciência” criados no século XIX. Knauss mostra como a questão da relação entre museus e educação contribuiu para renovar o conceito de museus e o perfil dos profissionais de museus no Brasil. As fontes de análise do autor são os textos produzidos por intelectuais do período, ligados aos museus históricos, publicados como livros ou artigos em revistas e que têm como tema a museologia como instrumento educativo da juventude. Nessa história dos museus brasileiros no século XX, o autor percebe a busca do encontro das instituições museológicas e de educação e a força crescente de um diálogo inevitável.

Os homens constroem coisas, seus nomes e gestos que as colocam como instrumentos. Além de tudo, como afirma o dito popular, *se tem nome é porque a coisa existe*. Inspirado nessa premissa banal articulamos no Dossiê que se apresenta a força temática e documental dos elementos materiais da cultura e do patrimônio cultural com o instrumental de memórias, imaginários, simbologias, técnicas e gestualidades. Seguimos com isso, a tradição das Ciências Humanas e temos a expectativa da crítica dos leitores.

Belo Horizonte, julho de 2011.

José Newton Coelho Meneses

Departamento de História. UFMG Av. Antônio Carlos, 6627 Belo Horizonte. MG. 31270-901. Brasil jnmeneses@uol.com.br
(organizador)

Editorial 11 - Dossiê: História e Inteligência

Apresentação

O presente Dossiê *História e Inteligência* é dedicado ao estudo de temas vinculados à atividade de inteligência, a qual lentamente vem sendo reconhecida como legítima e necessária por grande parte das sociedades, inclusive daquelas que emergiram recentemente de ditaduras civis e/ou militares. Tal reconhecimento tem impulsionado uma ampla gama de pesquisas, permitindo que os Estudos de Inteligência constituam-se em uma área acadêmica multidisciplinar, cada vez mais reconhecida internacionalmente.¹

A pesquisa sobre a atividade de inteligência desenvolveu-se nas últimas décadas principalmente por meio da discussão sobre a reforma institucional dos serviços de inteligência em contextos políticos pós-autoritários, sobre a constituição de organismos internacionais de cooperação no contexto pós-guerra fria, de análises institucionais sobre a distribuição de poder entre civis e militares, bem como dos debates em torno do acesso à informação.

No país, o número de pesquisas historiográficas relacionadas ao tema ainda é muito pequeno. Nesse sentido, o Dossiê ora apresentado é constituído de uma diversidade de temas correlatos à atividade, cujo recorte cronológico marcadamente recente expõe faces da incipiente emergência do tema enquanto esfera de pesquisa acadêmica no Brasil, ainda fortemente impactada pela produção de cientistas políticos.

Diante da diversidade dos artigos, optamos por dividi-los de acordo com os temas. Nesse sentido, os dois primeiros abordam questões vinculadas à história da atividade de inteligência no Brasil de pontos de vista distintos. O primeiro enquanto evento, uma ditadura militar caracterizada pelo processo de institucionalização do seu sistema repressivo, e o segundo enquanto análise dos produtos desse mesmo evento, dos registros da violência presentes nos acervos documentais produzidos no período.

De forma mais detalhada, o trabalho de Samantha Viz Quadrat, *Apreparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*, aborda o processo de formação e capacitação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento da atividade de inteligência no país durante a recente ditadura militar. Eles, aqui compreendidos como um dos principais atores no desenvolvimento da repressão política no Brasil. Para tanto, a autora discorre sobre o conceito de segurança nacional e os impactos que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) produziu na própria forma de se perceber a missão militar, bem como analisa a influência que o conceito de guerra revolucionária, desenvolvido pelos franceses após a derrota na Guerra da Indochina, acarretaria para o processo repressivo brasileiro. Essa análise é elaborada, sobretudo, amparada nos manuais elaborados pela Escola Superior de Guerra (ESG), desde um período que precede a própria ditadura militar.

O investimento no binômio informação-repressão analisado por Samantha durante a ditadura teve como consequência, além da institucionalização do uso da violência por parte das Forças Armadas no campo interno, uma gigantesca produção de arquivos sobre ações, suspeitos e análises sobre o comportamento daqueles pejorativamente qualificados como subversivos e terroristas, cuja dimensão de papéis reflete uma tradição característica-mente cartorial do comportamento das Forças Armadas. Nesse sentido, em seu artigo, *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*, Carlos Fico realiza uma análise sobre a existência e o desafio de acesso aos fundos documentais produzidos por esse sistema repressivo, considerando o enfoque da História do Tempo Presente e os dilemas enfrentados pelos historiadores nos campos metodológicos e epistemológicos, cuja pesquisa muitas vezes pode acarretar na invasão da privacidade e intimidade das pessoas – tensão que permeia todo o debate em torno desse acesso –, além da intervenção do historiador na sociedade, a partir do momento que ainda predomina um anseio de sua parte pelo direito à verdade. A tensão entre estado e cidadão no acesso à informação constitui ponto crucial do debate.

No terceiro artigo é realizado um debate sobre como no período pós Guerra Fria, o Estado tem que gerenciar sua produção de informação, não mais como forma de construir verdades sobre sua atuação, mas como modo de potencializar a administração de informações sensíveis em um contexto de pretensa liderança regional. Assim, em seu trabalho *Estado Informacional: implicações para as políticas de informação e de Inteligência no limiar do século XXI*, Marta Kerr analisa o processo de

transformação do estado burocrático, característico dos séculos XIX e XX, em um chamado “estado informacional”. A ênfase recai sobre o desenvolvimento das novas Tecnologias de Informação (TI's), e como essas demandam mudanças em relação às políticas de informação praticadas nos anos de 1960 e 1970. Mais especificamente, como essa emergência, associada à nova dinâmica da globalização e da distribuição multipolar do poder, tem demandado eficácia à atividade de inteligência, essencial não apenas para a segurança, como também para viabilizar a competitividade das estruturas econômicas e o desenvolvimento de diferentes nações, em um contexto mundial regido pelo paradigma técnico e econômico das TI's, fortemente marcado pelo crescimento das rivalidades econômicas.

Já no quarto artigo os autores procuram identificar padrões de comportamento institucionais e políticos que têm conduzido as falhas e ineficácia da atividade de inteligência desde a Guerra Fria. No trabalho *Explicando falhas da inteligência governamental*, Marco Cepik e Christiano Ambos procuram identificar, nos estudos de caso narrados pela literatura de inteligência, padrões de comportamento que obstruíram um desempenho eficaz da atividade em distintos países, em diferentes momentos. As análises consideram desde a Crise dos Mísseis em Cuba, na década de 1960, até os ruidosos fracassos do começo do século XXI, como a avaliação realizada pelos EUA que o conduziram à invasão do Iraque, aos atentados à Madrid e à Rússia em 2004. A ênfase recai tanto sobre as distorções cognitivas produzidas pelos analistas de inteligência no processo de produção de inteligência, quanto na interação produtor e consumidor desta mesma inteligência.

Encerrando o Dossiê, o conjunto dos últimos três artigos leva em consideração análises regionais. Peter Gill, em seu artigo *Alguns aspectos da reforma da inteligência na América Latina*, procura identificar as principais características da reforma no setor de inteligência de segurança na América Latina, considerando as relações entre o estado e outros atores relacionados à área de segurança. No desenvolvimento de sua análise, o autor dialoga com a literatura relacionada às relações civis militares, aos legados autoritários, e aos processos de transição e consolidação democrática, sendo que sua ênfase recai sobre os casos brasileiro e argentino.

Também trabalhando com a América Latina, José Manuel Ugarte, em seu artigo *El ámbito normativo de la inteligencia interior en América Latina*, além de estabelecer um debate conceitual sobre o termo *domestic intelligence* analisa, de forma comparada, a legislação criada para regular a atividade de inteligência interna após os atentados às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001. Apesar de o foco do trabalho recair sobre a América Latina, sua análise considera modelos de países os quais identifica como “de significativa evolução institucional”, tais como EUA, Canadá, Itália e Reino Unido, de modo a estabelecer parâmetros de comparação. O objetivo do autor é verificar se a expansão do setor de inteligência interna promovida após os atentados foi ou não acompanhada do fortalecimento dos mecanismos de controle, estabelecidos para resguardar a população do próprio país.

Encerrando o Dossiê, com seu artigo *Evolución de la Cooperación Europea em Inteligencia*, Antonio Diaz analisa a evolução do processo que tem conduzido à cooperação europeia em termos de inteligência, cujo início remonta à década de 1970, em resposta ao crescimento de ameaças tais como o narcotráfico e o terrorismo. O autor enfatiza como essa cooperação influenciou e foi influenciada pelas mudanças institucionais produzidas no âmbito da inteligência em vários países europeus, as quais, inclusive, fomentaram a institucionalização da atividade de inteligência no campo da segurança pública. Os desafios da instrumentalização dos órgãos, da classificação da informação (a questão do “secretismo”), as dificuldades de interoperabilidade e compartilhamento são aspectos essenciais do debate abordado pelo autor.

Enfim, na expectativa de que o Dossiê *História e Inteligência* contribua para incrementar no país os estudos relativos à atividade de inteligência, sobretudo no campo da História, agradeço a participação de cada um dos autores e convido os leitores a desfrutarem dos resultados de pesquisa ora produzidos.

Belo Horizonte, abril de 2012.

PRISCILA BRANDÃO

Organizadora
Departamento de história, ufmg
Av. Antônio Carlos, 6627
Belo Horizonte, Mg. 31270-901. Brasil
Priscilahis@gmail.Com

Editorial 12 - Dossiê: Relações civis militares e Segurança Nacional

Apresentação

Mais uma vez navegando na transdisciplinaridade, o atual dossiê “Relações Civis Militares e Segurança Nacional”, a exemplo do dossiê anterior, “História e Inteligência”, trafega em temas cujo estudo vem, paulatinamente, crescendo no país e na América Latina. A importância de pesquisas sobre temas vinculados à defesa, estudos estratégicos e segurança tem sido reconhecida em termos nacionais por meio do Ministério da Defesa, por exemplo, que vem ampliando o debate junto à sociedade civil, fomentando pesquisas por meio de editais e prêmios e abrindo interlocução com a CAPES e o CNPq, e no âmbito internacional, pela criação de instituições de pesquisa tais como a *Redde Seguridad y Defensa de America Latina* (RESDAL).

De uma análise sobre o comportamento dos militares e o uso da violência que remonta à década de 1970, realizada ainda por poucos pesquisadores, a exemplo do trabalho pioneiro de Eliézer Rizzo de Oliveira,¹ estas pesquisas passaram nos anos de 1980 e 1990 para um enfoque sobre as relações civis--militares, com destaque para a influência exercida por trabalhos como os de João Roberto Martins Filho,² Jorge Zaverucha,³ e a trilogia produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, sob responsabilidade de Maria Celina D’Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares.⁴ Atualmente, estas análises abarcam também as possibilidades de emprego da força e uso político das forças armadas, a exemplo de alguns artigos que se seguem.

De uma forma geral, trabalhar sobre o conceito de segurança nacional permite uma gama infinita de possibilidades pois, afinal de contas, o que po-demos entender como segurança? A segurança implica uma situação percebida como livre de ameaças ou de quaisquer outros fatores conflitivos. Na presença de ameaças ou conflitos identificáveis, a segurança, do ponto de vista institucional das democracias, é percebida como a possibilidade de articulação de mecanismos institucionais capazes de neutralizar essas ameaças ou conflitos, a fim de se alcançar determinado ordenamento e assegurar o conjunto de garantias e direitos constitucionais, bem como de assegurar o funcionamento integral das instituições política.⁵

No entanto, a segurança é interpretada e defendida tanto nas democracias como em regimes ditatoriais, e está relacionada às ameaças internas e externas e aos padrões de relação existente entre as instituições vinculadas ao poder coercitivo e à sociedade.

A segurança pode tanto estar relacionada às ameaças externas, que dizem respeito à própria existência do Estado, preservação de território, so-brevivência de sua população etc., quanto a aspectos internos da sociedade. Quanto mais fechado for o regime, maior será a propensão do governo a enfatizar a segurança interna e preocupar-se com a repressão política dentro do próprio território.

Durante os governos autoritários latino-americanos, o estabelecimento da “segurança nacional” foi a base para o desenvolvimento de uma série de desrespeito aos direitos individuais e humanos, e é possível que esta “herança maldita” desqualifique a utilização do conceito de segurança nacional para a resolução de conflitos em sociedades democráticas. Não obstante, Marco Cepik chama atenção para uma importante questão: embora o conceito de “segurança nacional” careça de legitimidade em um contexto democrático, é impraticável reduzir a segurança coletiva à segurança individual, o que impe-de o simples abandono do conceito de segurança nacional.⁶ Neste sentido, a Segurança Nacional implica um grau relativo de proteção individual e coletiva. Estar seguro significa viver em um Estado minimamente capaz de neutralizar ameaças através de negociações, de obter informações sobre capacidades e intenções dos interesses adversários através dos recursos que lhe estão disponíveis e legitimados pelo exercício soberano e exclusivo do monopólio da força física.

Portanto, considerando a elasticidade e ambiguidade do conceito, optamos por dividir o dossiê em três partes. Os três capítulos iniciais (Enrique Padrós, João Roberto Martins Filho, e Suzeley Mathias e Fabiana Andrade) abordam a segurança nacional a partir da perspectiva da violência e do sistema institucional de repressão. Os dois capítulos seguintes, elaborados por Alessandra Carvalho e Maria Celina de Araújo, abordam o tema da segurança nacional pela perspectiva política, seja no período da ditadura, seja no pre-sente. Os dois capítulos finais (David Mares e David Pion-Berlin) enfatizam tanto as relações civis-militares e a questão da segurança nacional (agora a partir de uma

nova lógica interpretativa, não mais vinculada à Doutrina de Segurança Nacional) que perpassam todos os textos, quanto às possibilidades de emprego e uso político dos militares. Neste caso, os dois autores, além de considerarem o recente contexto histórico, fornecem sugestões sobre o aperfeiçoamento do emprego das forças armadas na América Latina.

De forma detalhada e abrindo os trabalhos, Enrique Padrós, no texto *A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional*, realiza uma análise da interpretação que os militares uruguaios fizeram da Doutrina de Segurança Nacional. Para o autor, a doutrina foi o fator basilar da política repressiva estatal que colocou a proteção da segurança nacional como premissa principal, justificadora e legitimadora da disseminação do chamado terrorismo de Estado (TDE). As interpretações sobre conceitos fundamentais da doutrina permitiram aos militares uruguaios instrumentalizar a atuação repressiva junto à sociedade civil.

João Roberto Martins Filho também elabora uma discussão relacionada à Doutrina de Segurança Nacional e procura identificar quais matizes teóricos teriam orientado a política de repressão brasileira durante a ditadura. Para o autor, ao contrário das premissas estabelecidas por vários autores brasileiros e por importantes latino-americanistas, de que os estadunidenses teriam oferecido a maior parte das orientações doutrinárias da nossa política repressiva, a doutrina de *guerra revolucionária* francesa teria sido ainda mais importante que a dos Estados Unidos em países como Brasil, Chile e Argentina. O trabalho procura acompanhar com detalhe a evolução e aplicação deste ideal no seio das Forças Armadas brasileiras entre 1959 e 1975.

Ainda pensando a política repressiva durante a recente ditadura brasileira, Suzeley Kallil Mathias e Fabiana de Oliveira Andrade, no texto *O Serviço de Informações e a cultura do segredo*, revisitam a literatura relacionada à criação e desenvolvimento dos serviços de informações brasileiros até o auge da repressão, entendido aqui como a primeira metade da década de 1970, momento de desarticulação da Guerrilha do Araguaia. As autoras analisam o contexto histórico de desarticulação da guerrilha a partir da terceira campanha, conhecida como Campanha Marajoara, e avaliam como a mudança de estratégia castrense no âmbito interno permitiu que a comunidade de informações agisse de forma paralela ao comando hierárquico, mas neste caso, em particular, sem mesmo o conhecimento e anuência dos comandantes regionais.

Argumentam que a mudança do *modus operandi*, favorecida pela capacidade de adaptação à cultura do segredo, teria sido um fator decisivo para que os militares alcançassem, definitivamente, seus interesses.

Entrando na esfera da relação comportamento político e segurança nacional, Alessandra Carvalho, em *“Democracia e desenvolvimento” ver-sus “Segurança e desenvolvimento”: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*, analisa a elaboração de uma ação oposicionista pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no decorrer da década de 1970, tendo como ponto de inflexão as eleições de 1974 para o poder legislativo federal. A autora avalia como que, para obter o crescimento e a projeção desejada e alcançar seus interesses, foi preciso elaborar um discurso que rompesse com a ênfase no binômio segurança e desenvolvimento defendida pela elite econômica e pelos militares, orientando o discurso para aspectos relacionados ao fortalecimento de instituições democráticas.

Já Maria Celina D’Araújo, em *O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil*, demonstra como há um determinado nível de *continuum* em relação ao poder político dos militares desde a ditadura. Neste sentido, a autora afirma que os militares brasileiros detêm um poder estável de *veto player*, que vem sendo incisivamente aplicado em relação ao tema da anistia. Esta capacidade seria fruto da autonomia militar antes, durante e depois da ditadura, da permanência dos baixos níveis de respeito aos direitos humanos na sociedade brasileira, e do baixo interesse do Congresso e do governo em geral pelo tema das Forças Armadas.

Transitando do tema política e segurança nacional para o tema relações civis-militares e segurança nacional, David Mares, em seu artigo *Por que os latino-americanos continuam a se ameaçar: o uso da força militar nas relações intra latino-americanas*, analisa a recorrente presença do emprego de um baixo nível de força militar na resolução de tensões, no contexto histórico latino americano do século XX e início do século XXI. Contrariando a máxima observada de forma simplista, de que a América Latina é um continente de paz, o autor identifica a ocorrência da militarização dos países latino-americanos e o emprego das forças armadas não apenas na resolução de disputas inter-regionais, mas também no nível interno, no âmbito da segurança doméstica. Enfoque importante é dado à capacidade e interesse de intervenção na região nos últimos anos por parte dos organismos internacionais responsáveis por arbitrar/mediarem estes conflitos. O argumento do autor é que, em relação à arquitetura de segurança da América Latina, tem havido um crescente incentivo para a militarização das ações, o que não lhes imprime, necessariamente, eficiência.

Por fim, também no âmbito da temática segurança nacional e relações civis-militares, David Pion-Berlin, em *Cumprimento de missões militares na América Latina*, ao analisar a correlação de forças e interesses entre poderpolítico e militares na América Latina nos últimos anos, identifica questões que, historicamente, têm provocado o cumprimento ou não-cumprimento dos militares em relação às missões que lhes tem sido atribuídas. Fatores como natureza da missão, experiência, treinamento e compatibilidade de funções, associados aos incentivos e desincentivos morais para sua ação, têm pesado como questões fundamentais para a decisão dos militares de aceitarem tais tarefas. A atuação em torno das ações de manutenção da paz, de ação cívica e de missões de destruição de drogas têm sido historicamente mais aceitas do que as missões anti-crimes e de manutenção da ordem pública, com algum grau de possibilidade de negociação no que tange às ações de contra--insurgência.

Agradecendo cada um dos autores pelas generosas contribuições, e certa de que com este segundo Dossiê Vária História 2012 estamos contribuindo para as pesquisa sobre os temas de segurança, defesa e inteligência no país, convido a todos a desfrutar da leitura.

PRISCILA BRANDÃO

Organizadora Departamento de História, UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627
CEP 31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
priscilahis@gmail.com

-
- 1 OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Forças Armadas, política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
 - 2 MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna, 1964-1969*. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 1995.
 - 3 ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar? Estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha*. São Paulo: Ática, 1994.
 - 4 D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso e SOARES Gláucio Ary Dilon. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994; SOARES Gláucio Ary Dilon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994; SOARES Gláucio Ary Dilon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.
 - 5 BRANDÃO, Priscila. *Serviços secretos e democracia no Cone Sul*. Niterói: Editora Impetus, 2010, p.23.
 - 6 CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.63.

Editorial 13 - Multitemático

Apresentação

A Revista *Varia História*, criada pelo Departamento de História da UFMG em 1986, circulou inicialmente com o nome de *Revista do Departamento de História*, mudado para *Varia História* em 1993. No ano de 1999, passou a ser publicada pelo Programa de Pós-graduação em História da UFMG, quando foram estabelecidos novos critérios editoriais, buscando uma crescente adequação às exigências técnicas e acadêmicas apropriadas aos periódicos científicos de qualidade. Desde então, a *Varia História* tem tido regular participação de professores e especialistas de renome de instituições nacionais e estrangeiras. Em 2002, o Programa definiu com mais rigor novas diretrizes para a Revista, com o objetivo de firmar o padrão de excelência nacional então alcançado e aumentar sua abrangência internacional. O comitê editorial foi ampliado, passando a ser composto por representantes de cada uma das três linhas de pesquisa que constituem o Programa, e o comitê consultivo passou a integrar professores de instituições estrangeiras. Optou-se pela constituição de dossiês temáticos a serem organizados pelas linhas em sistema de rodízio, além do recebimento de artigos avulsos, submetidos a pareceristas, bem como de resenhas. Pretendeu-se com isto dar maior visibilidade aos projetos, seminários, temáticas e discussões que cada uma das linhas do Programa realiza, refletindo o intercâmbio acadêmico que o mesmo solidificou nos anos recentes. Desde então, os diversos volumes contam somente com artigos inéditos. No mesmo período, fez-se um esforço para ampliar a sua circulação nacional e internacional, como também para aumentar o volume de assinaturas. Como reconhecimento desta política, a *Varia História* foi classificada como A1 pelo Comitê de Avaliação da Área de História da CAPES em 2010, classificação que se repetiu em 2011 e 2012. Desde 2007, a Revista está disponível na base do Scielo. Em 2010, a *Varia História* foi indexada na base EBSCOHOST e estamos tratando da sua inclusão no REDALYC.

A Revista *Varia História* pretende ser um espaço amplo de discussão acadêmica de temas históricos (a História entendida como Ciência), e que dialoga com vários campos do saber que lhe são próximos, com exceção, no entanto, das contribuições no campo do ensino de História, tema que demanda uma publicação específica. As edições são compostas de quatro seções: dossiês temáticos, artigos, resenhas e edição crítica de documentos. Os dossiês temáticos são organizados por convite pelas linhas de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, ou pesquisadores convidados, em sistema de rodízio. Os artigos, as resenhas e a edição crítica de documentos são recebidos em fluxo contínuo e submetidos à avaliação por pares.

A progressiva visibilidade internacional que a *Varia História* tem alcançado nos últimos anos tem atraído pesquisadores de renome internacional (dos EUA, Portugal, França, Argentina e outros países) que, espontaneamente têm submetido seus artigos à apreciação. Em 2013, a Revista encontra-se num padrão consolidado de excelência e por isso chegou-se a um momento de novas mudanças no seu formato. A principal delas, inaugurada com esse número, é a ampliação de sua frequência para três edições anuais, pelos motivos expostos a seguir.

O volume de submissões espontâneas veio crescendo em ritmo muito rápido nos últimos anos, bem como a qualidade dos artigos recebidos. Em 2010, foram submetidos 53 artigos, sendo 26 deles aceitos e os demais 27 recusados. Em 2011, foram submetidos 46 artigos, sendo 24 aceitos e 22 recusados. Em 2012, as submissões chegaram a 61 artigos, com 25 deles aceitos, 30 recusados e os demais em análise. O aumento do volume de submissões tem sido acompanhado de uma redução do tempo médio entre a chegada do artigo e o aceite final para publicação. No ano de 2010, esse tempo médio foi de 182 dias, enquanto em 2011 ele alcançou 146 dias e em 2012 chegou a 137 dias. Temos trabalhado para reduzir ainda mais esse padrão, já que ele é fundamental para criar uma relação de confiança entre editor e autor, com conseqüentes impactos na qualidade dos artigos captados.

Cabe lembrar que a presença no Scielo pode ser identificada como o principal fator que provocou a elevação de qualidade observada nos últimos anos. Segundo os dados estatísticos disponíveis no Scielo, entre fevereiro de 1998 e abril de 2013 a página principal da revista havia sido acessada 41.186 vezes, enquanto seus artigos atingiram 575.859 acessos. Esses valores são muito maiores que aqueles que poderiam ser obtidos apenas com a edição impressa, e podem ser vistos como uma realimentação contínua entre o incremento no acesso à Revista, o aumento da sua visibilidade e o incentivo aos autores para que submetam artigos.

O acúmulo de artigos aceitos tem provocado o aumento do tempo entre a finalização da análise do artigo e sua efetiva publicação. O ano de 2012 refletiu essa realidade: foram publicados 37 artigos,

enquanto em 2011 foram 30 e em 2010 foram 28 O agravamento desse quadro poderia levar autores qualificados a desistirem de publicar no periódico, impactando negativamente sua qualidade futura. Por outro lado, o aumento da periodicidade testemunha o amadurecimento da Revista e da área de conhecimento, alinhando-nos com periódicos internacionais já consolidados.

Portanto, esperamos que esse novo momento da Revista, inaugurado com esse volume, possa continuar a contar com a confiança e o apoio de leitores e autores na sua missão de difundir o conhecimento histórico de ponta produzido no meio acadêmico.

Os Editores

Editorial 14 - Dossiê: Nações, Comércio e Trabalho na África Atlântida

Apresentação

É visível o crescimento do campo dos estudos africanos no Brasil ao longo da última década. Cada vez mais eventos dedicados ao tema ocorrem em diversos espaços no país, as agências de fomento investem no desenvolvimento de projetos vinculados à área, as traduções e publicações de livros de pesquisadores brasileiros também aumentaram significativamente nos últimos anos. O diálogo internacional, já em andamento, é mais um objetivo a ser perseguido e consolidado nos próximos anos.

Este dossiê é mais um passo nesta direção tendo sido originalmente pensado para trazer novas reflexões ou releituras acerca dos temas relacionados à história do trabalho no continente africano. Trata-se de tema caro e fundamental para a compreensão dos desenrolares históricos das formações sócio políticas da África, inclusive por sua centralidade na própria tradição historiográfica. Estudos sobre a escravidão, o tráfico atlântico de escravos e as formas de trabalho forçadas produziram verdadeiros clássicos cujas influências extrapolaram as áreas de estudo relativas apenas à história do trabalho.

Se por um lado os desenvolvimentos historiográficos das últimas décadas fizeram muito para ultrapassar as velhas dicotomias que nortearam as pesquisas sobre história da África por boa parte da segunda metade do século XX, mostrando as complexidades das condições sociais para muito além dos binômios escravo-livre, colonizado-colonizador, vítima-algoz, colonial-pós-colonial, entre outros, por outro, não é possível desprezar as relações violentas que se impuseram em diversos níveis sobre as várias regiões do continente africano desde o contato com a Europa em estágio inicial da expansão capitalista. Como pensar as mudanças nas formas de escravidão no interior do continente sem levar em consideração as dinâmicas atlânticas das épocas moderna e contemporânea? Como considerar as condições extremas de exclusão e opressão no continente sem atentar para as lógicas coloniais derivadas da expansão imperial europeia a partir de meados do século XIX? Boa parte destas questões estão, direta ou indiretamente, abordadas nos textos do dossiê, escritos por historiadores brasileiros, africanos e europeus, num esforço de ampliar os debates do campo crescente em searas brasileiras e estimular um produtivo diálogo internacional.

Antes porém, apresentamos um texto de José da Silva Horta, que chegou-nos por ocasião de sua eleição para o PROGRAMA CÁTEDRAS do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares/IEAT/UFMG e patrocinado pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP. *Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem: Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII)* foi o texto original apresentada na Grande Conferência, atividade primeira desenvolvida no âmbito do programa de *Catedrático Residente* da UFMG que teve parcerias transdisciplinares com vários grupos de pesquisa, centros e laboratórios da UFMG e PUC-Minas.¹

O texto de José da Silva Horta apresenta análise singular ao defender o uso de etnônimos para compreender as “nações” enquanto identidades étnicas das sociedades do Noroeste africano subsaariano a partir das pistas fornecidas por três dos mais importantes tratados do *corpus* documental para a região, escritos entre fins dos séculos XVI e XVII, por André Álvares de Almada, André Donelha e Francisco de Lemos Coelho. O autor enfrenta não apenas o desafio conceitual da historiografia mas também avança ao apresentar metodologias de leituras para compreender como pensavam os oeste-africanos em relação aos seus marcadores identitários, que variavam conforme as sociedades. As lógicas identitárias oeste-africanas, por vezes, foram bem captadas pelos discursos antropológicos dos viajantes/comerciantes, e em outras foram reconstruídas pela matriz de pensamento ocidental destes. Este foi o escopo da análise de Horta – mostrar que as sociedades se identificavam a partir do sentimento de pertença não restrito a um território ou a uma língua.

Voltando, portanto, ao tema original do dossiê, a organização dos outros artigos se deu por sequência temática e temporal. No artigo *Biografia como História Social*, Roquinaldo Ferreira apresenta a trajetória incrível de duas gerações da família Ferreira Gomes com o objetivo de explicar o funcionamento das redes transatlânticas que deram sustento ao comércio ilegal de escravos entre Angola e o Brasil. Assim como as estratégias utilizadas pelos comerciantes de Benguela, como o empresário Gomes Júnior, filho do carioca Ferreira Gomes e de mãe africana (Benguela), para driblar o controle do comércio ilegal de escravos. As trajetórias familiares mostram como comerciantes brasileiros e angolanos instalados ao sul de Luanda tentaram driblar as autoridades britânicas e portuguesas na

costa angolana no contexto da proibição do tráfico de escravos e do comércio de urzela. A decadência das famílias angolana-brasileiras em Benguela, como ocorreu com o clã Ferreira Gomes, foi marcada pela independência do Brasil, a extinção do comércio de escravos e a tentativa de maior controle colonial português que diminuía drasticamente o papel das elites da terra. As questões raciais que até então não eram levadas em consideração devido ao pequeno número de brancos passavam a ter outra conotação em meados do Oitocentos em Angola.

O artigo de Elaine Ribeiro trata dos trabalhadores africanos no período posterior ao tratado por Ferreira. Seu texto aborda um grupo contratado em Luanda para acompanhar a expedição de Henrique de Carvalho à Mussumba do Muatiânvua, na década de 1880, no contexto pós-abolição da escravidão nas possessões portuguesas. Com uma instigante análise baseada principalmente no próprio relato de Henrique de Carvalho – inclusive em parte da documentação iconográfica disponível – Elaine procura apresentar as condições de trabalho destes africanos, suas atividades e remunerações, as hierarquias estabelecidas entre eles e suas estratégias de atuação no contexto da expedição. Desta forma, aflora de sua pesquisa, por um lado, uma rica imagem do cotidiano destes trabalhadores, sempre em relação dialógica com a historiografia africanista que aborda as regiões visitadas e, por outro, eventuais formas de reconstrução identitária deste grupo que apropriava-se de elementos culturais distintos e construíam seus caminhos e vivências ao longo da expedição.

O historiador português Augusto Nascimento, especialista na história de São Tomé e Príncipe, analisou as questões relativas ao trabalho forçado de serviçais nas roças de São Tomé e Príncipe, importados do continente, principalmente através de Angola, e ao poder dos roceiros no momento da polémica do cacau escravo no arquipélago. Os objetivos do autor consistem na análise, através dos discursos na imprensa de São Tomé, de como os são-tomenses se tentaram interpor no debate em torno do trabalho forçado de africanos e também na reflexão das fronteiras entre nação e raça, pensadas de forma distintas pelos ilhéus e autoridades colonizadoras num período em que a colonização estava assentada em critérios de hierarquização racial e as noções republicana de cidadania não se aplicavam à maioria dos indivíduos dos chamados territórios coloniais.

O ensaio de Jean Michel Tali, numa instigante reflexão sobre o trabalho forçado no caso dos regimes coloniais franceses no continente africano, retoma um dos temas clássicos da historiografia sobre o período colocando-o em perspectiva e dialogando com autores de diferentes matizes. Desta reflexão, resulta uma interessante síntese do estado atual das pesquisas sobre o tema. Ao realizar uma análise ao mesmo tempo aguçada e ampla, o autor recoloca a importante questão da relação entre formas de trabalho compulsório e o imperativo capitalista dos regimes coloniais. Com foco principal nas relações de produção na África colonial francesa, Jean-Michel amplia o escopo de análise com constantes comparações com regiões colonizadas por outros países europeus, demonstrando com grande clareza que, a despeito de projetos coloniais aparentemente diferentes, a expropriação forçada do trabalho foi, em conjunção com a expropriação territorial, elemento fundamental e basilar das práticas colonialistas em todo o território africano. Desta forma, sua interpretação reapropria-se de uma perspectiva global ao considerar a violência das relações de trabalho no continente africano como parte integrante do processo de formação do sistema mundo capitalista, e como ela se entranha em todos os níveis da hierarquia social ao longo do tempo.

Esta mesma perspectiva global orienta a pesquisa do historiador nigeriano Adoyi Onoja, a despeito de seu estudo de caso referir-se especificamente a uma história regional, qual seja, ao trabalho da polícia na cidade de Jos, Plateau, no centro da Nigéria. O percurso que Adoyi traça para analisar as entrevistas realizadas com membros da polícia em Jos engloba desde as relações entre a conformação do Estado nacional nigeriano pós-independência e suas relações políticas internacionais imersas na Guerra Fria, passando pelas reflexões sobre os impactos dos longos anos sob governo militar em seu país e as consequências desastrosas das políticas econômicas centralizadoras, organizadas em torno da exportação de petróleo principalmente a partir da década de 1980, que desmantelaram os setores agrícola e industrial da economia nigeriana.

A conversão dos rendimentos do petróleo em investimentos na área de segurança, justificados pela instabilidade social resultante do desmantelamento dos demais setores da economia, explicaria então a predominância do exército como força de segurança nacional, que assumiu em grande parte as atividades que originalmente seriam apanágio de sua polícia não militar. Finalmente, surge um vívido quadro das condições materiais de trabalho de policiais e oficiais numa região marcada por tensões sociais no centro da Nigéria.

Esperamos, enfim, que as leituras destes textos estimulem cada vez mais novos pesquisadores e novas pesquisas sobre o tema, sempre ampliando os debates e contribuindo para o amadurecimento de um campo em acelerado crescimento no Brasil, e fortalecendo e consolidando o processo de internacionalização em curso.

Os Organizadores

Alexsander Gebara
 Departamento de História
 Universidade Federal Fluminense
 Niterói (RJ)
 Brasil

Vanicléia Silva Santos
 Departamento de História
 Universidade Federal de Minas Gerais
 Belo Horizonte (MG)
 Brasil

- 1 GRUPOS DE PESQUISAS: *Escravidão, mestiçagem, trânsito de culturas e globalização - séculos XV a XIX*, coordenador: Eduardo França Paiva (Departamento de História – FAFICH/UFMG); *Migrações e deslocamentos – a constituição de 'estéticas diaspóricas' nas literaturas africanas de Língua Portuguesa*, coordenadora: Maria Nazareth Soares Fonseca (Programa de Pós-graduação em Letras/Instituto de Ciências Humanas/PUC-MG); *População e Políticas Sociais*, coordenador: Eduardo Rios Neto (Departamento de Demografia – FACE/UFMG); *Literaturas: escrita, leitura, traduções*; pesquisadora: Sônia Queiroz (Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – FALE/UFMG); *ARCHE - Arte, Conservação e História – Espaços*, pesquisadora: Yacy-Ara Froner (Departamento de Artes Plásticas – Escola de Belas Artes/UFMG); *A Modernidade Ibero-americana e a capitania de Minas Gerais (séculos XVII-XVIII) - Espaços, Poder, Cultura e Sociedade* (UFMG/CNPq), coordenadora: Júnia Furtado (Departamento de História – FAFICH/UFMG), pesquisadora: Márcia Almada.
- CENTROS E LABORATÓRIOS: *Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno-CEPAMM-UFMG*, coordenador: Eduardo França Paiva (Departamento de História – FAFICH/UFMG); *Centro de Estudos Africanos – CEA-UFMG*, coordenador: Luiz Alberto O. Gonçalves (Presidente do Conselho do CEA-UFMG); *Laboratório de Estudos Africanos e História do Atlântico Negro* (CNPq/UFMG), coordenadora: Vanicléia Silva Santos (Departamento de História – FAFICH/UFMG); *Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - LABEPEH*, coordenadores: Júnia Sales, Pablo Lima e Soraia Dutra (Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, DMTE – FAE/UFMG).

Editorial 15 - Dossiê: As Direitas na História

Apresentação

Durante muito tempo, a pesquisa acadêmica relegou a segundo plano o estudo da direita política. Em parte, isso se explica pelo desprezo que os círculos progressistas devotavam à direita, que muitos consideravam destinada ao lixo da história graças ao esperado triunfo das forças favoráveis à mudança social. Tal quadro de pensamento fortaleceu-se com a derrota da direita no contexto da Segunda Guerra, o que levou os mais afoitos a imaginar um declínio irreversível das forças conservadoras. Ledo engano. Em décadas recentes a direita demonstrou capacidade de renovar-se e formar novas lideranças, ao mesmo passo em que tem conseguido atrair apoio social e suporte eleitoral. Processos iniciados há algum tempo, como o declínio dos modelos dominantes à esquerda – notadamente a crise das matrizes soviética e social-democrata – contribuíram para esse quadro, assim como eventos mais atuais, como a crise econômica europeia. Já vão longe os tempos em que a direita parecia sem futuro, obliterada pela sensação (exagerada) de uma maré montante dos valores progressistas. O fato é que a direita “voltou” ao proscênio da política mundial – e nacional –, o que a torna um tema de pesquisa ainda mais relevante. Para os historiadores, o fato de um determinado processo ou fenômeno estar superado não diminui sua importância como objeto de estudo. Porém, sem dúvida, a atualidade aguça o nosso interesse e curiosidade, bem como as eventuais implicações políticas do nosso trabalho.

Para designar adequadamente esse campo político o melhor seria dizer “direitas” – embora a pluralidade pode ser entendida como implícita no conceito –, pois o grupo é heterogêneo e marcado pela presença de diferentes tradições políticas. O estabelecimento das “fronteiras” que definem o campo direitista é assunto polêmico. Há desde as situações consensuais, como o conservadorismo clássico e o fascismo, cujo pertencimento à direita não é objeto de questionamento sério, até o caso mais complexo do liberalismo, que gera disputas mais acirradas devido a suas implicações atuais. Por outro lado, deve ser lembrado que a própria luta contra a esquerda ajuda a estabelecer os contornos da direita, já que o combate acirrado contra os inimigos é fundamental para a sua instituição como segmento específico do campo político.

Ao longo do tempo as forças de direita construíram tradições que logram arraigar-se profundamente, ao ponto de podermos identificar algumas delas como verdadeiras culturas políticas. Mais além de constituírem projetos de poder e basearem-se em conjuntos de ideias, as culturas de direita fornecem identidades agregadoras e implicam valores que transcendem a política *stricto sensu*. A manutenção da ordem, na perspectiva de algumas culturas de direita, significa muito mais do que a defesa da propriedade e de interesses materiais. Elas batem-se, também, por valores morais e, frequentemente, religiosos, que percebem como estando ameaçados pelas ações da esquerda. Fundamental levar em conta a complexidade que caracteriza os grupos de direita, estudar seus valores, seus mitos, seus objetivos, de outro modo não se alcançará análise e compreensão adequadas desse fenômeno pleno de relevância histórica e de atualidade.

Tais considerações explicam a motivação para propor este dossiê aos editores de *Varia Historia*. Para dar corpo à ideia de organizar o volume foram convidados destacados pesquisadores estrangeiros que se dedicam à história das direitas. A intenção é oferecer aos estudiosos do tema no Brasil – aliás, um grupo em crescimento – uma amostra do que nossos colegas do exterior têm realizado. E os cinco artigos apresentam diferentes possibilidades (teóricas, temáticas, regionais) de abordagem do campo da direita. Não se trata de aprender ou ensinar lições, afinal, estudos elaborados no Brasil também têm inspirado pesquisadores de outros países. A expectativa é estabelecer uma relação de troca que poderá ser frutífera para todos nós, inclusive porque a maioria dos autores convidados pesquisa o contexto brasileiro ou dialoga com ele.

O primeiro texto do dossiê é de autoria do pesquisador e professor português António Costa Pinto, que tem publicado importantes trabalhos sobre movimentos autoritários e fascistas da Europa. No presente artigo, Costa Pinto centra sua análise no corporativismo e nas instituições nele inspiradas, que foram apropriadas por diferentes grupos de direita. O autor analisa as origens do corporativismo, mas, sobretudo, a sua difusão no contexto entre guerras (anos 1920-40), quando alcançou vários países na Europa e em outros continentes. No texto, Costa Pinto mostra que as ideias e as instituições corporativistas, originalmente produtos do pensamento católico, transcenderam essas bases religiosas

e foram adaptadas por diferentes regimes políticos autoritários e fascistas, por vezes alcançando marcante longevidade.

No artigo seguinte, a pesquisadora norte-americana Margaret Power apresenta um estudo sobre tema marcante na história recente das mani-festações de direita, o ativismo político de grupos femininos. A participação das organizações femininas no golpe de 1964 é tema conhecido e já bastante estudado no Brasil. A novidade do artigo é mostrar as conexões transnacionais estabelecidas por tais grupos de mulheres, concentrando-se no estudo de redes que se constituíram entre Brasil, Chile e Estados Unidos. Tributária da historiografia mais recente que vem questionando visões tradicionais sobre a Guerra Fria e o papel dos atores locais nessas disputas, Power analisa como a direita norte-americana foi influenciada pela atuação das mulheres conservadoras atuantes em países da América Latina.

O terceiro texto do dossiê foi escrito por Ernesto Bohoslavsky, historiador argentino que tem oferecido contribuição importante ao estudo das direitas no cone sul. Neste artigo, Bohoslavsky analisa o tema do anticomunismo no debate político e parlamentar do Brasil e do Chile no contexto dos anos iniciais da Guerra Fria. Nesse período ocorreram processos semelhantes de perseguição aos comunistas nos dois países, que culminaram na exclusão dos respectivos Partidos Comunistas do jogo político institucional, nos anos de 1947 e 1948. Aprofundando o estudo dos discursos políticos produzidos por líderes de direita nesse contexto, o autor encontrou um quadro mais complexo no que toca ao anticomunismo professado por todos eles. A iniciativa de proscrever os partidos comunistas do jogo político não foi aceita de maneira unânime entre as direitas, que divergiram na estratégia de combate ao comunismo. Enquanto alguns setores apoiaram a repressão total aos partidos comunistas, outros grupos de direita acharam que a proibição do funcionamento legal de tais partidos era ineficiente, além de significar uma agressão inaceitável às garantias democráticas tradicionais.

No artigo seguinte do dossiê publicamos uma interessante reflexão do historiador francês Stéphane Boisard, cujas pesquisas têm como foco as direitas na América Latina. Neste texto, a proposta de Boisard é fazer algumas reflexões gerais sobre a aplicação à América Latina de categorias e conceitos elaborados originalmente para o quadro europeu. Partindo da análise dos principais debates teóricos realizados por autores europeus para a caracterização das direitas, o autor aponta a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre esse tema na América Latina. Enfatizando a importância de pesquisar as redes de circulação de ideias entre a América e a Europa, e o modo como os conceitos europeus foram recebidos nesta parte do mundo, Boisard sugere, entre outras coisas, que se dê atenção especial à periodização da história das direitas, e que se busque uma adequada caracterização dessas correntes políticas na América Latina.

O texto do historiador norte-americano Benjamin A. Cowan encerra o dossiê, com um esclarecedor estudo que aponta a atualidade do tema da direita. Ele aborda a história recente da atuação política dos evangélicos conservadores, que ganharam notável visibilidade nos dias atuais. A originalidade do trabalho de Cowan reside em mostrar o processo de surgimento e ascensão da direita evangélica em seus primórdios, nos anos 1970. Atemorizados com o processo de mudança de comportamentos e valores morais, que eles percebiam como implicado nas ações da esquerda, os evangélicos conservadores abandonaram sua atitude tradicional de evitar o campo político. Eles passaram a abraçar com entusiasmo a militância conservadora, entrando em choque com grupos protestantes de linha “progressista”. Nesse caminho, aliaram-se à ditadura militar, em nome da defesa da família tradicional e da moral cristã, contra a liberdade sexual e o comunismo.

Enfim, o leitor tem nas mãos um conjunto de trabalhos de qualidade, que mostram o “estado da arte” no campo de estudos da história da direita. O dossiê é uma aposta no estreitamento do diálogo transnacional envolvendo os pesquisadores dedicados ao tema, assim como um convite para que jovens historiadores venham se juntar ao grupo.

Boa leitura, bom diálogo.

Rodrigo Patto Sá Motta
Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte (MG)
Brasil

Editorial 16 - Dossiê: Educação e História

Apresentação

A educação, sobretudo escolar, assumiu ao longo do século XIX uma posição cada vez mais importante no mundo ocidental. Como processo central na configuração do mundo contemporâneo, a formação dos Estados nacionais repousou sua soberania sobre o conjunto dos cidadãos. Para que isso se tornasse efetivo, era necessário formar um novo indivíduo que se dispusesse a sacrificar-se por sua comunidade política imaginada. Imaginar a camaradagem horizontal, de que fala Benedict Anderson,¹ em que homens e mulheres se solidarizam entre si sem nunca terem se conhecido só foi se tornando possível à medida que diversas instituições foram se voltando para essa tarefa. A adoção de uma língua comum, o reconhecimento de um espaço geográfico nacional, a construção de um passado nacional foram, dentre outras, tarefas a que se dedicaram os construtores desse artefato cultural denominado Estado nacional. É por isso que a educação ocupa um papel cada vez maior nesse processo.

Por outro lado, a educação foi se tornando uma ferramenta importante de transformação social. O estudo clássico de T. H. Marshall sobre a evolução da cidadania na Europa ocidental já aponta isso.² Seu esquema de análise procura mostrar a articulação de três momentos sucessivos nesse processo. Primeiramente, há a conquista dos direitos civis, ligados à afirmação da liberdade individual e da propriedade privada. Em seguida, e como decorrência, há a progressiva expansão dos direitos políticos, sobretudo o voto, mas também o direito de associação. Com o aumento da participação política, houve o avanço dos direitos sociais, que abriu caminho para o surgimento do chamado *welfare state* ao longo do século XX. Nesse esquema, Marshall reconhece que houve um direito social que antecedeu todos os outros e que foi condição para que as classes trabalhadoras pudessem se organizar e ampliar suas reivindicações: a educação. Motivada pelas guerras, que agora eram travadas entre Estados nacionais, a defesa dessa nova forma de soberania requereu que se cuidasse da formação dos cidadãos, o que favoreceu a universalização do ensino laico e público. Consequência imprevista dos rumos tomados pelo processo de formação dos Estados nacionais, a educação veio a moldar as faces do mundo ocidental no século XX.

Os economistas também têm se preocupado com o problema da educação, nesse caso aplicado ao desenvolvimento econômico. Tratada como capital humano, a formação educacional de uma população teria implicações cada vez maiores sobre a capacidade de uma economia nacional fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Por outro lado, estudiosos vêm se debruçando mais recentemente sobre o impacto da formação de capital humano na trajetória histórica das nações. Estudando de forma comparada a difusão do letramento e do numeramento em diversos espaços nacionais, a literatura econômica mais recente tem procurado correlacionar tal difusão com a maior capacidade de resposta aos desafios econômicos que se antepuseram ao longo da história desses Estados nacionais, sobretudo o problema da superação da desigualdade econômica.³

É diante desses papéis desempenhados pela educação na história que foi organizado o dossiê desse número de *Varia Historia*. O objetivo é destacar artigos que mostram a importância assumida pela educação em um momento chave no processo de formação do Estado nacional brasileiro: o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

O primeiro artigo, de autoria de Juliana Goretti Aparecida Braga Viegas e Ana Maria de Oliveira Galvão e intitulado “Interfaces entre o processo de legitimação do grupo escolar como instituição de saber e a resignificação do lugar simbólico de Ouro Preto como cidade monumento”, trata da criação do Grupo Escolar Pedro II como a construção de uma imagem de lugar de memória preservada para Ouro Preto. No contexto das reformas escolares do início da Primeira República, em Minas Gerais avançou-se na construção dos grupos escolares com o propósito de substituírem as antigas aulas isoladas. Para as autoras, a forma como se deu a instalação do Grupo Escolar Pedro II, e a própria escolha do seu nome, mostram que o contexto do qual o grupo escolar fazia parte parece ter desempenhado papel fundamental em seu processo de legitimação como instituição de saber. Portanto, a história dos locais onde os grupos foram implantados parece ter influenciado na produção de sua legitimidade e nos rumos que essas novas instituições escolares assumiram.

No texto “Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903–1925)”, Zita Rosane Possamai apresenta a trajetória dessa instituição museológica desde sua criação até o

momento em que ela deixa de ser um museu de ciências naturais e se transforma em uma instituição historiográfica. Nessas primeiras décadas de sua existência, a despeito dos desafios sempre enfrentados pelos seus dirigentes, a instituição teve como foco a pesquisa e, ao seu lado, o ensino em articulação com instituições escolares gaúchas. Nesse sentido, ganha importância a aproximação dos procedimentos de exposição museológica com o chamado método intuitivo ou *Lição de coisas*. Introduzido ainda no Império e retomado na República, o novo método contrapunha-se aos métodos tradicionais de ensino (baseados na memorização e na repetição), estimulando um papel ativo do aluno no processo de aprendizagem. Ao partir do concreto para chegar ao abstrato, das coisas para chegar às ideias, procurava estimular a observação e a experiência no cômputo de uma educação científica. Para a autora, é possível observar nas práticas e ideias expressas por Francisco Rodolpho Simch, diretor do museu no período em estudo, “uma afinidade com os pressupostos do método in-tuitivo ao privilegiar a coleta, estudo, classificação e exposição de coleções vinculadas especialmente às ciências naturais, concebendo seus produtos como aqueles que permitiriam uma utilidade prática pela sociedade em favor do desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul”.

O terceiro artigo do dossiê (“Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX”, de Marcus Levy Bencostta) trata de analisar as estratégias utilizadas pela hierarquia da Igreja Católica que incentivaram em seus documentos episcopais as manifestações culturais de caráter cívico nas instituições educacionais sob sua tutela. Mais especificamente, aborda a atuação de Dom Nery, bispo da diocese de Campinas em São Paulo (1908-1920), que se integra às estratégias desenvolvidas pela Igreja Católica nas décadas iniciais do século XX para se reaproximar do Estado brasileiro, em resposta à laicização e ao anticlericalismo que marcaram a instalação do regime republicano. As escolas vinculadas à diocese voltaram-se, assim, para a participação nos desfiles cívicos. Nessa aproximação, não se furtaram à introdução da formação militar para seus alunos, em estreita colaboração com o Exército brasileiro.

Esses três textos mostram os rumos assumidos pela educação nesse momento específico da nação brasileira. Chama a atenção as inúmeras idas e vindas no estabelecimento de processos de formação educacional, apontando para os diferentes processos e contextos de legitimação dos processos educacionais que iluminam as dificuldades de universalização do ensino no Brasil.

Tarcísio R. Botelho
Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte (MG)
Brasil

-
- 1 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 - 2 MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
 - 3 Exemplo dessa abordagem é: BATEN, Joerg; JUIF, Dácil; MUMME, Christina. Aberto e desigual: a globalização aumentou o intervalo educacional entre ricos e pobres? In: BOTELHO, Tarcísio R.; VAN LEEUWEN, Marco H. D. (orgs.). *Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2010, p.139-162.

Editorial 17 - Dossiê: Intelectuais e circulação de ideias na América Latina

Apresentação*

O presente dossiê de *Varia Historia* é dedicado à História Intelectual Latino-Americana, com ênfase na história dos impressos, das ideias e de sua circulação.

A História Intelectual é um campo de estudos que vem crescendo nas universidades e instituições de pesquisa latino-americanas, particularmente a partir dos anos 1980 e 1990, juntamente com os processos de redemocratização em vários países do continente e a necessidade de se repensar o papel dos intelectuais na vida política e social de cada um dos países e na América Latina como um todo.

O importante ensaísta e crítico literário uruguaio Ángel Rama já havia, em seu famoso livro *La ciudad letrada*, de 1984, indicado alguns caminhos que seriam percorridos pela história intelectual latino-americana nas décadas seguintes, particularmente sobre as vinculações entre os intelectuais e os núcleos urbanos de poder.¹

Conforme Carlos Altamirano, em sua introdução geral aos dois volumes da *Historia de los intelectuales en América Latina*, além das ideias, era necessário aprofundar a reflexão sobre a posição dos letrados latino-americanos no “espaço social, suas associações e formas de atividade, instituições e campos da vida intelectual, seus debates e relações entre ‘poder secular’ e ‘poder espiritual’”.²

Os estudos na área de História Intelectual, em um sentido amplo, têm como seus objetos de pesquisa e reflexão não apenas a história do pensamento e o debate de ideias e ideologias, mas questões como a constituição de redes e sociabilidades intelectuais; os variados tipos de impressos, sua circulação e articulação com o debate público; as viagens e intercâmbios; as experiências de exílio e deslocamento etc. São estudos que buscam analisar as conexões entre os intelectuais e as diversas instâncias da vida pública, como a política, a diplomacia, os meios de comunicação, as instituições educativas e científicas, as expressões artísticas, associações e movimentos sociais, entre outras.

Na América Latina, as pesquisas nessa área tiveram um incremento muito vigoroso a partir dos anos 1990. A criação do Programa de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina, em 1994,³ e a publicação de *Prismas - Revista de historia intelectual* pela editora da UNQ, desde 1997, são marcos importantes para essa área de estudos. Em vários países latino-americanos – com destaque para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai – é crescente o número de pesquisadores e trabalhos publicados na área de História Intelectual. Esse aumento teve, como um de seus desdobramentos, a realização do *I Congreso de Historia Intelectual de América Latina*, em Medellín, Colômbia, em setembro de 2012, e o *II Congreso de Historia Intelectual de América Latina*, que será realizado em Buenos Aires, em novembro deste ano.

O dossiê que ora apresentamos traz cinco artigos que abordam algumas das temáticas elencadas acima: o debate de ideias e sua circulação entre países e continentes; os periódicos, sua importância e repercussão; as trajetórias e inserção de intelectuais na cena pública.

Abrindo o dossiê, Maria Ligia Coelho Prado analisa os artigos publicados a respeito do México na famosa publicação francesa *Revue des Deux Mondes*, entre 1840 e 1870. A revista, muito lida pelos intelectuais latino-americanos, expressava, como demonstra a autora, os interesses nacionais e a perspectiva imperial da França. De todos os países latino-americanos abordados pela *Revue*, o México foi o objeto predileto das reflexões do periódico, no período estudado, em cerca de 30 artigos. Os intelectuais franceses que escreveram na *Revue* defendiam que seu país deveria ocupar um papel de liderança do “mundo latino”. O México era representado, nesses artigos, como um país “exótico, atrasado, anárquico, vivendo nos tempos de Felipe II”. E, como lembra Prado, durante o governo de Napoleão III, os franceses colocaram em prática esta perspectiva, ao enviar tropas para sustentar a monarquia no México, numa intervenção, afinal, derrotada pelos liberais mexicanos. Sendo assim, o artigo de Ligia Prado traz elementos para uma melhor compreensão de um aspecto pouco salientado da ação francesa na América Latina no século XIX, seu papel imperial, para além do lugar da França – e de Paris, especialmente – como o principal centro intelectual, literário e cultural, para onde convergiam, ou desejavam convergir, os intelectuais latino-americanos.

José Luis Bendicho Beired, em seu artigo *Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano*, analisa a constituição de vertentes defensoras do hispanismo e do latinismo nos dois lados do Atlântico, entre meados do século XIX e meados do XX. Utilizando-se de revistas e jornais como

principais fontes documentais, o autor mostra que, até inícios do século XX, não havia evidente oposição entre essas duas correntes, sendo predominante, inclusive, uma visão de complementaridade. Para intelectuais franceses, assim como para espanhóis, devia-se contrapor, às intervenções norte-americanas sobre a América ao sul do Rio Bravo, a “cultura latina”. Após a Primeira Guerra Mundial, entretanto, as distinções entre o latinismo, vinculado às pretenções hegemônicas francesas, e o hispanismo, encabeçado pela Espanha, ficaram mais pronunciadas. O autor faz referências, também, acerca do debate sobre o iberismo, tanto na Espanha como em Portugal. Ao analisar concepções formuladas por intelectuais da península Ibérica e da América Hispânica, além de ações concretas para incrementar os vínculos com os países ibero-americanos, tanto por parte da França como da Espanha, Beired mostra a riqueza dos debates que envolviam, por um lado, filiações e vínculos intelectuais entre hispano-americanos e europeus, e, por outro, afirmações identitárias dos países latino-americanos – que cada vez mais se reconheciam como parte de uma região denominada América Latina –, sem ignorar as alterações que se estabeleceram nos termos do debate em função das significativas mudanças ocorridas na Espanha, a partir da Guerra Civil e da vitória franquista, em outros países europeus e nas Américas, ao longo do período focado.

No terceiro artigo do dossiê, Alejandra Mailhe analisa a revista *Archivos de psiquiatria, criminología, medicina legal y ciencias afines*, dirigida pelo médico e ensaísta argentino de origem italiana José Ingenieros (1877-1925), um dos mais importantes intelectuais latino-americanos de sua geração. A revista *Archivos*, publicada em Buenos Aires de 1902 a 1913, ocupou um lugar central, como mostra Mailhe, no desenvolvimento da psiquiatria e da criminologia como áreas especializadas do conhecimento, não só na Argentina como em muitos países da América Latina, contribuindo para a formação de uma rede de contatos e de ideias no continente. Entre seus colaboradores, *Archivos* teve autores latino-americanos e europeus. Entre os primeiros, brasileiros como Evaristo de Moraes, Francisco Franco da Rocha e Raimundo Nina Rodrigues. Conforme esclarece a autora, a revista tinha, como principal objetivo, o “estudo científico dos homens anormais”, especialmente criminosos e dementes, com ênfase em concepções positivistas de começos do século XX, mas com aberturas para outros enfoques. Para o leitor brasileiro, é de especial interesse a abordagem de Mailhe sobre as contribuições de Nina Rodrigues a *Archivos* e as divergências entre o autor brasileiro e José Ingenieros. O artigo de Mailhe procura mostrar, também, como a revista contribuiu para um processo, ainda que “muito moderado”, de “latino-americanização” dos intelectuais argentinos.

Regina Crespo, no artigo seguinte, intitulado *O México de Rodrigo Otávio e de Cyro dos Anjos: entre as atribuições do funcionário e o olhar do escritor*, analisa os olhares dos dois intelectuais brasileiros sobre o México, a partir de suas experiências no país setentrional em atividades diplomáticas. Depois de breves considerações sobre autores brasileiros que escreveram sobre o México – como Ronald de Carvalho, Erico Verissimo e Vianna Moog –, Crespo dedica-se à análise dos textos que, sobre o México, escreveram dois outros escritores brasileiros: o jurista Rodrigo Otávio e o escritor e funcionário público Cyro dos Anjos. Otávio esteve no México algumas vezes, entre 1923 e 1926, nas quais atuou em missões diplomáticas. Cyro, por sua vez, viveu na Cidade do México três décadas depois, de 1953 a 1954, atuando como professor da cátedra de Estudos Brasileiros na Universidad Nacional Autónoma de México e, a serviço da Embaixada brasileira, dando palestras sobre o Brasil em várias cidades mexicanas. No caso de Rodrigo Otávio, a principal fonte de Crespo foi seu livro *México e Peru*, publicado em 1940, além de jornais mexicanos da década de 1920 e da correspondência diplomática. Para analisar a visão de Cyro dos Anjos sobre o país hispano-indígena, a autora também se utilizou, principalmente, da correspondência diplomática, além das cartas entre o romancista de Montes Claros e o conterrâneo mineiro Carlos Drummond de Andrade.

Carlos Cortez Minchillo, no artigo que fecha o dossiê – intitulado *A América Latina de Erico Verissimo: vizinhança, fraternidade, fraturas* –, aborda a presença da América Latina na obra e trajetória do escritor gaúcho Erico Verissimo, com ênfase no seu relato de viagem *México*, publicado em 1957, e no romance *O senhor embaixador*, de 1965. Como sustenta o autor, Verissimo pensou a América Latina tendo os Estados Unidos como contraponto, tanto em razão do contexto da Guerra Fria como da polarização do debate político nos países latino-americanos, particularmente após a vitória, em 1959, da Revolução Cubana. A contraposição entre a América Latina e os Estados Unidos deu-se, também, face à própria vivência pessoal e profissional de Erico nos Estados Unidos, como palestrante e professor visitante em universidades norte-americanas, em 1941 e 1943-1945, e como diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, de 1953 a 1956 – períodos em que Verissimo ampliou sua sociabilidade intelectual não só com norte-americanos como também com vários hispano-americanos. Se nos anos 1940, no contexto da Segunda Guerra, Erico assumiu a defesa do pan-americanismo, na década seguinte, em plena Guerra Fria, o escritor brasileiro tornou-se cada vez mais crítico da política interna e, principalmente, da política externa dos Estados Unidos, e mais sensível às sociedades latino-americanas, suas culturas, histórias e problemas sociais. Carlos Minchillo mostra,

entretanto, as ambiguidades das representações do “povo” latino-americano nessas duas obras de Erico. O artigo busca avaliar, ainda, a recepção das obras de Verissimo entre os anos de 1950 e 1970, assim como as possíveis implicações das posições políticas do autor, um social-democrata crítico tanto dos regimes ditatoriais de direita como dos regimes totalitários do Leste Europeu, naqueles anos polarizados e de intensos debates em torno do compromisso político dos escritores e intelectuais.

Esperamos que este dossiê de *Varia Historia* contribua com o crescimento do interesse pela História Intelectual Latino-Americana e para incrementar as pesquisas, o intercâmbio e a circulação de ideias entre pesquisadores brasileiros e hispano-americanos.

Kátia Gerab Baggio

Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte (MG)
Brasil

* <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000300001>

- 1 RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Hanover, New Jersey: Ediciones del Norte, 1984. A primeira edição brasileira foi publicada no ano seguinte: *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Vale lembrar que Rama teve fortes vínculos com a cultura e a literatura brasileiras, tendo ministrado aulas na Universidade de São Paulo, em 1974, em disciplina sob a responsabilidade de Antonio Candido, e retornado ao Brasil em 1980 e 1983, apenas dois meses antes do acidente aéreo que o vitimou. Cf. AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.). *Ángel Rama: literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 30-35.
- 2 ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 11.
- 3 O Programa de História Intelectual esteve sob a direção de Oscar Terán até 2005, Carlos Altamirano até 2009 e, desde então, Adrián Gorelik. Em 2011, foi criado o Centro de História Intelectual da UNQ. Cf. <http://www.unq.edu.ar/secciones/243-centro-de-historia-intelectual-chi/>. Acesso em: 15 set. 2014.

Editorial 18 - Dossiê: Por uma nova história da Igreja Medieval

Editorial

Regina Horta Duarte

Editora Chefe de *Varia Historia Pós-Graduação em História Universidade Federal de Minas Gerais*
Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil reginahortaduarte@gmail.com,

Em 1985, os estudantes do curso de graduação em História da UFMG receberam um desafio: todos podiam propor um título para a nova re-vista, e o vencedor ganharia uma coleção de livros de Eric Hobsbawm. Inventamos títulos mirabolantes, pretensiosos, com expressões de efeito. Ao final, nosso colega Raimundo, seguindo a intuição de que “o fácil é o certo”, arrebatou o prêmio, sugerindo simplesmente “Revista do Departamento de História”. Em novembro do mesmo ano, saía o primeiro número, quase caseiro em sua diagramação, resultado indubitável de muito trabalho e ousadia, congregando grandes expectativas de professores e alunos.

Quem plantou o sonho da revista foi Ciro Flávio Bandeira de Mello, colega de erudição invejável combinada com a simplicidade de sábio professor, adorado pelos alunos e absolutamente apaixonado pela História. Foi o primeiro editor chefe, enfrentando todas as dificuldades práticas para efetivar a publicação, ao mesmo tempo em que nos encantou com a ideia de que o departamento produzia conhecimento de qualidade e demandava a criação de um veículo impresso.

Heroicos esforços mantiveram regularmente a revista ao longo dos anos, refinando seu escopo, diversificando seu conselho consultivo, des-cortinando novos horizontes e atraindo para suas páginas autores de outras universidades do Brasil e, posteriormente, de países diversos. A *Revista do Departamento de História* lançou-se, com intrepidez, para além de seu ninho: em 1993, os editores constataram que o título não mais correspondia à sua real condição, e rebatizaram-na *Varia Historia*. Renascia nossa revista assim já no seu número 12, não das cinzas, mas movida pela energia resultante de oito números de qualidade já publicados, antenada às mudanças em curso no campo de produção do conhecimento histórico contemporâneo.

Outros editores emprestaram sua dedicação, seu tempo e criatividade à condução do periódico ao longo das décadas. Além desses, membros do conselho editorial e consultivo, pareceristas anônimos, autores e leitores fizeram da trajetória de *Varia Historia* o resultado valioso de um esforço coletivo em prol da divulgação de pesquisas de qualidade e inovação, num cultivo constante do amor ao conhecimento histórico e aposta em sua capacidade de transformação social.

Algumas conquistas foram decisivas para a expansão da revista, como o aceite no Portal SciELO, em 2007, e a continuada avaliação pela Capes com Qualis A1, o que colocou *Varia Historia* no patamar das revistas de excelência na área de História no Brasil.

Neste número, inauguramos novo projeto gráfico, assinado por Rafael Chemicatti, com maior elegância, sobriedade e legibilidade. A edição impressa é também mais sustentável, reduzindo o gasto de papel assim como o custo para os cofres públicos, já que *Varia Historia* recebe apoio financeiro das agências Fapemig, Capes e CNPq, assim como da Pós-Graduação em História e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Os desafios são muitos para o futuro e, também, para a nova editoria que se inicia. Devemos alcançar crescente profissionalismo para atender às exigências do SciELO e para integrar a revista em indexadores internacionais. Será preciso ainda um controle cada vez mais rigoroso das práticas de julgamento entre pares para evitar plágios, autoplágios, problemas de autoria e artigos “salame”: todos esses são, infelizmente, eventos cada vez mais comuns no mundo acadêmico. Mas o sentido de publicar não pode, afinal, ser o ato *em si* de publicar, deve ser o de partilhar conhecimento inovador, inédito e de qualidade. As revistas precisam assumir papel de liderança no estímulo a práticas éticas de publicação, e *Varia Historia* deseja firmemente se comprometer com essa importante questão.

Varia Historia é hoje uma balzaquiana cheia de vigor, movida por desejos intensos de abertura para o mundo. Não tão jovem que já não tenha percorrido uma trajetória expressiva, madura o suficiente para saber da necessidade de se renovar sempre, cheia de entusiasmo, agente consciente de seu protagonismo na divulgação do conhecimento histórico de excelência.

Todos os alunos e colegas de Ciro Flávio Bandeira de Mello costumam lembrar-se de um retrato que havia em sua sala: nele se via uma belíssima mulher dando uma gargalhada, a cabeça

delicadamente jogada para trás, colo e pescoço em continuidade harmoniosa, numa atitude de gozo pela vida e alegria intensa. Um dia lhe perguntei: “quem é ela?”. Ele respondeu: “não sei, mas achei tão linda que botei na moldura”.

Ciro, fundador de *Varia Historia*, ficaria orgulhoso de vê-la em seu aniversário de 30 anos. Tão bonita e expressiva que valia uma moldura.

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000100001>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 55, p. 9-11, jan/abr 2015

Apresentação

Por uma nova história da Igreja medieval

Presentation

For a New History of Medieval Church

André Luis Pereira Miatello

Departamento de História Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil andremiatello@gmail.com

O presente dossiê temático está intimamente relacionado às discussões que foram levantadas por ocasião do *Congresso Internacional sobre Ordens religiosas na Idade Média: concepções de poder e modelos de sociedade*, ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais, entre os dias 26 e 29 de maio de 2014. Reunindo professores medievalistas de dez universidades brasileiras e seis professores/pesquisadores de universidades estrangeiras, bem como grande número de pós-graduandos, o congresso pretendeu apresentar uma análise inovadora do papel social e político das Ordens religiosas no Ocidente medieval, enfatizando os modos de reprodução do político no seio das comunidades urbanas. Tal empreitada manifesta uma mudança significativa no procedimento analítico da história religiosa ou da história medieval tradicional, bastante dependentes de uma argumentação estanque que tende a separar ou a dicotomizar uma sociedade eclesíastica (os clérigos) de uma sociedade secular (os leigos), tomando-as como antípodas de um projeto social que, gradativamente, foi afirmando -se sempre mais laico e, neste sentido, “moderno”. As conclusões do congresso são aqui alargadas para além do espaço social das Ordens religiosas, procurando abarcar o mais possível o lugar da Igreja na cristandade latina, no fim da Idade Média.

O tom revisionista continua o mesmo: esperamos realocar as discussões sobre a “religião”, a “igreja” e a “fé”, só para citar três exemplos, no debate mais atualizado da historiografia medievalística que tem conseguido um impressionante grau de respeitabilidade até mesmo em lugares, como Brasil, Argentina, Chile e México, em que tradicionalmente o período medieval não havia ainda despertado interesse a ponto de produzir historiografia, e não mais simplesmente reproduzi-la.

O interesse que moveu a composição deste dossiê está atrelado ao fato de que a historiografia medievalística contemporânea, ainda marcadamente europeia, apresenta-se bastante negligente em reavaliar o lugar da Igreja - e das instituições eclesiais - nas sociedades medievais latinas, mantendo-a, apesar de todo relativismo acadêmico, num posto inquestionável de “instituição dominante” (para usar uma expressão cara a Jérôme Baschet), sem, contudo, submeter este posto ao crivo da crítica com que foram analisadas outras instituições e/ou conceitos, como nação, Estado, povo, império etc. Deste modo, constatamos um desnível epistemológico significativo: historiadores que são profundamente desconstrutivistas, quando se trata de falar de povo ou nação, são marcadamente dogmáticos ao conceber uma “Igreja Medieval”, síntese de uma cultura englobante, universalizante, soberana e monopolizadora. De onde vêm tais ideias? Talvez devêssemos recordar que as recentes nações liberais viveram um conflito, incluindo às vezes lutas reais, para impor uma estrutura política em que “Estado” e “Igreja” fossem instâncias autônomas e autossuficientes. Tais lutas encontraram eco nas universidades, cujos intelectuais produziram discursos historiográficos que ora defenderam e ora combateram o projeto de separação Igreja -Estado. Surge daí uma *história política* para a qual a Igreja é secundária, e uma *história eclesíastica*, bastante apologética, para a qual o Estado sempre corrompe a Igreja. Em ambos os casos, a premissa mantém-se a mesma: Igreja e Estado são sempre e inexoravelmente coisas diferentes.

Como já se pode entrever, este raciocínio é de todo estranho ao dito período medieval quando os aspectos políticos e religiosos, bem longe de serem antitéticos, convergiam para um modelo social de Estado místico, como tal, não se deixava manipular nem por reis supostamente corrompidos pelo mundo, nem por papas sedentos de santidade: papas e reis, condes e frades participavam de uma sociedade mística que incluía, mas não se confundia com a instituição Igreja, ao mesmo tempo em que a política não se esgotava e nem poderia se esgotar naquilo que chamamos Estado.

Na Baixa Idade Média, debateu-se a premissa de que a *Ecclesia universalis* era a continuação e o aperfeiçoamento do *imperium Romanorum*, e, em virtude desta noção de império (*ratione imperii romani*) o papa podia, inclusive, reivindicar o fim do domínio muçulmano sobre a Terra Santa porque outrora aquela terra fora conquistada pelo império romano (Hostiensis, *Commentaria*, Lib. III, tit. xxxiv, cap. viii, n. 26). O interessante do comentário do Hostiensis, a meu ver, não reside tanto na defesa da plenitude do poder papal, mas na ideia de que o império romano persistiu na cristandade latina graças

a seu sucessor, o bispo de Roma. E este passado romano, que igualmente misturava sagrado e profano, constituía boa parte da base da identidade político-religiosa das sociedades medievais e não podemos impunemente ler a história medieval à luz das realidades políticas contemporâneas profundamente secularizadas e laicistas.

Neste dossiê, as discussões relativas ao papado couberam a Leandro Duarte Rust, com seu artigo "Inventando Gregório VII". O autor reavalia a historiografia política e eclesiástica das últimas dez décadas, a qual concebe Gregório VII e, a partir dele, o poder pontifício como dotado de uma lógica interna coerente, programática e estatizante, cuja ascensão irrefragável levou de roldão a todos os sistemas políticos ocidentais, antecipando, no século XI, a política moderna de centralização, controle e, quem sabe, de supressão da anarquia feudal. A análise de Rust, contrariando a tradicional historiografia, nos põe diante de um papado gregoriano igualmente envolvido nas malhas dos poderes senhoriais, baseado na sacralidade dos laços de dependência; um papado destituído de uma ação política ou eclesiástica coerente, marcada por idas e vindas à mercê de interesses regionais, sem garantia alguma de que, pela sua autoridade, nasceria uma ordem política e social reformada e reformadora capaz de superar a dependência da Igreja em relação ao Estado.

Com o artigo de Eleonora Lombardo, abre-se uma perspectiva de análise das relações sociais e eclesiásticas que tem nos textos de sermões um impressionante acervo documental. A autora nos apresenta Sovramonte de Varese, um frade talvez pouco conhecido por nós, mas que, em seu tempo (séc. XIII), era um dos grandes pregadores urbanos, em cujos discursos podemos captar o vivo da oratória sacra que, misturada àquela política, das assembleias cívicas, fizeram a história da Itália comunal.

Partindo de dois temas específicos, a usura e a heresia, Lombardo discute as relações entre o sermão pregado e aquele escrito (posteriormente), o público ouvinte e o público leitor, a sociedade e o pregador: a palavra e a ação. Numa cidade comunal, a pregação constituía, sem dúvida, um dos mais eficientes motores da atividade política e esta aparente contradição, atualmente, tem sido a marca inovadora dos estudos sobre as comunas, como mostram os artigos de Paolo Evangelisti e Pietro Delcorno.

Evangelisti, tomando a pregação de Bernardino de Siena e comparando-a com as obras de Francisco Eiximenis, discute a validade cívica de termos que, à primeira vista, soariam completamente religiosos, sem nenhum interesse para os debates públicos das assembleias comunais. Ao definir, por exemplo, a caridade, o autor nos mostra que Bernardino de Siena construía uma pedagogia política que foi aproveitada pelas instâncias cidadinas na regulação do bem comum, do mercado e, por conseguinte, do dinheiro e das trocas, o que nos obriga a ver que o ser-mão não só não era apenas um discurso religioso, mas que o ambiente cívico de uma comuna, apesar de ser regido por leigos, não era secularizado, uma vez que o sermão constituía um grande canal de educação para a vida na cidade e os valores republicanos.

Pietro Delcorno, de alguma forma, corrobora a reflexão de Evangelisti, trazendo ao debate a ação do pregador Miguel de Acqui e a instituição do Monte de Piedade de Verona. O autor também nos brinda com a primeira edição do incunábulo vaticano referente a Miguel de Acqui e ao Monte de Piedade que é uma instituição de empréstimo sem juros ou a juros moderados, criada pelos frades Menores Observantes no séc. XV e que, de maneira muito concreta, incidiu não só no dinamismo econômico das cidades italianas do fim da Idade Média, como ofereceu um canal de inclusão social e participação através da religiosidade penitencial que marcava tanto a vida de ordens rigoristas, como a dos Menores Observantes, como também das próprias cidades-república que se entendiam como "cidades de Deus", para aproveitar o título da instigante obra de Augustin Thompson sobre as comunas italianas.

Com estes quatro artigos, estou certo de que damos um passo muito importante nos debates sobre as imbricações do religioso e do político no período medieval reavaliando, de um lado, as cisuras impostas pela historiografia pós-iluminista e, de outro, evitando que se olhe para o período com as marcas obsessivas de um sagrado folclórico, extraordinário e maravilhoso, propalado pela história das mentalidades. O crescente público brasileiro interessado em história medieval terá aqui um bom material de reflexão e aprendizado.

Editorial 19 - Dossiê: Historiografia e História Intelectual

Editorial

O “tribunal de recursos” da lógica histórica

Editorial

The Historical Logic's “Court of Appeal”

Regina Horta Duarte

Editora Chefe de Varia Historia Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627, Fafich, sala 4144, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil

reginahortaduarte@gmail.com

O historiador inglês Edward Thompson, ao defender a história contra acusações de ser um saber impreciso, argumentou que essa disciplina possui, sim, padrões rigorosos na construção do conhecimento. Segundo esse autor, um verdadeiro tribunal de recursos da lógica histórica funciona sem interrupção, agindo por meio de avaliações e debates sobre a pertinência e o caráter factível ou não das análises dos historiadores, que seguem assinalando suas falhas mutuamente (Thompson, 1981, p.49).

A escrita da história possui, inegavelmente, uma série de particularidades em relação às práticas de outros campos do saber. Há muito os historiadores –estudiosos das sociedades humanas no tempo – abdicaram da pretensão de lidar com verdades absolutas, atentos à complexidade presente na construção das narrativas históricas, elas próprias realizadas no devir de diálogos intensos com o passado e o futuro, mas também com desafios e inquietações do tempo presente. Essa é a delicada e estimulante condição humana do saber histórico, cuja prática é quase uma arte.

A tarefa dos periódicos acadêmicos de veicular a melhor produção do conhecimento histórico de seu tempo realiza-se no coração desse “tribunal de recursos”. O julgamento por pares é a prática fundadora do dia a dia das revistas. Sem aquele, estas velejariam ao sabor das ondas das idiosincrasias, das preferências e antipatias pessoais. A publicação sem revisores desfavorece o saber inovativo, aquele que desafia as certezas estabelecidas e interesses arraigados de grupos bem alojados no conforto de gabinetes, alimentados com elogios negociados, ou mesmo aquele conhecimento produzido por pessoas que iniciam sua carreira, não ocupam posição de prestígio, mas já trazem uma contribuição brilhante.

A despeito do seu papel decisivo, o revisor é quase sempre uma figura obscurecida para os leitores de uma revista. Ali estão muito explícitos os papéis dos leitores, autores, editores, conselheiros. Os revisores quase sempre permanecem anônimos, mesmo que sua atuação se reflita em cada um dos textos presentes, beneficiando autores, leitores e o próprio periódico pelas suas contribuições ativas a tudo que ali se encontra publicado.

Ao aceitar atuar como parecerista, o pesquisador exerce um ato de extrema generosidade. Trabalhará no anonimato. Um bom parecer de-mandar tempo considerável, sem que isso tenha um valor muito grande nos relatórios de atividades para suas instituições de origem ou agências de financiamento. Seu papel é dar sugestões para que outro pesquisador, cujo nome ele não sabe, melhore seu texto, aprimore seu argumento, consolide sua documentação. Por vezes, o parecerista tem a difícil mas importante tarefa de sinalizar ao autor que ele precisa investir muito mais, e que seu texto ainda não representa uma contribuição expressiva. Muitos artigos realmente crescem em qualidade e rigor após um processo editorial bem conduzido, e tudo isso resulta num texto final muito mais estimulante e bem fundamentado. Só o editor saberá, entretanto, que ali houve a contribuição segura de um revisor experiente.

Ser revisor, entretanto, é também um exercício de poder. O parecerista ajuda a definir o que será ou não publicado. Seus pontos de vista guiam diretamente a divulgação de pesquisas, a inclusão de bibliografias, a exigência de diálogo com certas tradições historiográficas. Mas esse exercício de poder não se dá no vazio, ele decorre da autoridade acadêmica do revisor, construída por uma carreira de boas e inovadoras investigações, assim como de sua reputação ética no meio acadêmico, ele próprio sob a constante avaliação do tribunal de recursos da história. A escolha do revisor pelos editores da

revista é tarefa complexa e envolve uma série de considerações que levam em conta sua *expertise*, a isenção e inexistência de conflitos de interesse. No aprimoramento constante das práticas de julgamento por pares, pareceristas são também avaliados segundo o trabalho oferecido às revistas. Cada editor chefe poderia dizer: “dize-me como realizas um parecer, e eu te direi quem és”. Mas também cabe ao editor a total discricção sobre essas atuações, sob pena de cometer um grave deslize ético.

A tarefa do revisor envolve qualidades refinadas: ele precisa ser rigo-roso, mas também delicado e elegante, tratando com respeito o trabalho do colega anônimo. A pontualidade na entrega do trabalho será essencial para que a revista possa cumprir suas obrigações junto aos leitores e autores, com regularidade e ritmo na divulgação dos artigos. Revisores devem estar abertos à criatividade, saber relativizar suas certezas e pre-ferências arraigadas, e abrirem-se à novidade trazida por um artigo. Nesse caso, o revisor terá a sorte de ser um leitor em primeira mão de uma pesquisa pioneira, mas deverá ser ético para guardar consigo a novidade até que os resultados sejam efetivamente públicos.

Os revisores são essenciais, portanto, para a qualidade de um periódico. Por isso, devem também ser respeitados pelo editor: as revistas recebem material em excesso para avaliação, e cabe ao editor e aos con-selheiros decidirem, por uma primeira leitura e debate, o que pode ser imediatamente devolvido, levando aos pareceristas apenas o material que realmente se apresentar como especialmente promissor. Afinal, o tempo do parecerista é precioso e não pode ser desperdiçado.

Todavia, entre a generosidade e a autoridade do parecerista, cabe ao editor um papel essencial no processo de julgamento por pares. Sua observação atenta é imprescindível para proteger os autores de possíveis abusos de autoridade ou mesmo da apropriação de suas ideias. O editor deve ser uma espécie de guardião, cúmplice comprometido com os autores sobre a originalidade de sua pesquisa, que precisa ser garantida, seja qual for o resultado final do processo editorial. Nesse sentido, o editor é uma testemunha em potencial.

Neste momento comemorativo da *Varia Historia* pelos seus 30 anos de existência ininterrupta, gostaria aqui de manifestar nosso agradecimento aos pareceristas que atuaram diretamente para a qualidade de nossa revista. Dotados de excelência acadêmica, colaboraram com autores e leitores para a produção e divulgação de um conhecimento his-tórico mais rigoroso, de maior qualidade. Todas essas práticas ajudam a disciplina histórica a executar sua grande pretensão de compreender os homens no tempo. Tal ambição é legítima, mas deve ser bem equili-brada pela consideração de que a verdade histórica é complexa como a vida, e por isso não deve se acomodar a certezas estáticas. Para tanto, o exercício da crítica rigorosa e ética como prática positiva e construtiva tem sido um indispensável recurso para a comunidade de historiadores. E viva o julgamento por pares!

Agradecimentos

Agradeço ao Tom pelo diálogo, e ao Armando Olivetti pela revisão.

Referências bibliográficas

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56

Editorial 20 - Multitemático

Editorial

“Cru e quente”: autores ansiosos, leitores insatisfeitos

Editorial

“Haste makes waste”: anxious authors, unsatisfied readers

Regina Horta Duarte

Editora Chefe de Varia Historia Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil reginahortaduarte@gmail.com

O cotidiano dos trabalhos editoriais de uma revista envolve uma tarefa árdua, infundável e decisiva: o processamento do fluxo contínuo de artigos e o cumprimento regular das etapas do processo editorial previstas pelas instruções e normas de publicação. O que pode parecer, à primeira vista, um trabalho relativamente burocrático requer, na verdade, esforço intelectual e muitos cuidados éticos.

Aspectos formais são avaliados logo na chegada do artigo (observância das normas de citação, extensão do texto, conferência de títulos, resumos e palavras-chave, ou mesmo a presença de informações sobre a autoria que comprometam o anonimato do julgamento a seguir). Mas esse é só o começo dos trabalhos dos membros do Conselho, que precisam ler o texto, avaliar sua pertinência segundo a missão da revista e verificar sua originalidade frente a outros artigos já publicados pelos especialistas (evitando plágios), mas também frente ao conjunto da produção do próprio autor. Para todas essas tarefas, a cada dia surgem mecanismos de busca e comparação. Mas nenhum deles dispensa a experiência e análise atenta dos editores que precisam se perguntar:

o texto apresentado trará novidades aos nossos leitores? Ou será uma repetição mais ou menos modificada de outros escritos do autor, cada um contendo uma parte da pesquisa cujo conteúdo geral os leitores terão que buscar, juntando várias “fatias” publicadas em diferentes revistas, capítulos de livros ou trabalhos completos em anais? Um provérbio popular corrente diz que “apressado come cru e quente”. A publicação regida pela ansiedade leva, aos periódicos e aos leitores, pesquisas incompletas, dados mal refletidos, fontes utilizadas sem criatividade, escritas mal revisadas, conclusões inadequadas e incorretas, omissões imperdoáveis na revisão bibliográfica. No caso do título em inglês deste editorial (diante da impossibilidade de uma tradução literal escolhi o ditado “haste makes waste”), a pressa acarreta também o desperdício na vida acadêmica. Artigos “fatiados” desperdiçam o tempo (dos editores, dos revisores, dos leitores), assim como o espaço exíguo das publicações, a atenção e a curiosidade dos leitores. Dissipam, sobretudo, a chance de oferecer conhecimento transformador, girando em torno de si mesmos, cada autor se regozijando com o aumento do número de suas publicações, ameaçados todos por um terrível nihilismo e pela perda dos valores éticos indispensáveis à prática científica.

Combater o *salami slicing* ou a *least publishable unit* (LPU) envolve uma série de considerações éticas sobre o sentido efetivo das publicações científicas na produção do conhecimento, entendido aqui como elemento transformador das sociedades humanas e do mundo em que vivemos. Agências de fomento estão cada vez mais preocupadas com a inflação de publicações de menor valor acadêmico, pois elas dificultam a avaliação de méritos e resultados reais para atribuição de futuros financiamentos. As revistas têm um papel decisivo nesse complexo problema: elas devem ser agentes de estímulo à publicação de artigos amadurecidos, com resultados de pesquisa realmente significativos, garantindo a satisfação de um leitor em busca de conhecimento inovador, de diálogo científico, de caminhos instigantes para suas próprias reflexões e pesquisas.

A quem serve a publicação? Ao produzir saber, um investigador precisa de meios de comunicação eficientes para sua difusão. Pouco valem análises excelentes e dados inovadores quando esquecidos no fundo das gavetas. Publicar, ser lido, estimular o pensamento, abrir-se ao diálogo com os pares, oferecer-se como pedra fundamental para outras pesquisas, mas também arriscar-se à crítica e à superação do que se fez. Direi o que é óbvio, mas tantas vezes esquecido: publicar é fazer do

conhecimento produzido uma *coisa pública*. Por tudo isso, a publicação não pode ter sua razão de ser nela mesma, a serviço do aumento de índices quantitativos de produção.

Termino com outro ditado: “nem tanto ao mar, nem tanto à terra”. Equilíbrio é necessário. Exigir que um autor só publique quando a pesquisa parecer completamente terminada geraria imensa paralisia, impediria o debate e o amadurecimento dos temas pela comunidade acadêmica.

Nem cru e quente, nem *overdone*, o bom artigo surge da observação de um delicado equilíbrio na divulgação de resultados da pesquisa acadêmica. A comida “al dente” é aquela que estimula a mastigação, preserva o frescor do alimento e seu sabor original, incentivando a digestão mais lenta e proveitosa. Um bom pesquisador parece ter algo de “chef”, oferecendo aos seus pares a degustação de textos estimulantes – naquele raro e inigualável ponto exato – que saciem, tanto quanto despertem, o apetite por novos saberes.

O conselho editorial de *Varia Historia* tem trabalhado com afinco para oferecer artigos inéditos e sólidos, que possam nutrir pesquisas, inovações, pensamentos e ações. Em nossos processos editoriais, lançaremos sempre uma questão aos potenciais autores: afinal, o que vocês têm a oferecer de verdadeiramente novo e realmente instigante aos leitores de refinado paladar?

Agradecimentos

Agradeço a Armando Olivetti a revisão do texto. Diane Grosklaus Whitty e Lise Sedrez ajudaram na decisão sobre o título em inglês.

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57

Editorial 21 - Dossiê: Culturas alimentares, práticas e artefatos

Editorial

Internacional: “To be or not to be?”

Regina Horta Duarte

Editora Chefe de Varia Historia Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos 6627, Belo Horizonte, MG, 31270-901, Brasil reginahortaduarte@gmail.com

Ser internacional: as revistas acadêmicas brasileiras comungam essa ambição. Entretanto, esse desejo imediatamente impõe definições que guiam as estratégias para sua realização: afinal, o que é um periódico internacional?

Muitas respostas podem ser esboçadas visando essa conceptualização. O periódico deve efetivamente circular entre o público interessado em vários países, além de seguir padrões internacionais básicos que viabilizem a indexação e a verificação dos dados e análises veiculados nos artigos. Precisa também se estabelecer como referência respeitada pelos *experts*, assim como se apresentar como veículo atraente para autores de instituições de pesquisa dentro e fora do Brasil. O sistema de submissão oferece transparência de procedimentos, previsibilidade e pontualidade de resultados de avaliação e, em caso de aprovação do artigo, de sua publicação. Uma vez publicados, os artigos logram ampla circulação por meio dos indexadores e portais, cumprindo com eficácia a missão de tornar público o saber produzido. A boa indexação e o Identificador de Objeto Eletrônico (DOI, *Digital Object Identifier*) são condições essenciais para a avaliação do impacto dos artigos e dos periódicos. A revista se torna, então, peça de debate, móvel de estímulo da curiosidade científica e instrumento de transformação do mundo pelo poder do conhecimento.

Em relação a essas questões, as novas regras da SciELO têm despertado polêmica. Para a internacionalização, esse portal tem apresentado algumas exigências e, também, benefícios. Entre os privilégios, há o acesso gratuito ao Scholar One, acompanhado de ampla e competente consultoria sobre sua utilização. Esse sistema de submissão insere o periódico nas redes mundiais, atraindo e facilitando a submissão originária de outros países além do Brasil. Também se afina a padrões internacionais de submissão e agrega respeitabilidade para o periódico aos olhos de leitores, autores e revisores dos mais variados países.

As principais exigências de internacionalização consistem em 20 a 25% de pareceristas e autores de filiação estrangeira, 15% a 25% de editores associados estrangeiros que participem ativamente da gestão dos manuscritos, 25 a 30% de artigos inéditos em inglês. Esses pontos têm aspectos positivos e negativos.

A meu ver, a busca de pareceristas fora do país pode realmente catapultar o prestígio e a qualidade do periódico. De forma alguma isso significa uma atitude colonizada ou de submissão acadêmica. Antes, é uma possibilidade de diálogo profícuo entre experiências diversas. Artigos sobre história da América Latina e Caribe receberão avaliações estimulantes de pesquisadores hispânicos, textos sobre história da África poderão ser proveitosamente julgados por pesquisadores daquele continente. Brazilianistas europeus e norte-americanos também podem oferecer um olhar original. Essas são algumas possibilidades, mas há outras a serem exploradas. O resultado desse diálogo será evidentemente positivo para os autores, em processos editoriais ricos para o aprimoramento dos seus artigos. A percentagem exigida dos pareceres não é tão grande assim, entre 20 e 25%, ou seja, dois a cada dez pareceres deverão contar com avaliador internacional. Vale lembrar que esse contato não se dá necessariamente no eixo norte-sul, mas pode urdir fios diversos na rede de contatos acadêmicos globais.

O mesmo raciocínio vale para a exigência de autoria. Ousaremos apostar na atração de artigos de autores latino-americanos e caribenhos, africanos e asiáticos, especialmente se considerarmos que existem centros de pesquisa sobre América Latina nos quatro cantos do mundo.

A exigência da parceria editorial com estrangeiros é um dos maiores desafios, mas pode resultar em colaborações profícuas, em que esses editores associados sirvam como elementos de divulgação da revista e, também, de proposição de novas práticas, novos objetivos, novos rumos para nossos periódicos, de acordo com a experiência que eles trazem de sua realidade acadêmica. Considerando a inserção crescente de nossos pesquisadores em redes internacionais de pesquisa e conhecimento,

também podemos esperar que essa exigência se concretize, mesmo que em longo prazo, com grandes ganhos para nós.

Não obstante tantas expectativas positivas, a porcentagem mínima de autores estrangeiros (20 a 25%) pode viciar nossos processos editoriais. Para cumprir a meta, há sempre o perigo de que editores acabem por privilegiar artigos estrangeiros nem tão bons, em detrimento de outros melhores de autores brasileiros, apenas para cumprir a meta estabelecida.

A exigência de artigos em língua inglesa também merece maior atenção e debate. Afinal, para a área de História, o espanhol e o francês são línguas acadêmicas de grande circulação do conhecimento produzido. Somado a isso, para cumprir a meta, as revistas traduzem, para o inglês, artigos submetidos em português. As dificuldades dessa prática são muitas. Os custos são estratosféricos, em tempo de verbas cada vez mais reduzidas. As traduções nem sempre podem ser feitas com a qualidade necessária: muitos textos têm estrutura narrativa literária, escapam de uma revisão meramente técnica, e o tempo é curto para cumprir a pontualidade necessária das edições quadrimestrais ou trimestrais.

Os desafios são imensos para a área de História, e nossas revistas têm realmente um longo caminho a percorrer, assim como a SciELO precisa sensibilizar-se com aspectos que nos diferenciam de outros campos do conhecimento. O tempo dirá dos desafios, das perdas e dos ganhos. Cabe aos conselhos editoriais pressionarem a SciELO para que considere algumas características da História, mas também é preciso ouvir e valorizar o que esse portal está nos oferecendo e como vem nos estimulando em prol do aprimoramento das revistas. Enfim, é preciso haver disposição – entre os diferentes atores envolvidos – para ouvir, discordar, reavaliar e mudar.

Ninguém duvida que é preciso internacionalizar os periódicos publicados no Brasil, e a História não pode ficar fora disso. Assim, a resposta à pergunta colocada pelo título deste editorial é, certamente, “*To be!*”. Mas o dilema se desloca imediatamente: “*How to be international?*”. E aqui, “*how*” expressa duas coisas: quais condições configuram internacionalização? Por quais meios a alcançaremos? E aí sim, podemos concluir, alimentando uma miríade de novas indagações: “*that is the question...*”.

Agradecimentos

Agradeço ao Tom pelo diálogo e ao Armando Olivetti pela revisão do texto.

Editorial 22 - Dossiê: História e teatro no Brasil pós-64

Editorial

“Promessa é dívida”:
ou por que os resumos são mais que um detalhe

Editorial

“A Promise is a Debt”: Why Abstracts Are More Than a Detail

Regina Horta Duarte

Editora Chefe de Varia Historia Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil reginahortaduarte@gmail.com

Uma das bases da confiança entre as pessoas é o firme cumprimento da palavra empenhada. Há promessas que os pais fazem aos seus filhos. Há aquelas sussurradas entre os apaixonados. Aqueles que partem, respiração entrecortada, dão garantias de retorno ou de saudade, enunciadas em voz alta, na corrida para não perder o avião ou o trem. Parceiros selam solidariedade e fidelidade. Entretanto, filhos, amantes, amigos, cor-religionários, são tantos aqueles que, não raro, se decepcionam pelo caráter vazio de promessas lançadas em vão. Dar a palavra e esforçar-se efetivamente para honrá-la é uma das formas mais loquazes de expressar caráter, compromisso, confiabilidade e respeito ao outro, além de – por que não? – construir uma imagem positiva em um círculo social, seja ele o meio familiar, o círculo de amigos, o trabalho, a vida política e cidadã.

Há também promessas acadêmicas. Ao lidar com uma revista e o meio intelectual ao qual ela se conecta, um editor depara com uma das mais básicas exigências de todos os bons indexadores científicos: a revista deve ter *abstracts* bem estruturados, claros, e que expressem o conteúdo essencial do artigo, explicitando sua real contribuição. A pertinência dessa observação, nem sempre valorizada suficientemente, evidencia-se na medida em que constatamos que o resumo/*abstract* não é nada mais nada menos que uma promessa feita pelo autor aos seus leitores.

No caso específico de *Varia Historia*, desejamos que o resumo indique claramente o tema abordado e o objeto específico, marcos cronológicos/ espaciais/teóricos contemplados, argumento original e condutor do artigo, fontes consultadas e metodologia, além das principais conclusões que o tornam uma contribuição original e inovadora. Para executar tudo isso em cerca de duzentas palavras, o autor deve exercer *toda* a sua capacidade de síntese, objetividade e precisão. O resumo é uma ferramenta para o leitor decidir se consultará o artigo e, também, ao fim da leitura, apreciar em que medida o autor realmente executou a bom termo sua proposta de análise, e qual sua efetiva contribuição.

Nem sempre a área de história valorizou suficientemente a escrita dos resumos. Muitas vezes, restringem-se a duas ou três mal traçadas linhas. Outras vezes apresentam-se excessivamente longos e imprecisos, sem realmente definirem as questões indispensáveis num resumo. Não é raro que os autores titubeiem, dizendo que seu artigo “espera contri-buir”, “tentará analisar”, “buscará compreender”, e nisso resta a impressão de que dizem: “Talvez, quem sabe, muito antes pelo contrário, eu não quero me comprometer muito...”. O uso excessivo de tempos verbais compostos e da voz passiva por vezes sinaliza falta de objetividade. Invariavelmente, dificulta a tradução para o inglês.

Escrever um bom resumo /*abstract* é procurar o diálogo, é lançar um apelo atrativo para que “Leiam, sim, o artigo! Sou autor e tenho algo inovador a comunicar, a contribuição está na roda!”.

Desde o resumo, o autor se oferece ao julgamento entre os pares, à leitura crítica de seu artigo. Ele facilita, aos pesquisadores, uma consulta rápida e eficaz nas bases de pesquisa, possibilitando a pesquisa bibliográfica ampla, em diálogo com a produção acadêmica mundial. Esse é o sentido do resumo e da sua inserção nos indexadores.

Enfim, o resumo, além de ser promessa, é provocação, é convite.

Varia Historia acaba de ser aceita na base Scopus, um dos mais im-portantes indexadores de pesquisa e inovação do conhecimento na área de humanas. Uma das exigências foi a qualidade de resumos/*abstracts*. E vimos que temos muito o que melhorar. Nosso plano é implementar, nos próximos números, uma política rigorosa para julgar e aprimorar os resumos/*abstracts* de nossos artigos. Somada a isso, a tradução profissional dos resumos para o inglês, implementada já neste número 59, contribuirá para a confiabilidade de *Varia Historia* nos meios acadê-micos internacionais.

Seguimos, assim, perseguindo a qualidade. Outra mudança já implementada neste número é o maior detalhamento de nossos processos editoriais. Analisados em sistema *double-blinded*, os artigos raramente são aprovados sem que os pareceristas tenham oferecido sugestões para revisões simples ou complexas. Por isso, nossa revista passa a registrar esses passos, indicando não só o recebimento inicial dos artigos, mas também das versões revistas, e sua aprovação final.

Varia Historia tem exposto aos leitores seu crescente compromisso com a qualidade acadêmica. Todos os nossos esforços estão empenhados. A promessa está lançada.

Agradecimentos

Agradeço a Armando Olivetti pela revisão do texto, e ao Tom, pela interlocução.

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000200001>
Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 32, n. 59, p. 281-283, mai/ago 2016

Editorial 23 - Dossiê: Arte e ciência, um processo operativo

Editorial

Artigo bom é artigo vivo:
periódicos e circulação do conhecimento

Editorial

A good article is a living article:
journals and the circulation of knowledge

Regina Horta Duarte

Editora Chefe de Varía Historia Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil reginahortaduarte@gmail.com

“I’m alive and vivo muito vivo, vivo, vivo Feel the sound of music banging in my
belly, belly, belly” Caetano Veloso, *Nine out of ten*, 1972

A história das comunidades indígenas evidencia tristemente como a máxima “o único índio bom é o índio morto” foi e continua sendo muito mais que uma frase de efeito dos filmes de faroeste. Se esse mote dominou o espírito de tantos episódios de conquista do oeste norte-americano, também tem guiado fortemente ações em torno de conflitos territoriais no Brasil. No século XIX, por exemplo, enquanto escritores, pintores e compositores idealizavam a pureza e nobreza do índio tupi-guarani em verso, prosa, tintas e acordes, inúmeras comunidades macro-jê — como os maxacali, kaingang e krenak, entre outros — foram sumariamente massacradas, num período em que parte das teorias científicas argumentava a inferioridade racial daquelas populações, negando-lhes mesmo a condição efetivamente humana. Como mostrou a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, convenientemente o índio bom era o índio morto, eram Iracemas e Peris cujas comunidades existiam apenas no passado remoto. (Cunha, 1992, p.136) Para os índios vivos, nada de romance, nada de poesia, apenas a opressão movida por ganância pela terra e, a seguir, pelo subsolo. Todas essas narrativas são ainda mais tristes se pensarmos nas tragédias que acometem os povos indígenas no exato momento em que escrevemos estas linhas, numa sequência histórica de violência, intolerância, injustiça e desastrosas perdas, em crimes hediondos contra a vida e contra a diversidade cultural.

Historiadores têm sido incansáveis e inflexíveis ao apontar relações de domínio e ao mostrar a continuidade dessas práticas no presente. Mas teimam também em ser incuráveis otimistas, apostando em ações no presente como caminho para a criação de outros mundos possíveis. Para tanto, o poder transformador do conhecimento é considerado por eles uma ferramenta indispensável. O conhecimento histórico tem po-tencial propositivo: fazer pensar, detonar o questionamento das certezas estabelecidas, nutrir a esperança em “outros possíveis do homem”. Como afirma o filósofo Cornelius Castoriadis, não existimos apenas para dizer o que é “mas para fazer ser o que não é”. (Castoriadis, 1982, p.197)

Para tudo isso, o conhecimento histórico não deve ser secreto, nem privilégio de poucos. Precisa circular, abalar os modos de ver, os valores, as percepções, ativar a imaginação de variados atores históricos, para que ousem perscrutar as possibilidades históricas presentes no jogo dos enfrentamentos sociais e políticos.

Um periódico da área de história precisa ser movido por essas pre-tensões, para que não se torne um simples “publicador” de artigos. Os melhores periódicos são como caçadores investigando rastros dos textos mais originais, das pesquisas mais inovadoras, mais bem fundamentadas, mais relevantes, aquelas que instigam o pensamento, que ousam dizer o que ainda não tinha sido dito, brindando o leitor com uma nova forma de ver e analisar um objeto de estudo. Nesse sentido, os bons periódicos são aqueles que desejam atrair os autores comprometidos com o conhecimento transformador, não apenas com a vaidade da publicação como um fim em si mesmo, ou quesito de incremento de currículos.

Uma vez publicados, esses textos precisam cumprir o que são em potência: ferramentas para fazer pensar, chaves para a compreensão temporal dos fenômenos em torno da vida humana, detonadores da dúvida e da vontade de conhecer mais e de ir além, máquinas de guerra na intenção quase quixotesca que todo historiador nutre — mesmo sem transparecer — de compreender e transformar o mundo.

Varia Historia tem esta premissa como base de todas as suas ações editoriais: veicular conhecimento inovador, colocar na roda textos que sejam ferramentas e máquinas de guerra. Por isso, investimos a cada dia no rigor de nossos processos editoriais, nos padrões de apresentação dos artigos, na desconfiança diante das hierarquias estabelecidas. Trabalhamos para reavivar constantemente os nossos artigos, evocando-os por meio das redes sociais (com entrevistas no canal Youtube e notícias no nosso Facebook, por exemplo); na renovação de nosso *site*; na conquista da recente indexação pela base Scopus; no cuidado incansável para merecer a permanência na SciELO e no Redalyc; na busca por garantir o acesso rápido e gratuito de nossos conteúdos; e na adoção da licença CC-BY, que realmente dinamiza a utilização de nossos artigos presentes na SciELO.¹

Nossa última conquista foi a digitalização de todos os números 1 a 32. Alguns deles já existiam em nosso *site* antigo, mas havia muitas falhas nos números disponíveis, e vários outros restavam apenas im-pressos, e já esgotados. A dificuldade técnica e financeira em tratar todos esses artigos para inclusão na SciELO é grande e permanece, lamentavelmente, como sonho ainda irrealizável.

Uma parceria com o *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* trouxe uma solução. A coleção completa, desde o número 1, encontra-se em nosso novo *site*, www.variahistoria.org. Os PDFs foram convertidos em *software* OCR (Optical Character Recognition), o que possibilita recursos de pesquisa e edição, assim como sua localização por aqueles que navegam na internet. Para os autores, é uma forma de circular mais facilmente artigos valiosos, novamente destacando tantas pesquisas, tantos esforços que não mereciam ficar na obscuridade, mas devem cumprir o que os moveu, a vontade de conhecer e transformar.

Além da disponibilidade dos números 1 a 32 em nosso *site*, as edições 33 e seguintes gozam de todos os benefícios que a plataforma SciELO oferece a autores, editores e leitores, por isso os visitantes são redirecionados imediatamente para aquela plataforma.

Esperamos agora que essas revistas recentemente digitalizadas — a maioria esgotada em versão impressa — ganhem nova vida e sejam acessíveis às pesquisas em curso, estimulando o diálogo dos jovens his-toriadores com o que já foi feito e pesquisado. Ao organizar os trabalhos, a qualidade do que tínhamos em mãos nos surpreendeu: colocamos na rede artigos de Alcir Lenharo, Francisco Iglesias e John Monteiro, entre muitos outros. Números especiais primorosos voltam a circular, a exemplo dos números 11 (1992) sobre Fronteiras da História; 15 (1996) com artigos de Bridget e Christopher Hill; 18 (1997), em especial sobre o centenário de Belo Horizonte; 21 (1999), com uma série de estudos sobre o conjunto de documentos coloniais reunidos no Códice Costa Matoso, entre outros.

Varia Historia quer seus artigos circulando de mão em mão, localizáveis pelos navegantes da internet, “andando” nas cabeças e nas bocas, como diz a linda canção do Chico.

A equipe de *Varia Historia* cultiva uma certeza e por ela trabalha. Artigo bom é igual a índio: artigo bom é artigo vivo.

Agradecimentos

Agradeço a Armando Olivetti, pela revisão do texto, e ao Tom, pelo diálogo.

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____ (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

¹ Sobre a flexibilidade de uso dos textos publicados com a licença CC-BY, sem prejuízo dos créditos autorais, ver: https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR. Acesso em: 2 jun. 2016.